



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

JOÃO CARLOS DA SILVA SANTIAGO

**Trabalho e Capital na Amazônia Oriental:
*Movimento Operário versus Reestruturação Produtiva no
Complexo Albrás-Alunorte : 1990 – 2005***

**BELÉM – PA
MARÇO - 2007**



JOÃO CARLOS DA SILVA SANTIAGO

**Trabalho e Capital na Amazônia Oriental:
*Movimento Operário versus Reestruturação Produtiva no
Complexo Albrás-Alunorte : 1990 – 2005***

Dissertação de Mestrado apresentada para a obtenção do título de Mestre a ser conferido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA, mestrado em Sociologia.

Orientadora:
Profa. Dra. Eleanor Palhano

**BELÉM/PA
MARÇO/2007**



SANTIAGO, João Carlos da Silva.

S235t

Trabalho e Capital na Amazônia Oriental: Movimento Operário versus reestruturação produtiva no Complexo Albrás-Alunorte – 1990 a 2005. João Carlos da Silva Santiago; Orientadora Eleanor Gomes da Silva Palhano: PPGCS/CFCH/UFPA, Belém/PA, março de 2007.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPGCS/CFCH/UFPA, Março/2007.

1. Sociologia do Trabalho. 2. Trabalho e Reestruturação Produtiva. 3. Movimento Operário. 4. ALBRÁS. 5. ALUNORTE. 6. Indústria Metalúrgica. 7. Indústria Química. I Palhano, Eleanor Gomes da Silva, Orientadora. II. Título.

CDD: 21.305.56



JOÃO CARLOS DA SILVA SANTIAGO

**Trabalho e Capital na Amazônia Oriental:
*Movimento Operário versus Reestruturação Produtiva no
Complexo Albrás-Alunorte : 1990 – 2005***

Dissertação de Mestrado apresentada para a
obtenção do título de Mestre a ser conferido pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
(PPGS) da UFPA, mestrado em Sociologia.
Orientadora: Profa. Dra. Eleanor Palhano

Aprovado em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Eleanor Gomes da Silva Palhano – Orientadora
Doutora em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, Brasil

Violeta Refkalesfy Loureiro – Examinadora
Doutora em Sociologia
Institute Université Paris III, Paris, França

Aluísio Lins Leal
Doutor em Economia



A classe operária imigrante dos Estados Unidos, a maioria chicanos vindos do México, que com a Greve Geral de 1º de maio de 2006 – onde não é reconhecido o feriado – mostrou aos operários do mundo inteiro e aos operários nativos da maior economia capitalista do mundo, como se faz renascer o movimento operário.

Ao Sindicato dos Químicos de Barcarena, por sua impávida luta contra a reestruturação produtiva na fábrica da ALUNORTE.



AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pertos de chegar a uma década de existência, por terem me ensinado desde cedo que se deve viver do seu próprio trabalho.

Aos meus irmãos, pelo incentivo de toda uma vida, e em especial a minha irmã Maria de Lourdes (a “mana”) pelo apoio bibliográfico;

A Elenice Lisboa, companheira de todas as horas, pelo incentivo, as pesquisas, as desgravações e pelo amor dedicado.

Ao Carlos Eduardo e Nicolas, meus filhos, pelas reclamações e por torcerem para que terminássemos logo este “mestrado”.

A Marceley, a mais explosiva do mundo, pela insistência de todos os dias.

A Eleanor Palhano, orientadora e colega de trabalho, por suas valiosas contribuições e por ter me mantido no rumo certo da pesquisa.

A Luzirlane Alves, minha grande amiga, pelo incentivo distante;

Aos professores do Departamento de Sociologia, pelo apoio e incentivo a esta pesquisa.

Aos colegas do Mestrado que souberam trocar conosco idéias valiosas sobre a Amazônia.

Ao Paulo e Rosângela, funcionários do Mestrado pelo apoio e compreensão.

Ao SIMETAL e seus dirigentes pelas entrevistas e o apoio dado.



Ao Paiva e ao Gilvandro, Presidente e vice do Sindicato dos Químicos, que nos receberam com toda a dedicação e nos cederam a maior parte do material de pesquisa sobre acordos coletivos.

A Elielma e Gabrielly, funcionárias do Sindicato dos Químicos, pela paciência em procurar arquivos para nossa pesquisa.

A todos (as) os(as) bibliotecários que nos ajudaram nas diversas bibliotecas por nós visitadas, especialmente Cacilda do NAEA.

Ao André, pela desgravação de entrevistas.

Aos operários da ALBRAS que me concederam as entrevistas.

Ao Cláudio Lima, ao Fernando, funcionários da ALBRAS que me concederam informações para a pesquisa e o acesso ao BIF.

Ao Centro Comercial Campina de Pedro e Benedito, onde aos 9 nove anos, aprendi a trabalhar e onde, também, fiz minha *“primeira greve”*.

Ao Sintufpa, Adufpa e Sintsep, pelo apoio dado em algum momento da pesquisa.

Aos meus companheiros e companheiras do PSOL e da Corrente Socialista dos Trabalhadores, pelo incentivo de todas as horas.

À Graça, dedicada funcionária e amiga do Departamento de Sociologia.



“...E se esta crítica representa a voz de uma classe, só pode ser a classe cuja missão histórica é derrubar o modo de produção capitalista e abolir, finalmente, todas as classes: o proletariado”

Karl Marx. Posfácio da 2ª edição de O Capital.

Londres, 24 de janeiro de 1873.



RESUMO

A presente dissertação aborda a reestruturação produtiva nas fábricas da ALBRÁS e da ALUNORTE, localizadas no município de Barcarena/PA, e como o movimento operário se contrapôs a este processo no período de 1990-2005. Através de um estudo da crise crônica da economia capitalista mundial, agravada pelos dois choques do petróleo, tenta-se explicar como foi possível a instalação na Amazônia Oriental de duas fábricas modernas, com um contingente operário altamente concentrado. Destaca-se o quanto o papel do Estado é fundamental para que esse processo ocorra. Também analisamos como a partir do fenômeno da “globalização” – que nada mais é do que uma fase superior do imperialismo –, e dos novos processos de organização do trabalho – principalmente o modelo toyotista –, o movimento operário e suas organizações foram colocados à prova por conta da flexibilização do trabalho, da precarização, da terceirização e subcontratação, que dificultaram na década de 90 as greves e ações da classe trabalhadora no Brasil e no mundo. Baseado em materiais bibliográficos, folhetos e em entrevistas com operários e dirigentes sindicais, o trabalho evidencia que a luta contra a reestruturação produtiva na ALBRAS foi mais intensa, inclusive com o método da greve, do que na ALUNORTE, porque a ALBRAS tinha dez anos à frente da ALUNORTE e foi o primeiro laboratório da CVRD na cidade de Barcarena. Contraditoriamente, foi na ALBRAS onde aconteceu a maioria das demissões no período estudado, antes e depois da privatização da CVRD. A dissertação procura mostrar o papel do Sindicato dos Metalúrgicos e dos Químicos nesse processo de luta contra a reestruturação produtiva nas fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação Produtiva. Movimento Operário. Sindicalismo. ALBRAS. ALUNORTE.



ABSTRACT

The present dissertation studies the productive restructuration in the factories of ALBRAS and ALUNORTE, situated in the municipal district of Barcarena/PA, and how the working class movement has put itself against this process, from 1990 to 2005. Through a study of the chronic crisis of the worldwide capitalist economy, worsened by the two petroleum crash, it attempts to explain how the installation of two modern factories in the Oriental Amazon, with a working class contingent highly concentrated. It is emphasized how important is the role of the State to the achievement of this process. We also analyze how, since the “globalization” phenomenon – which is a higher stage of the imperialism -, and the new work organization process – mainly the toyotist model -, the working class movement and its organizations were put to the proof because of the flexibilization of the work, the precarization and the subcontractation, which have made difficult the strikes and the class movements in Brazil and in the world, in the 1990s. Based in bibliographic material, brochures and interviews with workers and directors of labor unions, the study evidences that the struggles against the productive restructuration in ALBRAS was more intense, including the strike mode, than in ALUNORTE, because ALBRAS was ten years ahead of ALUNORTE and it was the first laboratory of CVRD in the city of Barcarena. Contradictorily, it was in ALBRAS where occurred the highest number of dismissals in the studied period, before and after the privatization of CVRD. The dissertation aims to show the role of the Chemists and Metallurgists Labor Union in this process of struggles against the productive restructuration in the factories of ALBRAS and ALUNORTE.

KEYWORDS: Productive Restructuration. Working Movement. Syndicalism. ALBRAS . ALUNORTE.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO 1: 1º CHOQUE DO PETRÓLEO | 49 |
| FIGURA 1: MAPA DA AMAZÔNIA ORIENTAL | 56 |
| FIGURA 2: CAPA DO ACORDO COLETIVO 93 DA ALBRÁS | 130 |



LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 – EMPREENDIMENTOS MINERO-METALÚRGICOS APROVADOS PELO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS – PA, MA E TO (1988) | 62 |
| TABELA 2 - INVESTIMENTO GLOBAL NO PROJETO ALBRÁS | 65 |
| TABELA 3 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE ALUMÍNIO PRIMÁRIO – MAIORES PRODUTORES: 1977/1993 – 1000 TONELADAS | 106 |
| TABELA 4 - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS DE ALUMÍNIO PRIMÁRIO – 1995..... | 107 |
| TABELA 5 - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS DE ALUMÍNIO PRIMÁRIO:2004..... | 107 |
| TABELA 6 - AS 10 MAIORES EMPRESAS DO MUNDO NA PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO, ALUMINA E BAUXITA – 2002 | 109 |
| TABELA 7 - INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO NO MUNDO – 2003 | 114 |
| TABELA 8 - PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ALUMÍNIO PRIMÁRIO EM 2005..... | 114 |
| TABELA 9 - SUPRIMENTO E CONSUMO DE BAUXITA/ALUMINA PELO BRASIL..... | 115 |
| TABELA 10 – PERFIL DA INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO – 2003/2004..... | 116 |
| TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS CCQS : ALBRÁS – 2002 | 149 |
| TABELA 12 - CCQS COM MAIS TRABALHOS PRODUZIDOS – DEZ/2002 | 150 |
| TABELA 13- CONTINGENTE DE TRABALHADORES DA ALBRÁS: 1989 A 2006..... | 155 |
| TABELA 14 –SÉRIE HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO PRIMÁRIO..... | 155 |
| TABELA 15 – TIPOS DE EMPRESAS E PERCENTAGEM DE TRABALHADORES QUE PRESTARAM SERVIÇOS PARA A ALBRÁS NO PERÍODO DE 2001-2004..... | 171 |
| TABELA 16 - EMPRESAS SUBCONTRATADAS DA ALUNORTE E EMPREGOS GERADOS | 173 |
| TABELA 17 - ENCARGOS SOCIAIS NO SETOR INDUSTRIAL..... | 177 |
| TABELA 18 – ESTIMATIVA DE CUSTOS DE PRODUÇÃO DE UMA TONELADA DE ALUMÍNIO PRIMÁRIO PELA ALBRÁS | 220 |
| TABELA 19 - PRINCIPAIS INSUMOS PARA A PRODUÇÃO DE 1 TONELADA DE ALUMÍNIO | 221 |
| TABELA 20 – VALOR PRODUZIDO POR CADA OPERÁRIO DA ALBRÁS – 2005 | 222 |



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAL – Associação Brasileira de Alumínio

ABAN – Associação dos Empregados da ALBRAS/ALUNORTE

ABC – Alumina Brasil China

ABC-SP – Cidades de São Paulo: Santo André, São Bernardo e São Caetano

ALBRÁS – Alumínio Brasileiro

ALCAN – Aluminium of Canadá

ALCOA – Aluminium Company of América

ALUBAR – Companhia de Alumínio de Barcarena

ALUMAR – Alumínio do Maranhão

ALUNORTE – Alumínio do Norte do Brasil

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BIF – Boletim Informativo da Fábrica

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CBA – Companhia Brasileira de Alumínio

CCQ – Circulo de Controle de Qualidade

CENTUR – Centro Cultural e turístico do Pará

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências humanas

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

CHALCO – China Aluminium Company

CLT – Consolidação das Leis do trabalho

CONCLAT – Congresso da Classe Trabalhadora

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DRT – Delegacia Regional do Trabalho



ETN's – Empresas Transnacionais

EUA – Estados Unidos da América

FIEPA/SENAI – Federação das Industrias do Estado do Pará/ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GMAs – Grupos de Manutenção Autônoma

LME – London Metal Exchange

LMSA – Ligth Metal Smelter's Association

MTpa – Mil Toneladas por Ano

MRN – Mineração rio do Norte

MST – Movimento dos Sem Terra

NAAC – Nippon Amazon Aluminium Company

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NALCO – Nippon Alumínio Company

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMEPA – Oposição Metalúrgica do Pará

ONG's – Organizações Não-Governamental

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PCDS – Países Capitalistas Desenvolvidos

PFL – Partido da Frente Liberal

PGC – Programa Grande Carajás

PNB – Produto Nacional Bruto

PND – Programa Nacional de Desestatização



PRC – Partido Revolucionário Comunista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

QIV – Quase Integração Vertical

SECTAM – Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente

SIMETAL – Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Pará

TPM – Total Productivity Maintenance/ Manutenção da Produtividade Total

TQC – Total Quality Control

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 18 |
| 1. A CLASSE OPERÁRIA VEM À AMAZÔNIA ORIENTAL: SURGE A ALBRÁS (1985) E A ALUNORTE(1995) | 27 |
| 1.1 – A crise crônica do capitalismo mundial, o 1º choque do petróleo e a “globalização” | 27 |
| 1.2 – Reorientação do capitalismo mundial: baratear custos e mão de obra | 46 |
| 1.3 – O Estudo de Viabilidade e a “generosidade” do Estado Brasileiro para construir as fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE | 52 |
| 1.4 – O 2º choque do petróleo, a crise da ditadura militar e o Programa Grande Carajás: as fábricas dão partida | 56 |
| 2. MOVIMENTO OPERÁRIO, TOYOTISMO E CRISE DO SINDICALISMO | 72 |
| 2.1 – Reorganização do mundo do trabalho e a “crise do sindicalismo” | 72 |
| 2.2 – O toyotismo e reestruturação produtiva | 76 |
| 2.3 – A reestruturação produtiva e o sindicalismo | 83 |
| 2.4 – As respostas da classe operária ao toyotismo | 99 |
| 3. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS FÁBRICAS DA ALBRÁS E DA ALUNORTE | 103 |
| 3.1 – A reestruturação da indústria mundial e nacional do alumínio | 103 |
| 3.2 – A reestruturação produtiva na ALBRAS: a Qualidade Total toyotista | 119 |
| 3.2.1 – Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) | 144 |
| 3.3 – A reestruturação produtiva na ALUNORTE: o TPM | 157 |
| 3.4 - O outro lado do toyotismo: a rede de subcontratação/terceirização | 170 |



| | |
|--|------------|
| 3.5 – O neoliberalismo: as privatizações a serviço da reestruturação produtiva | 178 |
| 3.5.1 – A Privatização da CVRD: Um Capítulo à parte | 190 |
| 3.6 – Relações de trabalho e processo produtivo após a privatização da CVRD | 194 |
| 4. MOVIMENTO OPERÁRIO E A LUTA CONTRA A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS FÁBRICAS DA ALBRÁS E DA ALUNORTE | 198 |
| 4.1 – A retomada do Movimento Operário no Brasil: 1978-1989 | 198 |
| 4.2 – A Greve de 1990 na ALBRAS | 201 |
| 4.2.1 – A Greve: Os sete dias que abalaram a ALBRAS | 205 |
| 4.3 – A luta contra a reestruturação produtiva: os Acordos Coletivos de Trabalho | 217 |
| 4.4 – O Sindicato dos Metalúrgicos: da CUT a Força Sindical..... | 225 |
| 4.5 – O Sindicato dos Químicos : da CUT a? | 236 |
| Conclusão | 247 |
| Bibliografia | 253 |
| Apêndices | 266 |
| Anexos..... | 269 |



INTRODUÇÃO { XE "INTRODUÇÃO" }

O presente trabalho quer analisar a relação capital-trabalho nas fábricas da ALBRÁS e da ALUNORTE. Melhor dizendo, a “reestruturação produtiva” nessas duas fábricas e como o movimento operário, em seus diversos momentos e das diversas formas, se contrapõe a ela.

Quando os primeiros estudos de implantação do “complexo” Albrás-Alunorte se realizaram no plano acadêmico, conceitos como “globalização”, “reestruturação produtiva”, “acumulação flexível”, “toyotismo”, “neoliberalismo”, “privatização”, assim como questões como “crise do sindicalismo”, “crise do movimento operário”, “crise do fordismo”, eram coisas tão distantes ou embrionárias ainda da realidade brasileira, que sequer poderiam ser citados pelos pioneiros desses estudos.

Hoje, mais de duas décadas depois, somos obrigados a nos defrontar com esses conceitos e essas questões, inserindo-os no mesmo espaço político e geográfico estudado por esses autores e onde se concentra nosso “objeto de estudo”: a Amazônia Oriental, e, especificamente, o município de Barcarena/Pará.

De longe, somos bem mais aquinhoados que nossos pioneiros em nossa empreitada. Na década de 80, Leal (1988), Alencar(1989), Lobo (1996)¹, dentre outros tinham à sua disposição, além da idéia e da vontade, apenas um “gravador com fita cassete” e uma “velha máquina de escrever”. Na década de 90, CARMO (2000)² já chegou a vislumbrar uma das “maravilhas” da “globalização”, como o computador pessoal, que já era acessível ao público brasileiro, e já dispunha de bibliografias mais avançadas traduzidas para o português.

¹ . A publicação de sua dissertação pelo NAEA é de 1996, mas originalmente a defesa ocorreu no ano de 1989.

² . Originalmente a dissertação é do ano de 1997, e a publicação de dá no ano 2000 pelo NAEA.



Nós, apesar das dificuldades financeiras, temos uma Alça Viária para nos locomover mais rápido até Vila dos Cabanos, temos um MP3 que grava até quarenta horas seguidas e depois podemos copiar para o micro-computador, temos a Câmera digital para bater fotos de qualidade e transportá-las para o computador. E mais, temos uma atualização de dados de nossa temática, inclusive com bibliografia estrangeira traduzida.

Nosso trabalho quer analisar a reestruturação produtiva nas fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE a partir da seguinte questão: como foi possível sua implantação a partir de 1990 e por quê o movimento operário não pôde conter esse processo? Por que mesmo resistindo, inclusive recorrendo ao método da greve, os trabalhadores não puderam evitar esse movimento de reestruturação produtiva?

A reestruturação produtiva consiste, segundo Almeida Neto (2003) em “um processo de mudanças tecnológicas (Informática, Automação, microeletrônica ou novas formas de gerenciamento da produção) que visa alcançar maior flexibilidade e integração interna e externa”.

Por “movimento operário” entendemos, tal como Engels (1985), todas as ações, greves, lutas e manifestações levadas a cabo pelos operários, seja de forma espontânea ou organizada, através de suas organizações sindicais, como os sindicatos e centrais sindicais ou de seus partidos e correntes políticas.

Para compreender como essas duas variáveis (movimento operário e reestruturação produtiva) se interagem e se anulam ao mesmo tempo, escolhemos o caminho da dialética utilizada por Marx (1996), a dialética que é “*essencialmente crítica e revolucionária*”, porque ela “*apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir*”. Por isso, que desde já discrepamos de todas as análises que colocam a primazia absoluta nos “fatores



objetivos”, esquecendo que a história e as sociedades são determinadas pela combinação de “fatores objetivos” e “subjetivos”. Aqueles que vêem, por exemplo, a “globalização” e seus processos (reestruturação produtiva, por exemplo) como inexoráveis, inevitáveis, recorrem neste erro. A priori, nada é definitivo, tudo depende da luta que será travada entre os atores e classes sociais em determinada sociedade.

Nosso ponto de partida é o “concreto”: as “mercadorias” alumínio/alumina, os operários, as plantas industriais onde essas mercadorias são transformadas a partir da matéria-prima bauxita, o processo de produção, etc. Mas, esse “concreto” vai passar por um processo mental, pois *“o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações”*. Ao seguir essa orientação tentamos mostrar o frágil elo que separa a “aparência” da “essência” desses fenômenos, pois a essência de um fenômeno só vem à tona quando procuramos seguir as trilhas pelas quais se erige, isto é suas formas mais simples.

Assim, a partir de fenômenos concretos podemos perceber as relações sociais que os encerram, e vemos que, o que parecia um acontecimento fortuito, isolado, a instalação das fábricas de alumínio e alumina em uma região atrasada do ponto de vista capitalista, a Amazônia Oriental, acaba se revelando como uma tendência que abarca todo o modo de produção capitalista em seu estágio atual, de crise e decadência.

Nosso interesse pela temática vem desde 1985, quando pela primeira vez visitamos um grande projeto presente na Amazônia Oriental, a fábrica da ALUMAR. O impacto foi imediato, e nos perguntávamos, como foi possível transladar para nossa região todo aquele aparato produtivo, com um processo produtivo do primeiro



mundo? Como concentrar tantos operários em um só local e com métodos de produção tão modernos?

Esse interesse foi reforçado ainda mais quando pudemos participar no antigo IDESP, como estagiário de sócio-economia, de um projeto intitulado *“Repercussões sócio-econômicas do Complexo Industrial Albrás-Alunorte em sua área de influência imediata”* com a Arquiteta Helena Tourinho. Foi um ano de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, onde pudemos aprender um pouco mais sobre a “grande transformação” pela qual passou a Amazônia Oriental.

Depois vieram as visitas aos outros grandes projetos presentes em nossa região, como a visita à Hidrelétrica de Tucuruí com nossos alunos da UEPA, presentes no pólo de Altamira; a entrada na “cidade proibida” de Carajás para observar as minas de ferro, e finalmente, como professor da UFPA, outras visitas com os alunos às fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE. Tudo isso permeado por nosso interesse subjetivo, como militante político e como estudioso do movimento operário.

Mas, o que nos movia também era um interesse maior em estudar esse movimento operário novo, produto da crise do capitalismo mundial. Havia uma lacuna importante na literatura sociológica sobre essa temática; um ou outro artigo disperso, às vezes misturado com outra temática maior como a gestão empresarial, novas formas de gestão, etc.

Com esses objetivos, estudar esse novo sujeito social na Amazônia – produto dos grandes projetos capitalistas – e ajudar a preencher a lacuna sobre o movimento operário presente nas fábricas de alumínio e alumina, partimos para a nossa pesquisa.



No caso da ALBRAS, apesar das limitações de uma empresa capitalista, tivemos acesso à fábrica, visitamos a biblioteca e nos foram fornecidas algumas informações de caráter técnico, que constamos em nossa pesquisa.

Estruturamos esta dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, analisamos o surgimento dessa classe operária concentrada, presente nas fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE. Tentamos demonstrar que o seu surgimento é produto de uma combinação de fatores, tendo como determinante máximo, a crise crônica na qual o capitalismo imperialista estava submerso, agravada pelos dois choques do petróleo na década de 70, no século XX. O Japão, particularmente, é um dos países capitalistas centrais mais afetado pela crise, pois dependia essencialmente de energia movida a petróleo.

Entretanto, nossa explicação seria insuficiente se não juntássemos a esta causa um outro fator, que foi a crise do “milagre brasileiro” protagonizada pelo regime militar, também afetado pela crise do petróleo. A intervenção do Estado brasileiro, sob todos os aspectos, é decisiva para que grandes projetos minero-metalúrgicos venham se instalar na Amazônia Oriental, inaugurando assim uma “nova fase” do desenvolvimento capitalista em nossa região. Todos os planos elaborados para o país e para a Amazônia refletiam este novo momento da situação externa e interna.

No segundo capítulo, analisamos uma questão teórica que vai ter seus reflexos quando estudamos o operariado da ALBRAS e da ALUNORTE, qual seja, o movimento operário e o novo modelo de organização fabril do capitalismo, o toyotismo, como se convencionou chamar. Tentamos argumentar como a introdução de novos métodos de organização do trabalho nas fábricas, chamada de reestruturação produtiva (programas de computador acoplados às máquinas,



polivalência de funções, terceirização, etc.) influenciaram os rumos do movimento operário, trazendo crise às suas organizações tradicionais, como os sindicatos e também aos velhos partidos, pautados por ideologias social-democratas e stalinistas no mundo inteiro. Mas, discutimos também, como este mesmo movimento operário se reorganiza e resiste a este processo, com greves, mobilizações, conforme temos visto no último período na França e nos Estados Unidos.

Para isso utilizamo-nos de uma vasta bibliografia de autores que analisam o mundo do trabalho e o movimento operário, tais como Antunes (1992;1995; 1995b;2005a;2005b;2006;2000), Bihl (1999), Rodrigues (1990;1999), Coriat (1994), Meszaros (1999), Boito Júnior (1999), Silver (2005), Gorz (1989), Gounet (1999), Sandoval (1994), dentre outros.

No terceiro capítulo, analisamos a reestruturação produtiva nas fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE, ou seja, como aquele movimento que vimos no plano teórico do capitalismo mundial, se impõe sobre os operários. Partimos de uma caracterização da indústria do alumínio e de sua reestruturação, inserida no processo global de acumulação capitalista, para demonstrar que a CVRD – antes estatal e depois privatizada – só pôde se tornar a grande empresa que é hoje, introduzindo as inovações organizacionais do capitalismo. Através da flexibilização do trabalho, da implantação do TQC, da terceirização, a empresa pouco a pouco foi minando a resistência operária, com uma grande ofensiva ideológica presente nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e em outras iniciativas, como veremos.

Argumentaremos também, neste capítulo, como a privatização da CVRD, foi uma alavanca importante para concretizar o processo de reestruturação produtiva iniciado em 1990, visto que, com a privatização, não haveria mais o contraponto presente nas relações de trabalho pelo fato da empresa ser do governo, e mesmo



com o despotismo dos gerentes, os operários, de alguma forma viam a empresa como sua também.

No quarto e último capítulo, tentaremos mostrar como o movimento operário, seja por iniciativas individuais, seja por iniciativas dos Sindicatos, reagiu a esse processo em curso nas duas fábricas. Como nesse movimento, que recém se iniciava na fábrica da ALBRAS, os operários foram capazes de realizar uma greve em agosto de 1990, que, contraditoriamente, serviu para alertar a empresa da necessidade de acelerar a reestruturação produtiva; como os operários tentavam se contrapor ao controle instituído pelo programa de qualidade total através de todo tipo de boicotes dentro da fábrica. E, como, por fim, expressaram parte de sua revolta contra a organização toyotista do trabalho, através dos acordos coletivos, sempre precedidos de muita tensão entre a empresa e os sindicatos operários.

Analisaremos como esse processo se combinou com um processo maior de crise do movimento operário e da “esquerda”, que teve seus reflexos no micro movimento das fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE. A mesma direção que dirigiu a heróica greve de 1990 foi a mesma que deixou passar os métodos de flexibilização do trabalho na fábrica da ALBRAS, apenas criticando os excessos e a forma como se realizava tal processo. Só podemos atribuir isso a uma adaptação dos dirigentes ao pragmatismo da “nova ordem” mundial estabelecida com o fim da “guerra fria”, que colocou em crise setores da esquerda mundial, tendo seus reflexos no Brasil e no Sindicato dos Metalúrgicos.

Observamos duas maneiras de se fazer movimento operário no mesmo espaço político e social: a do Simetal e a do Sindicato dos Químicos. Duas trajetórias, como veremos nas entrevistas, que se iniciaram num mesmo movimento



de ascenso da classe trabalhadora brasileira, mas que se separaram nas práticas ideológicas.

Esperamos que nosso trabalho cumpra com seu objetivo: preencher uma lacuna nos estudos do movimento operário em nosso Estado e na Amazônia Oriental e incentive outros pesquisadores, iniciantes, a ver o movimento operário sob uma outra perspectiva, uma perspectiva transformadora da sociedade existente.



I. A CLASSE OPERÁRIA VEM À AMAZÔNIA ORIENTAL: SURGE A ALBRÁS (1985) E A ALUNORTE (1995)

1.1 - A crise crônica do capitalismo mundial, 1º choque do petróleo e a “globalização”

O produto final da ALBRAS é o lingote de alumínio de aproximadamente 22,5 quilos, com pureza mínima de 99,7%. Esta “mercadoria” alumínio atende as indústrias locais e, em sua maior parte, é destinada ao exterior, gerando importante divisas para o Brasil. O alumínio da ALBRAS é exportado pelo porto de Vila do Conde, vizinho à planta, abastecendo os mercados do Japão, Estados Unidos e Europa. Para realizar este processo produtivo, são necessários 1.367 empregados, segundo os dados de agosto de 2006 da própria Albrás – já chegou a ter quase 2.472 empregados antes da privatização da CVRD, ocorrida em 1997.

Para que a “mercadoria” alumínio possa existir faz-se necessário um processo industrial anterior, a transformação da bauxita em alumina, que é realizado na fábrica da Alunorte, vizinha a Albrás, onde 1.100 operários químicos realizam o processo produtivo. Antes, mais de 1000 trabalhadores das minas de Trombetas – e outros 3.000 terceirizados - extraem a bauxita necessária para que a mercadoria alumínio seja realizável.

A questão fundamental que queremos debater é: *que processos mundiais do capitalismo levaram a Amazônia Oriental, em particular o Estado do Pará, a sair de sua letargia, e abraçar o que há de mais “moderno” no que diz respeito às plantas das fábricas capitalistas? Como foi possível o surgimento de uma moderna classe operária³ em nossa região? O que leva o “moderno” a conviver com o “tradicional” –*

³ . O significado é exatamente esse em contraposição à “antiga classe operária” que foi investigada por MOURÃO, Leila. **Memória da Indústria Paraense**. Belém: FIEPA, 1989. Não se trata de afirmar



as antigas relações de produção camponesas, etnias indígenas, pescadores, etc. – e subjuga-lo com a força do seu aparato tecnológico?

Em primeiro lugar, está na própria natureza do modo de produção capitalista esse impulso para frente, para a expansão, para a conquista do mundo e dos mercados, sob pena de sucumbir com o peso de suas crises. Ao analisarmos este processo no final do século XX, qual seja a “internacionalização do capital produtivo”⁴ nos apoiamos nas análises centrais de Marx (1996) sobre a engrenagem do modo de produção capitalista.

Em sua análise do surgimento do capitalismo, desde “a chamada acumulação primitiva”, Marx (1996) não se contentou em descrever o passado, as sucessivas fases nas quais o capitalismo e suas classes foram se desenvolvendo (expropriação dos camponeses, arrendatário capitalista, capitalista industrial, proletariado assalariado), tratou, principalmente de prognosticar a tendência histórica da acumulação capitalista. Consideramos o texto clássico da “globalização” o que Marx (1996) escreveu no final do capítulo XXIV:

“Essa expropriação se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de

que não existisse uma classe operária no Estado do Pará; ao contrário, segundo os dados de Leila Mourão, em 1980, antes da inauguração da ALBRAS e da ALUNORTE, existia no Estado cerca de 4.860 estabelecimentos industriais, com 49.057 operários, nos mais diversos ramos: químicos, metalúrgicos, curtume, panificação, construção civil, etc. Cf. págs. 72-73. Em 1978, a FIEPA registrava 54 estabelecimentos metalúrgicos em Belém, com 1.782 operários e 14 da indústria química com 459 operários. Cf. FIEPA/CEAG-PA. **Cadastro Industrial do Estado do Pará: 78/79.** Belém/PA, dezembro de 1978.

⁴ . A segunda parte do trabalho de LOBO, Marco Aurélio Arbage, **Estado e Capital Transnacional na Amazônia: O caso da Albrás-Alunorte**, UFPA/NAEA, 1996, trata justamente deste fenômeno. Cito-o porque é um dos poucos trabalhos que aborda o caso da Albrás-Alunorte, mesmo que numa ótica do planejamento do Estado.



todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista (grifo nosso). À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas, cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados”⁵.

Se quisermos uma primeira “causa” pela qual o capitalismo japonês e americano trouxeram suas fábricas para a Amazônia Oriental, a ALBRAS e a ALUMAR, ela se encontra na brilhante análise formulada por Marx (1996) acima. Mas, mesmo tendo sido previsto por Marx este movimento do capital – que “não tem pátria” – ficaríamos com uma análise incompleta se não nos reportássemos a Lênin (1986), que presenciou e diagnosticou aquilo que Marx (1996) já via como uma tendência do modo de produção capitalista. Na parte VII, de sua obra clássica, *“Imperialismo, fase superior do capitalismo”*, Lênin (1986) resume as principais características do capitalismo –imperialista:

“O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da

⁵ . Cf. Karl MARX. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Vol. II, pág. 881. Editora Bertrand Brasil, 1996. Para complementar, seria interessante ler o trabalho de MELLO, Alex Fiúza de. “Marx e a Globalização”, Boiempo editorial, 1999, onde este apenas ratifica as principais teses de Marx, principalmente quando diz que *“No coração do processo de globalização, de fato, está o movimento de concentração e centralização do capital, sua principal força motriz; aspecto que...inegavelmente ressoa o núcleo central (core) de toda a tese de Marx sobre os fundamentos da “lei” de desenvolvimento do capitalismo...”*, p. 153.



época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada.

(...) Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes”(grifo nosso).⁶

A instalação de fábricas como a ALBRAS e a ALUNORTE na Amazônia Oriental estão contempladas dentro da maioria das características descritas por Lênin (1986), decorrentes de uma mudança de grau nas relações de produção capitalistas e do avanço tecnológico. É só vermos os acordos necessários para a criação das empresas, o empréstimo bancário para se construir as plantas, numa típica “exportação de capitais”, e a própria transferência da unidade produtiva intermediária para a região – que veremos com mais detalhes no Capítulo III - no caso da Albrás. Todo esse movimento que estudaremos mais à frente nos leva a crer que houve uma típica inversão imperialista para a Amazônia Oriental, em um ramo produtivo, o alumínio, dominado por cartéis transnacionais poderosos, as “seis irmãs do alumínio”⁷.

⁶ . Cf. V.I. LENINE. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: *Obras Escolhidas*, tomo I. 3ª edição, Editora Alfa-Omega, 1986. pp. 641-642. É fantástico a quantidade de informações empíricas que Lênin coletou à época para elaborar sua obra: dados sobre os bancos, fusões, números de empresas, capitais, etc. Podemos até dizer que os livros de Michelet e de François Chesnais são inspiração direta de Lênin, tamanha a quantidade de informações, dados sobre as empresas na era da “globalização”.

⁷ . Segundo LOBO, Marco Aurélio Arbage, Op. Cit., pág. 45, “A produção mundial de alumínio apresenta uma estrutura com forte grau de cartelização, na qual se observa o domínio de seis grandes grupos privados e suas subsidiárias ou afiliadas (as “Seis Irmãs”): Aluminium Company of América (ALCOA), Reynolds Metal Company e Kaiser Aluminium and Chemical Corporation, dos Estados Unidos; Alcan Aluminium Limited of Canadá; Pechiney Ugine Kullman Group, da França e



Nesse sentido, a crítica de Lobo (1989)⁸, inspirada em Michalet (1983)⁹, aos clássicos do marxismo é uma crítica válida apenas no sentido de que o capitalismo aprofundou os mecanismos de exportação de capitais, bem como suas plantas produtivas nos países periféricos, coerente com sua nova divisão internacional do trabalho, mas não alterou o conteúdo dado por Lênin (1986) da “fase superior do capitalismo”¹⁰.

Teríamos que nos perguntar: existe alguma das características formuladas por Lênin (1986) que não estejam presentes na “globalização”? Ou terá havido uma “mudança de paradigma”, como defendem alguns cientistas sociais e economistas, como Mello (1999) por exemplo, para os quais a categoria “imperialismo” não explica mais o atual modo de produção capitalista? A rigor, aqueles que defendem que a categoria “imperialismo” não serve mais para explicar o capitalismo atual, o fazem mais por uma questão “ideológica”, como muito bem caracterizou Chesnais¹¹, para

Swiss Aluminium Limited (ALUSSUISE), da Suíça. As “Seis Irmãs” detinham em 1980 cerca de 52,3% da produção mundial (manso, 1985”.

⁸ . Cf. LOBO, Marco Aurélio. op. Cit., pág. 34, onde diz “Delineia-se então uma nova divisão internacional do trabalho no mundo capitalista, bastante diversa daquela do Imperialismo Clássico, no qual os PCTs – países de capitalismo tardio – tinham o papel de fornecer apenas bens primários em bruto ou beneficiados de forma incipiente. No novo quadro, muitos PCTs passaram a oferecer também ao mercado internacional bens manufaturados com razoável grau de sofisticação em muitos casos, enquanto os PCDs – países capitalistas desenvolvidos - , além destes, oferecem bens e serviços de alta complexidade, especialmente nos segmentos que tem experimentado grande avanço tecnológico, como a Informática, a Robótica, a Química fina, a Medicina Nuclear, a Biotecnologia, a Engenharia Genética e as indústrias nucleares, aeroespacial e armamentista”.

⁹ . Cf. MICHALET, Charles Albert. **O Capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Apud LOBO, Marco Aurélio Arbage; Op. Cit.

¹⁰ . Cf. LÊNIN, V.I. Op. cit.

¹¹ . Cf. CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996. Especificamente no início do capítulo 1: Decifrar palavras carregadas de ideologia, quando nos diz: “O adjetivo ‘global’ surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres ‘business management schools’ de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), o americano M.E. Porter – ou o estreito contato com elas. Fez sua estréia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação: à telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em conseqüência, suas estratégias internacionais” (p.23).



se diferenciar categoricamente do marxismo, do que por estrita sintonia com aquilo que Thomas Kuhn chamou de “*mudança de paradigmas*”¹².

Nem Harvey (2004), nem Chesnais (1996), ousaram tanto como Mello (1999) para quem o termo “imperialismo” teria sido apenas uma etapa “intermediária” e não a “etapa superior” – como propunha Lênin – do capitalismo, justificando-se plenamente, o termo “globalismo” para este autor, como a verdadeira “etapa superior” do capitalismo¹³. Harvey (2004-a) ainda considera plenamente vigente o termo imperialismo na época histórica que estamos vivendo, como ele mesmo diz.

“Com esta última expressão [o imperialismo como um processo político econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem primazia], concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante”¹⁴.

Em que pese Mello (1999) localizar bem os teóricos do imperialismo, como Lênin (1986), Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo e Bukharin (1986)¹⁵, destacando a análise feita por eles de que o imperialismo significa a “fusão de capital bancário com o industrial”, “exportação de capitais produtivos” e a “caça de lucros

¹² . Cf. KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. Como dirá Kuhn, normalmente um “paradigma” está relacionado com um grupo específico na comunidade científica, e quando há rupturas nesse grupo acerca de uma explicação causal na sua ciência, ocorrem as “revoluções científicas”. Entretanto, Kuhn dirá que **“Para ser aceita como paradigma, uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras...”** Grifo nosso. (p.38).

¹³ . Cf. MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a Globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999; pp. 152-153.

¹⁴ . Cf. HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004, pp. 31-32.

¹⁵ . Cf. HILFERDING, Rudolf. **El Capital Financiero**, Instituto cubano do livro, 1971; BUKHARIN, Nicolai. **A Economia mundial e o imperialismo**. SP: Nova Cultural, 1986; LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital – Uma Anticrítica**; apud Mello, pág. 143.



máximos”¹⁶, o autor se contradiz na conclusão de sua tese, ao desvincular as transformações atuais do capitalismo mundial da categoria imperialismo e ao fazer uma interpretação equivocada do imperialismo, principalmente quando afirma o seguinte:

“A idéia de que o imperialismo se constitui na ‘fase suprema’ do capitalismo radica-se na tese básica de que este modo de produção teria, finalmente, atingido o fim de sua fase de expansão mundial e que, graças ao advento de um ciclo crônico de crise de acumulação, abrir-se-ia, tendencialmente, um tempo de transformação revolucionária em direção ao socialismo – o que efetivamente não ocorreu”¹⁷

Nem Lênin (1986), nem Hilferding e muito menos Bukharin (1986) afirmaram que o imperialismo era a “fase suprema” do capitalismo porque teria atingido o fim de sua fase de expansão, no sentido de capturar mais espaços e mercados, ao contrário, Hilferding e Bukharin (e o próprio Lênin na introdução da obra de Bukharin) admitiam como hipótese teórica uma centralização total da economia mundial pelo imperialismo, inclusive com um “Estado Mundial único”, com a pequena ressalva de que seria seu último ato como imperialismo, pois isso acarretaria uma verdadeira revolução proletária mundial, as contradições seriam tantas, que na prática esse projeto seria impossível, mas não descartado como hipótese teórica.

É importante destacar as palavras do próprio Bukharin, para mostrar que a interpretação de Mello está completamente equivocada:

“... A época do capitalismo financeiro subverte tudo... O processo de centralização do capital transforma-se e inicia uma fase superior... A anexação imperialista constitui, pois, um caso particular da tendência geral capitalista à centralização do capital: uma centralização cuja amplitude deve corresponder ao nível da concorrência dos trustes capitalistas nacionais. Essa luta tem por arena a economia mundial; e por limites econômicos e políticos o

¹⁶ . “Se o capital é exportado para o estrangeiro, não é porque não pudesse de todo ser investido internamente, mas sim porque pode ser investido com uma taxa de lucro mais elevada num país estrangeiro”. Cf. BUKHARIN, N. **A Economia Mundial e o imperialismo**. Apud Mello, pág. 144.

¹⁷ . Cf. MELLO, Alex Fiúza de. Op. Cit., pág. 152.



*truste universal, o Estado mundial único, subordinado ao capital financeiro dos vencedores que tudo assimilaram – ideal que jamais haviam sonhado os mais audaciosos espíritos das épocas passadas*¹⁸.

Também Mello (1999) se contradiz ao dizer que com o avanço da mundialização do capital o capitalismo entra finalmente na sua fase do “globalismo”, “*etapa na qual o capital atinge o seu grau mais desenvolvido de concentração e centralização, transnacionalizando-se*”. Ora, o imperialismo é imperialismo porque ele se transnacionaliza-se, porque rompe as barreiras do seu próprio Estado nacional e conquista povos e mercados. A “*globalização*”¹⁹ nada mais é do que um aprofundamento desse processo de transnacionalização, produto de uma aguda crise crônica da economia capitalista mundial; nada mais do que isso.

Jamais passaria pela análise de um marxista caracterizar a “globalização” como um novo processo de desenvolvimento do capitalismo, que o levasse a uma nova “era do ouro”, à superação de sua “crise estrutural”, como defende a Escola de Regulação francesa²⁰. Ao contrário, é um movimento defensivo, de declínio, o que

¹⁸ . Cf. BUKHARIN, N. Op. Cit., pág. 112.

¹⁹ . Usamos o termo entre “aspas” porque não concordamos que “globalização” se confunda com uma nova fase progressiva de desenvolvimento capitalista e nem que possa explicar o capitalismo de conjunto, com todas as suas contradições de classe. Autores como HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004, usam o termo com “aspas”: “*A recente retomada do interesse por hegemonias regionais...sugere que esse processo de redistribuição de poder talvez esteja desempenhando um papel bem mais importante na reorganização do capitalismo global do que o termo genérico “globalização” tende a deixar implícito*”; pág. 39. Também BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **A Economia como ela é...** 3ª edição, São Paulo: Boitempo, 2002e a deixar implícito do que o termo genérico “globalização” tende a deixar implícito; pág. 39. “*Sob diversos pontos de vista, a “globalização” é uma falsa novidade. Ao contrário do que frequentemente se supõe, o grau da internacionalização econômica observado nas últimas duas ou três décadas tem precedentes históricos. Muitos dos fenômenos aduzidos para sugerir o advento de uma nova era constituem, na realidade, a retomada de processos e tendências bastante antigos*”.

²⁰ . Nesse sentido não podemos concordar com as teses da Escola de Regulação francesa, através do Seminário Marxista – Questões contemporâneas, de que o capitalismo estaria saindo de sua crise estrutural, crônica. As teses de Duménil e Lévy, por exemplo, dizem o seguinte: “*Entre os aspectos que nos permitem falar de uma nova fase do capitalismo destacamos os seguintes: 1) A superação da crise estrutural: isto não significa que o mundo capitalista esteja em seu melhor momento; essa é uma realidade distante. Entretanto, muitos dos traços que permitiram definir os anos 1970 e início dos anos 1980 como um período de crise estrutural estão prestes a desaparecer; 2) Um novo curso favorável da mudança técnica: trata-se, mais precisamente, da tendência ao aumento da*



caracteriza a essência do imperialismo. Seria mais lícito falar da “globalização” como *uma etapa superior do imperialismo*, de mais crise e mais declínio, como temos presenciado no mundo atual, com o aumento das guerras, das contra-revoluções econômicas, dentre outros aspectos.

Esse conceito “globalização” é tão ideológico – como afirmou Chesnais – que um dos principais ideólogos norte-americanos, John Kenneth Galbraith, ironiza dele: *“Globalização(...) não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular a nossa política de entrada econômica nos outros países”*²¹.

Por isso mesmo que para nós não se trata de uma “mudança de paradigma”, como tenta colocar Mello (1999), pois para chegar a tanto a nova teoria teria que “ser melhor que sua competidora”, como afirmara Kuhn (2004), o que não conseguimos perceber nos teóricos da “globalização”.

Independente de todas as discussões acerca do caráter do Estado-nação hoje, bastaria a Mello olhar algumas evidências, para ver que, quem comanda esse processo de globalização são as velhas potências capitalistas e seus “Estados-nações”, que nos momentos de crise aguda em algumas nações periféricas acolhem seus capitais com a mesma ternura de um carinho de mãe. Preferimos usar a terminologia de François Chesnais (1996; p. 37), a de “imperialismo clássico”, o da

*produtividade do capital. Essa tendência comanda a alata da taxa de lucro e cria a possibilidade de um aumento no poder de compra dos assalariados, que só será obtido através da luta dos próprios assalariados; 3) Uma etapa na evolução da gestão: ela está ligada às novas tecnologias de informação e comunicação, mas possui igualmente outros aspectos; 4) uma etapa na evolução da propriedade capitalista: o caráter social dos meios de produção encontra-se gradualmente afirmado através da extensão das instituições às quais a propriedade é delegada, notadamente os grandes fundos de investimentos (administrado pelos gestores)”. Cf. GERARD, Dumenil, LEVY, Dominique. **Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo**. IN: CHESNAIS, François et al. São Paulo: Xamã, 2003 (Seminário marxista: questões contemporâneas). pp. 40-41.*

²¹ . Cf. BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Op. Cit., (Nota 16), pág. 68. O Autor buscou a fala de Galbraith em uma entrevista dada por ele ao jornal italiano *Corriere della Sera*, reproduzida no Brasil pela Folha de São Paulo de 2 de novembro de 1997, pp 2-13.



época de Lênin e Trotsky, contrapondo-se a um “imperialismo moderno”, chamado pela Escola de Harvard de “Globalização” ou pelos franceses de “mundialização”.

Mas dizer que o movimento de inversão das fábricas para nossa região está inscrito nesse processo geral do capitalismo e de sua fase superior não explica nada, visto que os capitalistas japoneses ou os norte-americanos – no caso da ALUMAR - poderiam ter optado por outra região ou outro continente, como a Ásia, por exemplo, que tinha mão de obra abundante e bem barata, como provam os “tigres asiáticos” e a própria China. Que cedo ou tarde o capitalismo das fábricas e das grandes estruturas produtivas chegaria à Amazônia é um estigma da *“maldição dos recursos naturais”*²² e da própria sede do capitalismo por extrair mais-valia em todos os recantos do mundo. Mas, como veremos adiante, os capitalistas contaram essencialmente com a benevolência do Estado brasileiro e seus governantes de plantão, a ditadura militar.

Foi preciso um “acidente” de percurso da história – o 1º choque do petróleo - para que o processo de industrialização na Amazônia Oriental, capitaneado por empresas transnacionais, fosse levado às extremas conseqüências. Podemos dizer que o processo de acumulação capitalista na região teve duas fases bem caracterizadas: a 1ª fase foi a integração da região ao mercado nacional através da construção da Belém-Brasília, e o incentivo aos capitalistas nacionais do centro-sul para que viessem se instalar na Amazônia com seus projetos agropecuários²³. Esta fase é lembrada por Hébette em sua coletânea “Cruzando a Fronteira” da seguinte maneira:

²² . Cf. LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pág. 155.

²³ . Nesta “1ª fase” a modernização vai se dar por “decreto”, segundo LOUREIRO, Violeta. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 2ª ed. Belém: Cejup, 2004 (Coleção Amazoniana, 1); págs 82-95. Há uma remuneração do grande capital e o fracasso de projetos desenvolvimentistas regionais. “No curso dos anos 70 os instrumentos jurídicos, políticos e administrativos de controle da terra pelo Estado e de sua transferência para os grupos econômicos se completam, como expressão do ‘desenvolvimento’ proposto (ou imposto) para a região pelo regime militar vigente”, pág. 109.



“Pelo que foi comentado, parece claramente, pensamos que o capital, nacional e internacional, está procedendo a um rearranjo da produção em nível nacional com repercussões imediatas para a Amazônia. Definitivamente, a produção industrial está açambarcada pelo Cnetro-Sul. Neste aspecto, o movimento do capital é tão desestruturador para a pequena indústria e o artesanato da região quanto para a agricultura camponesa. O capital mata a empresa local quando se pode aproveitar dos seus despojos; os raros exemplos de novas indústrias especificamente capitalistas, que se instalam artificialmente com incentivos fiscais não convencem em sentido contrário; as oficinas que se instalam com recursos próprios, não apresentam futuro muito promissor”²⁴.

A 2ª fase está diretamente relacionada com a crise capitalista mundial, que remonta suas origens ao final da década de 60, mas que foi agravada com a orientação política dos países árabes de cortar a produção petrolífera em 1973. Na Amazônia vai se traduzir na elaboração do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979), conforme analisado por Loureiro (2004) e por nós mais adiante, e que tem como objetivo principal a implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos.

A história do 1º choque do petróleo nos leva até 1967, quando Israel invade o Egito, a Síria e a Jordânia, e anexa do Egito a península do Sinai e a Faixa de Gaza, e tira da Síria as Colinas de Golán e da Jordânia, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental; começa o segundo êxodo palestino, cerca de 400 mil palestinos da Gaza e Cisjordânia e 100 mil de Kuneitra são expulsos de suas localidades. A resposta do Egito, aliado com a Síria, veio no dia sagrado dos Judeus, o 6 de outubro de 1973, o “Yom Kippur”. Nesse dia, o Egito lança um ataque militar contra as tropas de Israel

²⁴ . Cf. HEBETTE, Jean, MARIN, Rosa Acevedo. **Mobilidade do trabalho e fronteira Amazônia: A Belém-Brasília**. In: HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Edufpa, 2004; pp. 148-149. Vol. I.



assentadas no Sinai e nas Colinas de Golán²⁵. A OLP chama uma greve geral que afeta grande parte da economia israelense.

Em sua obra prima “O Petróleo”, Yergin (1992) relata da seguinte forma o início da guerra:

“APENAS ALGUNS MOMENTOS ANTES DAS 14 HORAS do dia 6 de outubro de 1973 – que, pelo calendário daquele ano, era o Yom Kippur, o mais sagrado dos feriados judaicos – 222 aviões a jato egípcios roncaram o céu. Seus alvos eram os postos de comando e as posições israelenses na margem oriental do canal de Suez e no Sinai. Alguns minutos depois, mais de três mil peças de artilharia abriram fogo ao longo de todo o front. Quase simultaneamente, aviões sírios atacaram a fronteira norte de Israel, seguidos imediatamente por uma barragem de setecentas peças de artilharia. Assim, começou a Guerra do Yom Kippur, a quarta entre as guerras árabes e israelenses – a mais destruidora e intensa de todas e a que trouxe conseqüências de maior alcance. Os armamentos de ambos os lados do conflito tinham sido fornecidos pelas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética. Porém, uma das armas mais potentes era exclusiva do Oriente Médio. A arma do petróleo, usada em forma de embargo...”²⁶

Depois da primeira surpresa, as tropas israelenses, sustentadas por um gigantesco operativo de abastecimento proporcionado pelos Estados Unidos, fizeram as tropas árabes retroceder²⁷.

A resposta político-econômica dos países árabes, em represália ao apoio dos EUA a Israel²⁸, deixou a economia capitalista mundial dependente do petróleo

²⁵ .Cf. FINKELSTEIN, Norman G. **Imagem e Realidade do conflito Israel-Palestina**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005. Especificamente o capítulo 6: A linguagem da força: o verdadeiro significado da guerra de outubro e de suas conseqüências. O autor fala que Israel nunca quis a paz, como dizem alguns ideólogos judeus acerca do episódio. “Israel, contudo, recusava-se a retirar dos territórios conquistados em troca da paz. Esgotadas todas as alternativas diplomáticas, O Egito vai à guerra, demonstrando um desempenho militar impressionante e inesperado”; pág. 254.

²⁶ . Cf. YERGIN, Daniel. **O Petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder**. Tradução Leila Marina Di Natale, Maria Cristina Guimarães, Maria Cristina L. de Góes. São Paulo: Scritta, 1992 (Ensaio), pág. 613. O Título original é do inglês: *The Prize: The epic quest for oil, money and power, 1990*.

²⁷ . Cf. PALESTINA: **História de uma colonización. Cuadernos Socialistas**, novembro de 2000. pp. 42-43.

²⁸ . Segundo YERGIN, Daniel. Op. Cit., pp 632-633, por conta de um acidente da natureza o plano secreto dos EUA a Israel foi descoberto. A condição imposta pelos EUA para apoiar Israel era de que o abastecimento aéreo para os sionistas deveria se dar “protegidos pela escuridão da noite”, nas palavras de Kissinger. Mas os aviões americanos precisariam fazer uma escala para reabastecimento na rota para Israel, o que conseguiram com Portugal, através dos Açores. Aí veio o “ato inesperado



apreensiva. Com o apoio dos EUA a Israel, quebrando sua promessa aos países árabes (veja nota 25), em 16 de outubro, na cidade do Kuwait, os delegados dos países do Golfo – cinco árabes e um iraniano – tomaram a decisão que abalou o mundo capitalista: aumentaram o preço fixado do petróleo em 70%, passando para 5,11 dólares o barril. Além disso, fixaram uma diminuição da produção em 5% a cada mês, sendo que para os Estados Unidos e para a Holanda o embargo seria total.

Entretanto, com a radicalização da guerra e da ajuda dos EUA a Israel, no início de novembro de 1973, os ministros árabes decidiram aumentar os cortes de forma generalizada. Se em outubro a produção árabe disponível estava em 20,8 milhões de barris por dia, em dezembro – no momento mais crítico do embargo – era de 15,8 milhões de barris por dia²⁹. Em relação aos preços, os 5,4 dólares acordados na reunião de outubro já não mais existiam, pois em novembro o petróleo da Nigéria foi vendido por US\$ 16; O Irã fez um leilão para testar o mercado e o preço foi cotado acima de US\$ 17. Fato interessante é que uma companhia trading japonesa – sem experiência na compra de petróleo, sob pressão para ajudar e garantir o suprimento japonês, competindo com cerca de outras oitenta companhias – ofereceu US\$ 22,6 dólares em um leilão nigeriano³⁰.

Foi o início de crise e recessão generalizadas nos principais países capitalistas-imperialistas. Sua produção industrial foi reduzida em 10% em apenas um ano. A esse respeito a análise feita por Glyn e Harrison é bastante interessante:

da natureza”. *“Havia fortes correntes de vento no aeroporto de Lajes, nos Açores, que puseram em perigo os enormes aviões de transporte C-5^a, e por essa razão ficaram detidos em Delaware, abarrotados de suprimentos(...)Assim, os C5As não chegaram a Israel na escuridão da noite do sábado (13 de outubro), mas atravessaram o céu roncando durante o domingo, 14 de outubro, exibindo para quem quisesse ver suas enormes estrelas brancas. Os Estados Unidos, em lugar de conservar sua posição de intermediários honestos, eram agora considerados aliados ativos de Israel”,* pág. 632.

²⁹ . Idem Ibidem, pág. 642.

³⁰ . Idem Ibidem, pp. 643-644.



“As Décadas de Crise após 1973 não foram mais uma ‘Grande Depressão’, no sentido dos anos 30, do que as décadas após 1873, embora também elas recebessem esse nome na época. A economia global não desabou, mesmo momentaneamente, embora a Era do Ouro acabasse em 1973-5 como alguma coisa bem semelhante a uma depressão cíclica bastante clássica, que reduziu a produção industrial nas ‘economias de mercado desenvolvidas’ em 10% em um ano, e o comércio internacional em 13% (Armstrong, Glyn, & Harrison, 1991, apud Hobsbawm (1998), p.225).³¹

Nos Estados Unidos, o principal país imperialista, as conseqüências foram o aumento da gasolina no varejo em até 40%, e pior, “as medidas de restrição para abastecer uma única vez”, ocasionando filas enormes nos postos de gasolina³². Na Grã-Bretanha, a situação foi mais dramática ainda, pois no ano de 1974, além dos problemas causados pelo choque do petróleo, acontecia uma greve dos mineiros contra o governo do primeiro-ministro Heath,

“A economia do país nunca estivera tão paralisada desde a escassez de carvão de 1947. O fornecimento de eletricidade foi interrompido e a indústria passou a trabalhar apenas três dias por semana. Até a água quente nas casas foi racionada...”³³

O primeiro choque do petróleo precipitou em muito todos os planos de expansão das economias capitalistas industrializadas para outros territórios. Entretanto, como nos alerta Coggiola (2002), não é correto atribuir ao 1º choque do

³¹ . Cf. Eric HOBBSAWM. **A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. pp. 394-395. É interessante também os comentários que faz acerca de como países que eram tão pobres, tornam-se supermilionários e atingem os principais países ricos: “O triunfo da OPEP em 1973 produziu, pela primeira vez, um corpo de Estados do Terceiro Mundo, a maioria atrasada por quaisquer critérios e até então pobre, que agora surgiam como Estados supermilionários em escala mundial, sobretudo quando consistiam em pequenos trechos de areia ou floresta esparsamente habitados, governados (em geral) por xeques ou sultões. Era visivelmente impossível classificar, digamos, os Emirados Árabes Unidos, onde cada um do meio milhão de habitantes (1975) tinha, em teoria, uma fatia do PNB de mais de 13 mil dólares – quase o dobro do PNB per capita dos EUA na época (World Tables, 1991. pp. 596 e 604) - , no mesmo escaninho que, digamos, o Paquistão, que então tinha um PNB per capita de 130 dólares. Os Estados do Petróleo com grande população não iam bem, mas apesar disso tornou evidente que os Estados dependentes da exportação de um único produto primário, por menos vantagens que tivessem em outros aspectos, podiam tornar-se extremamente ricos, embora esse dinheiro, também fácil, quase invariavelmente, tentasse-os a jogá-lo pela janela”, pág. 353.

³² . Cf. YERGIN, Daniel. Op. Cit., pág. 645.

³³ . Idem Ibidem, pág. 659.



petróleo toda a crise posterior do sistema capitalista mundial. Em relação aos Estados Unidos, por exemplo,

“Desde o final da década de 60, os índices econômicos norte-americanos apresentavam sinais de alarme, pois evidenciavam uma queda tendencial da taxa de lucro do capital em seu conjunto. Quando a crise foi finalmente ‘oficialmente’ declarada, com a crise do petróleo de 1973, um tempo foi necessário para a compreensão de que não se tratava só de uma crise conjuntural ou cíclica, como aquelas que no pós-guerra foram chamadas de “recessões” (1948-49; 1952-53; 1957-58; 1960-61, 1966-67, 1970-71), mas sim uma crise que atingia limitações estruturais profundas do capitalismo: no pós-guerra o capital tinha usado as possibilidades do gasto armamentista, do “desenvolvimento” dependente, da formação de capital fictício, do desenvolvimento artificial das nações atrasadas com vistas à criação de mercados para exportar seus capitais e mercadorias: fez isso de modo sistemático e esgotou seus recursos nesse plano”³⁴.

Também em se tratando da guerra do Yom Kippur e o embargo da OPEP ao mundo ocidental, Coggiola (2002) não vê nesse conflito a causa fundamental para o aumento do preço do petróleo. Segundo ele *“essas medidas têm sido apontadas por alguns economistas e historiadores como a responsável pela grave crise do capitalismo deflagrada pela escalada inflacionária de 1974”*. Ao contrário, *“a crise ocorrida nesse período deve ser entendida como um movimento estrutural do modo de produção capitalista, uma de suas periódicas crises de superprodução”³⁵*. Antes de Coggiola, o próprio Yergin (1992) já havia analisado a guerra e o embargo da OPEP mais como agravamento das conseqüências e não como um fator determinante da crise capitalista mundial³⁶. Mas, como vimos acima, não se deve subestimar que a quadruplicação do barril de petróleo pela OPEP tenha contribuído para a retração da economia capitalista.

³⁴ . Cf. COGGIOLA, Osvaldo. **O Capital contra a História: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002; pág. 384.

³⁵ . Idem Ibidem, pág. 386.

³⁶ . Cf. YERGIN, Daniel. Op. Cit., pág. 613. *“O embargo, como a própria guerra, chegou como uma surpresa e um choque. Contudo, numa análise retrospectiva, o caminho para ambos parecia de certa forma inconfundível”*. A partir de então, o autor vai analisar toda a crise energética pela passava os Estados Unidos antes de 1973.



Se é verdade que o 1º choque do petróleo agravou a situação da economia capitalista mundial, também é certo que a reestruturação produtiva dos principais países capitalistas e suas formas de organizar o trabalho começou bem antes, como parte de sua “*crise crônica*” que recém se inicia em meados da década de 60³⁷. O modelo toyotista japonês, inclusive, remonta bem antes do início da “*crise crônica*” de acumulação capitalista, e tem suas origens na década de 50 a partir da derrota das greves dos operários japoneses da Toyota e da Nissan, entre outras. Como dirá Antunes, “*Essa foi a condição essencial para o sucesso capitalista da empresa japonesa e, em particular, da Toyota*”³⁸, a derrota do sindicalismo combativo na sociedade japonesa.

Ao analisarmos a grande inversão que o capitalismo vai fazer com a “*expansão do capital produtivo*” para áreas virgens, até então nunca pisadas pelo peso de grandes fábricas como a ALBRAS, a ALUNORTE ou a ALUMAR, é inevitável que voltemos a uma das teses fundamentais de Marx, em O Capital, a de que o capitalismo industrial “*proclamou a produção da mais valia último e único objetivo da humanidade*”³⁹. Para tanto, a indústria moderna teve que transformar constantemente “*uma parcela da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados*”⁴⁰ faz isso investindo permanentemente em capital constante (máquinas, equipamentos, novas invenções, etc.) para que os capitalistas

³⁷. Sobre o início da crise crônica da economia capitalista e seus desdobramentos, consultar MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**, Abril Cultural, 1982. Mandel era marxista e trotskista, profundo conhecedor das obras de Marx e de Trotsky, e utilizou muito bem a *categoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* formulada por Trotsky em seu primeiro capítulo da Revolução Russa.

³⁸. Cf. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 3º ed. Cortez, 1995, pág. 25.

³⁹. Cf. MARX, Karl. Op. cit, pág. 872. Ou então, a célebre passagem do capítulo XXIII: “*Produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção*”, pág. 719.

⁴⁰. Cf. MARX, Karl. **O Capital**; Livro I, Vol. II; pág. 735.



sigam seu destino, que é a concorrência eterna, com alguns sucumbindo no caminho e outros ascendendo nos ramos industriais.

Ao fazer esse movimento, há um “*decrécimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que o acompanha*”⁴¹, em outras palavras, abre-se um processo de crise, que num primeiro momento da indústria capitalista acontecia de dez em dez anos. Mas, o que nos faz recorrer a Marx é o caráter científico de seus prognósticos, a partir de análises bem fundamentadas do ciclo de funcionamento do capitalismo, quando previu que esses ciclos “iriam encurtando gradualmente”⁴². É disso que estamos falando, desse encurtamento das crises que vão se materializar a partir da década de 60 do século XX.

Quem melhor tem estudado o caráter atual das crises capitalistas é Mészáros (2002). Antes dele Moreno (1992), trotskista argentino, que combateu algumas teses de Mandel (1985), havia elaborado sobre a “crise crônica” do sistema capitalista⁴³.

⁴¹ . Idem Ibidem, pág. 735.

⁴² . Aqui seria bom que o leitor se reportasse à leitura do capítulo XXIII, do Livro I de O Capital, que trata da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”. Na tradução francesa de O Capital, Marx acrescentou o seguinte trecho, ao falar das crises periódicas: “Mas isto só ocorre a partir do momento em que a indústria mecânica se enraizou tão profundamente que exerce influência preponderante sobre toda a produção nacional; em que, graças a essa indústria, o comércio exterior começa a avantajarse ao comércio interno; em que o mercado mundial se apossa sucessivamente de vastas regiões do Novo Mundo, da Ásia e da Austrália, em que finalmente, as nações industriais que surgem na arena se tornam suficientemente numerosas. Só a partir desse momento começam a aparecer aqueles ciclos que se reproduzem continuamente, cujas fases sucessivas compreendem anos, **e que desembocam sempre numa crise geral**(grifo meu), o fim de um ciclo e o começo de outro. Até agora a duração desses ciclos é de 10 ou 11 anos, mas não há nenhum fundamento para se considerar constante essa duração. **Ao contrário, das leis capitalistas, segundo acabamos de expor, temos que inferir que ela é variável e que o período de ciclos se irá encurtando gradualmente**”(grifo nosso); Op. cit., pág. 735.

⁴³ . Cf. MORENO, Nahuel. **Teses para Atualização do Programa de Transição**, CS Editora, 1992; pp. 64-68. Particularmente na passagem em que discute o papel contra-revolucionário do stalinismo no pós-guerra, quando submeteu os partidos comunistas à direção dos Estados capitalistas para reconstruir a Europa sob bases capitalistas: “Mas apesar da ajuda do Kremlin, o imperialismo só conseguiu transformar as crises cíclicas catastróficas – tipo a de 1929 – **em uma crise crônica capitalista mundial**(grifo nosso) - que foi da periferia para o centro, tomando o mundo capitalista em seu conjunto, incluídos – como parte contraditória desse sistema econômico mundial dominado pelo imperialismo – os estados operários burocratizados”.



Para Moreno (1992), essa crise crônica vai abalar, inclusive os “estados operários”, que não terão mais como esconder sua dependência da economia capitalista mundial, o que vai precipitar a queda das burocracias totalitárias stalinistas.

A novidade de Mészáros (2002) é perceber a crise atual como “rastejante”, em escala de tempo “contínua”, assumindo um caráter “estrutural”:

“Como mencionado antes, a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada de especial em associar-se capital e crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação ...

A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais:

(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);

(2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);

(3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;

*(4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar **poderia ser chamado de rastejante**(grifo nosso), desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia.”⁴⁴*

O mais interessante dessas análises é que elas são compartilhadas por economistas norte-americanos, como Krugman (1999), que não tem nenhuma afinidade com o pensamento marxista e que, ao contrário, não querem ver a economia capitalista em *debacle*, no fundo do poço, mas tentam se aproximar de

⁴⁴ . Cf. MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Boitempo editorial/Editora da Unicamp, 2002; pp. 795-796. É uma obra bastante extensa, com quase 1.100 páginas, dividida em 4 partes.



uma explicação científica da realidade do capitalismo. Krugman (1999) considera a crise atual mais grave do que as crises de 1929 e das recessões da década de 70 devidas aos choques do petróleo, justamente por esse caráter “rastejante” de que fala Meszaros. É assim que se refere à crise que irrompeu nos “tigres asiáticos”, em 1997:

*“Efetivamente, essa não é a primeira crise econômica mundial desde os anos 30. Medidas pelo impacto geral sobre o Produto Mundial Bruto, as duas crises de energia – as recessões globais que se seguiram à Guerra do Yom Kippur de 1973 e à Revolução Iraniana de 1979 – foram piores do que a crise financeira desse final de década de 1990, pois ao contrário dos acontecimentos recentes, ambas produziram recessão na Europa e nos Estados Unidos. Individualmente, países e regiões também tiveram seus reveses: a América Latina, sobretudo, levou mais de sete anos para superar a crise da dívida que se iniciara em 1982. **Mas essas crises anteriores, por mais terríveis que tenham sido para suas vítimas, foram de certo modo, menos problemáticas do que os acontecimentos dos últimos dois anos, pois não pareciam assim tão imotivadas.. (grifo nosso).**”⁴⁵*

Seja como for, existe um acordo sobre a natureza das crises atuais do capitalismo e do fim dos ciclos duradouros, que o próprio Marx (1996) já havia prognosticado. Sobre os acontecimentos atuais das crises, Krugman (1999) prefere chamar de “a Grande Recessão”, como ele mesmo explica:

“Uso o termo ‘recessão’, no lugar de depressão, porque, por mais catastróficos que tenham sido os últimos dois anos para alguns países, em nível global, os danos por enquanto ficaram bem aquém das conseqüências da depressão (cruzemos os dedos). No entanto, o fenômeno faz jus à nobre classificação de “Grande”, pois, para os países afligidos, seus malefícios têm sido, de fato, o pior (em termos econômicos) que vivenciaram em meio século.”⁴⁶

⁴⁵ . Cf. Paul KRUGMAN. *Uma Nova Recessão? O que deu errado?* Editora Campus, 2ª ed., 1999; pp. 8-9.

⁴⁶ . Id. Ibidem, pág. 12.



Temos acordo com as principais análises expostas acima, visto que não se presenciou desde o final da década de 60 do século XX, nenhum novo “boom” na economia capitalista mundial. Esse fato é confirmado pelo declínio da taxa de crescimento dos principais países imperialistas, de suas taxas de lucro. Segundo dados da própria OCDE, desde 1968 que essas economias estão em descenso.

A principal economia capitalista mundial, os Estados Unidos, por exemplo, tiveram uma taxa de crescimento de 4,4% no período de 1960-68, caindo para 3,2% no período de 1968-73, caindo ainda mais no período de 1973-79, para 2,4%, estabilizando essa queda em 2,5% no período de 1979-85. Do mesmo modo o Japão, que passou de 10,4% no período de 1960-68 para 4,0% no período de 1979-85. Na Alemanha, França e Inglaterra, o declínio foi maior ainda. A Alemanha caiu de 4,1% para 1,3% no mesmo período; a França saiu de 5,4% para 1,1% no mesmo período e a Inglaterra de 3,1% para 1,2%⁴⁷. Ficamos mais convencidos quando presenciemos ainda, em nosso tempo, as crises econômicas e financeiras do capitalismo imperialista, como foi o caso recente dos “tigres asiáticos”, da Rússia e da Argentina.

É esse movimento de crise crônica que, como veremos, vai ocasionar a “fuga de fábricas”, como ficou conhecido nos Estados Unidos a deslocalização “*de unidades de produção rumo a zonas com salários mais baixos*”⁴⁸.

1.2– Reorientação do capitalismo mundial: baratear custos e mão de obra

⁴⁷ .Cf. HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 13ª edição São Paulo: Loyola, 2004 (1ª edição 1992); pág. 126.

⁴⁸ . Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. **Mundialização ou era de transição?** Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, François. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003; pág.87.



As crises econômicas fizeram os capitalistas e suas transnacionais (multinacionais) aprenderem e acelerarem o inversão de sua produção – sob certos aspectos – para os países semi-coloniais⁴⁹, como o Brasil e México, bem como os tão famosos “tigres asiáticos”⁵⁰. Nesse sentido, temos pleno acordo com Michalet – citado por Lobo – de que essa internacionalização do capital produtivo das ETNs (Empresas Transnacionais) tem como objetivo supremo, como causa fundamental, “os efeitos da lei da queda tendencial da taxa de lucros ocorrente especialmente nas economias dos PCDs”⁵¹, lei aliás, esboçada por Marx no Livro III de O Capital⁵².

⁴⁹ . Preferimos utilizar este termo, já consagrado por Lênin e Trotsky e usado por Ernest Mandel e Nahuel Moreno (obras citadas nas notas 35 e 42, respectivamente), pois dá muito mais realismo às relações entre os países imperialistas e os de industrialização tardia; na verdade os governos dos últimos acabam atuando como “sócios menores”, aceitando todas as macro-políticas econômicas dos primeiros. Basta ver o que foram os dois governos da era FHC e o recente governo Lula, para não falar dos governos militares. Para Mandel, países semicoloniais são “nações capitalistas que são politicamente (formalmente) independentes, mas cujas economias continuam dominadas pelo capital imperialista internacional”.

⁵⁰ . É impressionante como as multinacionais entraram vorazmente no México, após a entrada em vigor do NAFTA. Hoje existe 3.650 empresas maquiladoras instaladas no México, empregando 1 milhão de trabalhadores, ganhando (em 1996) cerca de 1,47 dólares por hora. “Maquiladoras”, como o nome diz, são empresas de montagem e acabamento de produtos para exportação, instaladas em território mexicano. A grande maioria é norte-americana, mas há também japonesas, canadenses, coreanas. Elas trazem peças e componentes, que foram fabricados em outros países, para montar os produtos no México. Principalmente eletro-eletrônicos, peças de automóveis e têxteis (peças para serem costuradas). Montados, os produtos são embalados, embarcados em caminhões, trens, aviões e exportados para os Estados Unidos e outros mercados”, é que nos diz Carlos Azevedo, in: **Manifesto**. O Muro Americano, dezembro de 1997, número zero, pp. 21-28. O dado mais interessante é que 66% dos trabalhadores das “maquiladoras” são mulheres!, o que dá o verdadeiro tom da exploração capitalista. Um outro dado interessante é que, mesmo com a crise dos “tigres asiáticos” de 1997, um operário da Coreia do Sul ganhava 5,14 dólares por hora, contra os 1,47 do mexicano!

⁵¹ . Op. cit, pág. 35. PCDs significa “países capitalistas desenvolvidos”.

⁵² . Cf. Karl MARX. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III, Vol. IV, editora Bertrand Brasil, 6ª ed., 1991; principalmente Parte Terceira “Lei: Tendência a Cair da Taxa de Lucro”, caps. XIII, XIV, XV. Diz-nos Marx: “...Então, esse aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve necessariamente ter por consequência queda gradual na taxa geral de lucro, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital. Ora, vimos ser uma lei do modo de produção capitalista que, ao desenvolver-se ele, o capital variável decresce relativamente, comparado com o constante e por conseguinte com todo o capital posto em movimento. Em outras palavras, o mesmo número de trabalhadores, a mesma quantidade de força de trabalho, obtida por capital variável de valor determinado, em virtude dos métodos de produção peculiares que se desenvolvem dentro da produção capitalista, mobiliza, emprega, consome, matérias-primas e auxiliares, em suma, um capital constante com magnitude cada vez maior de valor(...)A tendência gradual, para cair, da taxa geral do lucro é portanto apenas expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho. A taxa de lucro pode, sem dúvida, cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa



Um dos principais países imperialistas afetados pela crise do petróleo (ver gráfico 1) foi o Japão. Segundo Yergin (1992),

“Os japoneses, que se julgavam bem distantes da crise do Oriente Médio, ficaram preocupados ao descobrir que estavam sendo colocados na lista dos “hostis”. Quarenta e quatro por cento do petróleo do Japão vinha dos Estados árabes do Golfo. De todos os países industrializados, era o mais dependente do petróleo como fonte de energia – 77%, em comparação com os 46% dos Estados Unidos. Tinham como certo o fato de o petróleo ser o combustível essencial e confiável para o crescimento econômico. Não era mais...”⁵³.

Ainda segundo o autor, O PNB do Japão caiu pela primeira vez desde o fim da II Guerra mundial e o Ministério do Comércio Internacional e da Indústria impôs várias restrições, inclusive de caráter pessoal: reduziu o serviço dos elevadores no prédio de sua sede, a diminuição da necessidade do uso de aparelhos de ar condicionado nos meses de verão e até uma inovação na moda masculina, o *shoene rukku* ou “look conservação de energia” – ternos sociais com paletós de manga curta, tudo para economizar energia⁵⁴.

A grande batalha do Japão foi realizar uma ação conjunta entre o governo e os empresários para promover a conservação da energia na indústria e, em particular, reduzir o uso do petróleo. “O sucesso da campanha superou em muito as expectativas e teve importância decisiva para a renovada competitividade internacional dos produtos japoneses”⁵⁵.

média geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro”, pp. 242-243. Essa lei, como vai demonstrar Marx pode ser relativizada por alguns fatores como, aumento do grau de exploração do trabalho, redução dos salários, baixa de preço dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior e aumento do capital por ações.

⁵³ . Cf. YERGIN, Daniel. Op. Cit., pág. 657.

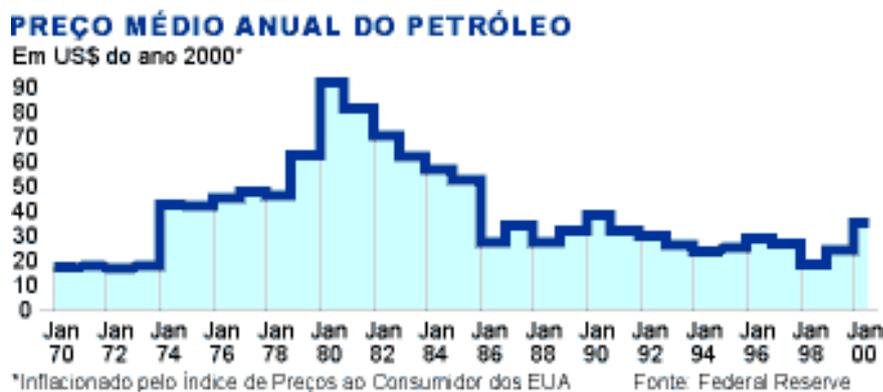
⁵⁴ . Idem Ibidem, pág. 686.

⁵⁵ . Idem Ibidem, pág. 687.



Gráfico 1:

O Primeiro Choque do Petróleo em 1973



Editoria de Arte: FSP

Com o Primeiro Choque do petróleo o Japão desativou cerca de 40% de sua capacidade produtiva instalada⁵⁶. Segundo Lobo (1996), a reestruturação mundial da indústria do alumínio, em função dos dois choques do petróleo, vai elevar os custos da energia elétrica de 14% a 17%, sendo esta um dos principais itens da produção do alumínio primário; e, segundo este mesmo autor “o caso japonês é o melhor exemplo de reestruturação da indústria do alumínio primário”. Ainda, segundo o autor:

“Tendo em vista sua grande dependência de combustíveis importados, o país foi particularmente afetado pelos dois oil-shocks, o que resultou em preços de energia elétrica proibitivos para muitas reduções do metal, havendo o fechamento total ou parcial destas. Segundo Ramos (1982), apenas entre 1979 e 1980, houve uma

⁵⁶ . Cf. LEAL, Aluísio Lins. **Amazônia: o aspecto político da Questão Mineral**. Belém/PA, 1988 (Dissertação de Mestrado/NAEA/UFPa); pág. 210.



*queda de 1.640 mil tpa para 924 mil tpa na capacidade instalada no país*⁵⁷.

Como falamos anteriormente, a crise crônica da economia capitalista, agravada pelo primeiro choque do petróleo vai mudar abruptamente todos os planos dos países capitalistas adiantados. No caso do Japão, que foi duramente afetado pela crise, também foi colocado o mesmo dilema dos países Europeus e Estados Unidos: ou atacava as conquistas históricas de suas classes operárias para manter suas margens de lucro ou se buscava outros países para instalar parte de suas plantas industriais. Com a situação histórica ainda mediada pela “Guerra Fria”, onde a ex-URSS ainda era um problema chave para o capitalismo mundial, não houve outra opção a não ser fazer a inversão de capital produtivo para os países semicoloniais. Como nos diz Lobo,

*“foi desencadeado um processo de transferência da maior parte da capacidade produtiva do metal para países com energia elétrica mais barata, sob a coordenação do Ministry of International Trade and Industry (MITI), que resultou na formação de diversas joint-ventures entre grupos metalúrgicos japoneses e empresas (públicas ou privadas dos países hospedeiros)”*⁵⁸.

De fato, houve uma redução substancial (80,9%) na produção do metal primário entre 1977 e 1985 no país do sol nascente. Em 1977 se produziu 1.188.197 milhões de toneladas, enquanto que em 1985 baixou para 226.547 mil toneladas, chegando ao patamar de 140 mil toneladas em 1986, e *“para uma quantidade insignificante no final dos anos 80”*⁵⁹. Entretanto, o deslocamento se deu apenas no segmento produtor do metal primário, permanecendo no Japão o de transformados.

⁵⁷ . op. cit, pág. 51. Tpa: tonelada por ano.

⁵⁸ . LEAL , Alúcio; op. cit., pp. 210-211.

⁵⁹ . Cf. TARSITANO NETO, Frederico. **Divisão Internacional do Trabalho e a Nova Indústria do Alumínio na Amazônia**. IN: CASTRO, Edna, MOURA, Edila, MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995; pág. 77.



Este processo, onde o Japão afetado pela crise consegue se reerguer em poucos anos, é descrito por Leal (1988) da seguinte maneira:

*“O Japão, pois, na sua extraordinária recuperação econômica após a guerra, recomeça, naturalmente, a sua expansão imperialista. E, nessa expansão, dada a sua situação de potência industrial moderna, busca por espaço nas esferas cartelizadas do circuito minero-metalúrgico. Isto acabaria levando a que, em 1979 estivessem entre as dez maiores empresas produtoras de alumínio primário duas empresas japonesas (a Sumitomo, em 6º lugar e a Mitsubishi, em 10º), entre as vinte e cinco maiores figurassem cinco (Sumitomo, Mitsubishi, Showa Aluminium, Nippon Light e Mitsui)... e o Japão acabasse por controlar praticamente 100% da capacidade produtiva de alumina da Ásia Oriental, suprimindo-se de bauxita da Austrália, Malásia e Indonésia, e começando a surgir associações de empresas nipônicas com grandes grupos do Cartel: A Nippon Light era formada com 50% de capital da ALCAN. As Zaibatsu, casos exemplares de capital financeiro, operavam eficientemente nos ramos industriais do tratamento primário do metal”.*⁶⁰

São justamente essas empresas, unidas através de um consórcio imperialista formado por 33 empresas⁶¹, a ex-LMSA (depois NALCO e NAAC), que farão sua incursão para a Amazônia Oriental, com todas as vantagens oferecidas pelo governo brasileiro, em uma clara relação subserviente, onde se aceita correr todos os riscos com o argumento de que o país precisa “crescer”, e se “desenvolver” para superar sua crise cambial.

Nesse sentido, é decisivo o papel do Estado Brasileiro para que o capitalismo japonês se instale definitivamente na Amazônia Oriental, como bem argumentaram, Leal (1988), Loureiro (2004) e Lobo (1996). Foi graças a todas as concessões na infra-estrutura, como a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, fundamentalmente, que o Estado Japonês e os capitalistas vieram para cá. Esse fator combina-se com a crise vivida pelo capitalismo mundial e será determinante para a construção das fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE na região.

⁶⁰ . LEAL, Aluísio; op. cit., pp. 210-211.

⁶¹ . Cf. LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pp . 165-166.



1.3 – O “Estudo de Viabilidade” e a “generosidade” do Estado Brasileiro para a construção das fábricas da Albrás e da Alunorte

Segundo Leal (1988), Tourinho (1992), e Lobo (1997), a estratégia montada pelo capitalismo japonês para a instalação de uma fábrica de alumínio na Amazônia Oriental deveu-se às condições propícias da hidrografia e do subsolo amazônicos. Já falamos anteriormente que o capitalismo imperialista, tanto o japonês como o norte-americano e europeu, estavam diante de um dilema: ou atacavam suas classes operárias além do permitido pelo próprio modo de produção capitalista em relação à correlação de forças da “guerra fria” ou faziam inversões em países semicoloniais (“subdesenvolvidos”).

Era uma equação de vida ou morte para se contrapor à crise recessiva advinda do 1º choque do petróleo. Os capitalistas japoneses preferiram manter a estabilidade política e social conquistada com a introdução do “sindicato-empresa” a partir do modelo Toyota, e partiram para o “além-mar”, para a Amazônia Oriental, com o claro objetivo de implantar uma fábrica de alumínio primário em associação com o governo brasileiro de turno.

Como vimos acima, além dos determinantes gerais, ou seja, a crise na qual o capitalismo se encontrava submerso a partir do 1º choque do petróleo, a instalação das fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE contou, além da vontade do imperialismo japonês em fazer o investimento, com a participação decisiva do Estado brasileiro. A estratégia da “joint venture” estava inserida nessa nova fase do capitalismo a partir do início de sua crise crônica. Mandel (1985) já havia detectado esse processo como um dos *“traços mais importantes do capitalismo tardio ou da fase neocolonialista do*



imperialismo”, onde a combinação de capital nativo e estrangeiro, privado e público, torna-se decisivo⁶² para a inversão capitalista e sua acumulação de capital.

O primeiro estudo feito pelo Comitê CVRD/LMSA (Light Metal Smelter's Association), de agosto de 1974, intitulado “*Projeto Alumínio na Região Amazônica*”, conhecido também como Relatório de “Pré-Viabilidade” – e que foi entregue aos governos brasileiro e japonês – foi categórico em não recomendar o Projeto por uma razão bastante simples: a baixa rentabilidade em relação ao mercado mundial.

Após a apresentação deste estudo de “pré-viabilidade”, já com o aval do governo brasileiro, a CVRD em reunião com a LMSA, realizada em Tóquio, em maio de 1975, apresentou as seguintes recomendações:

- “a) o governo brasileiro dá a mais alta prioridade a este Projeto e tomará as necessárias medidas para que o mesmo torne-se exeqüível.*
- b) ALBRAS ficará desonerada de qualquer investimento em Tucuruí, que fornecerá energia a ALBRÁS sob a responsabilidade do governo brasileiro, a um preço de venda do alumínio a 40 centavos de dólar por libra de peso.*
- c) O governo brasileiro será responsável pela maior parte da indispensável infra-estrutura para o projeto (porto, cidade, estradas de acesso, etc.)*
- d) O governo brasileiro dará garantias aos empréstimos estrangeiros para o projeto.*
- e) A produção de alumina do projeto ALBRÁS será separada e estudada à parte, constituindo o **Projeto Alunorte**.*
- f) A capacidade de produção e o cronograma de produção de alumínio serão reexaminados e um estudo de viabilidade para 320.000 toneladas por ano será realizado em detalhe⁶³.*

Com base nessas “generosas recomendações” do governo Brasileiro aos sócios japoneses, foi concluído em novembro de 1975, um acordo entre a CVRD e os cinco participantes da LMSA (Nippon Light Metal, Mitsui Aluminium, Sumitomo,

⁶² . Cf. MANDEL, Ernest. Op. Cit., pág. 246.

⁶³ . Idem Ibidem.



Shoka Denko e Mitsubishi)⁶⁴, visando a participação na Alumínio Brasileiro Ltda. e a execução *do estudo de viabilidade*⁶⁵ de uma fábrica de alumínio com capacidade anual de produção de 320.000 toneladas, com um prazo de 8 meses para o relatório ser apresentado.

A partir das recomendações iniciais dos governos brasileiro e japonês em relação ao Projeto foi proposto um Estudo de viabilidade a ser feito pela CVRD e LMSA. Nas “Conclusões e Recomendações”, novamente o Projeto é desaconselhado pelo sua baixa rentabilidade:

“Concluindo o estudo de viabilidade do Projeto Albrás, verifica-se que sua configuração básica prevê uma rentabilidade (DCF) de 7,4%, a qual é considerada pela CVRD e pela LMSA como insuficiente para assegurar uma decisão favorável à implantação deste empreendimento. Julgam os sócios empreendedores que um projeto desta natureza só poderia ser considerado viável se assegurado um DCF mínimo de 10%”⁶⁶

O investimento elevado para a época – US\$ 2,985/t ano – em uma conjuntura econômica mundial desfavorável, por conta também da localização do projeto na Amazônia, carente de recursos materiais e humanos, aliado à receita baixa – a configuração básica foi de 43.2 ct/lb⁶⁷ na data básica de dezembro de 1975,

⁶⁴ . Cf. LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pág. 105.

⁶⁵ . O Estudo de Viabilidade teria como objetivo uma estimativa de custo de investimento confiável, considerando as restrições de importações existentes e peculiaridades brasileiras. Seriam estudados os seguintes itens: esclarecimento do suprimento de energia elétrica como início de fornecimento, quantificação e preços; suprimento de alumina e suas condições básicas; estudo das condições de venda ao Brasil, Japão e outros países; esclarecimentos da participação e responsabilidades da ALBRÁS na construção e gerência da infra-estrutura; esclarecimentos dos princípios, validade e período de aplicação dos incentivos fiscais; definição dos serviços, métodos e termos dos empréstimos (taxas de juros, duração, período de carência e garantias).

⁶⁶ . Cf. CVRD/LMSA. **ALBRAS: Projeto Alumínio** – Relatório de viabilidade. 1976, pág. 21.

⁶⁷ . Significa “centavos de dólar por libra-peso”. É a medida oficial da cotação de preços do alumínio na Bolsa de Nova York e na London Metal Exchange (LME). O alumínio entrou oficialmente para a LME em 1979; a partir de então, o preço internacional do alumínio deixou de ter por base o preço produtor. “Preço produtor é o preço estabelecido por uma firma, a maior, ou um número pequeno de firmas que possuem os menores custos de produção, caracterizando, assim, o oligopólio”. Cf. **PIRES DO RIO**, Gisela Aquino. *Relação espaço-indústria: a localização de plantas de alumínio na Amazônia*. In: **Energia na Amazônia**, 1996; pág. 827.



precisando chegar ao preço de 50 ct/lb – foram decisivos para a CVRD e a LMSA não recomendassem o Projeto. A não ser...é claro, que o Estado Brasileiro – e, em menor medida, o japonês - garantisse as condições necessárias para a sua implantação. E é justamente isso o que vai acontecer. Nas palavras de Leal, “*o capital se recusa a correr riscos, então pede ao Estado que os socorra. E o Estado aceita*”⁶⁸.

Por que o Estado Brasileiro cedeu a tamanhas exigências do imperialismo japonês e optou pela implementação do Projeto? Primeiramente, por conta do que Mandel (1985) disse, isto é, “*que a atividade subvencionista do Estado já está embrionariamente presente na função burguesa do Estado para garantir as condições gerais da produção capitalista*” e porque,

“ao transferir para o Estado a responsabilidade pelos custos indiretos da produção e realização da mais-valia, a classe capitalista como um todo também ganha em termos de valor, se os meios para financiar essa atividade não derivam exclusivamente dos lucros das empresas capitalistas”;

assim, “*a atividade infra-estrutural crescente do Estado burguês é por si mesma equivalente a uma subvenção cada vez maior do capital privado*”⁶⁹. A segunda razão tem a ver com a crise econômica interna que o país atravessava e que explicaremos a seguir.

⁶⁸ . Cf. LEAL, Alúcio Lins. Op. Cit., pág. 186.

⁶⁹ . Cf. MANDEL, Ernest. Op. Cit., pág. 387.

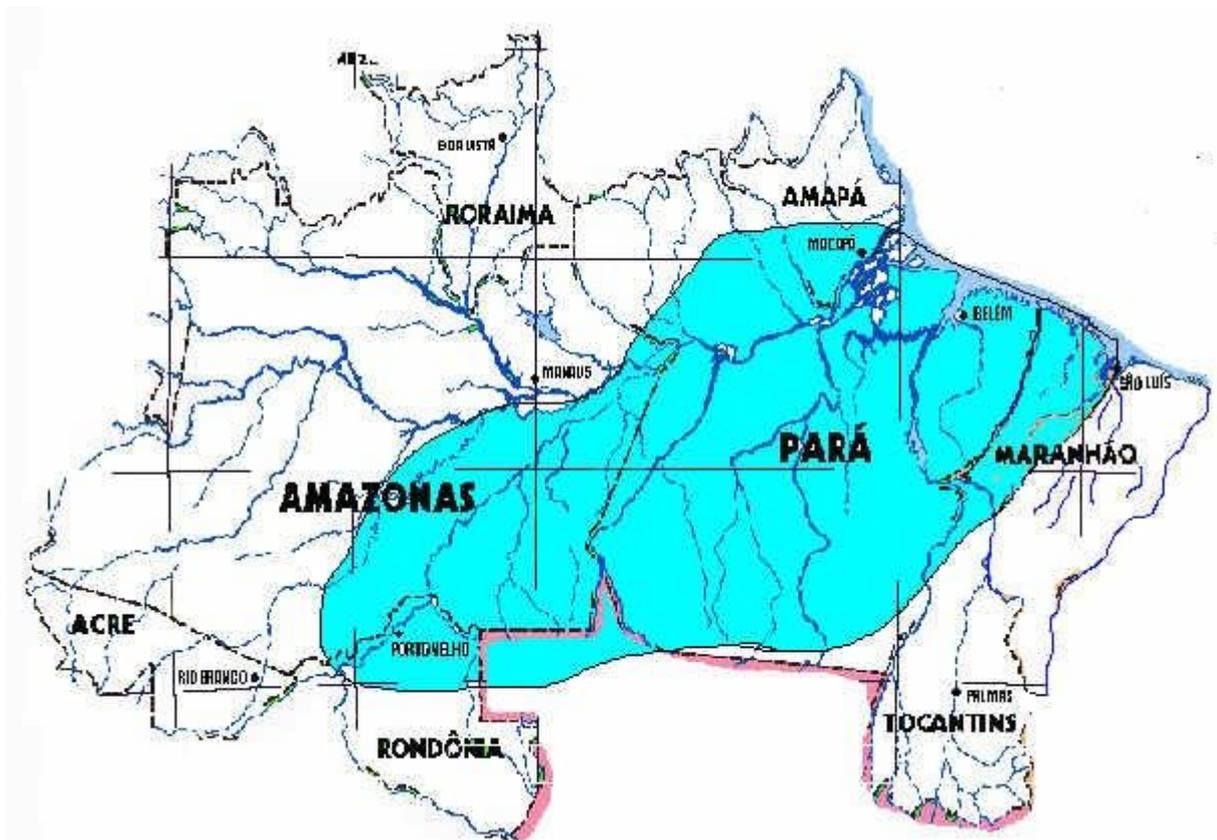


Figura 1: Mapa da Amazônia Oriental.

1.4 – O 2º choque do petróleo, a crise da ditadura militar e o Programa Grande Carajás: as fábricas dão partida

Segundo Tourinho (1992) e Lobo (1996), e como já analisamos no capítulo I, a margem de manobra do governo brasileiro era estreita. A situação mundial após o 1º choque do petróleo era catastrófica; o mundo capitalista encontrava-se em recessão, com uma ligeira recuperação a partir de 1976. Sem contar os fatores internos relativos à manutenção de um regime ditatorial. Para que ditadura se sustentasse era necessário fazer concessões econômicas e sociais aos



trabalhadores, camponeses, aos setores empobrecidos das cidades e à classe média.

Com a agudização da crise econômica mundial as concessões tornavam-se mais difíceis e o “milagre brasileiro” começava a chegar ao fim. Era necessário tomar medidas drásticas para conter a desaceleração do crescimento. Para se ter uma idéia em 1972 as importações totais do Brasil eram de US\$ 4.332 milhões e em 1974 já haviam se multiplicado por três, atingindo a cifra de US\$ 12.641 milhões⁷⁰.

Lobo (1996) nos dá uma explicação sobre a posição do recém-eleito governo Geisel:

“Com o primeiro choque dos preços do petróleo, a economia brasileira passou a experimentar uma desaceleração de seu crescimento, registrando-se elevados déficits na balança comercial e um aumento do endividamento externo, fazendo com que a questão cambial passasse a adquirir uma importância primordial no âmbito da economia, o que resultou num redirecionamento dos rumos da industrialização brasileira, passando-se a priorizar a produção de bens de capital e de insumos básicos ao invés de bens de consumo duráveis então existente, com o objetivo de promover a substituição de importações daqueles tipos de bens”⁷¹

O certo é que a partir da crise mundial do capitalismo, agravada com os 1º e 2º choques do petróleo, o regime militar vai redirecionar sua estratégia para a Amazônia. A nova política se traduzirá em Planos de Desenvolvimento para o país e para a Amazônia.

Não é nosso objetivo aqui neste trabalho fazer todo o debate teórico acerca da ocupação recente da Amazônia ou dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia. Para um aprofundamento melhor da questão ver Becker (1994), Oliveira (1991), Leal (1988), Lobo (1996) e principalmente Loureiro (2004), que fazem

⁷⁰ . Cf. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. 2ª ed. Belém: Cejup, 2004 (Coleção amazoniana, 1). Especificamente o capítulo V, “O Modelo Econômico e sua crise”, pp. 271-312.

⁷¹ . Cf. LOBO, Marco Aurélio. Op. Cit., pág. 90.



análises críticas importantes sobre a temática. O que nos interessa, de fato, é inserir a crise econômica como determinante para a nova fase de desenvolvimento da Amazônia.

A Amazônia entrará definitivamente em uma segunda fase de desenvolvimento, como dirá Loureiro (2004)⁷². Na “primeira fase” dos Planos de Desenvolvimento para a Amazônia a base econômica fundamental eram a agropecuária e a madeira; nessa “segunda fase”, que estamos analisando, a primazia absoluta será dos projetos minero-metalúrgicos, tendo a mineração como base, principalmente o ferro e a bauxita.

Segundo Loureiro (2004),

“diante da crise, o governo opta por manter o nível de crescimento econômico havido no período do ‘milagre’. E assim propõe, no II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND – 1975/79 uma série de investimentos produtivos, à base de financiamentos externos e da associação com o capital estrangeiro em vários empreendimentos. Iniciou-se o processo que Castro e Souza chamaram de ‘crescimento da economia brasileira em marcha forçada’⁷³(...) O II PND introduz mudanças consideráveis, já que a industrialização havida até então, estava centrada principalmente na produção de bens de consumo durável (automóveis, eletrodomésticos, etc.). E, para viabilizar a entrada de capitais estrangeiros cria formas novas e adicionais de subsídios, vantagens fiscais e financeiras. Além disso, compromete-se a implantar as infra-estruturas que esses empreendimentos produtivos iriam requerer, atendendo, principalmente, a questão energética”⁷⁴

No II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)⁷⁵ fica mais explícito a redefinição da ocupação econômica da Amazônia, seu papel estratégico para ajudar

⁷² . Cf. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. 2ª ed. Belém: Cejup, 2004 (Coleção amazoniana, 1). Especificamente o capítulo V, “O Modelo Econômico e sua crise”, pp. 271-312.

⁷³ . CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Apud LOUREIRO, 2004.

⁷⁴ . Cf. LOUREIRO, Violeta. Op. Cit., pág. 293.

⁷⁵ . Os Planos Nacionais de Desenvolvimento eram adaptados para a Amazônia através da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), criada em 1966, através da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, no lugar da antiga SPVEA. No período que nos interessa temos: I Plano de Desenvolvimento da Amazônia: 1972-74; II Plano de Desenvolvimento da Amazônia: detalhamento



o Brasil a sair da crise em que se encontra, com a exportação de minérios e produtos semi-acabados, a fim de gerar divisas para cumprimento de contratos externos. É o que diz o texto:

“Dada a ênfase que a política econômica do país atribui à ajuda estrangeira e ao imperativo da importação de certos bens de capital, insumos básicos e tecnologia avançada são óbvias as necessidades de recursos para o pagamento dos serviços e amortização do capital externo e dos equipamentos, matérias-primas e processos antes referidos, e daí o interesse do Governo Central em todo programa não desnacionalizante que promova o aumento das exportações”.

Foi no período de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento e, especificamente, do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia que se desenvolveram toda a negociação para a implantação dos diversos projetos na Amazônia Oriental (Ferro-Carajás, Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Mineração Rio do Norte, Albrás-Alunorte, etc.). A Amazônia, assim, seria marcada a “ferro” e “fábricas”, além dos inúmeros empreendimentos de pequeno porte, de superexploração do trabalho adulto e infantil, como o carvoejamento, por conta das usinas de ferro-gusa, etc.

É importante ressaltar que, enquanto as negociações se processavam no período de vigência do II PDA, o mundo capitalista foi “surpreendido” por um novo choque do petróleo. Desta vez foi a revolução iraniana, de fevereiro de 1979, a causa da elevação dos preços e do corte na produção de Petróleo. O Oriente Médio novamente colocaria a economia capitalista mundial em uma crise conjuntural. Os últimos dia do Xá do Irã no poder foram precedidos de revoltas estudantis, greve dos petroleiros e insurreições, que tomaram conta do país, todas influenciadas pelos

do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Belém, 1975; III Plano de Desenvolvimento da Amazônia: 1980-85, e, I Plano de Desenvolvimento da Amazônia – Nova República: 1986-89. Belém, 1986.



apelos do aiatolá Khomeini, que se encontrava exilado no Iraque (de onde foi expulso no início de outubro de 1978) e depois França.

Conforme Yergin (1992) nos conta

“À medida que as semanas passavam, mais setores do país entravam em greve, incluindo os técnicos da indústria petrolífera(...) Greves imobilizam a economia e o governo, os estudantes estavam fora de controle e demonstrações e distúrbios aconteciam sem ser enfrentados(...) O impacto das greves foi imediatamente sentido. O Irã era o segundo maior exportador de petróleo depois da Arábia Saudita. Dos mais de 5,5 milhões de barris produzidos diariamente no Irã, perto de 4,5 milhões eram exportados, o restante era consumido internamente. No início de novembro, as exportações haviam caído para menos de um milhão de barris diários e trinta navios petroleiros enfileiravam-se nos terminais de Kharg Island esperando pelo petróleo que lá não chegara(...) Por volta de 25 de dezembro, dia de Natal, as exportações de petróleo iranianas haviam cessado completamente. Esse acontecimento teria consequências fundamentais no mercado mundial de petróleo. Os preços do dia em alguns lugares da Europa subiram de 10 a 20% acima do oficial”⁷⁶.

O regime militar é obrigado a se adaptar à crise lançando o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) para o período de 1979-84 e o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (III PDA). A análise da crise e da adaptação do regime militar a esta é descrita por Lobo da seguinte maneira:

“O segundo choque dos preços do petróleo (1979) e a lata explosiva dos juros internacionais nos primeiros anos da década de 1980 ocasionaram uma profunda crise que se abateu sobre a economia brasileira. Com respeito à influência da alta dos juros internacionais, é digno de nota que diversos projetos implantados pelo II PND foram financiados com recursos externos, sendo um período no qual ocorreu uma grande aumento do grau de endividamento externo da economia brasileira. O III PND, elaborado para o período 1979-84, tornou-se letra morta pela impossibilidade, na situação de crise que se apresentava, do estabelecimento com um mínimo de coordenação num horizonte temporal um pouco mais largo que o momento imediato, passando a gestão da economia a ser feita nos moldes do stop and go. Nesse contexto de crise cambial, a

⁷⁶ . Cf. YERGIN, Daniel. Op. Cit., pp. 709-715.



*implantação de empreendimentos que substituíssem importações ou aumentassem as exportações tornou-se de fundamental importância*⁷⁷

No caso da Amazônia, a elaboração do III PDA (1980-85), segundo o autor, ocorreu num contexto de agravamento da crise econômica, tanto no plano interno – aceleração do processo inflacionário e aprofundamento da recessão – quanto no externo – segundo choque dos preços do petróleo⁷⁸ e elevação das taxas de juros internacionais – trazendo como consequência a crise cambial⁷⁹. O Brasil nem imaginava em ser auto-suficiente em petróleo e importava cerca de 80% do produto. No fundo, o III PDA vai seguir basicamente as mesmas diretrizes do anterior, ao promover a integração da economia amazônica com as economias nacional e mundial.

Entretanto, por conta do agravamento da crise cambial brasileira⁸⁰, o governo militar vai ser obrigado a tomar medidas centralizadoras em relação à Amazônia e à região de Carajás, especificamente. Trata-se de unificar toda a riqueza mineral amazônica e os projetos Minero-metalúrgicos advindos dessa riqueza em um único programa.

⁷⁷ . Cf. LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pág. 77.

⁷⁸ . O segundo choque do petróleo foi provocado por conta da revolução islâmica iraniana de fevereiro de 1979, que depôs o Xá Reza Palhevi e paralisou a produção, com a greve geral dos trabalhadores petrolíferos, elevando o barril para US\$ 80.

⁷⁹ . Idem Ibidem; pág. 92.

⁸⁰ . A crise do petróleo de 1973 arrefeceu o crescimento brasileiro, que chegou a 9% durante o milagre econômico e desacelerou para 4,6% em 1978. A dívida externa saltou de US\$ 17,2 bilhões em 1974 para US\$ 43,5 bilhões em 1978. "O país manteve seu alto crescimento econômico desde o choque do petróleo de 1973 somente porque passou a tomar mais empréstimos no exterior", explica o brasilianista Thomas Skidmore, em seu livro "Brasil: de Castelo a Tancredo". O choque do petróleo de 1979 foi o golpe de misericórdia. A crise da dívida dos anos 80 foi herança do endividamento contraído para importar petróleo e sustentar o crescimento do milagre. Com o endurecimento da política monetária de Paul Volcker, presidente do Fed, houve uma grande elevação dos juros internacionais e a dívida brasileira (atrelada à Prime a à Libor) explodiu. No fim de 1981, a dívida externa já era de US\$ 61,4 bilhões. Em 1983, ano em que o País se viu obrigado a recorrer ao FMI, o PIB encolheu 5% e a inflação chegou a 211%.



Em 21.11.1980, com o objetivo de garantir o padrão de ocupação em andamento na região amazônica, foi instituído, através do Decreto Lei nº 1.813, o Programa Grande Carajás (PGC). Este programa estabeleceu um regime especial de incentivos fiscais e financeiros para empreendimentos localizados na sua área de atuação, de cerca de 90 milhões de hectares, compreendendo terras do Pará, Maranhão e Tocantins (na época, pertencente ao Estado de Goiás).

Tabela 1: Empreendimentos Mineró-Metalúrgicos aprovados pelo Programa Grande Carajás – Pará, Maranhão e Tocantins (1988)

| Empresas | Produtos | Produção Prevista (t/ano) | Investimento Previsto (US\$ milhões) |
|------------------------|----------------------------------|---------------------------|--------------------------------------|
| PARÁ | | | |
| Ferro-Carajás | Minério de Ferro | 35.000.000 | 4.542,00 |
| ALUNORTE | Alumina | 800.000 | 570,90 |
| ALBRÁS | Alumínio Primário | 320.000 | 1.289,00 |
| CCM | Silício metálico | 32.000 | 103,79 |
| Better | Ferro-gusa | 50.000 | 3,90 |
| COSIPAR | Ferro-gusa | 350.000 | 30,54 |
| Ferro-Ligas do Norte | Ferro-manganês alto carb. | 25.000 | 36,90 |
| | Ferro-silício manganês | 22.400 | |
| | Ferro-manganês médio/baixo carb. | 12.000 | |
| SIMARA | Ferro-gusa | 120.000 | 15,80 |
| MARANHÃO | | | |
| ALUMAR | Alumina | 500.000 | 1.256,10 |
| | Alumínio primário | 235.000 | |
| Sider. Vale do Pindaré | Ferro-gusa | 55.000 | 5,56 |
| Gusa Nordeste S/A | Ferro-gusa | 53.000 | 4,36 |
| Serveng Civilisan | Ferro-gusa | 120.000 | 8,66 |
| SICAR | Ferro-Gusa | 350.000 | 30,54 |
| MARCUSA | Ferro-Gusa | 54.000 | 7,53 |
| Metalman S/A | Manganês elet. Pó | 1.000 | 36,51 |
| | Manganês elet. | 9.000 | |
| | Escamas | | |
| | Sint. Óxido mang. Elet | 6.000 | |
| | Pergamanato potássio | 1.000 | |
| Marlloy S/A | Ferro manganês alt. Carb. | 30.500 | 20,43 |
| | Ferro-silício manganês | 19.000 | |
| COSIMA | Ferro-gusa | 150.000 | 24,10 |
| Sider. Maranhão Ltda. | Ferro-gusa | 50.000 | 7,41 |
| COVAP | Ferro-gusa | 50.000 | 6,25 |
| FERMASA | Ferro-gusa | 54.000 | 7,60 |



| | | | |
|------------------------|---------------------------|---------|-------|
| Itapicuru Agro. Ind. | Cimento | 214.000 | 25,58 |
| Construtora Brasil S/A | Ferro-gusa | 55.000 | - |
| Sider. Sta. Inês S/A | Ferro-gusa | 84.000 | - |
| Irmãos Ayres S/A | Ferro-manganês alto carb. | 24.000 | - |
| | Ferro-Silício-manganês | 16.000 | - |
| TOCANTINS | | | |
| Cimento Araguaia | Cimento | 365.000 | - |

Fonte: **Programa Grande Carajás** – Apud Idesp (1988)

Citado por LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pág. 98 e LOUREIRO, Violeta Refkalefski. Op. Cit., pág. 299.

A ALBRAS e a ALUNORTE foram integradas ao Programa Grande Carajás, através dos Atos Declaratórios nº 02 e 03, de 04.08.81, nos termos dos artigos 221º e 2º do Decreto-Lei nº 1.813, de 24.11.80 (institui regime especial de incentivo para os empreendimentos do Programa Grande Carajás). Segundo Ramos (1982),

“A esses empreendimentos foram concedidos os seguintes incentivos tributários, decorrentes de equiparação às exportações: isenção do IPI, bem como, manutenção do crédito do mesmo imposto referente à matéria-prima, produtos intermediários e material de embalagens, nas operações de aquisições de máquinas e equipamentos nacionais realizados no mercado interno, junto aos respectivos fabricantes; isenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias; tratamento preferencial pelos órgãos e entidades da Administração Federal, a que se refere o artigo 3º do Decreto nº 85.387, de 24.11.80 (Dispõe sobre a competência e funcionamento do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás); foi recomendado ao Conselho Monetário nacional a dispensa, durante a fase de implantação do Projeto, a obrigatoriedade do ‘congelamento’ e empréstimos contratados no exterior. Nos considerandos da Resolução nº 1 do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, está claramente estabelecido que o ônus social que representa a concessão de incentivos fiscais e financeiros somente se justifica pela ausência temporal de condições locais ou mercado capazes de assegurar o pleno e normal desenvolvimento de atividades relevantes do ponto de vista de política econômico-social”⁸¹.

Com tantos incentivos e benefícios, Pinto (1982) se pergunta se os 62 bilhões de dólares decorrentes dos investimentos diretos e em infra-estrutura no

⁸¹ . Cf. RAMOS, Carlos Romano. **Perfil Analítico do Alumínio**. Brasília: DNPM, 1982. Boletim 55; pág. 147.



“Carajazão”, como ficou conhecido à época o PGC⁸², pagariam a dívida externa brasileira – no mesmo montante – ou deixariam o país mais endividado. Ele dizia à época:

“...setores cada vez mais expressivos da opinião pública nacional...temem que o endividamento feito para Carajás aumente ainda mais a dependência do país em relação aos seus financiadores externos, não realizando o objetivo primordial do Grande Carajás: liquidar a dívida internacional do Brasil”⁸³.

Independente dos resultados obtidos com o PGC – e hoje é fácil afirmar que os militares não conseguiram cumprir seus objetivos em relação à questão da dívida externa ⁸⁴ –, a concepção tecnocrática foi aplicada no que diz respeito à implementação do complexo Albrás-Alunorte.

Por conta do aprofundamento da crise econômica advinda do 2º choque do petróleo, e também por divergências entre o BNDES e a CVRD sobre as exigências do consórcio japonês, os projetos tiveram seu calendário de implantação adiados.

O Projeto ALBRAS teve seu início adiado em quatro anos, pois, pelo cronograma de implantação colocado no Relatório de viabilidade, a 1ª fase de produção começaria em 1981, com 80.000 t; a 2ª fase iniciaria em 1983, com 160.000 t; a 3ª fase em 1984, com 240.000 t e, finalmente, a 4ª fase, em 1985, com 320.000 t⁸⁵.

⁸² . Segundo LOUREIRO, Violeta; Op. Cit., pág. 298, O Programa Grande Carajás e sua área de influência direta abrangem uma extensão de 895.265 km quadrados e isto corresponde a 10,6%, aproximadamente de todo o território nacional e a um total de 241 municípios; sendo 96% da área do Maranhão, 42% do Pará e 9% do Tocantins (à época pertencente a Goiás).

⁸³ . Cf. PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. 2ª edição ampliada. Rio de Janeiro: Marco Zero/Studio Alfa, 1982; págs. 79-80.

⁸⁴ . Ao saírem do poder em 1985, os militares deixaram uma dívida externa no valor de US\$ 105,171 bilhão. Em 1980, quando da criação do PGC o valor estava em US\$ 64.245 bilhão. Cf. GONÇALVES, Reinaldo, POMAR, Valter. **O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2000; pág. 40

⁸⁵ . Cf. CVRD/LMSA, **Relatório de Viabilidade**; pág. 16.



O investimento global previsto anteriormente (ver quadro abaixo) também foi ampliado a partir de 1981, com a assinatura de um Acordo Suplementar de Acionistas, onde todos os obstáculos para o financiamento por parte do BNDES foram removidos. O orçamento final ficou definido assim: 1) ALBRÁS: Fase I – US\$ 1.051,5 bilhões; Fase II US\$ 805, 4 milhões, totalizando US\$ 1.856,9 bilhões. Para a Alunorte ficou US\$ 710,7 milhões⁸⁶. O custo total da Albrás ficou muito acima do previsto no Relatório de Viabilidade, antes do 2º choque do petróleo, conforme quadro abaixo:

Tabela: 2 - Investimento Global no Projeto Albrás
Unidade: US\$ 1.000,00

| Discriminação | Valor | US\$/t Al | % |
|--|----------------|--------------|------------|
| Terreno | 46 | 1 | - |
| Infra-estrutura | 17,186 | 54 | 2 |
| Fábrica de Alumínio | 678,194 | 2.119 | 71 |
| Administração de Engenharia e construção | 16,541 | | |
| Canteiro de obra | 78.600 | | |
| Fábrica | 578.668.3 | | |
| Peças e Sobressalentes | 4.384.7 | | |
| Despesas Pré-operacionais | 60.397 | 189 | 5 |
| Treinamento e recrutamento | 21,708 | | |
| Administração e consultoria até 1980 | 19,955 | | |
| Start-up | 15,870 | | |
| Estudos de Pré e de Viabilidade | 2,864 | | |
| Engenharia e Tecnologia | 18,582 | 58 | 2 |
| Tecnologia | 5,000 | | |
| Engenharia | 13,582 | | |
| Contingências (5%) | 38,741 | 121 | 4 |
| Subtotal | 813,569 | 2.542 | 85 |
| Juros durante construção | 106,570 | 333 | 11 |
| Capital de Giro | 35,212 | 110 | 4 |
| Total | 955,351 | 2,985 | 100 |

Fonte: CVRD/LMSA. Albrás: Projeto Alumínio. *Relatório de viabilidade*, 1976. pág. 16.

⁸⁶. Cf. LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pág. 111.



Como havíamos adiantado no capítulo I , a instalação da fábrica da ALBRAS se inscreveu na categoria *imperialismo* analisada por Lênin (1986). Quase todas as características elencadas pelo fundador do Estado soviético fizeram-se presente neste microexemplo de exportação de capitais e de plantas produtivas.

No caso da Albrás, toda a Tecnologia do projeto, recomendada pela LMSA e aceita pela CVRD, foi garantida pela Mitsui Aluminium Co. Ltd.; toda a montagem das máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos e demais instalações relativas aos setores de produção (num total de 209.500 t) ficaria a cargo dos capitalistas japoneses, assim como a maioria dos equipamentos seria importado do Japão na seguinte proporção: brasileiros 49,38%, importados (do Japão) 50,62%; também as peças sobressalentes: brasileiros 40,57%, importados (Japão) 59,43%⁸⁷.

A própria LMSA (depois substituída pela NALCO e finalmente pela NAAC) era um verdadeiro exemplo de concentração e centralização de capitais, o que constitui a primeira característica do imperialismo formulada por Lênin(1986). Segundo Lobo (1996, Anexo I), a ex-LMSA e hoje NAAC era um conglomerado de 33 empresas, incluído o governo Japonês, que detinha 35,% das ações⁸⁸.

Um outro aspecto importante das características do imperialismo que vimos analisando é a “exportação de capitais”. Se levarmos em consideração o custo total

⁸⁷ Cf. CVRD/LMSA. *Relatório de Viabilidade*, pág. 11.

⁸⁸ A NAAC (Nippon Amazon Aluminium Company) tinha a seguinte composição: Governo japonês – Overseas Economic Cooperation Fund (OECF) 35,43%, Nippon Light Metal Co. Ltd. 8,60%, Mitsui Aluminium Co. Ltd. 8,07%, Sumitomo Aluminium Smelting Co. Ltd. 5,38%, Showa Aluminium Industries 3,23%, Mitsubishi Light Metal Industries Ltd. 3,23%, C. Itoh & Co. Ltd e Mitsui & Co, 3,23% cada; Mitsubishi Corporation, Marubeni Corporation e Sumitomo Shoji Kaisha Ltd, 2,15% cada; Nisho Iwai Co. Ltd., Nishimen Co. Ltd., Toyo Menka Kaisha Ltd., Kanematsu Goshō Ltd. E Kawatetsu Trading Co. Ltd., 1,08% cada; Yoshida Kogyo K. K 2,36%, Kobe Steel Ltd., 2,15%; The Furukawa Electric Co. Ltd., Sankyo Aluminium Industry Co. Ltd., e Mitsubishi Aluminium Co. Ltd. 1,08% cada; Sky Aluminium Co. Ltd. E Showa Aluminium K. K, 0,54% cada; Nipon Steel Corporation 1,61%, Toyota Motor Co. Ltd. 1,40%, Nissan Motor Co. Ltd. 1,18%; Sumitomo Metal Industries Ltd. E Mitsui Mining & Smelting Co. Ltd 1,08% cada; Tokyo Shibaura Electric Co. Ltd e Ishikawajima Harima Heavy Industries Co. Ltd 0,54% cada; Nippon Kokan K. K e Kawasaki Steel Corporation 0,21% cada, e The Industrial Bank of Japan 1,07%. Fonte: MACHADO, Raymundo de Campos. *Apontamentos da indústria do alumínio primário no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1978. Apud LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., págs. 165-166.



dos grandes projetos na Amazônia Oriental, veremos que grande parte do endividamento brasileiro feito pelos governos militares têm origem nas transações da época. No caso da Albrás, deu-se em completa desvantagem para o Brasil, que ficou refém do consórcio imperialista japonês. Segundo Pinto (1982)

(...)O exemplo do complexo Albrás-Alunorte, que implantará em Vila do Conde a maior fábrica de alumínio da América do Sul, dá para perceber a natureza dessas associações. Quando o custo total do empreendimento estava estabelecido em US\$ 1,4 bilhão, os sócios brasileiros teriam que entrar com US\$ 760 milhões. Mas, de sua cota, o consórcio japonês só aplicaria, como capital de risco, US\$ 190 milhões, sendo os restantes US\$ 450 milhões financiados por um grupo de bancos e agências governamentais japonesas. Com a avaliação do projeto para US\$ 1,8 bilhão, só os empréstimos do sócio japonês atingirão US\$ 683 milhões que, somados aos 740 milhões da CVRD, representam um endividamento de pouco mais de US\$ 1,4 bilhão. Ainda que sejam mantidas as taxas que estavam sendo previstas inicialmente (de 6% ao ano, o que dificilmente será possível), a Albrás e a Alunorte pagarão a cada ano 90 milhões de dólares de juros, ou um terço do faturamento obtido com a venda do alumínio. Mais da metade desses juros será paga pela CVRD, mas como o governo brasileiro avalizou todo o empréstimo, se as empresas falirem quem pagará será o próprio Brasil⁸⁹.

Como já demonstrado por Pinto (1982)⁹⁰ e corroborado por Leal (1988) e Lobo (1996), todos os riscos dos investimentos ficaram por conta do governo brasileiro. Mas, é importante salientar também, que no quadro acima, referente ao custo global do projeto ALBRAS-ALUNORTE, ficou de fora um dos componentes mais importantes – a razão de ser para o capitalismo japonês vir se implantar aqui – da produção de alumina/alumínio: a energia elétrica.

⁸⁹ . Cf. PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás: ataque ao coração da Amazônia**; pp. 80-81.

⁹⁰ . Também o Projeto Ferro Carajás, orçado à época em US\$ 1,5 bilhão, foi garantido com capitais externos oriundos do Banco Mundial (principal + juros: US\$ 769 milhões), a ex-Comunidade Econômica Européia (principal + juros: US\$ 1,5 bilhão), Japão (principal + juros: US\$ 977,5 milhões) e Alemanha (principal + juros: US\$ 375 milhões). Como diria Pinto: “um empréstimo de US\$ 1,5 bilhão acabaria saindo por US\$ 3,6 bilhões ao final de sua amortização, elevando o custo de implementação do Projeto Ferro Carajás, até sua amortização total, para US\$ 5,6 bilhões, sem considerar a amortização do financiamento do US\$ 1 bilhão do BNDE”. Cf. PINTO, Lúcio Flávio. Op. Cit., pp. 119-120.



Já vimos analisando acima que todos os riscos e a infra-estrutura do PGC ficaram por conta do governo brasileiro. Teriam que ser acrescidos ao custo total do projeto Albrás-Alunorte a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, orçada em sua primeira fase em US\$ 4.961,7 bilhões (segundo dados da Secretaria Executiva do PGC), e somente para a Albrás, seriam US\$ 1.535,7 bilhões (US\$ 4.799/t x 320.000 tpa), segundo Lobo (1996). A dívida externa da Eletronorte em dezembro de 1987 já chegava a quase US\$ 1 bilhão, segundo a Secretaria Executiva do PGC⁹¹.

Mas um outro aspecto muito bem analisado por Lobo (1996) e que beneficiou diretamente o consórcio imperialista japonês – visto que, no caso da CVRD e suas empresas ramificadas, todos os lucros e prejuízos irão para a conta do governo federal – foi a política tarifária concedida pelo governo a Albrás. Segundo a estimativa feita pelo autor de subsídios concedida pela Eletronorte à Albrás para um período de dez anos (1985-2004), teríamos um valor de US\$ 1.087,874,2 bilhões, que também não entrou no custo global do projeto⁹².

É bom lembrar que essa política de concessão de subsídio de tarifa energética começou em 1979, quando o governo federal instituiu a Portaria nº 1.654, garantindo tarifas reduzidas em até 15% aos produtores de alumínio primário localizados na área da Eletronorte, em relação às normais praticadas pelo Grupo A1⁹³, além de assegurar que, por um período de vinte anos, o dispêndio de energia elétrica não fosse superior a 20% do preço do produto no mercado internacional. Em

⁹¹ . Citado por LOBO, Marco Aurélio Arbage, Op. Cit., pág. 131. Segundo o autor a ELETROBRÁS deveria US\$ 854,378 milhões (30,1%), As Instituições financeiras emprestaram US\$ 1.838,296 bilhões (64,8%), além de outras despesas, que daria um total de US\$ 2.835,816 bilhões. A maioria dos empréstimos são de procedência francesa, por força dos contratos, visto que as turbinas da Hidrelétrica vieram da França.

⁹² . Idem ibidem, pp. 136-137.

⁹³ . Idem Ibidem, pág. 133. O setor industrial é dividido em quatro classes de tensão, para efeito de fixação das tarifas de energia elétrica, com os custos por kwh inversamente proporcionais á tensão: **A1 (230 kv)**, A2 (138 kv), A3 (69 kv) e A4 (13kv).



novembro de 1980, a Albrás assinou o contrato de fornecimento de energia elétrica com a Eletronorte. Segundo Lobo (1996),

“a política de fixação das tarifas estava baseada em três fórmulas, que deram à Albrás a opção de escolha do menor resultado dentre as três(...)Igualmente a tarifa escolhida gozava de um desconto especial, permitido pela Portaria 1.654...Essa política tarifária criou condições bastante vantajosas para a ALBRÁS no que se refere ao preço da energia elétrica.

Como se pode perceber, nenhuma das fórmulas previu qualquer relação com os custos de produção da energia fornecida, estando apenas vinculadas a fatores relacionados ao produtor do metal, mormente ao preço de venda. Destarte, os prejuízos decorrentes das crises no mercado mundial do alumínio devem ser arcadas principalmente pelo setor elétrico, vale dizer, pelo conjunto da sociedade brasileira”⁹⁴

As conclusões do autor dão conta de que as tarifas pagas pelas ALBRÁS estão entre as mais vantajosas do Brasil e do mundo. No ano de 1987, por exemplo, a Albrás pagava uma tarifa média de US\$ 10,353 mills/kw/h⁹⁵, enquanto que nos Estados Unidos era de US\$ 25 mills/kw/h, na Austrália, em 1981, variava de US\$ 13 e 23 mills/kw/h, de acordo com o local e, no Brasil, a tarifa média para o Grupo 1A em 1993 era de US\$ 28,29 mills/kw/h, segundo a ABAL (Associação Brasileira de Alumínio)⁹⁶.

Levando-se em consideração que a ALBRÁS teve quase dez anos de exercícios fiscais negativos, acumulando prejuízos de US\$ 687 milhões, segundo Lobo (1996), é justo questionarmos, como faz Pinto (1999)⁹⁷, se no final das contas, o Projeto serviu ao país e à Amazônia em particular ou se configurou mais como um

⁹⁴ . Idem Ibidem, pág. 133.

⁹⁵ . Mills significa “milésimo de dólar, e é a unidade de preço de kw/h de energia consumida. Cf. RAPOSO, José Cursino. **A Implantação da ALCOA em São Luís: uma análise espacial de inserção do Maranhão no pólo Alumínio da Região Norte Brasil**. Belo Horizonte/MG, 1989. Dissertação de Mestrado. Cedeplar/UFMG;pág. 83.

⁹⁶ . Idem Ibidem, pág. 134.

⁹⁷ . Cf. PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia, o século perdido: a batalha do alumínio e outras derrotas da globalização**. Belém: Grafisa, 1999.



enclave imperialista na Amazônia Oriental, visto que os maiores beneficiados foram os capitalistas japoneses.

Independente dos resultados negativos obtidos, a Albrás entrou em operação em julho de 1985. Dez anos depois, após passar por longas provações do mercado capitalista, principalmente uma clara política imperialista de *dumping* praticada pela ALCOA⁹⁸, a Alunorte é inaugurada em 1995⁹⁹.

Com a inauguração da Albrás em 1985 e da Alunorte em 1995, abre-se um novo capítulo na história do movimento operário na Amazônia Oriental, na sua organização sindical e nas lutas que serão travadas por este proletariado concentrado, munido dos mais modernos métodos de produção, inclusive utilizando a greve em alguns momentos, como o instrumento privilegiado das negociações salariais.

Contraditoriamente, enquanto o mundo ocidental capitalista clássico atravessa um período de ataques neoliberais, onde as conquistas operárias são tiradas, aonde os empregos vão-se embora em um processo de reestruturação produtiva flexível, os operários da Albrás obtém vitórias importantes na fábrica recém-inaugurada.

Mas, como a Amazônia Oriental não é uma ilha isolada da civilização ocidental, o mesmo movimento que se iniciou no Japão, na Europa e nos Estados Unidos não vai tardar a chegar em nossa região. Antes, porém, de adentrarmos em

⁹⁸ . Aqui é muito válido lembrar as palavras de Bukharin sobre o imperialismo: “A política aduaneira permite esmagar a concorrência estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o aríete do **dumping**. Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. **Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo**”. Cf. BUKHARIN, N. Op. Cit., pág. 98.

⁹⁹ . A história da implantação da Alunorte atravessou um longo capítulo, desde o seu desmembramento do Projeto Albrás pelos japoneses no Relatório de viabilidade de 1976, passando pelo cerco da ALCOA em 1982, até a retirada definitiva da NAAC do projeto em 1987. Leal (1988) e Lobo (1996) contam com bastante detalhes as manobras que a ALCOA efetuou para manter a Alunorte fora de operação para que não atrapalhasse seus lucros, inclusive vendendo alumina abaixo do preço do mercado para a ALBRÁS, vindo diretamente da subsidiária australiana no Suriname, por um período de dez anos, numa clara prática de *dumping*.



nossa temática particular, iremos ver como as transformações que iremos estudar nas fábricas da Albrás e da Alunorte, abalaram o movimento operário e o sindicalismo, particularmente o de mais tradição, o europeu, e que conseqüências terão para o movimento operário e sindical da Amazônia Oriental.



II. MOVIMENTO OPERÁRIO, TOYOTISMO E CRISE DO SINDICALISMO

2.1 – Reorganização do mundo do trabalho e a “crise do sindicalismo”

Era inevitável que a crise do capitalismo mundial e sua “reação” para sair da mesma trouxessem graves conseqüências para o *movimento operário*¹⁰⁰ e seus sindicatos. As novas tecnologias e a reestruturação produtiva começavam a colocar abaixo o “compromisso fordista” e inauguravam a época da “acumulação flexível”, nos termos colocados por Harvey¹⁰¹. A rigidez do fordismo, que era a base do sindicalismo nos principais países imperialistas, não dava mais conta de superar a crise de acumulação capitalista. O choque do petróleo e a profunda recessão de 1973 advinda deste colocaram em movimento um conjunto de processos que estremeceram o modelo fordista. Justamente, a “acumulação flexível” é uma luta

¹⁰⁰ . Por “**movimento operário**” entendemos todas as ações, greves, lutas e manifestações levadas a cabo pelos operários, seja de forma espontânea ou organizada, através de suas organizações sindicais, como os sindicatos e centrais sindicais ou de seus partidos e correntes políticas. Definimos Movimento Operário no melhor estilo dado por Engels em “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, mais exatamente no capítulo “Os Movimentos Operários”: “*A frequência inaudita das paralisações do trabalho é a melhor prova da extensão assumida pela guerra social na Inglaterra. Não passa nenhuma semana, quase dia nenhum, sem que se deflagre uma greve em qualquer parte – contra uma redução de salário, como a propósito da recusa de um aumento; porque se empregaram knobsticks, ou ainda porque o patrão se tinha recusado a pôr fim a abusos e melhorar instalações deficientes; ou porque foram introduzidas novas máquinas, ou por cem outros motivos. Estas greves não são, é verdade, senão escaramuças dos postos avançados, por vezes também combates mais importantes; elas não decidem nada definitivamente mas são a prova mais segura que a batalha decisiva entre o proletariado e a burguesia se aproxima. São a escola de guerra dos operários, onde eles, onde eles se preparam para o grande combate a partir de agora inevitável; são os pronunciamentos de diferentes ramos do trabalho, que consagram a sua adesão ao grande movimento operário*”(grifo nosso). Cf. ENGELS, F. *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. 2ª ed. São Paulo: global, 1985; pág. 253. Sobre a história do Movimento Operário consultar RIAZANOV, D. *Marx e Engels e a história do Movimento Operário*. São Paulo: Global, 1984.

¹⁰¹ . Cf. HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 13ª edição, São Paulo: Loyola, 2004 (1ª edição em português, 1992; edição inglesa, 1989). Consultar especificamente o capítulo 9: “Do Fordismo à Acumulação Flexível”.



direta contra o fordismo e o poder de fogo dos sindicatos. É esclarecedor o que diz o criador do termo:

*“A **acumulação flexível** (grifo nosso), como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo¹⁰². Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” (ver parte III) no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado¹⁰³.*

As questões chaves levantadas por Harvey (2004) já vinham incomodando diversos pensadores das Ciências Sociais e militantes políticos da esquerda marxista há alguns anos. Produto de sua crise econômica, o capitalismo mundial se viu obrigado a mudar radicalmente seu processo produtivo, a fim de garantir a produtividade necessária inerente ao eterno ciclo de competição intercapitalistas. Esse movimento começou com a introdução de novas tecnologias nos países

¹⁰² . Sintetizaremos o conceito de fordismo a partir de Antunes: “...entendemos por fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [século XX], cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões”. Cf. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses do Mundo do Trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995; pág.17.

¹⁰³ . HARVEY, David. Op. cit., pág. 140.



capitalistas avançados e com a transferência de fábricas e empresas para regiões onde se poderia garantir a retomada das margens de lucro.

Não é nosso objetivo aqui analisar todos os pensadores que, de uma forma ou de outra, se sentiram impactados com a “nova fase” de desenvolvimento do capitalismo. A maioria deles teve uma formação marxista ou foi militante da velha ou nova esquerda européia, e muitas das caracterizações que colocam acerca desse processo são discutíveis como “pós-industrialismo”, “pós-capitalismo”, “sociedade informacional”, etc.

Foi André Gorz (1982) quem abriu um longo debate nas Ciências Sociais e na esquerda acerca do papel do proletariado e do trabalho nessa nova fase do capitalismo. Suas teses fundamentalmente se apóiam na introdução da robótica e do processo de automação nas fábricas francesas, japonesas e européias na década de 70. De fato, os dados fornecidos por Gorz (1982) para a época (1980) eram por si só impactantes, daí porque o citamos:

“Nas fábricas da Toyota (automóveis), no Japão, um quanto de operários de montagem foram substituídos por robôs. Na Citroën, em Aulnay-sous-Bois, a soldagem das carrocerias da ‘CX’ é realizada por um robô que faz o trabalho de trinta operários. Na mesma fábrica, cinquenta motoristas de empilhadeiras foram substituídos por cinco programadores sentados diante de suas mesas: os distribuidores de peças isoladas são automatizados e os carros que apanham e distribuem as peças são comandados por computador”¹⁰⁴

Essa mudança tecnológica gerou um processo de desemprego estrutural e uma divisão hierárquica entre o proletariado e os que ficaram à margem do processo industrial, a “*não-classe dos não-trabalhadores*”. Mas, quem seria essa “nã-

¹⁰⁴ . Cf. GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Tradução Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: forense-Universitária, 1982. Anexos, pág. 158.



classe”? Ela englobaria desde os indivíduos que se encontram expulsos da produção pelo processo de “abolição do trabalho”, subempregados em suas capacidades pela industrialização, desempregados reais e virtuais, permanentes e temporários¹⁰⁵ Gorz (1982) acabou vendo, com seu impressionismo sociológico, o futuro nessa “nova classe”(?); ela seria a portadora do futuro, “*a abolição do trabalho não tem outro sujeito social possível que não essa não-classe*”¹⁰⁶.

Sua tese encontrou afinidade entre vários intelectuais que já não mais tinham como horizonte a utopia socialista e a sociedade comunista projetada por Marx. Mas, também, foi alvo das críticas mais contundentes por parte de socialistas, cientistas sociais e militantes políticos. Como disse Antunes, “*se um dos seus objetivos era instaurar um novo patamar para o debate, pode-se dizer que Adeus ao Proletariado é, deste ponto de vista, um livro vitorioso*”¹⁰⁷. Depois dele, muitos outros autores vieram destacando a mesma problemática, seja para ratificar seu ponto de vista, seja para negá-lo¹⁰⁸.

Quase quatro décadas depois de iniciado este debate, ao nos voltarmos especificamente para uma pequena parte do mundo do trabalho, localizado no “*capitalismo periférico*” e em uma região atrasada do ponto de vista capitalista – a Amazônia Oriental – somos obrigados a voltar às mesmas questões que eles formularam: o proletariado estaria desaparecendo? Os sindicatos, enquanto instrumentos de luta histórica estariam “definindo”? O trabalho não seria mais uma categoria central de análise nas ciências sociais? A

¹⁰⁵ . Idem Ibidem, págs. 87-88.

¹⁰⁶ . Cf. GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Op. Cit., pág. 16.

¹⁰⁷ . Cf. ANTUNES, Ricardo. Op. cit. Pág. 9.

¹⁰⁸ . Como nos diz Antunes(1995), “Só a título de registro parcial, lembremos os livros ou artigos (por certo muito distintos e heterogêneos) de Claus Offe, Benjamin Coriat, Alain Touraine, Jean Lojkine, Fergus Murray, Adam Schaff, Ernest Mandel, István Mészáros, Robert Kurz, Alain Bihl, Thomas Gounet, Frank Annunziato, David Harvey, Simon Clarke, entre tantos outros que tematizaram acerca de dimensões e problemas que dizem respeito ao *presente* e *futuro* do mundo do trabalho”; pág. 9.



chamada “crise da sociedade do trabalho” deixou de lado a possibilidade da revolução proletária? A reorganização do trabalho em seus moldes “flexíveis” é um fator determinante para a “inércia” dos trabalhadores?

Para o objetivo proposto neste trabalho é quase impossível abarcarmos todas essas questões. Entretanto, trataremos brevemente de algumas delas nos próximos tópicos, a fim de que possamos compreender minimamente os fenômenos que se passam hoje nas fábricas da ALBRÁS E DA ALUNORTE, que são nosso objeto de estudo, e que estão diretamente relacionados com a crise do sindicalismo e com o neoliberalismo.

Das características elencadas por Harvey (2004) no regime de “acumulação flexível”, interessa-nos discutir o processo de reorganização do trabalho, que tem no toyotismo sua face mais visível, e que terá para nós implicações nas fábricas da ALBRÁS E DA ALUNORTE por conta das relações bilaterais entre Brasil e Japão.

2.2 – O toyotismo e a Reestruturação Produtiva¹⁰⁹

Foi Benjamin Coriat (1994), dentre os escritores ocidentais, quem dedicou um estudo importante sobre esse processo de reorganização do trabalho que veio do Japão. Ele apresenta-nos os “dois pilares” sobre os quais se ergue o toyotismo:

¹⁰⁹ . Há muitos autores e definições para o termo. Queremos citar a definição dada por um ex-torneiro mecânico do ABC-SP: “*Consiste em um processo de mudanças tecnológicas (Informática, Automação, microeletrônica ou novas formas de gerenciamento da produção) que visa alcançar maior flexibilidade e integração interna e externa. Deriva de um ambiente social, político e econômico marcado pela crise dos anos sessenta e setenta. Diante dos conflitos sociais (ele quer dizer, da luta de classes) e da concorrência, é preciso se reestruturar e a integração e a flexibilidade das empresas se apresentam como forma de aumentar a produtividade e a competitividade*”. Cf. NETO, Jerônimo de Almeida. **Glossário da Reestruturação Produtiva: a linguagem do trabalho**. Santa Catarina: VisualBooks, 2003; pág. 60.



“Na representação que dá de suas próprias inovações e, logo, de sua contribuição, Ohno insiste ininterruptamente em dois pontos. O método Toyota é, diz ele, a combinação de dois princípios (que ele mesmo designa como sendo dois “pilares” sobre os quais sua construção repousa). Esse pilares são, segundo os próprios termos do mestre japonês, ‘1) a produção just in time, 2) a ‘auto-ativação’ da produção’, Ohno (1978-1989), p. 16”¹¹⁰.

Todo o resto do edifício são procedimentos e técnicas de execução ou pré-condições para que o sistema funcione. Em uma linguagem militar diríamos que há “duas estratégias” e todos os demais procedimentos são as “táticas” que levarão a consumação dos objetivos propostos. O “estoque zero”, por exemplo, seria apenas uma dessas técnicas, mas não é o método Toyota em si, como nos explica Coriat, “o estoque zero é apenas um dos resultados aos quais ele conduz, perseguindo um objetivo muito mais geral”. Na verdade, a essência do método Toyota é “pensar não o grande, mas a pequena série; não a padronização e a uniformidade do produto, mas sua diferença, sua variedade”¹¹¹.

Se o estoque é o ponto de partida do toyotismo, é porque por trás dele há um “excesso de pessoal”, excesso de pessoas empregadas em relação ao nível da demanda solúvel e efetivamente escoada. Coriat nos chama a atenção para este que pode ser o eixo norteador do toyotismo, o que ele denomina de “fábrica mínima”; “no espírito de Ohno, a fábrica mínima é primeiramente e antes de tudo a fábrica de *pessoal mínimo*”. E citando literalmente o próprio Ohno, Coriat (1994) nos faz ver a essência do método Toyota:

“Na toyota, o conceito de economia é indissociável da busca da ‘redução de efetivos’ e da ‘redução de custos’(grifo nosso). A redução dos efetivos é, com efeito, considerada como um meio de

¹¹⁰ . Cf. CORIAT, Benjamin. ***Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização.*** Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994 (1ª edição em francês, 1991)., pág. 29.

¹¹¹ . Idem ibidem, pág. 32.



*realizar a redução dos custos que é claramente uma condição essencial da sobrevivência e do crescimento de um negócio*¹¹².

Como podemos ver, o objeto e método do sistema Toyota é “emergir à superfície o excesso de pessoal”. Talvez o próprio Weber (1999a) ficasse admirado com tanta *racionalidade* vinda do oriente, pois como ele mesmo dissera, “o ‘capitalismo’ e empresas ‘capitalistas’, inclusive com uma considerável dose de racionalização capitalística, existiram em todos os países da Terra”, mas apenas “o Ocidente desenvolveu uma gama de significados do capitalismo, e, o que lhe dá consistência...que nunca antes existiram em parte alguma”¹¹³.

É importante que nos detenhamos em mais uma citação feita por Coriat (1994), onde Ohno reafirma que o método Toyota significa essencialmente “reduzir pessoal”:

*“Há duas maneiras de aumentar a produtividade. Uma é a de aumentar as quantidades produzidas, a outra é a de **reduzir o pessoal de produção(grifo nosso)**. A primeira é, evidentemente, a mais popular. Ela é também a mais fácil. A outra, com efeito, implica **repensar**, em todos os seus detalhes, a **organização do trabalho**(grifo nosso). Ohno, id. p. 71”¹¹⁴.*

O mais interessante para Coriat é que a introdução destes dois pilares do sistema Toyota, a “auto-ativação” e o “just in time”, que tem no método “kan-ban” sua materialização, constituem de fato “um movimento de *racionalização do trabalho* no sentido clássico do termo” e no caso do kan-ban pode ser considerado em

¹¹² Cf. CORIAT, Benjamin. Op. cit., pág. 33.

¹¹³ Cf. WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 13ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999; p. 6. É importante considerar, ainda, que para Weber foi o Ocidente que conheceu, na era moderna, um tipo completamente diverso e nunca antes encontrado de capitalismo: a organização capitalística racional assentada no trabalho livre.

¹¹⁴ . Apud CORIAT, Benjamin. Op. Cit. Pág. 33.



matéria de gestão de produção “a maior inovação organizacional da segunda metade do século”¹¹⁵.

Tal como a introdução da manufatura no alvorecer do capitalismo no século XVI, que fez uma revolução na organização do trabalho ao introduzir o parcelamento das funções, destruindo o saber das corporações, no sistema just in time e no kanban, não há nada de tecnológico, a inovação é “*puramente organizacional*”: o operário que operava apenas uma máquina no modelo fordista agora vai operar até cinco; se antes se armazenava as mercadorias em estoques permanentes, agora o estoque será “zero”, apenas o necessário para os pedidos do mercado.

Não queremos aqui esgotar todas as análises do modelo toyotista feitas por Coriat (1994), mas apenas considerar que no essencial o modelo da “fábrica mínima”, que em última instância significa “reduzir pessoal”, trouxe sérias implicações para a organização do movimento sindical em todas as partes onde foi introduzido. A teoria “idílica” da democratização das relações no toyotismo contra a estandardização e o chicote das “gerências” do fordismo impactou inclusive Coriat, para quem esse modelo era superior do ponto de vista dos operários, por causa da abolição dos “supervisores” e “gerentes” do chão das fábricas¹¹⁶.

Mas, como o próprio Coriat (1994) é obrigado a reconhecer, a “redução de pessoal” é que está por trás do modelo. Na outra ponta do “estoque zero” e da “redução de pessoal” está uma cadeia de subcontratação sem precedentes na

¹¹⁵ . Idem ibidem; pág. 56.

¹¹⁶ . Cf. a crítica à escola da regulação feita por GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. SP: Boitempo, 1999; principalmente o capítulo “Pensar Pelo Avesso o Capitalismo: a visão reformista de Benjamin Coriat e Alain Lipietz sobre o toyotismo”, pp. 55-117. Gounet resume categoricamente sua crítica assim: “...A crise é inerente ao sistema capitalista, ao passo que para Coriat e Lipeitz é inerente ao modelo de desenvolvimento. Além disso, ela evidencia a anarquia do sistema capitalista e, por isso mesmo, seus limites como modo de produção capaz de elevar o bem-estar da sociedade. Para a escola da regulação, a crise indica a necessidade de adotar uma nova organização do trabalho, um novo grande compromisso, um novo pacto salarial apto a impulsionar a economia de volta à idade de ouro...”; pp. 84-85.



história do capitalismo; é assim que se fecha o ciclo do toyotismo, uma grande rede de empresas subcontratadas¹¹⁷ que não precisam garantir emprego fixo, estabilidade e condições de trabalho dignas para seus trabalhadores.

Como havíamos exposto acima ao nos reportarmos a Marx (1996), é da própria essência do modo de produção capitalista, do seu impulso para o lucro, para a extração de mais-valia, modificar constantemente suas tecnologias e sua organização do trabalho. Aliás, essa é a “gaiola de ferro”¹¹⁸ dos capitalistas, da qual não podem sair; estabelece-se um “ciclo vicioso”, onde os melhores é que sobrevivem.

Para manter a produtividade e o lucro advindo desta, o capital precisa investir constantemente em “capital constante” (máquinas, ferramentas, infra-estrutura da fábrica, etc.), e nesse movimento percebe que a força de trabalho, o “capital variável” acaba se tornando um obstáculo no caminho a ser percorrido. Só que, contraditoriamente, é do “trabalho vivo”, os operários presentes no processo de produção, *que precisa extrair sua mais-valia*, o trabalho não pago, conforme Marx (1996). Seria muito esquisito os capitalistas pagarem salários para as máquinas ou computadores, e mais ainda, as máquinas se transformarem em “consumidores” de suas mercadorias!

Assim – a não ser que os teóricos da sociedade “pós-industrial”¹¹⁹ e do “pós-capitalismo”¹²⁰ estejam certos – o Capital precisa para se reproduzir do trabalho

¹¹⁷ . Mais adiante veremos como a Albrás e a Alunorte seguem à risca esse modelo de subcontratação.

¹¹⁸ . Cf. TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**; pág. 256.

¹¹⁹ . Desde 1972 que MANDEL, Ernest. Op. Cit., vem combatendo essa noção de “sociedade pós-industrial” de Daniel Bell. No capítulo intitulado “A Ideologia na Fase do Capitalismo Tardio”, ele diz que “A noção de uma ‘sociedade pós-industrial’, na qual se supõe que a estrutura social é dominada por normas de ‘racionalidade funcional’, corresponde à mesma tendência ideológica [no caso, aqueles que defendiam a supremacia absoluta da onipotência da tecnologia]”; pág. 351.

¹²⁰ . ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**, já havia feito essa crítica àqueles que abandonaram o referencial marxista sobre a centralidade do trabalho no mundo atual. Ele dizia: “Os críticos da



humano, do contrário não poderá existir o capitalismo. É por isso que as teses de Gorz (1982) sobre o desaparecimento do proletariado e do surgimento da “classe dos não-classe” soaram mais como polêmica acadêmica do que como uma tese real, que abarcasse todo o mundo capitalista conhecido. Bastaria ver o número de empregos industriais que foram criados na Ásia (particularmente nos Tigres asiáticos), na China, com as inversões capitalistas nas “zonas liberadas”, nos países do “terceiro mundo”, para ver que as análises de Marx se baseiam em uma “lógica de ferro” deste modo de produção, de que *“acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado”*¹²¹.

No essencial, o toyotismo cumpriu com estes requisitos básicos de funcionamento do modo de produção capitalista. Na história do capitalismo “aumento de produtividade” nem sempre coincidiu com “introdução de maquinaria”, basta ver o longo período em que a manufatura vigorou sem o tear mecânico; aliás, como colocou Mandel (1985), *“O capitalismo é incompatível com a produção plenamente automatizada na indústria e na agricultura, porque essa situação não mais permite a criação de mais valia ou a valorização do capital”*¹²². E, Mandel (1985) apóia-se em uma citação de Marx dos *Grundrisse*, que vale a pena reproduzirmos, para reafirmar sua tese de que na época do “capitalismo tardio” é impossível que a automação conquiste a totalidade das esferas da produção:

“Tão logo o trabalho na forma direta deixa de ser a fonte básica da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser a sua medida, e

sociedade do trabalho, com honrosas exceções, contatam empiricamente, a perda de relevância do trabalho abstrato na sociedade moderna, convertida em sociedade ‘pós-industrial’ e de ‘serviços’ e, conseqüentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, o ‘fim da utopia da sociedade do trabalho’ em seu sentido amplo e genérico”; págs. 85-86.

¹²¹ . Cf. MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1, volume II. 15ª ed. Bertrand Brasil, 1996. pág. 714, no capítulo “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”.

¹²² . Cf. MANDEL, Ernest **O Capitalismo Tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985; pág. 146.



conseqüentemente o valor de troca [deve deixar de ser a medida] do valor de uso. A mais-valia da massa não é mais a condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não-trabalho de uns poucos, para o desenvolvimento dos poderes gerais da mente humana. Com isso, sucumbe a produção baseada em valores de troca, e o processo direto, material de produção, é arrancado das formas da penúria e da antítese”¹²³.

Como muito bem explicitou Coriat (1994), o modelo japonês toyotista, implica muito pouca inovação tecnológica, a não ser na fase de “auto-ativação”, onde é preciso introduzir alguns dispositivos nas máquinas para que possam parar “automaticamente” em caso de algum funcionamento defeituoso. O resto do sistema se apóia inteiramente em mudanças organizacionais (por exemplo, “um homem, cinco máquinas”) tais como fizeram a manufatura e o próprio Taylor, com a introdução do cronômetro nas linhas de produção.

Isso não significa que o tempo todo os capitalistas, por conta da eterna concorrência do modo de produção capitalista, não estejam inventando novas tecnologias e incorporando parte delas no processo produtivo. Ao contrário, como veremos no capítulo III, há muita inovação no campo do controle através de *software*, os programas de computadores. É uma lei intrínseca a este modo de produção. Assim, para a “Escola de Regulação”¹²⁴, tivemos o taylorismo, o fordismo

¹²³ . Apud MANDEL, Ernest. Op. cit., pág. 146. É interessante completar a argumentação de Mandel. Se o capitalismo fosse capaz de transformar todos os trabalhadores em “cientistas”, isso implicaria uma supressão radical da divisão do trabalho entre manual e intelectual, e que “tal mudança básica no conjunto da formação social e na cultura do proletariado solaparia toda a estrutura hierárquica da produção fabril e da economia, sem a qual seria impossível a extorsão de mais-valia do trabalho produtivo”, e complementa, “as relações de produção capitalistas entrariam em colapso”.

¹²⁴ . Para uma crítica mais atual da Escola da Regulação ver BRAGA, Ruy. **A Nostalgia do Fordismo: modernização e crise da teoria da sociedade salarial**. São Paulo: Xamã, 2003. É uma das críticas mais veementes à Escola da Regulação. Dentre outras coisas, o autor diz (p.228): “Sinteticamente, a Teoria da Regulação apresenta, desde as origens, sua vocação: **representar, do ponto de vista teórico, o suposto destino dos trabalhadores em colaborar inevitavelmente com a burguesia** (grifo nosso). Por intermédio do produtivismo teórico, as determinações políticas da classe trabalhadora são sacrificadas no altar das ‘necessidades sistêmicas’ capitalistas. O formalismo da análise expulsa, progressivamente, as referências aos antagonismo sociais, eliminando a contradição: a relação salarial assume o espaço da luta de classe”.



e agora o modelo japonês (toyotismo), como formas de organizar a acumulação capitalista.

2.3 – Reestruturação Produtiva e sindicalismo

Essa avalanche de mudanças sob o signo da reestruturação produtiva e da crise do fordismo, como analisada por diversos autores, vai gerar um retrocesso no poder de força dos sindicatos. Um fenômeno objetivo¹²⁵, produto da crise de acumulação capitalista, essa reestruturação capitalista vai se impondo sem uma resposta à altura dos sindicatos. Como bem analisou Harvey (2004),

“Esse poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais...e o retrocesso do poder sindical (grifo nosso) – uma das colunas políticas do regime fordista”¹²⁶.

Com os sindicatos e o modelo fordista jogados nas cordas, a acumulação “flexível” capitalista ganha mais terreno, eliminando o emprego nas categorias

¹²⁵ . Que deve ser relativizado pelo papel consciente que os partidos stalinistas (PC's) e a social-democracia tiveram em apoiar o desenvolvimento normal do capitalismo, como veremos adiante.

¹²⁶ . Cf. HARVEY, David. Op. cit., pp. 140-141.



tradicionais do proletariado e impondo uma nova reestruturação do mercado de trabalho.

“Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis”¹²⁷.

Isso leva a que o próprio mercado de trabalho seja classificado em dois grupos, o “*centro*”, que se compõe de empregados “em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização” e a “*periferia*”, esta abrangendo dois subgrupos bem distintos, os empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como o pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e do trabalho manual menos especializado.

E um segundo grupo que oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico¹²⁸. Mas, segundo o próprio Harvey, a tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.

A questão colocada é: como essas mudanças afetaram o movimento operário e o sindicalismo?

¹²⁷ . Idem ibidem. Pág. 143.

¹²⁸ . *Flexible Patterns of Work* (1986), do Institute of Personnel Management, apud David Harvey. Op. cit., pp. 143-144.



Diversos autores têm se debruçado para tentar explicar a “crise” do movimento operário e do sindicalismo. Há muitas respostas e perspectivas colocadas, mas nem todos vêem o fenômeno do mesmo ângulo.

Há os que acreditam, como Martins (1999), que não se trata de “crise” do movimento sindical, mas de um “declínio”, baseado em diversos fatores, mas fundamentalmente por causa da “dessindicalização”, que atingira em cheio os países capitalistas centrais. É interessante citarmos seus argumentos:

*“Entretanto, cabia ainda uma dúvida: tratar-se-ia de uma perturbação passageira, de uma mutação ou de um processo de decadência irreversível do sindicalismo, isto é, **tratar-se-ia de crise ou de declínio?** Grifo nosso(...) Crise e declínio, ainda que às vezes possam ser usados como sinônimos, não significam a mesma coisa. Crise é uma alteração súbita nos rumos de um processo, uma ruptura de uma situação de equilíbrio ou de um desenvolvimento que até então seguia rumos normais, quer dizer previsíveis(...) Declínio é entrar em decadência, decair, perder vitalidade de modo inexorável, ainda que o ritmo possa ser mais lento ou mais rápido. É um processo mais do que um estado(...) Das crises diz-se às vezes que podem trazer efeitos benéficos. Do declínio, nunca...*

O quadro que parece caracterizar o sindicalismo neste final de século sugere mais declínio do que crise. De modo mais preciso: o que parecia na década dos 70 ser uma crise, que atingia o sindicalismo de alguns países e não o de outros, foi adquirindo, na década de 80, o caráter de um declínio, à medida que o tempo corria e o sindicalismo, num sem número crescente de países, não encontrava respostas satisfatórias para pôr fim à persistente redução de seus filiados e dos espaços que havia conquistado após a Segunda Grande Guerra...”¹²⁹.

Baseado em uma farta quantidade de dados sobre as taxas de sindicalização na Europa e nos Estados Unidos, Rodrigues (1999) vai ancorando sua tese sobre esse aspecto importante do sindicalismo clássico no mundo: o declínio crescente das taxas de sindicalização. Segundo ele, se tomarmos como ponto de referência os

¹²⁹ . Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999; pp. 20-21.



anos de 1970 e 1988, a sindicalização caiu de 35% para 28% no conjunto dos países.

De todos os autores estudados, Martins (1999) é o que menos acredita na possibilidade de um retorno vigoroso do sindicalismo nos tempos de globalização e mudanças tecnológicas no mundo industrial. Ele elenca uma série de fatores que, em si mesmos, são prejudiciais ao sindicalismo e que estão acontecendo em toda parte, tais como a automação, o desemprego, a estabilidade monetária, a terceirização, o trabalho em tempo parcial, a informatização, a diminuição ou o desaparecimento de áreas de atividades e ocupações em que os sindicatos eram fortes, a fragmentação dos interesses das classes trabalhadoras; em geral, esses efeitos são negativos para a organização sindical.

“Desse ângulo...o sindicalismo aparece como uma instituição condenada a ocupar uma posição subalterna na sociedade pós-indústria (grifo nosso), porque todos os fatores que favoreceram sua expansão passada não mais existem ou se reduziram significativamente: grandes concentrações de trabalhadores em áreas geográficas e industriais; produção em série; más condições de trabalho e baixos salários; homogeneidade da força de trabalho; peso da classe operária no interior da estrutura social; forte diferenciação entre as camadas sociais; existência de mecanismos de exclusão política e social das classes assalariadas; estilo autoritário de gerência, etc. Desse modo, nossa tese é que as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical, embora a extensão desse espaço possa ser diferente quando se avaliam sociedades nacionais específicas.

A conclusão vai, portanto, a favor da idéia do recuo do sindicalismo à medida que avança a desindustrialização”¹³⁰.

A história do movimento operário mostra que não há uma relação causal entre movimentos grevistas, lutas operárias e sindicalização, como tenta demonstrar Rodrigues. Ao contrário, grande parte da luta operária se desenvolveu sem índices

¹³⁰ . Idem ibidem, pp. 300-301.



de adesão em estruturas formais, como os sindicatos. Na época das grandes conquistas operárias, as organizações sindicais, inclusive as coligações operárias, eram proibidas na maioria dos países da Europa e dos Estados Unidos¹³¹. Ou, na linha argumentativa de Adalberto Cardoso(2003), *“o poder sindical mede-se não tanto (ou nem sempre) pela capacidade de arregimentar filiados, mas sim pelo poder de iniciar ações coletivas...”*¹³².

A esse respeito é muito interessante o que nos diz Silver (2005) acerca dos que vêm como “terminal” a crise pela qual passa o movimento operário:

*“Aqueles que analisam a crise terminal dos movimentos operários tendem a ver a era contemporânea como fundamentalmente nova e sem precedentes, um momento em que processos econômicos globais redefinem completamente a classe trabalhadora e o espaço no qual os movimentos dos trabalhadores devem operar. Contrastando com estes, aqueles que esperam o ressurgimento de movimentos operários significativos tendem a perceber o capitalismo histórico em si como algo caracterizado por uma dinâmica recorrente, incluindo a contínua recriação de contradições e conflitos entre trabalho e capital. Isso indica que previsões sobre o futuro dos movimentos operários devem ser baseadas numa comparação entre a dinâmica contemporânea e períodos análogos do passado. Pois é apenas por meio de tal comparação que podemos distinguir fenômenos de recorrência histórica e fenômenos que são verdadeiramente novos e sem precedentes”*¹³³.

Há também os mais céticos e radicais, como Touraine (2002), que além de abdicar do caráter de classe dos confrontos que se dão na sociedade capitalista (que ele chama de “sociedade programada”), procura enxergar em “novos movimentos sociais” a panacéia para todos os males advindos da “modernidade”

¹³¹ . Sobre as grandes conquistas operárias, como a jornada de 8 horas nos Estados Unidos e em outras regiões, Cf. DEL ROIO, José Luiz. **1º de Maio: cem anos de luta (1886-1986)**. São Paulo: Global, 1986.

¹³² . Cf. CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003. (Mundo do Trabalho); pág. 208-209.

¹³³ . Cf. SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. Tradução Fabrizio Rigout. São Paulo: Boitempo, 2005. (Mundo do Trabalho); pp. 20-21.



capitalista. Por isso, diz ele, “*é que a noção de movimento social deve tomar o lugar da noção de classe social*”¹³⁴. Mas, o que é mais significativo em sua análise é que vê o sindicalismo como coisa do “passado”, que um dia fez parte de sua juventude:

*“Enquanto os antigos movimentos sociais, sobretudo o sindicalismo operário (grifo nosso), se deterioram, seja em grupos de pressão política, seja em agências de defesa corporativa de setores da nova classe média assalariada, de preferência a categorias mais desfavorecidas, esses novos movimentos sociais, mesmo quando lhes falta uma organização e uma capacidade de ação permanente, já deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais. Não se trata de lutar pela direção de meios de produção, e sim sobre as finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa(...)Vemos com efeito desaparecer sob os nossos olhos o “repertório”, segundo expressão de Charles Tilly, dos movimentos sociais da época industrial: os desfiles de massa, os slogans violentos, a idéia de tomada do poder. Eu fui testemunha, em maio de 1968, em Paris, do encontro deste antigo repertório, o da greve geral, utilizado sobretudo pela CGT, e do novo repertório criado pelos estudantes...”*¹³⁵.

Por outro lado, mesmo reconhecendo a “crise” pela qual passa o sindicalismo, e admitindo o fato de que houve uma “dessindicalização” massiva nos países imperialistas chaves, outros autores, como Antunes (1995; 2000) Bihl (1999), não vêem a *débâcle* do sindicalismo no horizonte, e atribuem parte dessa crise não somente à crise de acumulação do capital, aos fatores “objetivos”, mas também aos fatores “*subjetivos*” que levaram com que esse processo de reestruturação produtiva, dos novos métodos de organizar o trabalho, da precarização do trabalho, da “desqualificação” quase absoluta dos operários toyotizados, fossem introduzidos

¹³⁴ . TOURAINE, Alain. ***Crítica da Modernidade***. Tradução de Elia Ferreira Edel. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002 (1ª edição, 1994); pág. 257.

¹³⁵ . TOURAINE, Alain. Op. Cit., pp. 260 e 261. Alain Touraine jamais imaginaria que foi o “velho repertório” da Greve Geral, nas jornadas de março e abril de 2006, que colocou abaixo o Contrato de Primeiro Emprego (CPE) do governo Chirac-Villepin. A juventude francesa se uniu aos operários e servidores públicos contra a precarização do emprego; o CPE permitia aos patrões demitir os jovens de até 26 anos após dois anos no emprego, sem aviso prévio e sem indenização. Paris e toda a França colocaram nas ruas entre 1 milhão e 3 milhões de pessoas durante estas jornadas. Os “novos movimentos sociais” saíram de cena.



no meio operário. Fatores “subjetivos” no interior do movimento operário, como a completa adaptação da social-democracia europeia ao neoliberalismo, a queda das burocracias stalinistas no Leste europeu na ex-URSS, ideologicamente chamado de “fim do socialismo” pelos intelectuais da direita, dentre outros. E que, como perspectiva, assim como em outras épocas, o sindicalismo vai se reerguer com todo o seu peso.

Temos acordo com essa tese, pois a própria dinâmica do capitalismo globalizado empurra os trabalhadores para novas alternativas de organização política e sindical. A argumentação mais convincente acerca do papel do movimento operário e do sindicalismo no atual estágio do capitalismo tem vindo de pesquisadores de dentro dos Estados Unidos, como Silver (2004) – veja citação acima - que faz um balanço de dois séculos do movimento operário sob o modo de produção capitalista e conclui que, os que pregam o fim do movimento operário e do sindicalismo, deveriam mirar-se na história, para ver que a classe operária sempre tem encontrado novas maneiras de se contrapor ao jugo do capital. Não será diferente nesta fase superior do imperialismo, a “globalização”.

Como já dissemos, todas as análises da crise do sindicalismo perpassam por um “fio condutor”, que é a crise de acumulação do capital; esta, por sua vez, traz o desmoronamento do “compromisso fordista”, como diria Harvey (2004). A pergunta que fazemos é: *como estruturas sindicais tão poderosas, com a tradição da social-democracia francesa e alemã – para ficar nestes dois exemplos – tornaram-se impotentes diante do fenômeno do neoliberalismo e da globalização?*

É aqui que tanto as análises de Bihr (1999) como de Antunes (1995, 2000) e Boito Júnior (1999), dentre outros, fazem a diferença em relação a todos os teóricos do “fim do sindicalismo”, do fim da “sociedade de classes”, da “modernização



reflexiva”, da “sociedade pós-industrial”, “pós-moderna”, da “sociedade informacional”, etc. Como já afirmamos, muitos destes autores vêm da “esquerda” e do “marxismo”, e não deixa de ser uma espécie de “catarse”, um acerto de contas com o seu passado, tal qual o cristão que se converte ao ateísmo, muita coisa do que está embutido em suas análises acerca do fim da sociedade do trabalho e da luta de classes; é uma defesa ideológica, uma forma de afastar o passado para bem longe de seu mundo conceitual. Diferentemente dos teóricos do fim do sindicalismo achamos que trata-se mais de uma fase inexorável pela qual o movimento operário e dos trabalhadores tem que passar, acompanhando a dinâmica da centralização do capital em todo o mundo.

É Alain Bihl (1998), referindo-se à esquerda e ao sindicalismo europeu, quem mais fecha o cerco em torno de uma explicação causal sobre o por quê da “contra-revolução” do capital ter triunfado quase sem luta. Ele se pergunta:

“No entanto, se essa contra-revolução triunfou com tanta facilidade, se as organizações sindicais e políticas de esquerda puderam desempenhar tão despreocupadamente seu papel de força supletiva do capital, não é de se esperar, ainda com mais razão, que o movimento operário se encontre hoje consideravelmente enfraquecido, na França e em todo o Ocidente? Não é de esperar que ele atrevesse uma das crises mais graves de sua história secular?”¹³⁶.

O mais importante na sua análise é, para além de outras explicações corriqueiras nas Ciências Sociais, o peso que dá ao fator “*subjetivo*”, aos partidos e dirigentes sindicais que na época áurea do fordismo, no pós-guerra, comprometeram-se a manter intacta a ordem capitalista na Europa, contentando-se com as concessões geradas pelo Estado de Bem-Estar Social. Renunciava-se às

¹³⁶ . Cf. BIHR, Alain. ***Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise***. Tradução Wanda Caldeira Brant. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998; pág. 11.



greves, às lutas cotidianas, desde que não se tocassem nesse Estado de Bem-Estar. Assim, quando veio o “dilúvio” os varreu a todos, principalmente a “estratégia reformista (de inspiração social-democrata), adotada pelos dirigentes do movimento operário no curso desse mesmo período dentro dos limites desse compromisso”¹³⁷.

Como dirá Bihl (1998), essas organizações (políticas, sindicais, associativas), principalmente sob inspiração da social-democracia – mas não podemos deixar de falar do papel do Partido Comunista de inspiração stalinista – foram responsáveis pelo “papel de integração do proletariado” durante todo o período do pós-guerra.

Sem negar a “crise” pela qual passa o movimento operário e o sindicalismo, “pois essa não é a primeira crise global (nem provavelmente a última) que atravessa o movimento operário”¹³⁸, Bihl (1998) é otimista em relação à reconstrução do movimento operário sob novas formas; e é justamente essa idéia que move sua obra:

“E a idéia diretriz desta obra é que nos encontramos precisamente hoje em uma dessas fases críticas, em que o movimento operário está encurralado pelas transformações do capitalismo (nas quais, além disso, ele terá participado intensamente) para mudar completamente de cara, de maneira radical. Mais precisamente, eu me proponho a mostrar que uma página de sua história está prestes a ser virada, aquela que começou a ser escrita no último terço do século XIX, com a formação do que chamarei seu modelo social-democrata, do qual a social-democracia no sentido estrito e o leninismo¹³⁹ constituíram as duas principais variantes. É esse modelo que, hoje, entra definitivamente em crise, ao mesmo tempo em que assistimos ao nascimento ainda tímido, incerto, hesitante de uma nova forma do movimento de emancipação do proletariado”¹⁴⁰.

¹³⁷ Cf. BIHR, Alain. Op. Cit., pág. 11.

¹³⁸ . Idem Ibidem, pág. 12.

¹³⁹ . Provavelmente Alain Bihl queria se referir ao *Stalinismo*, visto que o modelo de sindicatos que imperou por fora da esfera social-democrata, é nitidamente de orientação stalinista, das “frentes populares” com a burguesia, dos compromissos e pactos com os governos, que junto aos partidos comunistas – principalmente o francês – orientaram os trabalhadores a deporem as armas após o final da II Guerra Mundial para a “reconstrução” da ordem burguesa capitalista.

¹⁴⁰ . Cf. BIHR, Alain. Op. Cit., pág. 13.



Na mesma base argumentativa Antunes (1995, 2000), em seus ensaios sobre o mundo do trabalho, também reconhece a “crise” pela qual passa o movimento operário e o sindicalismo no mundo, produto da crise estrutural do capital, cuja “expressão fenomênica” é a crise do taylorismo e do fordismo; mas, assim como Bihr, reconhece que as metamorfoses do mundo do trabalho acabam colocando novas perspectivas para o movimento operário e sindical. Antes de mais nada, a crise pela qual passa o sindicalismo no mundo precisa ser explicada pela própria dinâmica do modo de produção capitalista. E é com base nessa premissa que Antunes inicia suas análises sobre a “crise do sindicalismo”, citando Robert Brenner e sua brilhante análise sobre a origem da crise atual do capitalismo e que vai trazer sérias conseqüências sobre a luta dos operários:

“A partir da segunda metade dos anos 1960, os produtores de custos menores [Alemanha e especialmente Japão] expandiram rapidamente sua produção (...) reduzindo as fatias do mercado e taxas de lucro de seus rivais. O resultado foi o excesso de capacidade e de produção fabril, expresso na menor lucratividade agregada no setor manufatureiro das economias do G-7 como um todo. (...) Foi a grande queda de lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo – e sua incapacidade de recuperação – a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica durante o último quartel do século, [a partir] do colapso da ordem de Bretton Woods entre 1971 e 1973. (...) As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade: níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentual baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou no baixo aumento da produção e do investimento”

Mas um outro componente importantíssimo dessa crise tem a ver com a derrocada do Leste Europeu e da ex-URSS¹⁴¹, onde se propagandeia no interior do

¹⁴¹ . Para um aprofundamento da crise econômica nos Estados do Leste Europeu e da ex-URSS, que levou à queda do stalinismo em 1989/91 é interessante consultar CALLINICOS, Alex. **A Vingança da História: o marxismo e as revoluções do leste Europeu**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.



mundo do trabalho “a falsa idéia do ‘fim do socialismo”’. Antunes (1995; 2000) reconhece que a longo prazo a derrubada das burocracias stalinistas é positiva para o movimento operário¹⁴², pois coloca a possibilidade da retomada do projeto socialista de novo tipo, contrapondo-se a tese do “socialismo num só país” do stalinismo, mas que, no plano imediato, expressivos contingentes da classe trabalhadora e do movimento operário, acabaram aceitando e assimilando essa tese do “fim do socialismo”, e do “fim do marxismo”.

Um outro aspecto da *débâcle* do Leste Europeu é que os países capitalistas centrais aproveitaram a ocasião, devido a “inexistência” do perigo socialista ao seu redor, para rebaixar brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores. Portanto, para Antunes, “o *desmoronamento da URSS e do Leste europeu, ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento operário*”¹⁴³.

Outra razão para se entender essa “crise” é também *subjetiva*¹⁴⁴, presente no próprio interior do movimento operário. Deu-se o que Antunes (2000) chamou de “agudo processo *político e ideológico de social-democratização da esquerda* e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital”, fato esse atingindo a esquerda sindical e partidária. “*O sindicalismo de esquerda, por exemplo, passou a recorrer com freqüência cada vez maior à institucionalidade e à burocratização que*

¹⁴² . É preciso destacar que dentre as correntes do movimento operário, a mais conseqüente da e em defender essa tese foi o trotskismo, principalmente a corrente liderada por Nahuel Moreno, onde diziam que, apesar da confusão ideológica na cabeça dos trabalhadores a queda das ditaduras stalinistas no Leste Europeu e na ex-URSS era uma vitória do proletariado. Trotsky havia preconizado que a burocracia sucumbiria sob o peso da crise da economia mundial capitalista e ao proletariado não restaria outra saída a não ser fazer uma “revolução política” para derrubar a burocracia do poder e construir o socialismo.

¹⁴³ . Cf. ANTUNES, Ricardo. Op. cit., pág. 188.

¹⁴⁴ . É importante salientar que Trotsky já havia dito em 1938, no **Programa de Transição**, que “*A situação política mundial caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado*” e que “*O principal obstáculo na transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-burguesa diante da burguesia, os laços traidores que mantém com essa, mesmo em sua agonia*”.



*também caracterizam a social-democracia sindical*¹⁴⁵. Esse processo se deu também no Brasil com o PT e a CUT na década de 90, como veremos mais adiante com o próprio Antunes.

E finalmente, para Antunes (2000), uma última razão que ajuda a explicar a “crise” é a *expansão do neoliberalismo* a partir do final dos anos 70 e a conseqüente crise do *welfare state*, que faz a social-democracia regredir e até a apoiar a agenda neoliberal. É interessante o que diz Antunes acerca desse processo:

*“O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando a reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o FMI e o Bird, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo de esquerda, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados, dos quais a cultura “pós-moderna” é expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital etc. (Ver Harvey, 1992 e Sader, 1997)*¹⁴⁶.

Como já falamos, Antunes (2000), assim como Harvey (2004), Bihr (1999) e outros teóricos marxistas, partem de um “fio condutor” para explicar as grandes transformações pelas quais passa o capitalismo mundial, que é sua crise econômica crônica, iniciada no final dos anos 60. Aliado a isso se somou o processo da derrocada do Leste Europeu e da ex-URSS, que trouxe um baque muito forte nos partidos de esquerda e no sindicalismo tradicional. É esse nexos causal que explica porque o capitalismo pôde passar para uma ofensiva tão brutal em cima das conquistas e direitos da classe trabalhadora mundial, como o pleno emprego,

¹⁴⁵ . Idem Ibidem, pág. 189.

¹⁴⁶ . Idem Ibidem, pág. 189.



aposentadoria, férias remuneradas, e tantos outros. Mas, apesar do pacifismo da social-democracia e dos partidos comunistas europeus, nada se fez sem luta.

O próprio Antunes (1995) nos diz, por exemplo, que para o modelo toyotista se implantar no Japão foi preciso derrotar os movimentos grevistas de 1950-53 na Toyota, na Nissan e em várias empresas. O sindicalismo combativo foi destroçado e os capitalistas japoneses puderam implantar o “sindicato empresa”¹⁴⁷. Na Inglaterra, um dos berços do neoliberalismo com Margareth Teatcher,

“o neoliberalismo inglês teve que se defrontar com movimentos de oposição de grande envergadura, como as greves dos mineiros em 1982 e especialmente a histórica greve de 1984-85, voltada contra a política de fechamento das minas, que durou quase um ano. Mais de 220 mil postos de trabalho nas minas foram eliminados pela política thatcherista desde 1979, resultando na quase extinção de uma das mais importantes categorias do movimento operário inglês, responsável por histórica tradição de luta e resistência”¹⁴⁸.

Em todas as partes, para que o neoliberalismo e a “globalização” capitalista se implantassem foi preciso uma “expropriação violenta” do emprego e dos instrumentos sindicais combativos e, tal como Marx (1996) dissera da implantação do capitalismo na Europa, essa história foi “inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade”¹⁴⁹. Milhões de postos de trabalho e forças produtivas destruídas na Europa e nos Estados Unidos ao longo de quatro décadas; milhões de dessindicalizados nos países imperialistas centrais; uma ofensiva brutal sobre os direitos sociais e trabalhistas¹⁵⁰. E, tal como Marx dissera no *Capital* ao falar da

¹⁴⁷ . Cf. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995; pp. 24-25. Acerca do “sindicato-empresa” ver a análise de CORIAT, Benjamin. Op. Cit..

¹⁴⁸ . Cf. ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do Trabalho**; pág. 69.

¹⁴⁹ . Cf. MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, Vol, II; pág. 830.

¹⁵⁰ . Cf. HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. Idem., principalmente a parte III, “O Desmoronamento”.



“expropriação violenta do camponês”, esse processo tem contado com cumplicidade absoluta do Estado, este “Comitê”¹⁵¹ sempre a gerir os negócios comuns dos donos da globalização mundial, e a frente desses Estados, aqueles, como o Partido Trabalhista Inglês e a Social-Democracia europeia, que um dia outorgaram-se representantes da classe trabalhadora.

Foi graças à violência Estatal e tecnológica que as conseqüências sobre o conjunto do sindicalismo puderam-se sentir. É graças a um Estado que também foi “expropriado” segundo as palavras de Bauman (1999)¹⁵², que muitas das transformações em curso puderam se firmar. Os que dizem que esses processos são inexoráveis, que a globalização é um processo sem volta, o fazem mais por adesão ideológica do que por convicção científica.

Nesse sentido concordamos com Wallerstein (2003), para quem se trata de “uma ilusão que nos é imposta pelos grupos poderosos”. Sua análise é significativa:

*“Os anos 1990 foram inundados por um verdadeiro dilúvio de propósitos relacionados à mundialização. Todos os analistas, ou quase todos, sustentam que vivemos, desde então e pela primeira vez, na era da mundialização. A mundialização mudou tudo, dizem-nos: a soberania dos Estados diminuiu; a capacidade de resistência de cada um frente aos rigores do mercado desapareceu; nossa aptidão em desenvolver uma autonomia cultural foi virtualmente reduzida a nada. Esse discurso decorre, na verdade, de um gigantesco erro de interpretação – uma ilusão que nos é imposta pelos grupos poderosos e, pior ainda, que penetrou em nossas mentes, independentemente de nossa vontade(...) Não há dúvida alguma de que vivemos um período de transformação. Mas não se trata do ingresso num mundo já globalizado segundo regras bem estabelecidas, mas da travessia de uma era de transição(...)O futuro, **longe de ser inevitável e sem alternativas** (grifo nosso), vê-se gradualmente definido no decorrer dessa transição, cujo ponto de chegada permanece bastante incerto”¹⁵³.*

¹⁵¹ . Cf. MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998. pág. 42.

¹⁵² . Cf. BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999; pp. 63 ss., particularmente o capítulo 3: Depois da Nação-Estado, o quê?

¹⁵³ . Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. Op. Cit., pp. 71-72.



Jamais poderemos confundir desenvolvimento tecnológico, que é uma premissa básica do socialismo para garantir o bem-estar das massas, com as atrocidades do capitalismo, principalmente o desemprego massivo.

De todo esse processo oriundo da crise do capital, Antunes (2000) aponta as seguintes conseqüências para o mundo do trabalho e que influenciaram os rumos do sindicalismo: uma diminuição do operariado manual, fabril, concentrado, típico do fordismo, um aumento acentuado das inúmeras formas de *subproletarização ou precarização do trabalho*, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado.

Também há um aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no “setor de serviços”, exclusão dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores “velhos” (em torno de 45 anos) do mercado de trabalho dos países imperialistas, intensificação e superexploração do trabalho (principalmente dos imigrantes e das crianças), um processo de desemprego estrutural que já atinge 1 bilhão de trabalhadores, uma expansão do que Marx havia chamado de *trabalho social combinado* no processo de criação de valores de troca, no qual trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo produtivo.

E conclui que “a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais”¹⁵⁴, sem contudo, perder o papel de centralidade no mundo atual, como Habermas chegou a proclamar. O fato de ter havido uma diminuição do número de operários fabris nos países capitalistas centrais não significa dizer que o trabalho acabou, como nos diz Antunes:

¹⁵⁴ . Cf. ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**; pp. 190-191.



“Restringir-se à Alemanha ou à França e, a partir daí, fazer generalizações e universalizações sobre o fim do trabalho ou da classe trabalhadora, desconsiderando o que se passa em países como Índia, China, Brasil, México, Coréia do Sul, Rússia, Argentina, etc., para não falar do Japão, configura-se como um equívoco de grande significado. Vale ainda acrescentar que a tese do fim da classe trabalhadora, mesmo quando restrita aos países centrais, é, em minha opinião, desprovida de fundamentação, tanto empírica quanto analítica...”¹⁵⁵.

Não é possível fazer uma ciência social do trabalho e muito menos compreender o capitalismo sem observarmos o seu caráter internacional, já analisado por Marx (1996) em *O Capital* e corroborado por Antunes (2000). Para onde o capitalismo vai com esse movimento de “globalização”, o que acontecerá com a classe social que comanda esse processo, a velha “burguesia”, não sabemos ao certo.

O fato é que os capitalistas encontram-se presos em sua própria contradição: para garantir seus lucros, sua “mais-valia”, precisam explorar o trabalho vivo. Quanto mais investem em C (capital constante, máquinas, computadores, robôs, etc.)) em detrimento de V (capital variável, o proletariado), mais suas margens de lucro caem, movimento este estudado por Marx no capítulo XXIII de *O Capital*¹⁵⁶, a lei geral da acumulação Capitalista. Ao modificar a composição “orgânica do capital”, o capitalista é presa do próprio movimento que gerou. Aumenta a produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que vê diminuir progressivamente sua taxa de lucro.

Alguns autores, como Wellerstein (2003) acham que os capitalistas, conscientes de sua crise de acumulação sem saída, tentarão erigir um novo sistema, capaz de perpetuar seus privilégios; só que *“não será mais capitalista, mas*

¹⁵⁵ . Idem Ibidem, pág. 234.

¹⁵⁶ . Cf. MARX, Karl. *O Capital*; Livro I, Vol. II. pp. 712-827.



*conservará suas características hierárquicas e desiguais*¹⁵⁷. Como possibilidade teórica é válida, assim como a transformação socialista do mundo, tendo como sujeito o proletariado (em todas as suas matizes) é a outra variante. Enquanto isso, a sociedade vai enfrentando guerras, revoluções, “barbáries”, a destruição ambiental causada por grandes empresas, uma luta de classes cada vez mais exacerbada em todas as partes do mundo.

2.4 – As respostas da classe operária ao toyotismo

Longe de compactuar com as teses do “consenso” entre capital e trabalho, do “fim do sindicalismo” e da “classe operária”, Antunes (2000) conclui que é necessário que o movimento sindical responda às transformações estruturais do capitalismo, ao neoliberalismo e à globalização, com novas tarefas, novas atribuições. Significa que a própria organização da “*classe-que-vive-do-trabalho*”¹⁵⁸ precisa mudar para enfrentar os novos desafios colocados. Como o capitalismo se globalizou através de suas transnacionais é preciso que os trabalhadores também dêem às suas lutas um caráter mais internacionalizado, rompendo com a lógica burocrática e institucionalizada de suas organizações sindicais.

¹⁵⁷ .Cf. WALLERTEISN, Immanuel. Op. Cit., pág. 91.

¹⁵⁸ . Esta categoria justaposta “classe-que-vive-trabalho” é uma inovação de Antunes e aparece pela primeira vez no ensaio “Adeus ao Trabalho?”, 1995.. Essa categoria é positiva por um aspecto, reafirma o papel central da classe trabalhadora como a base das mudanças na sociedade capitalista atual; mas, é, ao mesmo tempo, defensiva, no sentido de que se abandona uma formulação mais clássica de “classe operária”, que por extensão, englobaria todo o proletariado, mesmo que *ipsi literi*, o conceito de classe operária se restrinja aos trabalhadores do ramo industrial. Mas, Antunes justifica da seguinte maneira: “*Para concluir, usamos neste texto breve, a expressão **classe que vive do seu trabalho**. Não foi para burlar uma questão crucial, também impossível de ser aqui tematizada: essa noção amplia, incorpora e supera a idéia de proletariado industrial, que se reduz e se torna significativamente heterogêneo no Primeiro Mundo, como decorrência das mudanças tecnológicas e da automação. Que alterações esta nova forma de trabalho, no Ocidente avançado, acarretará em relação aos seus organismos tradicionais, os sindicatos e os partidos? São indagações que um marxismo vivo tem que fazer. E sem medo de procurar respostas*”. Cf. ANTUNES, Ricardo. Op. Cit., pág. 119.



“Assim como o capital utiliza-se desses mecanismos mundializados e dispõe de seus organismos internacionais, a luta dos trabalhadores deve ser cada vez mais caracterizada pela sua configuração também internacionalizada”¹⁵⁹.

O exemplo da greve dos trabalhadores metalúrgicos da General Motors, nos EUA, de junho de 1998, iniciada em Michigan, em uma pequena unidade estratégica da empresa, teve repercussões profundas em vários países como México, Canadá, Brasil, etc; praticamente todo o processo produtivo da GM foi paralisado mundialmente por falta de equipamentos e peças¹⁶⁰.

Um outro desafio para se sair da “crise” é que o sindicalismo deverá romper a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis” dos trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em larga expansão no atual cenário mundial; devem, ainda reconhecer o direito de auto-organização das mulheres trabalhadoras, romper com todas as formas de neocorporativismo que privilegiam suas respectivas categorias profissionais e com isso diminuem ou abandonam os conteúdos mais acentuadamente classistas, romper com a tendência crescente de institucionalização e burocratização que tão fortemente tem marcado o movimento sindical¹⁶¹.

Devem também reverter a tendência desenvolvida a partir do toyotismo de reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril, o chamado sindicalismo de empresa, mais vulnerável e atado ao comando patronal; deve romper a barreira imposta pelo capital entre luta sindical e luta parlamentar, entre luta econômica e luta política, articulando e fundindo as lutas sociais, extra-parlamentares, autônomas, fazendo com que se avance para a ruptura da atual sociedade sob a

¹⁵⁹ . Idem ibidem, pág. 116.

¹⁶⁰ . Cf. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**; pág. 116.

¹⁶¹ . Idem Ibidem. Pág. 191.



lógica do capital e se instaure uma sociedade sob a lógica do trabalho, para “além do capital”, numa clara acepção a Meszáros¹⁶².

Na esteira de Bihl (1999) e Antunes (1995, 2000), Boito Júnior (1999) também considera que a “crise” pela qual passa o sindicalismo não significa que o mesmo esteja declinando ou que perdeu sua combatividade. Na segunda parte de seu trabalho, quando fala do sindicalismo brasileiro frente à política neoliberal, ele nos diz:

“A situação brasileira não é uma exceção. Em escala internacional, as dificuldades do movimento sindical vêm se manifestando desde a década de 1980. Verificam-se o declínio da atividade grevista, a diminuição do número de afiliados e a afirmação, entre as direções sindicais, da tendência à moderação da luta. Em alguns países europeus na luta contra a ofensiva neoliberal. O caso mais importante é o movimento dos desempregados na Europa, que se organiza, em grande medida, por fora do movimento sindical. (...) Mas nada disso significa que o sindicalismo tenha ingressado num processo de declínio histórico irreversível. Além do que, na segunda metade da década de 1990, começaram a surgir sinais de uma provável recuperação do movimento sindical. A grande greve geral francesa dos trabalhadores do setor público, em novembro/dezembro de 1995(...) A greve prolongada e vitoriosa dos 185 mil funcionários da United Parcel Service (UPS), em 1997, e a greve dos operários da General Motors, em 1998, parecem indicar o início de uma recuperação do movimento sindical estadunidense(...) A classe operária e o sindicalismo não só não estão se extinguindo, como na verdade, apenas começam a se desenvolver em inúmeros países...”¹⁶³.

E poderíamos atualizar este quadro do renascimento das greves e do movimento sindical combativo com o exemplo da greve geral dos imigrantes norte-americanos, principalmente os chicanos, que pediam o direito à legalidade e condições dignas de trabalho, ou com a grande greve geral francesa de abril-maio de 2006 que derrotou uma medida claramente anticapitalista, qual seja, o Contrato

¹⁶² . Cf. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** pp. 244-247.

¹⁶³ . Cf. BOITO JÚNIOR, **Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999; pp. 127-129.



do Primeiro Emprego. A Greve Geral trouxe mobilizações de massa de 1 a 3 milhões de pessoas nas ruas de Paris e de toda a França¹⁶⁴.

Como veremos, o debate teórico que se trava acerca do papel do sindicalismo na etapa atual do capitalismo resplandecerá em toda sua plenitude quando analisarmos microscopicamente as tendências sindicais no Brasil, particularmente a CUT, e principalmente o papel dos sindicatos dos metalúrgicos e dos químicos nas fábricas da Albrás e da Alunorte. Até que ponto esse debate permanece válido no movimento sindical da Amazônia Oriental? Até que ponto pode-se falar de “crise do sindicalismo” nas fábricas da Albrás e da Alunorte?

¹⁶⁴ . Sobre atualidade das lutas operárias e dos trabalhadores, principalmente a greve geral francesa contra o CPE, consultar o artigo que escrevemos para a disciplina “Globalização, trabalho, pobreza e modernidade”, com o título “Os limites dos Novos Movimentos Sociais”. Dizíamos: “A “velha” tese, que incomoda os teóricos da “terceira via”, da “modernização reflexiva” e dos “novos movimentos sociais” – que tentam a todo custo manter embaixo do tapete com seus pés em cima – de que “a história de todas as sociedades até hoje, é a história das lutas de classes”, manifestou-se com toda a sua fúria nas ruas de Paris e da França. A rebelião dos filhos de imigrantes africanos em novembro de 2005, a vitória do “Não” no Plebiscito que enterrou a Constituição Européia, as greves gerais de fevereiro de 2005, e a Grande Greve Geral dos ferroviários e funcionários públicos em 1995¹⁶⁴ contra as reformas neoliberais na previdência social, tinham sido apenas o “prelúdio”, o “ensaio geral” – como diria Lênin – da vitória anticapitalista de março-abril de 2006. A burguesia imperialista francesa e mundial, seus teóricos e representantes políticos e literários foram duramente golpeados. Não havia espaço para manobras ou conciliação: ou Chirac e Villepin retiravam o projeto ou seriam derrubados, ou os velhos dirigentes stalinistas da CGT e os social-democratas apoiavam a juventude trabalhadora, chamando a greve geral ou seriam varridos do espectro político e sindical; não havia espaço para “traições”, como em maio de 1968, quando apoiaram de Gaulle e abortaram a revolução. Era tudo ou nada nas ruas da França”.



III. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS FÁBRICAS DA ALBRÁS E DA ALUNORTE

3.1 – A reestruturação da indústria mundial e nacional do alumínio

Antes de nos adentrarmos na análise propriamente dita da reestruturação produtiva nas fábricas da ALBRÁS e da ALUNORTE faremos uma breve exposição da indústria do alumínio e da alumina no mundo e no Brasil. Queremos adentrar em nosso “objeto de estudo” tendo claro por que e para que foi preciso reestruturar produtivamente essas indústrias em nossa região. Para quem os operários da ALBRÁS e da ALUNORTE produzem? Por que o processo tem que ser dessa e não de outra maneira?

Vimos no capítulo I que a crise crônica da economia capitalista mundial, agravada pelos dois choques do petróleo (1973-74, 1979-80) modificou profundamente a divisão internacional do trabalho. Até meados da década de 70 do século XX, a indústria do alumínio era um “cartel” no melhor estilo imperialista definido por Lênin (1986). Segundo Ramos (1982), cerca de 70% da produção mundial da mercadoria alumínio concentrava-se nas mãos das chamadas “seis irmãs”¹⁶⁵; já chegou a ser 85,9% na década de 50, caindo para 52,3% em 1980¹⁶⁶.

Entretanto, como produto dessas crises, um outro país imperialista, o Japão, precisou revolucionar sua política energética e sair da dependência completa do petróleo. Por conta desse movimento, o capitalismo japonês vai fazer inversões em

¹⁶⁵ . Eram as empresas Aluminium Company of América (ALCOA), Reynolds Metal Company e Kaiser Aluminium and Chemical Corporation, dos Estados Unidos; Alcan Aluminiu Limited of Canadá; Pechiney Ugine Kullman Group, da França e Swiss Aluminiu Limited (ALUSSUISE), da Suíça. Cf. RAMOS, Carlos Romano. Op. Cit.; também Cf. MANSO, Gilberto Costa. *Estudo de Organização industrial aplicada ao setor mineral: o caso da indústria do alumínio*. Brasília, 1985. Dissertação de Mestrado, UnB, Faculdade de Economia. Apud LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pág. 45.

¹⁶⁶ . Cf. LOBO, Marco Aurélio Arbage, Op. Cit., pág. 45.



outras partes do mundo, transferindo literalmente suas plantas de alumínio primário para outros países, como foi o caso do Brasil (ver capítulo I), da Venezuela, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, Indonésia, e Austrália¹⁶⁷. As outrora todopoderosas “seis irmãs” também foram empurradas a fazer o mesmo movimento, seja coligando-se com os Estados nacionais através de *join-venture*, seja transferindo literalmente suas plantas para os países semicoloniais, como fez a ALCOA na Amazônia com o projeto ALUMAR¹⁶⁸.

Ao fazerem esse movimento para recompor suas taxas de lucro, os países imperialistas e suas transnacionais foram presa da “*lei do desenvolvimento desigual e combinado*”. Esta lei já estava presente nas análises de Marx sobre o capitalismo, mas foi Trotsky (1978) quem a nomeou e lhe deu o conteúdo atual. Por força de suas necessidades inerentes ao modo de produção capitalista, as empresas transnacionais são empurradas a fazer este movimento. Ao fazerem isto, sem querer estas empresas acabam gerando um “desenvolvimento” no país atrasado onde se localizam; com este “desenvolvimento” acabam formando novos estratos do proletariado, novas classes operárias nestes países.

No caso da Rússia de 1917, a vitória da Revolução só poderia ter uma explicação mais completa, para Trotsky – além, é claro, da existência do Partido Bolchevique – caso se entendesse esse movimento feito pelo capitalismo. Como entender, então, que a Rússia, um país formado por 95% de camponeses e 5% de

¹⁶⁷ . Cf. LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pág. 52.

¹⁶⁸ . Para compreender melhor esse movimento de inversão da ALCOA para a Amazônia Oriental, em São Luís do Maranhão, consultar MARTINS, Maria Tereza de Lima et al. ***A Indústria do Alumínio: causas e conseqüências de sua implantação em São Luís do Maranhão***. São Luís/MA, 1982, Monografia e MOREIRA, José Cursino Raposo. ***A implantação da ALCOA em São Luís: uma análise espacial da inserção do Maranhão no Pólo Alumínio da Região Norte Brasil***. Belo Horizonte/MG, Cedeplar/UFMG, 1989. Dissertação de Mestrado. Nesta obra, particularmente o capítulo 4.



operários, pudesse fazer uma revolução dirigida pelos operários e seu partido? Ao explicar esta lei Trotsky nos diz o seguinte:

*“As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do **processus** histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do **desenvolvimento combinado**, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha”¹⁶⁹.*

Só esta lei, que é essencialmente dialética, é que pode nos ajudar a ver o modo de produção capitalista na sua atualidade e particularmente, o seu movimento na indústria mundial do alumínio, tanto na Amazônia Oriental, como em outros países “atrasados” do ponto de vista capitalista, como a China. Foi com esta lei que Florestan Fernandes, Fernando Henrique e Octávio Ianni, a seu tempo, deram uma explicação da “revolução burguesa” no Brasil. Esta lei também, pode nos ajudar a explicar a emergência de um movimento operário vigoroso no final da década de 70 do século passado, tendo a frente os operários das montadoras automobilísticas.

Se a indústria do alumínio/alumina no mundo não perdeu o seu caráter de cartel no atual estágio do capitalismo, pois as multinacionais continuam preponderantes em todos os estágios como veremos abaixo, perderam, pelo menos,

¹⁶⁹ . TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Especificamente o capítulo I, “Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”; pág. 25. Cf. também NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e combinado da Sociedade**, 1988.



o caráter exclusivo de detentores das fábricas e das matérias-primas, e de uma parte da classe operária, principalmente no caso da Amazônia Oriental e da China.

Se fizermos uma comparação levando-se em consideração as décadas de 70, 80 e 90 do século XX, com a primeira década do século XXI, veremos que houve uma mudança substancial na indústria do alumínio/alumina e na mineração de bauxita.

Tabela 3 : Produção Mundial de Alumínio Primário – Maiores produtores: 1977/1993 – 1000 toneladas *

| Grupos de Países | 1977 | | 1993 | |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Quant. (A) | Part. (%) | Quant. (B) | Part. (%) |
| Imperialistas | <u>9.237</u> | <u>67,0</u> | <u>10.227</u> | <u>51,9</u> |
| Estados Unidos | 4.118 | 29,9 | 3.695 | 18,7 |
| Japão | 1.188 | 8,6 | 18 | 0,0 |
| Canadá | 973 | 7,1 | 2.308 | 11,7 |
| Alemanha | 742 | 5,4 | 552 | 2,8 |
| Noruega | 622 | 4,5 | 814 | 4,1 |
| França | 399 | 2,9 | 458 | 2,3 |
| Reino Unido | 350 | 2,6 | 235 | 1,2 |
| Austrália | 248 | 1,8 | 1.345 | 6,8 |
| Holanda | 241 | 1,7 | 229 | 1,2 |
| Espanha | 211 | 1,5 | 355 | 1,8 |
| Nova Zelândia | 145 | 1,0 | 268 | 1,3 |
| Semicoloniais | <u>2.720</u> | <u>19,7</u> | <u>8.254</u> | <u>41,7</u> |
| China | 349 | 2,5 | 1.220 | 6,2 |
| Brasil | 167 | 1,2 | 1.172 | 5,9 |
| CEI (Rússia, etc.)** | 1.642 | 11,9 | 3.310 | 16,7 |
| Outros Países | <u>1.822</u> | <u>13,3</u> | <u>1.257</u> | <u>6,4</u> |
| TOTAL | <u>13.779</u> | <u>100,00</u> | <u>19.788</u> | <u>100,00</u> |

Fonte: ABAL (1987 e 1994). Apud LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pág. 46.

*Não incluímos todos os países listados para facilitar a comparação com as tabelas seguintes. Deixamos apenas os principais produtores.

**Na época o autor diferenciou os países capitalistas desenvolvidos, de capitalismo tardio e China e Antigos países Socialistas, incluindo a Comunidade de Estados Independentes (CEI). Mantivemos a China, Rússia e os outros países do Leste Europeu no bloco de “Países Semicoloniais” porque os países imperialistas entraram vorazmente nestes países. O caso da China é o mais emblemático, como veremos adiante.

Percebemos claramente que essa inversão se deu acentuadamente para os países semicoloniais, principalmente a China e o Brasil. Também vimos que os



principais países imperialistas produtores de alumínio foram perdendo terreno, como os EUA, Japão, Alemanha, dentre outros.

Mais de uma década depois (1993-2004) vemos que houve uma completa inversão na produção mundial de alumínio. Surge uma nova força mundial, a China, que desafia essa “*velha solteirona*”, como Marx (1996)¹⁷⁰ costumava chamar a economia política. Uma força que está consumindo vinte por cento de todo o alumínio do planeta, com tendência a crescer mais ainda esse consumo nos próximos anos.

Tabela 4 : Principais Produtores Mundiais de Alumínio Primário – 1995 (em %)*

| PAÍS | PERCENTAGEM (%) |
|----------------|-----------------|
| Estados Unidos | 17 |
| Rússia | 14 |
| Canadá | 11 |
| China | 9,0 |
| Austrália | 7,0 |
| Brasil | 6,0 |
| Noruega | 4,0 |
| Venezuela | 3,0 |
| Alemanha | 3,0 |
| Índia | 3,0 |
| África do Sul | 1,0 |
| TOTAL | 78,0 |

Fonte: ABAL. Apud INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Panorama Internacional e Nacional do setor de Alumínio*. São Paulo, Novembro de 2006, pág. 5.

- Adaptado por nós do gráfico original.

Tabela 5 : Principais Produtores Mundiais de Alumínio Primário: 2004 (em %)*

| PAÍS | PERCENTAGEM (%) |
|----------------|-----------------|
| China | 22 |
| Rússia | 12 |
| Canadá | 9,0 |
| Estados Unidos | 8,0 |
| Austrália | 6,0 |
| Brasil | 5,0 |
| Noruega | 4,0 |
| África do Sul | 3,0 |
| Índia | 3,0 |
| Alemanha | 2,0 |
| Venezuela | 2,0 |

¹⁷⁰ . Cf. MARX, Karl. Op. Cit., 737.



| | |
|--------------|-------------|
| TOTAL | 76,0 |
|--------------|-------------|

Fonte. ABAL. Apud INSTITUTO OBSERVATORIO SOCIAL. *Panorama Internacional e Nacional do setor de Alumínio*. São Paulo, Novembro de 2006, pág. 5.

* Adaptado por nós a partir de gráfico original.

Hoje a China lidera a produção de alumínio primário no mundo. Há 12 anos, a China alcançava o 4º lugar na produção mundial, e numa velocidade impressionante deixou para trás Estados Unidos, Rússia, Canadá, Austrália e o Brasil. Para se ter uma idéia em 1990 a China produzia apenas 865 mil toneladas de alumínio, passando em 2003 a uma produção de 5,5 milhões de toneladas!

Os dados referentes à participação da China, medidos em porcentagens, são ainda mais expressivos. Em 1990, os seis maiores produtores eram: Estados Unidos (21%), Rússia (15%), Canadá (8,1%), Austrália (6,4%), Brasil (4,8%) e china (4,5%); já, em 2003, inverteu-se o ranking da produção de alumínio, ficando a China em primeiro lugar com 19,6%, seguido da Rússia (12,5%), Canadá (10%), Estados Unidos (9,7%), Austrália (6,7%) e Brasil (4,9%)¹⁷¹, até chegar ao patamar dos 22% em 2004.

Ou seja, a China praticamente quadruplicou sua produção. Ao mesmo tempo, nesse mesmo período, a China aumentava sua produção de alumina, a matéria-prima do alumínio, de 1,5 milhão de toneladas para 6,2 milhões de toneladas. Entretanto, mesmo com esse aumento enorme da produção de alumina e alumínio, os chineses não conseguiram atender as necessidades das indústrias do país, e se viram obrigados a aumentar a importação da alumina de um patamar de 582 mil toneladas em 1990 para 5,6 milhões de toneladas em 2003. A china consome, hoje, 20% de toda a alumina produzida no mundo.

¹⁷¹ . FERNANDES, Leonardo Lemes (mestrando em economia da UFU). *O mercado de alumínio de olho nos grandes*. Disponível em: sem local. Consultado em 05 de maio de 2005. E-mail do autor: lemesfernandes@yahoo.com.br



Tabela 6 : As 10 maiores Empresas do Mundo na produção de Alumínio, Alumina e Bauxita
– 2002

| Empresa | País | Participação na produção em % | | |
|--------------------------------------|-------------|-------------------------------|-----------|-----------|
| | | Alumínio | Alumina | Bauxita |
| Alcoa Inc, | EUA | 13 | 15 | 16 |
| Rusky Aluminiil | Rússia | 10 | 6,0 | 3,0 |
| Alcan* In. | Canadá | 9,0 | 7,0 | 8,0 |
| Estado da China | China | 6,0 | 0 | 0 |
| Norsky Hydro ASA | Noruega | 5,0 | 3,0 | 2,0 |
| Pachiney** | França | 4,0 | 4,0 | 0 |
| BHP Billiton Ltd. | Austrália | 4,0 | 8,0 | 8,0 |
| Rio Tinto plc | Reino Unido | 4,0 | 4,0 | 8,0 |
| Siberian-Urals Aluminium Co. | Rússia | 3,0 | 3,0 | 2,0 |
| Estado da Venezuela | Venezuela | 2,0 | 3,0 | 4,0 |
| Alumina ltd. | Austrália | 0 | 9,0 | 10 |
| Glencore International AG | Suíça | 2,0 | 5,0 | 2,0 |
| Kaiser Aluminium Corp. | EUA | 1,0 | 5,0 | 3,0 |
| Estado da Índia | Índia | 1,0 | 3,0 | 4,0 |
| Estado da Guiné | Guiné | 0 | 0 | 5,0 |
| Total 10 maiores Empresas | | 60 | 69 | 69 |

Fonte: Raw Materials Group Stockhol, 2003. Apud **INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Panorama Internacional e Nacional do setor de Alumínio.** São Paulo, Novembro de 2006, pág. 11.

**A Pechiney foi adquirida pela Alcan em 2004, por US\$ 5 bilhões.

É por isso que o capitalismo mundial volta-se para a China. Com um processo de urbanização intensivo, já são 500 milhões de chineses vivendo nas cidades e a projeção para os próximos anos é o êxodo de mais 100 milhões. Esse grande contingente de pessoas nas cidades tem aumentado a demanda por materiais de construção e metais, energia, transportes e portos. Sem contar as multinacionais norte-americanas e de outros países que têm empresas na China, que necessitam de grande quantidade de alumínio.

É esse o motivo pelo qual a CVRD associou-se a grande empresa chinesa Chalco (China Aluminium Company) através da Alumina Brasil China – ABC. A refinaria “ABC”, como está sendo chamada, vai produzir inicialmente 1,86 milhões



de toneladas por ano (Mtpa), em dois módulos de 0,93 Mtpa e atingirá uma capacidade final de produção de 7,44 Mtpa¹⁷², gerando 650 empregos diretos e aproximadamente 1.100 indiretos no setor de serviços¹⁷³. A maior parte da produção vai ser exportada para a China. A região amazônica é chamada para se colocar a serviço desta disputa pelo mercado mundial, que tem na China hoje, por seus índices de crescimento econômico impressionantes, a grande locomotiva.

Como nos diz Fishman (2006),

“A China é a grande oficina do mundo porque se encontra numa parte relativamente estável do planeta e oferece aos industriais uma força de trabalho confiável, dócil e competente, resultado de uma disciplina assegurada pelo governo”¹⁷⁴.

Por conta do crescimento da economia chinesa¹⁷⁵, cada vez mais os investimentos dos países imperialistas, como os Estados Unidos, se voltam para lá. Segundo Fishman (2006), em 2003 os estrangeiros investiram mais no estabelecimento de empresas na China que em qualquer outro lugar do mundo, tendo a China ultrapassado os Estados Unidos em absorção de capitais externos, 53 bilhões de dólares contra 40 bilhões para os EUA¹⁷⁶. Xangai tinha em 2003, por exemplo, 14.400 empresas de propriedade totalmente estrangeira, e outras 13 mil

¹⁷² . Cf. CVRD. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Refinaria de Alumina Brasil China (Refinaria ABC)**. Barcarena/PA/BR, março de 2006. ERM Brasil Ltda; pág. 9.

¹⁷³ . Idem Ibidem, pág. 115.

¹⁷⁴ . Cf. FISHMAN, Ted C. **China S.A: como a ascensão da próxima superpotência desafia os Estados unidos e o mundo**. Ediouro, 2006, pág. 15. “Desde que a China tratou de reformar sua economia, há uma geração, tem crescido a uma taxa oficial de 9,5% ao ano. Os países que se encontram nos estágios iniciais da reforma econômica, em geral, crescem rapidamente, mas não como a china. O país está encerrando um ciclo de trinta anos durante o qual o valor da economia quase triplicou. **Esse salto não tem paralelo na história moderna**”, pág. 21. Cf. também STORY, Jonathan. **China, a corrida para o mercado: o que a transformação da China significa para os negócios, os mercados e nova ordem mundial**. Editora Futura, 2004.

¹⁷⁵ . O economista chefe da Morgan Stanley, Stephen Roach, calcula que em 2003 os chineses compraram 7% do petróleo mundial, um quarto de todo o alumínio e aço, quase um terço do minério de ferro e carvão e 40% de cimento de todo o globo, e que a tendência é que essas quantidades aumentem mais. Cf. FISHMAN, Ted. Op. Cit., pág. 23.

¹⁷⁶ . Idem Ibidem, pág. 24.



dependentes de recursos externos; em 2004, mais de 12 bilhões de dólares foram atraídos para lá em investimentos estrangeiros diretos¹⁷⁷.

Detivemo-nos na ascensão da China porque tanto as indústrias brasileiras do alumínio/alumina, quanto a ALBRAS e a ALUNORTE em particular, beneficiam-se desse fenômeno. É que a demanda chinesa empurra o preço do alumínio para cima. Em abril de 2006, segundo a Brasil Mineral, o preço internacional do alumínio primário, contado na bolsa LME (London Metal Exchange) estava em US\$ 2,7 mil a tonelada para compras à vista e a US\$ 2,45 mil para compras a 27 meses¹⁷⁸; em 1988 estava em US\$ 1,5 mil a tonelada e chegou ao seu desempenho mais baixo em 1999, cotado a US\$ 500, por conta da depressão no setor mundial. Provavelmente o preço vá oscilar no próximo período, mas mesmo que baixe para os US\$ 2 mil a tonelada “*mesmo assim seria uma condição favorável para o metal não-ferroso*”¹⁷⁹.

Segundo o Instituto Observatório Social (2006), o aumento da produção mundial de alumínio é acompanhado no último período de um aumento dos preços; tanto pelo consumo asiático – especialmente chinês – como pela substituição de outras matérias-primas industriais (como o aço) pelo alumínio, especialmente nos setores de construção civil, automobilístico e de embalagens, que respondem por 2/3 do consumo de alumínio¹⁸⁰.

De fato, as características do alumínio fazem com que haja uma demanda cada vez maior em todos os ramos de atividades industriais. Essas características, segundo a ABAL (2004), são as seguintes: versatilidade e durabilidade,

¹⁷⁷ . Idem Ibidem, pág. 37.

¹⁷⁸ Cf. BRASIL MINERAL. *Bauxita/Alumínio: Setor investe US\$ 4,5 bilhões para aumentar a produção*. Nº 248, abril de 2006, pág. 18.

¹⁷⁹ . Idem Ibidem, pág. 18.

¹⁸⁰ . Cf. INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Op. Cit., pág. 4.



impermeabilidade e opacidade, facilidade de conformação, alta condutabilidade térmica e elétrica, ótima resistência à corrosão, elevada resistência mecânica, baixo teor específico, excelente aspecto estético e reciclabilidade.

Dentre as principais aplicações do alumínio, destacam-se a construção civil (esquadrias e revestimentos, telhas, estruturas para grandes vãos), transportes (indústria automotiva, veículos automotivos comerciais; aeronáutica, embarcações, vagões de trem e metrô), indústria eletro-eletrônica, embalagens (latas de bebidas, embalagens flexíveis, tubos de remédios, etc), bens de consumo (refrigeradores, máquinas de lavar, fogões, microondas, etc.), máquinas e equipamentos (na indústria química como vasos de reação, tubulações, tanques de estocagem, etc.)¹⁸¹.

É essa utilidade cada vez mais emergente que tem feito do alumínio um produto em ascensão na indústria mundial, principalmente a automobilística. A indústria automobilística tem difundido o uso do alumínio, seja em componentes para o motor, acessórios ou na própria carroceria.

Um dos destaques da ALCOA, líder mundial de alumínio, ao fazer sua propaganda para a Feira Internacional de Autopeças, Equipamentos e Serviços, realizada entre 25 a 29 de maio de 2005, eram os chicotes elétricos, produzidos em Itajubá, na região Sul de Minas.

“Os chicotes elétricos são os responsáveis por toda a distribuição de energia do veículo. Entre os produtos apresentados na feira estão os chicotes do Ford Ka, utilizados tanto no motor como no painel do veículo, os de injeção eletrônica de alguns veículos da Ford (Ka, Fiesta, Courier e Focus) e para as pick-up’s F250”¹⁸².

¹⁸¹ . Cf. ABAL. **Fundamentos do Alumínio e suas aplicações**. Rio de Janeiro, 2004; pp. 71-76.

¹⁸² . ALCOA **apresenta as múltiplas aplicações do alumínio na indústria**. Disponível em: <http://www2.clubmotor.com.br/2003e>. Acessado em: 08 de maio de 2005.



O mercado de chicotes elétricos movimenta cerca de US\$ 300 milhões por ano e a indústria automotiva movimenta aproximadamente US\$ 15 milhões de dólares por ano em alumínio extrudado¹⁸³, e que, no caso da Alcoa, serão mostradas as novas aplicações para pistão do compressor de ar condicionado, rotor do Supercharger, além dos perfis que já são utilizados no mercado brasileiro para bagageiros, trilhos do teto e estribos. Segundo o mesmo informe, a divisão de alumínio primário mostrará quais as principais aplicações deste metal na indústria automobilística,

“que vão desde peças para o motor até corcoerias, incluindo acessórios. No segmento de laminados, a companhia apresentará diversos tipos de chapas de alumínio: chapas naturais, utilizada em defletores de calor e nas corcoerias de caminhões; chapas pintadas, utilizadas no segmento de caminhões e furgões, que permite a aplicação de logotipos e propagandas das empresas e chapa de xadrez, que serve para piso de ônibus, furgões e outras aplicações. Além disso, a divisão apresentará os defletores de calor, que são chapas de alumínio colocados nos assoalhos dos veículos para dissipar o calor, impedindo que este passe para a parte inferior do carro, oferecendo, desta forma, maior conforto térmico para o usuário”¹⁸⁴.

Esses fatores combinados – o grande crescimento chinês e o investimento de empresas multinacionais na matéria-prima alumínio, forçando o aumento dos preços – têm feito da indústria brasileira de alumínio um setor em ampla ascensão.

Segundo dados da ABAL (2006), na década de 90 do século passado, houve uma estagnação da produção ao longo desses anos variando em torno de 1.100 milhões/tpa a 1.200 milhões/tpa, explicável por conta das crises econômicas,

¹⁸³ . Segundo o Aurélio Buarque de Hollanda, vem do termo **Extrusão**, que significa na tecnologia mecânica, “ a passagem forçada de um metal ou de um plástico através de um orifício, visando a conseguir uma forma alongada ou filamentosá”. Ou, como diz a ABAL, “*Extrusão é um processo de transformação mecânica no qual um tarugo de metal é reduzido em sua seção transversal quando forçado a fluir através do orifício de uma matriz (ferramenta), sob o efeito de altas pressões. É similar a uma pasta de dente sendo expelida para fora de seu tubo*”. Cf. **ABAL. Fundamentos do Alumínio e suas aplicações**; pág. 51.

¹⁸⁴ . **ALCOA apresenta as múltiplas aplicações do alumínio na indústria**. Idem ibidem.



que agravaram-se com a crise dos “tigres asiáticos” e da Rússia, entre os anos 97-98, e a própria crise brasileira de 99. Depois da crise de 2001 (efeito Argentina) a recuperação da produção nacional ocorre de maneira rápida, tendo como causas a procura do alumínio no mercado interno e a recuperação do mercado internacional – que responde por cerca de 60% da produção nacional. Entre os anos de 2001 e 2005, a produção do alumínio no Brasil expandiu-se em torno de 32%¹⁸⁵.

Segundo a ABAL (2005) o panorama da indústria do alumínio no mundo, em 2003, e no Brasil em 2005, era o seguinte:

Tabela 7: Indústria do Alumínio no mundo – 2003 (em mil toneladas)

| PRODUTOS | Brasil | Mundo |
|-------------------|----------|---------|
| Bauxita | 20.985* | 156.166 |
| Alumina | 5.134** | 54.872 |
| Alumínio primário | 1.457*** | 30.022 |

Fonte: ABAL e World Bureau of Metal Statistics. IN: ABAL. *Relatório de Sustentabilidade da Indústria do Alumínio*, 2005; pág. 11-12.

* O Brasil é o 2º produtor mundial de bauxita

** O Brasil é o 4º produtor mundial de alumina

***O Brasil é o 6º produtor mundial de alumínio.

Tabela 8: Produção Brasileira de Alumínio Primário em 2005 (em 1000 t)

| Empresas | Toneladas |
|------------------------|----------------|
| ALBRAS (PA) | 449,6 |
| ALCOA* | 300,9 |
| • Poços de Caldas (MG) | 95,2 |
| • São Luís (MA) | 205,7 |
| BHP BILLITON (MA)* | 175,9 |
| CBA (SP) | 370,3 |
| NOVELIS | 107,7 |
| • Ouro Preto (MG) | 50,7 |
| • Aratu (BA) | 57,0 |
| VALESUL (RJ) | 94,1 |
| Total | 1.498,5 |

Fonte: Produtores primários. IN: BRASIL MINERAL. *Bauxita/Alumínio: Setor investe US\$ 4,5 bilhões para aumentar a produção*. Nº 248, abril de 2006, pág. 18.

* A ALCOA e BHP BILLITON formam Complexo ALUMAR, em São Luís/MA.

¹⁸⁵. Cf. ABAL. *Anuário Estatístico 2005*. São Paulo. Apud Instituto Observatório Social, Op. Cit., pág.12.



Tabela 9: Suprimento e Consumo de Bauxita/Alumina pelo Brasil – 2002 a 2004 (em 1000 toneladas)

| Descrição | Bauxita | | | Alumina | | |
|--------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|
| | 2002 | 2003r | 2004 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Suprimento | 13 156,6 | 18 474,7 | 20 985,3 | 3 860,4 | 4 719,7 | 5 134,5 |
| Produção | 13 147,9 | 18 457,0 | 20 948,8 | 3 855,4 | 4 713,8 | 5 134,5 |
| Alcan Alumínio Br Ltda | | | | | | |
| Ouro Preto (MG) | 398,5 | 416,0 | 437,0 | 128,1 | 131,8 | 132,2 |
| São Luís – MA | - | - | - | 128,7 | 134,1 | 139,5 |
| Alcoa Alumínio S.A | | | | | | |
| Poços de Caldas-MG | 738,1 | 797,8 | 788,5 | 264,4 | 288,9 | 321,2 |
| São Luís – MA | - | - | - | 694,9 | 724,2 | 753,1 |
| ALUNORTE | - | - | - | 1 656,2 | 2 323,4 | 2 548,3* |
| BHP Billiton – MA | - | - | - | 463,3 | 482,8 | 502,3 |
| CBA – SP | 1 539,9 | 2 142,9 | 2 232,7 | 519,8 | 628,6 | 729,9 |
| MRN – PA | 9 919,2 | 14 405,6 | 16 749,1 | - | - | - |
| Outros(1) | 552,2 | 694,7 | 741,5 | - | - | - |
| Importações | 8,7 | 17,7 | 36,5 | 5,0 | 5,9 | 8,0 |
| Consumo doméstico | 9 846,1 | 11 715,0 | 12 564,1 | 2 675,2 | 2 827,1 | 3 003,6 |
| - Usos Metálicos | 9 112,9 | 11 035,3 | 11 861,1 | 2 522,0 | 2 648,8 | 2 820,4 |
| - Outros Usos | 733,2 | 679,7 | 703,0 | 153,2 | 178,3 | 183,2 |
| Exportações | 3 368,1 | 4 705,8 | 7 290,5 | 1 126,0 | 1 833,3 | 1 921,4 |

Notas: Os dados de produção de bauxita atendem ao critério “base úmida”, de forma a torná-los comparáveis aos divulgados por várias fontes.

- No ano de 2004, o teor médio de umidade foi da ordem de 11%
- Não é considerado no balanço a variação de estoques.

(1) O item “Outros” de produção de bauxita, considera dados das empresas que produzem para usos não metálicos.

Fontes: Informações das empresas do setor.

SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior – SECEX/MDIC, 20/04/2006.

IN: BRASIL MINERAL. *Bauxita/Alumínio: Setor investe US\$ 4,5 bilhões para aumentar a produção*. Nº 248, abril de 2006, pág. 20.

* A ALUNORTE passou de 2,5 milhões em 2004 para 4,4 milhões de toneladas em 2006, com a expansão 2 da refinaria. A meta é chegar a 6,2 milhões de toneladas em 2008, com a fase 3 de expansão. Cf. **BRASIL MINERAL**, nº 248, pág. 22.



Com o crescimento da demanda do alumínio/alumina a partir de 2002 por conta das necessidades do mercado mundial – principalmente o chinês - e das novas aplicações do alumínio, principalmente na indústria automobilística, que tem aquecido o mercado interno, a expansão da indústria brasileira do alumínio gerou o seguinte perfil:

Tabela 10: Perfil da Indústria do alumínio – 2003/2004

| Composição | 2003 | 2004 |
|--|---------------|---------------|
| Empregos Diretos | 50.334 | 53.389 |
| Faturamento (US\$ bilhões) | 6,3 | 7,8 |
| Participação no PIB (%) | 1,2 | 1,3 |
| Participação no PIB industrial (%) | 3,2 | 3,3 |
| Investimento (US\$ bilhões) | 0,7 | 0,6 |
| Impostos Pagos (US\$ bilhões) | 0,8 | 1,2 |
| Produção de Alumínio primário (mil/t) | 1.381 | 1.457 |
| Consumo Doméstico de transformados (mil/t) | 666 | 741 |
| Consumo per capita (kg/hab/ano) | 3,8 | 4,1 |
| Exportação (mil/t) | 991 | 1.039 |
| Importação (mil/t) | 91 | 98 |
| Participação nas Exportações Brasileiras (%) | 2,9 | 2,8 |

Fonte: **ABAL. Relatório de Sustentabilidade da Indústria do Alumínio**, 2005, pág. 21.

O consumo de alumínio por segmento no Brasil, em 2004, estava dividido da seguinte maneira: embalagens 28,8%; transportes, 25,3%; construção civil 12,8%; bens de consumo 9,3%; eletricidade 9,2%, máquinas e equipamentos 4,2%, outros 10,4%¹⁸⁶.

A indústria do alumínio no Brasil está em plena expansão, a ponto das empresas estarem fazendo investimento no setor de US\$ 4,565 bilhões para o período de 2004-2008. Esse investimento se divide da seguinte forma: US\$ 102 milhões pela ALBRAS; US\$ 1,6 bilhão pela ALCOA Alumínio; US\$ 768 milhões (fase

¹⁸⁶ . Cf. ABAL. **Relatório de Sustentabilidade da indústria do alumínio** – 2005.



2) mais US\$ 846 milhões (fase 3) pela ALUNORTE; US\$ 700 milhões pela CBA e US\$ 352 milhões (fase 1) mais US\$ 196 milhões (fase 2) na mina de Paragominas¹⁸⁷. Como podemos perceber quase 50% dos investimentos (US\$ 2.264 bilhões) estão sendo feitos na Amazônia Oriental paraense, por conta do crescimento da demanda mundial e do acordo feito com o Estado chinês para a implantação da refinaria “ABC”.

Teremos grandes realinhamentos, no próximo período, na indústria brasileira de alumínio. A CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) do Grupo Votorantim se prepara para se tornar a primeira produtora nacional, com a expansão para 470 mil toneladas a partir do primeiro trimestre de 2007 e, nos próximos anos, chegando às 600 mil toneladas anuais, deixando para trás a ALBRÁS, que tem liderado a produção nacional por todos esse anos. Mas, sem perspectivas de expansão a ALBRAS ficará estagnada nas 440 mil toneladas por ano. O entrave que a ALBRAS tem é a questão da energia, pois não há acordo do governo federal em continuar com a política de subsídios anteriores. A alternativa encontrada pela ALBRAS é o investimento em *“um projeto de conversão de tecnologia de cubas que produzem lingotes, baseadas em tecnologia Pechiney modificada pela Mitsui Aluminium”*¹⁸⁸.

Independente das disputas entre setores da burguesia do alumínio, o crescimento da produção brasileira no último período na indústria do alumínio/alumina tem passado necessariamente pela Amazônia Oriental. Com a instalação da refinaria “ABC”, uma planta duas vezes maior que a ALUNORTE, atingiremos uma produção anual de alumina em torno de 14 milhões de toneladas, apenas nas refinarias “ABC” e da ALUNORTE. Isso significa *“aumentar o proletariado”* em nossa região. Segundo Pinto (2006), no final da primeira década do

¹⁸⁷ . Cf. BRASIL MINERAL, nº 248; pág. 18.

¹⁸⁸ . Idem Ibidem, pág. 20.



século XXI, o Pará estará produzindo 30 milhões de toneladas de Bauxita, quase o dobro da marca atual, considerando as minas de Trombetas(MRN), Juruti(ALCOA) e Paragominas(CVRD)¹⁸⁹

Entretanto, para que os setores da burguesia nacional e internacional chegassem a essa expansão foi necessário, além do crescimento da China, adequarem-se às exigências desse mercado capitalista globalizado, dominado cada vez mais por poucos grupos imperialistas ao redor do mundo. Ocorrem fusões na própria indústria do alumínio como, por exemplo, a aquisição da Reynolds Metals pela Alcoa, e da Algroup pela Alcan, no ano 2000; em 2003 a Alcan obteve o controle acionário da Pechiney francesa, por meio de um *take-over* hostil. Essas três transações totalizaram US\$ 13,5 bilhões¹⁹⁰. A privatização da CVRD em 1997 fez parte desse processo de concentração e centralização de capitais. Como veremos adiante (3.5), o processo de privatização da CVRD foi cercado de mistério sobre os verdadeiros compradores da ex-Estatal.

A adequação ao “mercado” da indústria de alumínio/alumina passou necessariamente pela reestruturação produtiva das empresas. Todo o crescimento dessa indústria deve-se a este processo, que tem no toyotismo sua face mais acabada enquanto padrão de gestão para as empresas nacionais e, particularmente, para as empresas do alumínio.

Esse processo também atingiu as empresas da CVRD, antes e depois da privatização, como a MRN, a ALBRAS e a ALUNORTE. Considerando a “desigualdade dos ritmos”, todas essas empresas iniciaram em menor ou maior grau

¹⁸⁹ . Cf. PINTO, Lúcio Flávio. *Minérios: O Pará é o maior do mundo*. Disponível em: www.adital.com.br. Acessado em: 06.10.2006.

¹⁹⁰ . Cf. PAULA, Germano Mendes de, OLIVEIRA, Thaís S. **Fusões e aquisições na mineração mundial**. Valor Econômico,13/07/2004. Apud www.clipping.planejamento.gov.br. Acessado em 09/02/07.



o que se convencionou chamar de “reestruturação produtiva”. A acumulação de capital neste setor se dá fundamentalmente pela introdução dos métodos de “acumulação flexível” (Harvey, 2004), que significam, em última instância, “reduzir pessoal”.

Ao analisar a reestruturação mundial da indústria do alumínio, com conseqüências para nosso país, nosso objetivo é desvendar os elos “misteriosos” que fizeram com que houvesse tanta redução do quadro de pessoal na fábrica da ALBRAS, ao mesmo tempo em que, por conta da expansão do mercado chinês, há um aumento do número de trabalhadores na ALUNORTE. Essa aparente contradição pode ser resolvida com a análise dos diferentes processos produtivos e de como o movimento operário, através de seus sindicatos e outras formas de luta se contrapôs a essa reestruturação. É isso que queremos analisar a partir de agora.

3.2 – Reestruturação produtiva na ALBRÁS: o modelo toyotista da Qualidade Total

Desde o primeiro momento a ALBRAS e a ALUNORTE, influenciadas pelos capitalistas japoneses acionistas dessas fábricas, foram marcadas com o signo da “qualidade total”. Como vimos, no capítulo II, na análise de Coriat, o modelo toyotista, tomado como exemplo da reestruturação produtiva mundial, traz na sua essência o controle da qualidade. É a maneira encontrada para a concorrência no mercado mundial: *modernização=flexibilidade=redução de pessoal*.

Marx já havia analisado essa “angústia” permanente dos capitalistas para aumentarem a produtividade e se fazerem dignos da “vocação de capitalistas”. A



obsessão pela produtividade é para que não pereçam e obtenham a única coisa que realmente lhes interessa: “fazer dinheiro”. Conforme Marx:

*“...o motivo que impulsiona a produção capitalista: **fazer dinheiro** (grifo nosso). O processo de produção não passa de elo intermediário inevitável, de mal necessário do mister de fazer dinheiro... Sendo portanto o enriquecimento como tal, fim absoluto da produção”¹⁹¹.*

Desse ponto de vista, a própria implantação do modelo toyotista da qualidade total não surgiu como “um raio em céu azul”. Antunes (1995) e Gounet (1999)¹⁹² já nos indicaram que foi necessária a derrota física e sindical da classe operária japonesa para que o toyotismo fosse implantado na fábrica da Toyota. Esse modelo só foi possível de se tornar realidade depois de uma acirrada luta de classes¹⁹³. Parodiando Lênin, para quem “a política é economia concentrada”, diremos que as formas de organização social do trabalho são “luta de classes concentrada”, isto é, depende de quem vence as batalhas em determinado momento histórico. Com o toyotismo não poderia ser diferente.

¹⁹¹ . Cf. MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II: o processo de circulação do capital; Vol. III; pág. 58. 5ª edição, São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

¹⁹² . Cf. GOUNET, Thomas. Op. Cit. “O principal obstáculo quando eles lançam as bases de seu sistema produtivo, no início dos anos 50, é o sindicato...A oportunidade se apresenta no início dos anos 50. Em 1950, a Toyota decide suprimir 2 mil empregos. A resposta imediata é a greve. Esta dura muitos meses, envolvendo inclusive os fornecedores titulares da montadora, como sua filiar Nippondenso. A empresa termina vencendo, graças ao apoio dos bancos: as demissões são mantidas(...)Um segundo choque entre patrões e sindicatos ocorre na Nissan, em 1953, com conseqüências ainda maiores. Os trabalhadores param fazendo reivindicações salariais. Logo o presidente da Nissan promove um locaute na fábrica e espera que a greve se esgote. Ela tem tempo: dois bancos, sendo um o Fuji Bank, pertencente ao mesmo grupo da montadora, emprestaram-lhe o equivalente aos negócios de um ano. Depois, quando sente que pode resolver o conflito em seu proveito, ele faz com que os líderes sindicais sejam presos e cria um novo sindicato, por intermédio de um operário colaboracionista...Assim, os fabricantes usam a cenoura e o chicote, garantia de emprego vitalício e o sindicato totalmente atrelado ao patrão, para impor a seus empregados as mudanças nas condições de trabalho”, págs. 30-31.

¹⁹³ . Coisa que os apoletetas do capital, os teóricos da “modernização reflexiva” (Cf. BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997) e dos “novos movimentos sociais” (Cf. principalmente TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. 7ª edição, Petrópolis: Vozes, 2002; particularmente a III Parte, item 2: O Sujeito como Movimento Social) abominam completamente, apesar da “boa toupeira” estar sempre presente.



O processo de reestruturação produtiva, por conta de sua eficiência em maximizar os lucros, acabou se tornando um “paradigma” mundial da organização do trabalho fabril e das empresas. Vimos no capítulo II uma definição de “reestruturação produtiva” e todas as conseqüências que esse processo trouxe para o movimento operário e para o movimento sindical. Antes de adentrarmos na análise mais concreta desta reestruturação nas fábricas da Albrás e Alunorte queremos destacar a nível geral, pelo menos 9 características do que se convencionou chamar “reestruturação produtiva”, segundo Almeida Neto (2003):

“São características das fábricas reestruturadas:

*I – Integração de fluxos produtivos, internos à fábrica ou externos, com os fornecedores, utilizando a lógica **just in time e kanban**, a informática e a telemática para gestão de informações;*

II – Maior grau de automação produtiva, com equipamentos CNC¹⁹⁴, controladores lógico-programáveis, robôs, sistemas CAD/CAM¹⁹⁵, etc;

III – Informatização dos sistemas gerenciais;

IV – Terceirização das atividades de apoio à produção;

V – Redução dos níveis hierárquicos

VI – Grande carga de treinamento operacional e até comportamental para todos os funcionários;

VII – Trabalho polivalente associado à constituição de grupos de trabalho, chamados de times, com certa autonomia na condução dos processos produtivos;

VIII – Reaproximação entre concepção e execução do trabalho, antes exclusiva dos departamentos técnicos; e

IX – Forte preocupação com a qualidade tanto do produto quanto do processo de trabalho, garantida pela certificação ISO 9000¹⁹⁶ e ISO 14000”

¹⁹⁴ . CNC (do inglês, “Computer Numerical Control”). Trata-se de um Comando Numérico Computadorizado. É o comando das máquinas operatrizes realizado pela entrada de dados digitais. “Constitui-se de um microprocessador acoplado às máquinas-ferramenta que permitem o controle dos ritmos de trabalho, aumentam a produtividade e melhoram a precisão de tarefas”. O CNC possibilita a memorização das operações e a flexibilização da produção. Cf. ALMEIDA NETO, **Jerônimo de**. Op. Cit., pág. 17.

¹⁹⁵ . CAD (do inglês, “Computer Aided Design”). Programa de computador para a realização de desenho e projetos, capaz de guardar na memória desenhos anteriormente realizados que servem como base para os novos projetos. “Este sistema diminui drasticamente a necessidade de profissionais de desenho, pois aumenta significativamente a produtividade, gerando desenhos cada vez mais rapidamente, tornando obsoletas as conhecidas pranchetas”. Idem; pág. 12. CAM (do inglês, “Computer Aided manufacturing”). Programa de computador que determina as operações a serem realizadas pelas máquinas de comando numérico computadorizado... Os programas de CAM podem ser aplicados desde a automatização de pequenas atividades de produção até o uso da robótica em linhas de montagem de alta complexidade”. Idem, pág. 12.

¹⁹⁶ . Norma da *International Organization for Standardization*, Entidade Internacional de Normas Técnicas, que estabelece diretrizes para a melhor escolha e uso das normas em cada empresa. É um conjunto de normas relativas à gestão e garantia da qualidade no processo produtivo. Conforme a atividade realizada pelas empresas são divididas em: ISO 9001, ISO 9002, ISO 9003 e ISO 9004. Idem pp. 38-39. ISO 1400 é uma série de normas que ajudam as empresas a não destruírem o meio



Não é nosso objetivo aqui detalhar cada uma das características da reestruturação produtiva e as técnicas de gestão e planejamento colocadas em prática pelo modelo toyotista de organização do trabalho. Esse detalhamento já foi muito bem feito por Coriat (1993), Leite (1994), Rosa (2004), Antunes (2006) e Carmo (2000), dentre outros autores. O que queremos demonstrar é que esse processo visa única e exclusivamente, do ponto de vista capitalista, “reduzir o número de trabalhadores” nas fábricas, intensificando os ritmos de trabalho e uma exploração cada vez maior dos operários e de um outro contingente de trabalhadores, os *subcontratados*, que são a âncora que sustenta todo o modelo toyotista.

Os estudos sobre “reestruturação produtiva” no Brasil dão conta de que desde a década de 80 já se ensaiavam alguns movimentos nesse sentido. Entretanto, esses “ensaios” de reestruturação sequer acompanhavam o ritmo e velocidade que se dava nos países capitalistas mais adiantados. Segundo Antunes (2006),

*“No fim da ditadura militar e o período Sarney, o Brasil ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, em curso acentuado nos países capitalistas centrais, mas já se faziam sentir os primeiros influxos da nova divisão internacional do trabalho(...) Foi então, durante a década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando empresas a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema just-in-time; germinou a produção baseada em **team work**¹⁹⁷, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de*

ambiente, fazendo com que a ecologia e produtividade caminhem juntas. São divididas por diretrizes, conforme as necessidades: NBR ISSO 14001 (Sistemas de gestão ambiental, especificação e uso), NBR ISO 14004 (Sistema de gestão ambiental, diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio), NBR ISO 14010 (Diretrizes para auditoria ambiental e princípios gerais), NBR ISSO 14011 (Diretrizes para auditoria ambiental, procedimentos de auditoria e auditorias de sistemas) e NBR ISSO 14012 (Diretrizes para auditoria ambiental, critérios e qualificação para auditores ambientais).

¹⁹⁷ . Termo em inglês que significa “trabalho em equipe”. Cf. CIPOLLA, Francisco Paulo. **Economia Política do Taylorismo, Fordismo e Teamwork**. IN; **Revista de Economia Política**, Volume 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003, pp. 86-90.



difusão da microeletrônica. Deu-se também, o início, ainda de modo preliminar, da implantação dos métodos denominados “participativos”, mecanismos que procuram o “envolvimento” (na verdade, a adesão e a sujeição) dos trabalhadores com os planos das empresas...”¹⁹⁸

Se a década de 80 foi apenas um “ensaio” desse processo que atacaria as conquistas da classe trabalhadora, e onde o “fordismo” era largamente dominante, a década de 90, de fato, vai ser a década da “reestruturação produtiva”. O fato político internacional que impulsionar esse movimento nos países semicoloniais é o “Consenso de Washington”. A partir de então, “se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil”¹⁹⁹, sendo implementado, no plano político pelo Governo Collor e depois Fernando Henrique Cardoso (ver 3.5).

“Depois de um primeiro ensaio, sob o governo Collor, significativo mas logo estancado pela crise que se abateu no seu governo, o processo de reestruturação produtiva deslanchou novamente, por meio do Plano Real, a partir de 1994, sob o governo Fernando Henrique Cardoso”²⁰⁰.

Diversos estudos empíricos já foram feitos nos diversos ramos industriais e de serviços acerca de como se dá esse processo de reestruturação. Na obra organizada por Antunes (2006) há estudos sobre reestruturação produtiva na Honda, na Toyota, na Mercedes Benz, na Volkswagen, em fábrica de metais, na indústria têxtil e de calçados, nos bancos, nas telecomunicações, no telemarketing, enfatizando-se muito o aspecto da “terceirização” e “precarização” do trabalho.

¹⁹⁸ . Cf. ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006 (Mundo do Trabalho); pág. 17.

¹⁹⁹ . Idem ibidem, pág. 18.

²⁰⁰ . Idem ibidem, pág. 20.



Para o objetivo deste trabalho, é quase impossível analisarmos todos esses processos. Nos concentraremos exclusivamente na reestruturação produtiva na indústria do alumínio e da alumina pertencentes a CVRD.

A CVRD começou, desde o início da década de 90, esse processo de reestruturação produtiva. A partir do governo Collor de Melo (ver 3.5) a flexibilização vai se implantar em todas as empresas da Vale. Minayo (2004) estudou esse processo nas minas de Itabira²⁰¹; Trindade (2001), por sua vez, havia estudado este fenômeno nas minas de Trombetas, em Oriximiná-PA, pertencente a Mineração Rio do Norte, subsidiária da CVRD²⁰². Veremos que há diferentes ritmos de implantação das características da reestruturação produtiva – citadas acima na CVRD e nas fábricas que estamos analisando, a ALBRAS e a ALUNORTE. No caso da ALBRAS, por exemplo, iniciou-se pelo gerenciamento, depois pelos 5S e CCQ's, e houve muita resistência dos trabalhadores.

A reestruturação produtiva, que tem como pilar básico o ataque ao “excesso de pessoal”, vai trazer mudanças profundas nas relações de trabalho e nas relações sindicais. O selo da “qualidade total” será impresso em todos os setores da CVRD. A redução de pessoal e a conseqüente terceirização do trabalho será a marca registrada de todo esse processo que se inaugura a partir de 1990.

De fato, se observarmos em todos os números, *há um aumento da produção e uma diminuição do quadro de trabalhadores diretos*. Nas minas de Itabira-MG, Minayo (2004) havia detectado uma drástica redução do efetivo de trabalhadores acompanhado do aumento nos índices de produção. Segundo a autora, em 1990

²⁰¹ . Cf. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e Flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Especialmente a III Parte, capítulo VIII “A era da insegurança e do medo” e IX “A construção do trabalhador flexível”.

²⁰² . Cf. TRINDADE, José Raimundo Barreto. **A Metamorfose do Trabalho na Amazônia: para além da mineração Rio do Norte**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. Especialmente o capítulo 4: “Racionalização produtiva na Mineração Rio do Norte: reorganização qualitativa e terceirização”



(ano do início do enxugamento programado da força de trabalho) existiam 4.189 postos de trabalho, passando para 2.112 em 1997 e, em 1999, dois anos após a privatização, os postos de trabalho se reduziam a 1.701, chegando finalmente a 1.638 em 2004, ou seja, uma redução de 61% (!) da força de trabalho direta, menos 2.551 postos de trabalho²⁰³. Por outro lado, a produção mineral havia aumentado de 31.623.063 milhões/t em 1990, para 36.636.568 de toneladas em 1999, dois anos após a privatização da CVRD²⁰⁴.

O mesmo ocorreu na Mineração Rio do Norte. Segundo Trindade (2001), em 1989 a produção era de 6,1 milhões de toneladas de bauxita para um efetivo de 1.635 trabalhadores; dois anos depois, em 1991, a produção atinge 8,5 milhões de toneladas, sendo que o número de trabalhadores direto se reduz para 1.299. A redução de efetivo vai se consolidando a cada ano, com o processo de reestruturação produtiva: em 1990 é de 1.620, 1991 (1.299), 1992 (1.081), 1993 (1.044), 1994 (1.040), chegando em 1995 com o quadro de 996²⁰⁵.

Em relação ao aumento da produção, no caso da extração de bauxita, não dá para termos uma *relação de causa e efeito direto* (diminuição de efetivo=aumento da produção), pois como o próprio autor nos mostra, nos anos de 92, 93 e 94, houve uma diminuição da produção em relação ao ano de 91, passando para 7,3 milhões em 92, 7,9 milhões em 93 e 6,7 milhões em 94, recuperando o índice de 8,5 milhões de toneladas no ano de 95. O autor não chega a explicar o porquê desta queda, mas, muito provavelmente se deva à oscilação do preço da bauxita no mercado internacional.

²⁰³ . Cf. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Op. Cit., pág. 289.

²⁰⁴ . Aqui há uma lacuna importante no trabalho de Minayo, pois a espinha dorsal do modelo toyotista é a terceirização, efetivada por uma rede de subcontratação. Se diminui o número de trabalhadores na empresa "mãe", a produção só poderá se manter se contar com um efetivo compatível para realizar as mesmas tarefas, e isso só pode ser feito com a retaguarda operária, que são os terceirizados.

²⁰⁵ . Cf. TRINDADE, José Raimundo Barreto. Op. Cit., pág. 111.



Conseqüente com a organização do trabalho nos moldes toyotistas, a Mineração Rio do Norte – ao mesmo tempo em que demite trabalhadores – vai ter uma rede de empresas terceirizadas para garantir o aumento efetivo da produção de bauxita. Segundo Trindade (2001), em 1995 a relação era 996 trabalhadores diretos para 2.575 terceirizados.

Diferentemente da ALBRÁS E DA ALUNORTE, a MRN estabelece dois tipos de contratos com as firmas terceirizadas, os “contratos permanentes” e os “temporários”. As empresas contratadas “temporárias” são encarregadas de “pacote de serviços” não rotineiros e vinculados a grandes obras de recuperação de infraestrutura, abertura de nova mina, etc. Já as “permanentes” estão vinculadas a serviços rotineiros, de caráter tanto meio como fim do processo produtivo, desde manutenção especializada até a obras eventuais, passando pelas atividades de limpeza, segurança e restaurante. *“Em 1991 eram 18 empresas contratadas operando em Porto Trombetas, já em 1996 operavam 61, divididas em 14 permanentes e 47 temporárias”*²⁰⁶.

Este movimento de reestruturação produtiva também vai chegar em todo o seu apogeu nas fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE. Observemos que o processo é único e se dá em todas as empresas da CVRD. Por uma orientação política de governo, os administradores da companhia partem para a *ofensiva flexível* a partir de 1990, o que significa literalmente demitir trabalhadores.

Na ALBRAS, a primeira fábrica inaugurada em Barcarena em 1985, nascida já sob o signo da reestruturação produtiva mundial, a imposição deste modelo da

²⁰⁶ . Idem Ibidem, pág. 125. Ver também na pág. 127 As principais empresas contratadas da MRN em 1997: Cattani, Logus/Pró-Saúde, CNO (Construtora Norberto Odebrechet), Maverfer, Fundação Vale Trombetas, Ticket/Gr, CNR, B&ME, Executivae I.



“qualidade total” não se fez sem luta. Quando lemos em Carmo (2000)²⁰⁷ os primeiros passos da implantação da *Gestão de Qualidade Total* na fábrica, onde nos faz uma periodização da efetivação do TQC (do inglês, *Total Quality Control*)²⁰⁸, vemos que a resistência à implantação deste modelo se fez desde o início pelos operários.

Ele periodizou em três momentos a implantação do TQC na Albrás: o 1º momento foram os CCQ (1986-1988). Ocorre que neste 1º momento a experiência foi negativa, pois os gerentes não estavam preparados para uma gestão “democrática”; sendo um movimento incipiente, não ocorreu em todos os setores da empresa, e muitas vezes foi iniciativa deste ou daquele departamento. Segundo Carmo (2000),

*“...a insuficiência da nova forma de gestão em função do caráter autoritário das relações de trabalho, protoganzadas pelos supervisores, hoje gerentes operacionais. Essa limitação impede a implantação do CCQ, pois o mesmo tem como base o espírito participativo, impulsionador de atitudes voltadas para o incremento empresarial”*²⁰⁹.

O 2º momento foi do TQShow (1989-1992), onde o Programa de Qualidade Total é objeto de marketing permanente, através da divulgação de atividades e resultados dos trabalhos, mostrando-se gráficos de modernização e avanços, *outdoors*, etc. A Empresa traz um dos maiores especialistas em Qualidade total no país, o estudioso Vicente Falconi, que vai ajudar na implantação do TQC. Nesse

²⁰⁷ . Cf. CARMO, Eunápio Dutra do. ***Gestão do Trabalho na Indústria de Alumínio Albrás: noções de qualidade e seus interlocutores***. Belém/UFPA, NAEA, 2000.

²⁰⁸ . Para ALMEIDA NETO, Jerônimo de. Op. cit. Pág. 70, o TQC baseia-se nos **seguintes princípios**: 1. Orientação pelo cliente; 2. Qualidade em primeiro lugar; 3. Ação orientada por prioridades; 4. Ação orientada por fatos e dados; 5. Controle de processos; 6. Controle de dispersão; 7. O próximo processo é o seu cliente; 8. Controle a montante; 9. Ação de bloqueio; 10. Respeito pelo empregado como ser humano e 11. Comprometimento da Alta Direção.

²⁰⁹ . Cf. CARMO, Eunápio Dutra do. Op. Cit., pág. 98.



período aconteceram fatos que marcaram a empresa, como a greve de agosto de 1990 (ver capítulo IV) e o Blecaute de 12 horas no ano de 1991.

Esses acontecimentos fizeram com que a empresa acelerasse a implantação do seu programa de reestruturação produtiva. A greve, como veremos com detalhes no capítulo IV, mostrou a força do movimento operário e, contraditoriamente, fez com que as mudanças no processo produtivo se impusessem, sem uma resposta à altura do sindicato. O Sindicato dos Metalúrgicos critica a forma como o processo vinha se impondo mas não havia um questionamento do conteúdo do TQC, conforme o depoimento do diretor Sullivan Santa Brígida, no Jornal Linha de Ação²¹⁰.

Já em 1992 houve um primeiro enxugamento na empresa, onde 150 pessoas foram demitidas após um estudo realizado por uma consultoria. Isso provocou medo e angústia nos trabalhadores, fazendo com que muitos não aderissem à ideologia da qualidade total. Segundo Carmo, *“a correlação entre TQC e demissão foi inevitável”*. Para os trabalhadores, não praticar o TQC é não ter demissão²¹¹. O TQC acaba sendo sinônimo de maior carga de trabalho, cobrança da chefia, com o objetivo de obter a qualidade²¹².

O 3º momento foi a instalação do TQC no estilo japonês propriamente dito(1993-até os dias atuais), onde se avança nos procedimentos técnicos, na introdução de programas e de um conjunto de técnicas do receituário do TQC (Programa Intenso de Treinamento, Plano de Implantação do TQC na ALBRAS, Implantação dos 5S, Prática da Análise de Falha e PDCA).

²¹⁰ . Cf. Idem Ibidem, pág. 113.

²¹¹ . Cf. Idem ibidem, pág. 108.

²¹² . Seria interessante que os leitores pudessem ler os depoimentos de operários das diversas fases do processo produtivo sobre o que eles pensavam à época do Controle de qualidade Total. Muitos hoje já não estão na empresa por conta do enxugamento de pessoal. O capítulo II do livro de Carmo (2000) está repleto desses depoimentos onde os trabalhadores contam seus medos e angústias e também protestam.



O autor deixa claro que “eram difíceis as relações entre gerência e empregados”, pois para os gerentes – no melhor estilo capitalista - o mais importante era produzir a qualquer custo e de qualquer maneira. Para conter os ânimos do movimento sindical era usada a estratégia típica do toyotismo do discurso da “participação e do envolvimento de todos”²¹³.

A ideologia da Qualidade total inebriava todos os poros da Empresa nesse período, inclusive a negociação salarial com os trabalhadores. É significativo dessa época a mensagem do Gerente de Relações Trabalhistas da ALBRAS, Sérgio Ancede Bribel, por ocasião da publicação do Acordo Coletivo de 1993:

*“A ALBRAS vive o tempo de **Qualidade Total**(grifo nosso), onde todos os esforços são direcionados para a busca da Qualidade, não apenas de nosso produto mas, e muito especialmente, a Qualidade de Vida do empregado ALBRAS e seus dependentes, que se refletem no aprimoramento do Acordo Coletivo/93. Com este Acordo os empregados da ALBRAS, além de manterem todos os benefícios e vantagens constantes do AC/92, obtiveram avanços expressivos, nos limites das possibilidades da empresa, porém que expressam o reconhecimento e o respeito da ALBRAS a seus empregados e respectivos dependentes e aos seus representantes, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Pará – SIMETAL”²¹⁴*

Inclusive na contracapa do Acordo Coletivo, a ALBRAS fez questão de explicar que “os símbolos da Qualidade ALBRAS e do Programa 5S²¹⁵ integram-se perfeitamente aos objetivos e avanços do Acordo Coletivo 93”²¹⁶.

²¹³ . Cf. CARMO, Eunápio Dutra do. Op. cit., pág. 100.

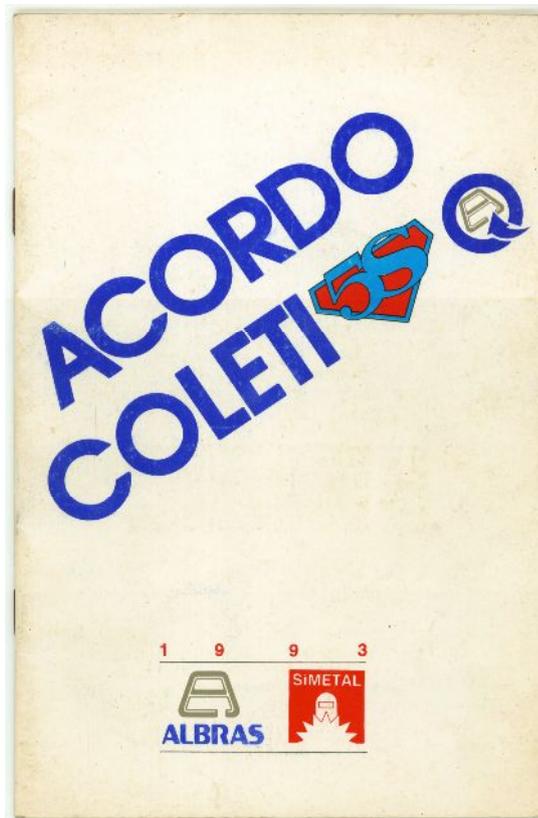
²¹⁴ . Cf. ALBRAS. **Acordo Coletivo 93**. Barcarena/PA, 01 de junho de 1993

²¹⁵ . É curioso percebermos o grau de ideologia quando visualizamos na letra “V” de Coletivo, o símbolo do 5S semelhante ao símbolo presente na roupa do “Super-homem”, inclusive nas cores azul e vermelho.

²¹⁶ . Idem Ibidem.



Figura 2: Capa do Acordo Coletivo/93 da ALBRAS



Arquivo: Sindicato dos Químicos

Coriat (1994) havia concluído que a estratégia do “ohnismo” é a “fábrica mínima”, e que as diversas táticas necessárias poderiam e deveriam ser testadas o tempo todo. Vimos também que a aplicação de novas tecnologias não é o centro do modelo toyotista, assim como não foi para a manufatura nem para o taylorismo/fordismo. O Controle de Qualidade Total visa uma *reeducação do trabalhador* para que possa intensificar o processo de trabalho, ao invés de trabalhar com uma máquina, pode-se operar pelo menos cinco.

Como nos dirá Carmo (2000), analisando a Gestão do trabalho na fábrica da Albrás no período de 90 a 97, a implantação do TQC é possível porque se instaurou



um “movimento internacional pela qualidade”²¹⁷, e que só foi possível se constituir como “paradigma” dos anos 80 por conta da adoção de conceitos como: Controle de Qualidade, Controle Estatístico de processos, garantia de qualidade, zero defeito, flexibilidade, integração, etc²¹⁸.

A Qualidade total passaria por cinco dimensões: Qualidade, custo, entrega, moral e segurança, sempre com o objetivo da “satisfação das necessidades de todas as pessoas”. O “Planejamento Estratégico” seria uma outra tática para que a qualidade total seja implementada; seriam métodos que gerariam os resultados estabelecidos e a verificação dos resultados obtidos. A verificação dos resultados obedeceria a padrões científicos, muito parecido ao que fez Taylor, ao medir o tempo de cada tarefa executada pelos operários. Na verificação dos resultados haveria “7 ferramentas de qualidade”: 1. Estratificação; 2. Folha de verificação; 3. Gráfico de Pareto; 4. Diagrama de causas e efeitos; 5. Diagrama de correlação; 6. Histograma; 7. Carta de controle, PDCA e 5W e 1H²¹⁹.

Na Albrás, esse processo de reestruturação produtiva inicia-se com um apelo maior a partir de 1990. TQC, Gerenciamento de Qualidade Total 5S, Círculos de Qualidade, tudo está a serviço de um mesmo objetivo: *reduzir pessoal*. Como já vimos em Carmo (2000), isso não se implantará sem resistência por parte da classe

²¹⁷ . É importante a observação feita por Antunes acerca da contra-ofensiva patronal em relação aos operários, no que diz respeito aos CCQs: “Ao invés de aceitar as comissões de fábricas, o capital contra-atacou com novas formas de gestão da força de trabalho, visando maior ‘integração’ do trabalho. É o caso, por exemplo, dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), que levam ao limite o estranhamento do trabalho, na medida em que se apropriam e subordinam o fazer e o pensar do trabalho a uma lógica que é a do mercado, da produtividade, enfim da reprodução do capital”. Cf. ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**; pág. 31.

²¹⁸ . Idem Ibidem, pág. 65.

²¹⁹ . CARMO nos explica que na época de sua pesquisa o procedimento mais usado na Albrás era o PDCA. Quando acontecia algo de errado, as pessoas logo diziam “vamos rodar o PDCA”. A sigla é do inglês: *P (Plan/Plan)*, que corresponde ao plano de ações detalhado e ao estabelecimento de padrões; *D (D/Do)*, a execução das tarefas conforme o planejamento e a coleta de dados; *C (Check)*, a comparação entre a execução e o planejamento da ação; e *A (Act)*, a ação para corrigir imprevistos e inconformidades. O método 5 W representa: o que (*What*), quem (*Who*), onde (*Where*), quando (*When*) e por que (*Why*); o H é como (*How*). Esse método serve para eliminar dúvidas na operação a ser conduzida por chefes e empregados. Idem Ibidem; pág. 67.



operária e dos trabalhadores, seja de forma individualizada, seja através da luta sindical organizada, tendo a frente o SIMETAL. Talvez o último grito organizado de resistência tenha se dado na greve de agosto de 1990 (ver item 4.2), onde o processo recém se iniciava e, tal qual Trindade (2001) havia constatado na greve dos mineiros de Porto Trombetas, também em 1990²²⁰, e conforme constatamos em nossas entrevistas, esse processo se acelerou mais a partir desta greve.

Todas as publicações da ALBRAS do período enfatizavam apologeticamente o novo perfil da Empresa. Para aqueles que administravam a acumulação capitalista do consórcio imperialista NAAC e seus sócios brasileiros, os gerentes, havia uma cartilha de princípios, o *Perfil Gerencial da ALBRAS* editado pela primeira vez em janeiro de 1995²²¹, mas gestada desde 1990. Nessa cartilha estão colocadas as características pessoais e técnicas do gerente, o gerenciamento do negócio e o gerenciamento da equipe. É uma forma também de enquadrar as gerências para que não se cometam os erros do primeiro período de implantação do TQC, conforme relatado por Carmo (2000), onde a experiência fracassou por conta das atitudes “conservadoras” de muitos deles.

Em relação às características pessoais do gerente, enfatiza-se o relacionamento interpessoal, a conduta ética, a coerência, a flexibilidade e a responsabilidade social. Em relação à flexibilidade *“ele deve ter a capacidade para enfrentar situações, conflitos e propostas de mudanças sem atitudes preconcebidas*

²²⁰ . Cf. TRINDADE, José Raimundo Barreto. Op. Cit., 143. O Autor diz o seguinte: “Em 1990, uma greve de 17 dias permitiu discutir aspectos como produtividade e participação nos lucros. O atual presidente do sindicato questiona hoje, a validade do movimento grevista naquele momento, ressaltando que na época a empresa demitiu um grande número de trabalhadores e utilizou de expedientes ilegais, como trazer operários de Carajás, da CVRD, para substituir grevistas. É fundamental observar que a greve de 90 – a única realizada até aqui pelos trabalhadores da MRN – influenciou bastante a estratégia de reestruturação desenvolvida pela empresa. Segundo o Superintendente Geral, José Carlos Soares, em entrevista concedida ao jornalista Osvalteni Brito, a greve teria despertado a direção da empresa para a ‘necessidade de acelerar’ o processo de mudança”.

²²¹ . Cf. ALBRAS. *Perfil Gerencial da ALBRAS*. Barcarena/PA, julho de 2002.



ou rígidas, demonstrando disposição, interesse e abertura para analisar os acontecimentos e considerar novas posições²²². É uma maneira de enquadrar os gerentes no novo *modus operandi* da reestruturação produtiva, inclusive quando se tratar da demissão de seus colegas de trabalho.

Sobre as características técnicas, esboçam-se todos os valores que dizem respeito às transformações em curso no mundo globalizado, tais como atualização no seu campo de atuação principal, a capacidade de absorver técnicas e práticas de gerenciamento “na medida em que for crescendo na escala hierárquica da Empresa”. Além disso, deverá ter a capacidade de interpretar as “*variáveis econômicas, políticas, sociais e tecnológicas que tenham influência na sua atividade profissional específica e/ou que impactem a vida da empresa*”²²³.

Em se tratando do gerenciamento do negócio, a ALBRAS está preocupada com que os seus gerentes sejam bons “empreendedores”, cuidando da Empresa como se fosse sua, “*mantendo-se permanentemente atento às possibilidades de redução de custos*”, e entendendo que “*um valor fundamental no atual mundo empresarial é a sobrevivência das empresas*”. Os gerentes também teriam que incentivar “*a compreensão e o desenvolvimento do **gerenciamento pela qualidade**, introduzindo no dia a dia o conceito do Gerenciamento pela Qualidade e de utilização de suas ferramentas, promovendo a Padronização da sua área e conduzindo o gerenciamento da Rotina*”²²⁴. A preocupação com uma “boa imagem da Empresa” perante a sociedade tem que ser uma preocupação constante, “*agindo*

²²² . Idem Ibidem, pág. 9.

²²³ . Idem Ibidem, pág. 10.

²²⁴ . Idem Ibidem, pág. 13.



*em todas as circunstâncias para que a Sociedade tenha da ALBRAS uma imagem realista e positiva*²²⁵.

O Perfil Gerencial da ALBRAS também estava muito preocupado com sua equipe, com seus operários e pessoal administrativo. Havia a experiência do primeiro período de implantação dos CCQ's e a greve de 1990, que foi um claro repúdio a esses empreendimentos. A orientação era de que os gerentes praticassem adequadamente as técnicas de negociação,

*“dispondo-se a enfrentar situações conflitantes com serenidade, bom senso e determinação, interagindo em torno de idéias divergentes e buscando um consenso onde todas as partes saiam ganhando; atuando junto ao seu pessoal, mesmo nas situações conjunturais adversas (uma greve, por exemplo?), para a realização dos objetivos da sua área e da Empresa”*²²⁶.

Antes desse Perfil Gerencial, a ALBRAS já havia elaborado em 1993 um documento contendo a sua “Missão, Crenças e Visão”, onde já se delineava os princípios da Qualidade. Segundo Carmo (2000), *“A missão, a visão e as crenças da LABRAS ancoram a Política de Qualidade da Empresa”*²²⁷. Os objetivos da Política de Qualidade eram resumidos em quatro itens básicos: 1. Qualidade intrínseca: A ALBRAS produzirá alumínio que atenda sempre as especificidades dos clientes; 2. Custo: a ALBRAS produzirá alumínio de forma econômica, por meio da melhoria contínua de seus processos, visando obter menor custo; 3. Entrega: A ALBRAS entregará sempre alumínio primário de acordo com as especificações e prazos negociados e ; 4. Segurança: A ALBRAS buscará eliminar toda e qualquer causa de risco para seus empregados e usuários, em relação ao manuseio e/ou uso de seus produtos²²⁸.

²²⁵ . Idem Ibidem, pág. 14.

²²⁶ . Idem Ibidem, pág. 17.

²²⁷ . Cf. CARMO, Eunápio Dutra do> Op. Cit., pág. 118.

²²⁸ . Idem Ibidem, pág. 118.



É do mesmo período, também, o *Código de Ética* da Empresa que, no dizer dos diretores brasileiros e japoneses, *“forma um conjunto com a Missão, as Crenças e a Política de Gestão da ALBRAS, o conjunto básico de documentos que norteiam as ações e o comportamento das pessoas na ALBRAS. É o nosso compromisso coletivo, de uns com os outros, com a empresa e com a sociedade”*²²⁹. No Código trata-se de princípios muito genéricos como justiça, respeito, direitos, vida particular, relacionamento na empresa, comunicação, integração, conflito de interesses, relações comunitárias, comerciais e sindicais.

Mesmo declarando no Código de Ética que

*“as críticas e sugestões dos empregados são bem recebidas e avaliadas pela Empresa, desde que feitas claramente, diretamente à gerência ou através de comissões internas e outros canais de comunicação existentes para isso, não devendo causar, em nenhuma hipóteses, constrangimento ou punição ao autor”*²³⁰,

a ALBRAS não resiste a impor a ditadura da fábrica quando é criticada. Um dos empregados da empresa é suspenso por 5 dias por *“afrenta à honra e a boa forma da empresa e de seus superiores hierárquicos”* e *“franco desrespeito à estrutura organizacional da empresa e à competência dos seus integrantes”*, só porque escreveu um artigo no Linha de Participação nº 65, de 24/02/94, o antigo jornal do SIMETAL²³¹, criticando a implantação do TQC nas áreas de operação da ALBRAS.

No caso do relacionamento a Empresa manda um recado duro aos empregados: *“Reconhecendo a greve como um direito dos empregados, uma vez esgotados todos os meios de negociação a ALBRAS não admitirá excessos que*

²²⁹ . Cf. ALBRAS. *Código de Ética*. 2ª edição. Barcarena/PA, julho de 2002.

²³⁰ . Idem Ibidem, pág. 8.

²³¹ . Cf. CARMO, Eunápio Dutra, Op. Cit., pág. 173 e Anexo 8.



coloquem em risco o seu patrimônio e a liberdade e integridade dos demais empregados²³². Veremos no capítulo IV como a ALBRAS tratou, de fato, a primeira greve dos trabalhadores na empresa.

Temos a mesma opinião de Marx (1996) sobre o Código Fabril, de que através dele, o capital impõe sua “autocracia” sobre os trabalhadores, mesmo que hoje esteja disfarçado sob o nome de “participação”, “envolvimento”, “CCQs”, etc. :

“Através do código da fábrica, o capital formula, legislando particular e arbitrariamente, sua autocracia sobre os trabalhadores, pondo de lado a divisão dos poderes tão proclamada pela burguesia e o mais proclamado regime representativo. O código é apenas a deformação capitalista da regulamentação social do processo de trabalho, que se torna necessária com a cooperação em grande escala e com a aplicação de instrumental comum de trabalho, notadamente a maquinaria. O látigo do feitor de escravos se transforma no regulamento penal do supervisor”²³³.

Esse Código de Ética sofreu uma recente revisão, com a introdução da Norma de Conduta, onde a ALBRAS está mais preocupada com o ‘tratamento de informações confidenciais’. Essa modificação tem o objetivo de se trabalhar “na jornada para sermos até 2010 a melhor indústria de fabricação de alumínio do mundo”²³⁴. De fato, durante nossa pesquisa de campo, muitos dados relativos ao número de pessoal trabalhando, número de contratadas, Valor da produção, etc. não nos foram fornecidos, segundo o Coordenador de Gestão Cláudio Lima, por conta da “norma de conduta” que está em vigor.

Em relação a isso a Norma de Conduta da empresa é bem objetiva:

“Os assuntos da empresa devem ser tratados com discrição pelos empregados e, dessa forma, todo cuidado deve ser tomado ao fazer comentários sobre os negócios, assuntos e pessoas relativos à empresa em locais públicos.

²³² . Cf. ALBRAS. **Código de Ética**, pág. 7.

²³³ . Cf. MARX, Karl. **O Capital**., Livro I, Vol I, pág. 485.

²³⁴ . Cf. ALBRAS. **Código de Ética e Norma de Conduta**. Barcarena/PA, janeiro de 2006.



Informações sigilosas, de interesses estratégicos e comerciais da empresa, não devem ser reveladas a terceiros, a não ser quando autorizado pela empresa.

Informações comerciais sobre um processo não poderão ser fornecidas pelos usuários a terceiros, inclusive aos próprios fornecedores. Esta responsabilidade cabe apenas aos profissionais de Suprimentos diretamente envolvidos no processo de contratação, de acordo com os procedimentos definidos pelas Gerencias de Contratos e de Materiais²³⁵.

Outro instrumento forte do ponto de vista ideológico, que a ALBRAS se orgulha de ter contribuído para o processo de reestruturação, é o Boletim Interno da Fábrica (BIF). Em maio de 2004, a ALBRAS se orgulhava de ter chegado à edição nº 1.000 de seu Boletim²³⁶. Segundo a Empresa, o BIF circula desde 1985, todas as quartas-feiras, ininterruptamente²³⁷. Há também o BIF mensal, com um conteúdo maior, voltado tanto para os operários quanto para a comunidade externa. A empresa diz que um dos primeiros grandes fatos comunicados pelo BIF foi o início da operação da Fábrica. *“A edição de 09 de julho de 1985 traz uma circular parabenizando os empregados pela partida do primeiro forno. O objetivo era declarar o orgulho que sentiam dos empregados naquele momento histórico”²³⁸.*

²³⁵ . Idem Ibidem, pág. 29.

²³⁶ . No momento em que fechávamos nossa pesquisa de campo, o BIF já estava na edição nº 1137, do dia 04/01/2007.

²³⁷ . BOLETIM INTERNO DA FÁBRICA – BIF. Edição Mensal, maio de 2004. Nesta edição 1.000, a ALBRAS conta passo a passo da trajetória do BIF. Por exemplo, em 1985, quando da 1ª versão, era apenas folhas datilografadas, texto corrido, um cabeçalho com letras de normógrafo e a logomarca da ALBRAS, apresentada como novidade no número 1; em 1987, no número 139, o BIF ganha o seu primeiro tratamento gráfico propriamente dito, com diagramação e cabeçalho apropriados; em 1988, em 3 de fevereiro, o número 155, as folhas passam a ter um cabeçalho novo e uma cercadura, pré-impresos, na cor azul; em 1988, no número 163, **a grande novidade: passa a ser composto em computador, um velho XT** (novidade para a época), passando a ser impresso em mimeógrafo com gravação eletrônica; em 1989, 9 de fevereiro, n nº 207 passa a ter um cabeçalho de cor diferente a cada semana, alternando quatro cores; 1991, 18 de dezembro, no número 353, estréia cabeçalho novo, com o nome em forma de um carimbo redondo, também com a matriz pré-impressa, em cores alternadas; 1995, 2 de março, no número 520 abandona o velho e resistente mimeógrafo e passa a ser impresso em uma duplicadora digital, passando a ser dobrado, deixando o grampo que unia as folhas; 1995, 29 de setembro, no número 549, estréia um novo cabeçalho; e finalmente, 1997, 12 de março, no número 626 o BIF apresenta sua nova cara, passando a ser diagramado utilizando o mesmo software usado em grandes jornais e revistas (Adobe page Maker).

²³⁸ . Idem Ibidem.



Em nossa pesquisa de campo, na sala de Comunicação Empresarial da ALBRAS, pudemos examinar mais de 580 exemplares, no período de 1988 a 1999, os anos que consideramos decisivos para a implantação da Gestão da Qualidade Total na ALBRAS e seus instrumentos fundamentais, como os 5S e os CCQs. Pudemos sentir como, a cada momento, esse processo de reestruturação produtiva se dava, como eram divulgados cada passo desse processo no Boletim semanal da fábrica.

A título de exemplo, para confirmar o processo de implantação do TQC, selecionamos as seguintes chamadas presentes nos BIFs da ALBRAS de 1990/1994, e que dão o tom vivido pela fábrica e pelos operários nesse movimento de reestruturação produtiva que estamos analisando:

- “Informações Administrativas: Gerência da Qualidade Total” (BIF nº 256, 17/01/90);
- “Opinião – TQC: o caminho certo” (BIF nº 257, 24/01/90);
- “Informações Administrativas: Gerência da Qualidade Total. 1. Implantação. 2. O Que é Gerência da Qualidade total?” (BIF nº 258, 31/01/90);
- “Informações Administrativas: Gerência da Qualidade Total: como está organizada sua implantação” (BIF nº 259, 07/02/90);
- “Gerência da Qualidade total – 1. Curso para Facilitadores” (BIF nº 260, 14/02/90);
- “Gerência da Qualidade Total – 1. significado da palavra Qualidade” (BIF nº 261, 21/02/90);
- “Gerência da Qualidade Total – 1. Identificação, Análise e Solução de Problemas” (BIF nº 263, 14/03/90);



- “Informações Administrativas: Gerência de Qualidade Total – Evolução de implantação na ALBRAS” (BIF nº 264, 21/03/90);
- “Gerência da Qualidade Total: a) os Quatorze Pontos do Prof. Deming” (BIF nº 265, 28/03/90);
- “Opinião – Filosofando sobre a Filosofia do TQC, Akihiro Ogino” (BIF nº 267, 11/04/90);
- “Visita do Presidente: Como parte da programação do TQC para 91, recebemos a visita de nosso presidente Guilherme Gazolla. Durante a visita foram discutidos os principais pontos da meta do TQC para este ano...” (BIF nº 305, 16/01/91);
- “Automação/Produtividade/Economia” (BIF nº 318, 17/04/91);
- “Conceituando a Gerência da Qualidade Total” (BIF nº 323, 22/05/91);
- “Criada Comissões do TQC” – “Presidente verifica Implantação do TQC” (BIF nº 339, 11/09/91);
- “TQC: Qualidade e Produtividade” – “TQC garante a sobrevivência da Empresa; Ishiro Miyacuchi, especialista japonês” (BIF nº 343, 09/10/91);
- “Implantação do Gerenciamento da rotina na Redução I” (BIF nº 346, 30/10/91);
- “TQC; rotina diária na Divisão de Materiais” (BIF nº 350, 27/11/91);
- “Qualidade: uma questão de sobrevivência” (BIF nº 356, 08/01/92);
- “Acompanhando o TQC” – “TQC: o meio de fazer a Qualidade acontecer” (BIF nº 358, 22/01/92);
- “Editorial: Crise e Solução, Sérgio Ancêde Gribel” (BIF nº 359, 29/01/92);
- “TQC – Implantação da Rotina Diária na Divisão de Relações Industriais foi iniciada com a padronização” (BIF nº 360, 05/02/92);



- “Editorial: Qualidade, produtividade e o homem; Sérgio Ancêde Gribel, Assessoria de Relações Trabalhistas” (BIF nº 368, 01/04/92);
- “TQC sai de casa para ensinar lá fora” (BIF nº 375, 20/05/92);
- “Concurso para criação da Marca do Programa 5S” (BIF nº 384, 22/07/92);
- “O Negócio é a onda de limpeza”, referência aos 5S (BIF nº 386, 05/08/92);
- “Qualidade Total e sobrevivência aos 14 anos; Guilherme Gazolla, presidente” (BIF nº 390, 02/09/92);
- “TQC”, destacado, com letras bem grandes, (BIF nº 395, 07/10/92);
- “Refletindo sobre o TQC” (BIF nº 398, 28/10/92);
- “TQC: Nova visita de Miyauchi” (BIF nº 404, 09/12/92);
- “Virada com Qualidade: 1993, Vamos dar uma virada com Qualidade” (BIF Especial de Natal, 23/12/92);
- “Editorial: O TQC como prioridade; Francisco Schettino, Presidente da CVRD” (BIF nº 412, 03/02/93);
- “Editorial: Sua vontade não tem limites na busca da Qualidade Total”, com símbolo dos 5S – “A Importância da Regra dos 5S” – “Qualidade Agora tem Marca: é a nossa marca tradicional (um “A” desenhado a partir do perfil de um lingote) dentro de um “Q”, quer dizer: *a ALBRAS envolvida pela qualidade*. Todos da empresa, envolvidos pela qualidade”, (BIF nº 413, 10/02/93);
- “Treinamento em 5S será para todos os empregados” (BIF nº 414, 17/02/93);
- “5S: Lançamento será dia 05/03” (BIF nº 415, 25/02/93);
- “Programa 5S: lançamento na sexta-feira” (BIF nº 416, 03/03/93);
- “Chegou o Tempo dos 5S” – “Muita gente no lançamento do Programa 5S” (BIF Edição Especial, 08/03/93);



- “Seiri a todo vapor por toda a fábrica”, marca dos 5S (BIF nº 417, 10/03/93);
- “Placar do Seiri” (BIF nº 419, 24/03/93);
- “TQC: Nova fase de Consultoria”, consultores Ichiro Miyauchi e Mitsunoria Nakano, (BIF nº 428, 26/05/93);
- “Temporada de caça aos problemas”, declaração do novo Presidente da Albras, Maurício Schettino, (BIF nº 430, 09/06/93);
- “Oficina de veículos: em direção à Qualidade” – “O Caminho do zero defeito ou manutenção mecânica de Qualidade” (BIF nº 438, 04/08/93);
- “ALBRÁS participará de Seminário sobre TQC” (BIF nº 440, 18/08/93);
- “Comemorando um ano de 5S” (BIF nº 444, 15/09/93);
- “Qualidade, 5S e Segurança” (BIF nº 446, 29/09/93);
- “Opinião: TQC e outras empresas” (BIF nº 449, 20/10/93);
- “Albras participa de Seminário da Qualidade em São Paulo” – “Miyauchi cita Albras como exemplo de TQC” (BIF nº 452, 10/11/93);
- “Iniciada a pesquisa geral de opinião” (BIF nº 461, 12/01/04);
- “Vamos espalhar qualidade por aí”, recebimento pelos empregados do Documento que contém a *Missão, as Crenças e a visão da Albras* e seus objetivos principais” (BIF nº 466, 17/02/94);
- “Vamos mostrar nosso compromisso com a Qualidade total; Maurício José Schettino, Presidente da Albrás” (BIF nº 488, 20/07/94);
- “A ALBRAS tem sua política de Qualidade” – “Vamos entrar na Era do ISSO – 9000” (BIF nº 490, 03/08/94);
- “Política da Qualidade Albrás” (BIF 491, 10/08/94);
- “O Cliente na Política da Qualidade Albrás” (BIF nº 492, 17/08/94);
- “Albras apresenta 5S ao Governo do Estado” (BIF nº 495, 08/09/94);



- “ISSO 9002 é a garantia da Qualidade Albras” (BIF nº 496, 14/09/94);
- “Os objetivos da Qualidade na Albras” – “Atingir a Qualidade Total visando satisfazer os seus clientes” (BIF nº 493, 24/09/94);
- “Analisando o TQC na Administração e Controle” (BIF nº 506, 23/11/94);
- “Mais avançada tecnologia do mundo chega a Albras” (BIF nº 508, 07/12/94);

Através de todas essas chamadas, sempre traduzidas em matérias e artigos, podemos perceber o grau de ideologização na qual os trabalhadores da ALBRAS estavam envolvidos, pois, não havia um boletim semanal do sindicato, contrapondo-se à altura ao que poderia se chamar uma verdadeira “lavagem cerebral”, a não ser boletins esporádicos e jornais que saíam de circulação rapidamente.

Para se contrapor ao BIF da Albrás os trabalhadores criaram a partir da ABAN (Associação dos Empregados da Albrás-Alunorte) o “Pikadinho”, que circulava às quintas-feiras. Segundo pudemos constatar a partir de nossa pesquisa de campo e nas entrevistas com dirigentes do SIMETAL, o próprio “Pikadinho”²³⁹ era uma “ironia”, um “sarro” com a Empresa que fazia o seu “bife”.

Em um dos únicos Boletins de Fábrica, onde o “*Pikadinho*” é citado, no período que estamos analisando, a ALBRAS responde duramente aos dirigentes do Simetal por um artigo publicado nesse jornal. O artigo falava da situação financeira da Empresa, e nesse período, o Simetal estava em campanha salarial e prestes a fechar um Acordo Coletivo. O BIF relatou assim a polêmica com o Simetal, à época:

²³⁹ . Infelizmente, não existe nenhum número desse Jornal Pikadinho na Sede do Simetal de Belém, nem do municipal, em Barcarena. Estivemos na sede da ABAN em Vila dos Cabanos e foi nos informado que todos os papéis da ABAN tinham sido comidos por “cupim”. A esperança é que exista algum número com algum outro sindicalista ou com algum trabalhador da Albrás, da geração mais antiga.



“O Pikadinho publicou recentemente um artigo com a opinião do Sindicato dos Metalúrgicos sobre a situação financeira da ALBRAS em que afirma que “a Empresa tem que se virar para conseguir os cruzeiros, como determina o próprio governo”. Ora, se essa afirmação não fosse da representação dos trabalhadores poderia parecer coisa irresponsável, demagogia. Isso porque é difícil acreditar que o órgão de classe que representa os empregados da ALBRAS não compreende a difícil situação de todo o Brasil e as relações de entendimento que sempre foram mantidas entre a empresa e seus empregados.

Naturalmente não perceberam o quanto a ALBRAS tem “se virado” para manter todos os seus empregados; não sabem da “viração” da empresa para pagar em dia, e até antes do dia, os salários; e esquecem, de propósito, o quanto a empresa tem “se virado” para honrar seus compromissos, especialmente com os empregados (por exemplo, os compromissos do último Acordo Coletivo, como no caso do reajuste dos tickets de refeição)...

Em nome dos empregados são feitas afirmativas e imposições cujas conseqüências não são completamente avaliadas. Será que ainda vivemos no tempo em que uns poucos decidem o destino de todos? A ALBRAS pode “se virar”, sim. E vai continuar “se virando”, como sempre fez, porém nunca para o lado que não seja o de seus reais interesses, que entendemos serão sempre também os dos quase 2.600 empregados, que representam cerca de 10.000 pessoas?

Quem “se vira”, e não sabe para onde, corre o risco de perder o rumo!”²⁴⁰.

Como veremos na IV parte, a ofensiva da ALBRAS contra o Simetal, tentando desqualificá-lo perante seus empregados, vai resultar, três meses depois, na primeira greve na empresa, oficialmente reconhecida pela ALBRAS, e que vai abalar as relações harmoniosas que vinham sendo travadas ao longo dos últimos anos.

Segundo Carmo (2000) a criação da divisão de Comunicação Empresarial em 1995 teve um claro objetivo de se contrapor ao poder de penetração do Sindicato no interior da Empresa.

“Não podemos negar que há uma preocupação em manter o empregado em harmonia com a empresa, esvaziando as possibilidades de conflito, principalmente no que tange às questões vinculadas ao sindicato. Neste sentido, os programas de comunicação visam anular a presença do sindicato, enquanto interlocutor do empregado junto à empresa. A comunicação propõe-se a manter os empregados plenamente ‘informados’ sobre os assuntos de maior interesse(...)como em toda a estrutura da política

²⁴⁰ . Cf. BIF – BOLETIM INFORMATIVO DE FÁBRICA nº 271, de 16/05/90, pág. 01.



de comunicação, há uma clara intenção de ‘repassar’ para setores da empresa funções que eram do sindicato, conseguindo com isso, como nos revelou o gerente de divisão da comunicação, “esvaziar a força sindical”²⁴¹.

3.2.1 – Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs)

Um outro aspecto da reestruturação produtiva que queremos abordar são os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs). Almeida Neto (2003), ao sistematizar a reestruturação produtiva em nove características, como vimos acima, resumia a sétima da seguinte maneira: “*Trabalho polivalente associado à constituição de grupos de trabalho, chamados de times, com certa autonomia na condução dos processos produtivos*”. Mesmo não estando explícita a nomenclatura, fica patente que os CCQ’s se enquadram nessa característica.

Conforme já explicitamos no capítulo II, ao analisar o caráter internacional da reestruturação produtiva capitalista, vários autores, dentre eles Coriat (1994), Gounet (1999), Antunes (1995a; 1995b; 2000), fizeram uma radiografia dessa nova forma de organização do trabalho, chamada de ohnismo ou toyotismo, e particularmente no aspecto do “envolvimento” dos trabalhadores no processo produtivo, em substituição à rígida hierarquia do fordismo.

Enquanto Coriat (1994) impactou-se – ao mesmo tempo em que criticava aspectos do ohnismo – com a possibilidade do estabelecimento de uma “democracia” nas relações de trabalho, a partir do modelo toyotista, onde “tudo não é negativo” no “*pensar pelo avesso japonês*”²⁴², Gounet (1999) e Antunes (1995, 2000) não viam mais do que um artifício ideológico do toyotismo para que a

²⁴¹ . Cf. CARMO, Eunápio Dutra do. Op. Cit., pág. 116.

²⁴² . Cf. CORIAT, Benjamin. Op. Cit., pág. 164.



burguesia garantisse suas margens de lucro e se recuperasse da crise crônica instalada na economia capitalista.

Como parte integrante dessa reestruturação produtiva, os CCQ's, aonde foram implantados, têm sido uma alavanca importante para garantir os lucros das mais diversas burguesias e de seus funcionários, os agentes do capital. No Japão, por exemplo, o país que inventou essa forma de organizar o trabalho, os lucros foram exorbitantes, segundo Lima (2006):

“Em vinte anos, de 1962 a 1982, as sugestões dos trabalhadores organizados em círculos de controle de qualidade (CCQs), no Japão geraram um lucro na ordem de US\$ 20 bilhões (Comissão Pastoral Vergueiro, 1994). São procedimentos que dão conta do envolvimento estimulado dos trabalhadores e do sindicato no projeto da empresa, que começam no processo de seleção de uma força de trabalho agressiva e ambiciosa que compete não apenas para ser a melhor enquanto grupo como também para avançar na conquista de suas posições pessoais”²⁴³.

Apesar de que no Japão, os círculos de controle de qualidade existem há décadas, no Brasil sua introdução é relativamente recente, e podem ser datados de meados da década de 80, quando chegou como um “modismo”. Foi essa a concepção que se teve num primeiro momento, na ALBRAS, dos CCQs, como já foi exposto por Carmo (2000) e conforme pudemos detectar em nossa pesquisa de campo, principalmente ao folharmos os BIFs da empresa dos anos 88 e 89. A idéia estava “descolada” de todo o arcabouço racional toyotista, que tinha no TQC sua mola mestra; os CCQs apareciam como novidade, mas que não combinavam com a prática despótica dos “supervisores”, como eram chamados os atuais gerentes da ALBRÁS.

²⁴³ .Cf. LIMA, Eunice. Toyota: A inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006 (Mundo do Trabalho); pág.127.



Os CCQs, além das terceirizações, são de vital importância para que o sistema toyotista de acumulação de capital funcione. Isso é confirmado por Kaoru Ishikawa, um dos maiores especialistas da Qualidade total no Japão, quando diz :
*“Não existe TQC sem CCQ. Não existe CCQ sem TQC”*²⁴⁴.

Com a implantação propriamente dita do TQC, a partir de 1990, da automação em 91, dos 5S em 92-93, do Plano de Carreira e Sucessões em 93, da conquista da ISO 9002 em 94, restava um dos passos mais importantes para a obtenção da produtividade total, que era a implantação de forma “científica” dos CCQs, em uma versão completamente diferente da de 1988.

Esse passo decisivo vai se dar a partir de 1996. A era do “envolvimento”, da “democracia” no processo produtivo chegava à ALBRAS; os gerentes já estavam treinados, moldados com todo o aparato ideológico e técnico que vimos anteriormente. A palavra-de ordem na empresa era: *“Quem vive a situação, sabe a melhor solução”*. Todos deveriam se colocar a postos para as novas oportunidades e estar vigilantes para as soluções, invenções, que poderiam surgir a qualquer momento, sempre visando o “crescimento pessoal” e da empresa.

Mas, o que é um CCQ? Segundo a ALBRAS,

*“Um CCQ é um grupo formado por empregados em nível operacional, de um mesmo ambiente de trabalho que, de forma voluntária, buscam soluções para problemas relacionados às suas atividades, contribuindo para melhorias de suas condições de trabalho, qualidade de vida, enfim melhorias na Qualidade da empresa. O objetivo principal do CCQ na ALBRAS é promover o crescimento do empregado, para que ele possa utilizar o máximo do seu potencial”*²⁴⁵.

Mais adiante analisaremos o quanto esta definição está eivada de ideologia; falamos ideologia no sentido dado por Marx e Engels (1984) na Ideologia Alemã, ou

²⁴⁴ . Cf. BIF nº 658, de 22/10/97, pág. 01.

²⁴⁵ . Cf. BIF Nº 565, DE 10/01/96, pág. 5.



seja, no sentido de que “os *homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo, como numa câmara obscura*” ou de como pretendem “*parecer na sua própria representação ou na de outros*”²⁴⁶. E mais recentemente por Mészáros (2004), quando diz que “*as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante posição privilegiada em relação a todas as variedades de **contraconsciência***”²⁴⁷.

Como fizemos anteriormente, também queremos exemplificar, através das chamadas dos BIFs, como o processo ideológico em tornos da implantação dos CCQs vai ser sistemático e permanente:

- “CCQ começa com bons resultados” (BIF N° 565, 10/01/96);
- “Círculo de Qualidade, Círculo de União” (BIF N° 568, 31/01/96);
- “CCQ apresentado aos acionistas” (BIF N° 584, 22/05/96);
- “Experiência com CCQ mostrada ao Brasil” (BIF N° 586, 05/06/96);
- “A Marca do CCQ da ALBRAS” (BIF N° 598, 28/08/96);
- “CCQ da LABRAS em São Luís” (BIF N° 602, 25/09/96);
- “O CCQ dá oportunidade de expor idéias” (BIF N° 603, 02/10/96);
- “Encontro avaliará CCQ na ALBRAS” (BIF N° 606, 23/10/96);
- “Um Festival de Grandes Idéias”, mais de 60 colegas, apresentando 13 trabalhos, foram a atração do II Encontro de CCQ/ALBRAS, (BIF N° 607, 30/10/96);
- “Círculos novos apresentam trabalhos” (BIF N° 621, 05/02/97);
- “CCQ: Vamos chegar aos 80 grupos” (BIF N° 622, 12/03/97);
- “700 Pessoas já participam do CCQ ALBRAS” (BIF N° 658, 22/10/97);

²⁴⁶ . Cf. MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã – Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984; pp. 21 e 22.

²⁴⁷ . Cf. MESZAROS, Istvan. **O Poder da Ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004; pág. 233.



- “Há melhorias por toda a fábrica” – “III Encontro de CCQ: us sucesso total” – “CCQ contribui para formação de um time ALBRAS” (BIF N° 659, 29/10/97);
- “Mais dois seminários de CCQ” (BIF N° 688, 20/05/98);
- “CCQ causa melhoria ambiental” (BIF N° 693, 24/06/98);
- “CCQ chega às empresas contratadas” (BIF N° 697, 22/07/98);
- “CCQ: criando com garra total” (BIF N° 700, 12/08/98);
- “EXPO CCQ será uma festa de Qualidade” (BIF N° 708, 07/10/98);
- “EXPO CCQ Mobiliza ALBRAS” (BIF N° 710, 21/10/98);
- “CCQ ALBRAS: Um dos Modelos de CCQ do Brasil” (BIF N° 725, 03/02/99);
- “CCQ resolve problema das Marombas em Abaetetuba” (BIF N° 742, 02/06/99);
- “Conhecimento e Competência com Qualidade”, sobre a 6ª EXPO CCQ, (BIF Mensal, novembro de 2003);
- “Sexta-feira tem seminário de CCQ do Carbono” – Encerramento de Seminário é sucesso”, refere-se ao VI Seminário Integrado de CCQ da Área de Redução Fundição (BIF N° 1022, 20/10/04);

Em uma publicação em que faz um balanço de seis anos dos CCQs, os diretores industrial e de controle da ALBRAS se orgulhavam da “grande adesão, voluntária, que beira os 100% no segmento operacional e supera os 70%, considerando o efetivo total da empresa”, e da *“revolução nas relações interpessoais e gerenciais na organização”*²⁴⁸, conseqüências da implantação dos círculos de controle de qualidade.

Até a data da publicação da revista foram computados 147 Círculos de Controle de Qualidade em toda a ALBRAS, com uma média de participação por

²⁴⁸ . Cf. ALBRAS. *Círculos de Controle da Qualidade: soluções de uma equipe de talento*, 1996/2002. Barcarena/PA, janeiro de 2003.



círculo de 5 pessoas, o que daria um total de 835 pessoas. Considerando que a empresa registra em seus quadros em janeiro de 2003 cerca de 1.340 empregados²⁴⁹, chegamos uma participação de 62%, do total de trabalhadores, portanto, 8% abaixo dos 70% pretendidos pela empresa.

A distribuição dos Círculos pela fábrica é da seguinte maneira:

Tabela 11: Distribuição dos CCQs pela Fábrica da ALBRAS: Dez/2002*

| Setor | Nome (Alguns exemplos) | Nº |
|--|--|------------|
| Área de Administração/ Divisão da Qualidade e Gestão de Pessoas | Constelação | 01 |
| Área de Administração /Divisão de Serviços Gerais | Heureca, Vencedor | 02 |
| Área de Carbono/Divisão de Anodo I | Apolo11, ativo, Campanha, Combate, Combustão, Cometa, Curió, Falcão Azul, Falcão, Iraçu, Mega Fusão, ... | 15 |
| Área de Carbono/Divisão de Anodo II | 14 Bis, Ação e Emoção, Ação e Satisfação, BEE, CEI, FBI, ... | 19 |
| Área de Carbono/Divisão de Laboratório e automação | Fusão | 01 |
| Área de Carbono/Divisão de Planejamento e desenvolvimento | O Centenário | 01 |
| Área de controle e Sistema | Semear | 01 |
| Área de Redução / Fundação –Gabinete - Meio Ambiente | Solução Ambiental | 01 |
| Área de Redução / Fundação-Divisão de Redução I / II | Amazônia, Bandeirante, Caçula, Chama, Cobra, Digital, Ideal ... | 25 |
| Área de Redução / Fundação – Divisão de Redução III / IV | Ação, Alternativas, Asa Delta, Biônico, Circuito Aberto, Vulcão ... | 26 |
| Área de Redução / Fundação – Divisão de Fundação / Cadinho | 2000, Alfa & Ômega, Asa Branca I e II, Boa idéia, Botas Limpas | 20 |
| Área de Redução / Fundação – Divisão de Manutenção / Subestação | Açaí, Andorinha, Motivação | 03 |
| Área de Serviços Industriais / Divisão de Oficinas e utilidades | Águia, Asas de Águia, Bruto, Caça Fantasma, CCQE, Delta, Guajará .. | 21 |
| Área de serviços industriais / divisão de Materiais | Bala, Cruzeiro do Sul, Furacão, Raça II, Vitória | 05 |
| Área de Serviços Industriais / Divisão de Manutenção, Refratários e Resíduos Industriais | Alta Tensão, GMS, ponto Chave, Produtivo, Roupas Quentes, Solidário | 06 |
| TOTAL | | 147 |

Fonte: ALBRAS. *Círculos de Controle de Qualidade: soluções de uma equipe de talento: 1996-2002*. Barcarena/PA, janeiro de 2003.

* Elaboração do autor.

²⁴⁹ . Idem Ibidem, pág. 2.



Antes de analisarmos a definição dada pela ALBRAS do CCQ – que como dissemos está eivada de ideologia – queremos destacar os principais Círculos e os trabalhos produzidos em suas respectivas áreas. Veremos que a maioria absoluta dos grupos concentra-se na área industrial propriamente dita (Redução, Fundição e Carbono).

Tabela 12: CCQs com mais trabalhos produzidos por área – Dez/2002*

| Nº Ordem | Área/setor | Nome/Data Fundação | de | Nº Participantes | Nº Trabalhos Produzidos** |
|----------|-----------------------------|--|----|------------------|---------------------------|
| 01 | Carbono/Anodo I | Campanha – 23/02/99 | | 09 | 10 |
| 02 | Carbono I | Curió – 14/11/97 | | 04 | 16 |
| 03 | Carbono I | Falcão – 13/02/96 | | 04 | 23 |
| 04 | Carbono I | Iraçú – 13/02/96 | | 05 | 16 |
| 05 | Carbono I | Mega Fusão – 05/01/2000 | | 10 | 17 |
| 06 | Carbono I | Modelo – 09/10/98 | | 09 | 11 |
| 07 | Carbono I | Positivo – 13/02/96 | | 05 | 25 |
| 08 | Carbono I | Qualidade – 13/02/96 | | 04 | 20 |
| 09 | Carbono I | Solução II – 14/11/97 | | 05 | 14 |
| 10 | Carbono/Divisão de Anodo II | 14 Bis – 13/02/97 | | 04 | 49 |
| 11 | Carbono II | Ação e Emoção – 28/05/98 | | 06 | 15 |
| 12 | Carbono II | BEE – Bom, Eficiente e Eficaz – 26/05/98 | | 08 | 14 |
| 13 | Carbono II | Cabanos – 21/09/98 | | 04 | 14 |
| 14 | Carbono II | Criação – 21/07/98 | | 09 | 38 |
| 15 | Carbono II | Criando – 02/06/98 | | 08 | 23 |
| 16 | Carbono II | Criatividade – 19/12/97 | | 08 | 13 |
| 17 | Carbono II | Fênix – 09/02/99 | | 04 | 34 |
| 18 | Carbono II | Matapi – 19/09/98 | | 07 | 10 |
| 19 | Carbono II | Mega Star – 19/12/97 | | 08 | 18 |
| 20 | Redução/Fundição | Inovador – 21/11/97 | | 06 | 24 |
| 21 | Redução/Fundição | Nova Geração – 21/11/97 | | 09 | 12 |
| 22 | Redução/Fundição | Tempestade – 31/01/96 | | 06 | 10 |
| 23 | Redução/Fundição | Solução de Problemas – 15/02/98 | | 07 | 12 |
| 24 | Redução/Fundição | Engrenagem – 06/11/97 | | 06 | 13 |
| 25 | Redução/Fundição | Melhorias – 14/01/96 | | 05 | 15 |
| 26 | Serviços Industr. | Delta – 23/05/97 | | 07 | 22 |
| 27 | Serviços Industr. | Experiência – 21/06/96 | | 08 | 20 |
| 28 | Serviços Industri. | Guajará – 30/03/97 | | 05 | 12 |
| 29 | Serviços Industr. | Inovação II – 03/09/98 | | 08 | 17 |
| 30 | Serviços Industr. | Os Implacáveis – 16/04/98 | | 07 | 12 |
| 31 | Serviços Industr. | Progresso e Futuro – 19/06/97 | | 04 | 15 |



| | | | | |
|--------------------------|--|----------------------------|------------|---------------|
| 32 | Serviços Industr. | Bala – 22/04/98 | 06 | 27 |
| 33 | Serviços Industr. | Cruzeiro do Sul – 22/04/98 | 06 | 37 |
| 34 | Serviços Industr. | Vitória – 22/04/98 | 06 | 36 |
| 35 | Serviços Industr. | Produtivo – 27/10/98 | 04 | 15 |
| 36 | Serviços Industr. | Roupa Quente – 04/05/98 | 05 | 12 |
| 37 | Serviços Industr. | Solidário – 09/02/99 | 04 | 14 |
| Total dos 37 CCQs | | | 211 | 705 |
| | Total Geral de Trabalhos nos 147 CCQs da ALBRAS | | | 1.266 |
| | % dos 37 CCQs | | | 55,68% |

Fonte: ALBRAS. *Círculos de Controle de Qualidade: soluções de uma equipe de talento: 1996-2002*. Barcarena/PA, janeiro de 2003.

* Elaboração feita pelo autor

** O critério da seleção dos Círculos de Controle de Qualidade foi a partir de 10 trabalhos produzidos.

A Tabela acima mostra que apenas 211 trabalhadores da ALBRAS (de um total de 1.340 empregados), pertencentes a 37 CCQs (25,17% do total), são responsáveis pela realização de 55,68% dos trabalhos, nos CCQs. Um dado interessante é que os círculos de qualidade que mais produzem inovações são os mais antigos, criados nos três primeiros anos – em intervalos fechados – de inauguração desses círculos (1996-1998). Entretanto, isso não é a regra, visto que há círculos criados a partir de 99 que realizaram até mais trabalhos que os criados antes, como o Fênix, do Carbono/Anodo II, que realizou 34 trabalhos.

Uma questão intrigante para resolver, mas que não é o objetivo desse trabalho, é por que há CCQs com tão poucos participantes e com um maior número de trabalhos – como o 14 Bis do Carbono/Anodo II, com 4 participantes, e com o recorde de trabalhos realizados, 49? Ou por que há círculos com muitos participantes e poucos trabalhos realizados, como o Nova Geração, da Redução/Fundição, com 9 participantes e apenas 12 trabalhos realizados? Será a



composição social e intelectual dos círculos ou os problemas práticos do chão da fábrica, que exigem mais respostas e soluções, dependendo do setor?

O objetivo da reprodução desta tabela é tentar mostrar de forma mais concreta o que autores como Antunes (1995, 2000) e Gounet (1999) explanam do ponto de vista teórico, ou seja, que o “envolvimento” dos operários e trabalhadores da ALBRAS em Círculos de Controle de Qualidade é uma nova forma de exploração do trabalho e do “saber operário”. Ao constatar que o “novo sistema” (o toyotismo) baseia-se em uma exploração maior dos trabalhadores, Gounet (1999) conclui que:

“1. São, antes de mais nada, os patrões que têm interesse em introduzir a nova organização, pois será ela que irá restaurar os lucros.

2. Na prática, são eles que pressionam pela implantação dos novos métodos. Isso nem sempre ocorre tranquilamente, pois existe uma resistência operária, que traduz uma luta de classes e não uma tendência ao conservadorismo no movimento operário.

3. Os ganhos de produtividade são criados pelo trabalho operário. Elevá-los significa incrementar a exploração do trabalho operário.

4. Concretamente, o advento dos métodos japoneses coincide com uma intensificação do trabalho raramente vista na história.

5. Com base nesses elementos, pode-se pôr em dúvida se os operários têm realmente interesse no desenvolvimento e difusão de uma organização do trabalho baseada em um aumento de sua exploração. Pelo contrário, eles têm a ganhar opondo-se a ela e reivindicando a abolição da exploração”²⁵⁰.

As conclusões de Gounet (1999) com as quais concordamos, ajudam-nos a desvendar a ideologia presente na definição de CCQ dos ideólogos do toyotismo e reproduzida pela ALBRAS, de que “de forma voluntária” os empregados se organizam para buscar soluções para os problemas, para as melhorias das condições e trabalho e melhorar a Qualidade da empresa. Vimos que desde o início não existiu esse “voluntarismo” conforme divulgado pela ALBRAS; foi uma política consciente da empresa, seguindo os roteiros de implantação do TQC, no sentido de ganhar os operários para esta forma de realizar o processo de produção.

²⁵⁰ . Cf. GOUNET, Thomas. Op. Cit., págs. 92-93.



Quando analisamos melhor parte dos 1.266 trabalhos produzidos pelos 147 CCQs na ALBRAS, damos razão a Gounet (1999) e aos teóricos que caracterizam essa nova forma de expropriação do “saber operário”, como a forma mais intensa de exploração do trabalho operário. Antunes (1995b) considera os CCQs japoneses como *“uma apropriação do fazer e saber do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, levando o estranhamento do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite”*²⁵¹.

O círculo recordista, com 49 trabalhos realizados, o “14 Bis”, com apenas 4 membros em 2002, fez coisas que encantariam o melhor engenheiro da fábrica “taylorista/fordista”. Conseguiram, por exemplo, “eliminar risco de acidente na operação/manutenção da talha de transporte de cadinho”, eliminar dificuldade de manutenção corretiva no spray de alumínio; reduzir o tempo de paradas para manutenção corretiva da mesa de spray de alumínio; eliminar perda de produção de anodo chumbado devido a falta de metal líquido nos fornos; evitar perda de tempo na transferência do anodo da mesa giratória (MJ-222001) para o elevador 222003; eliminar perda de tempo para subir elevador de carga, em automático, etc²⁵².

O “14 Bis” é um exemplo de aumento da produtividade da empresa ou daquilo que a ALBRAS chama em sua definição de CCQ em relação aos empregados de “utilizar o máximo o seu potencial”, a fim de que promova o seu crescimento. Os quatro circuístas que desenvolveram o seu potencial não têm direito às patentes ou aos “royalties” de suas invenções. São convocados para “pensar” as soluções da empresa apenas para a “promoção do seu crescimento”. No final, serão agraciados com diplomas de méritos, festas de comemoração do sucesso dos CCQs e o direito

²⁵¹ Cf. ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho*; pág. 148.

²⁵² . Cf. ALBRAS. *Círculos de Controle da Qualidade*; pág. 13.



de exporem seu trabalho em uma feira, para que toda a comunidade possa apreciá-los.

Com todo um aparato jurídico-ideológico montado ao longo de cinco anos (1990-1995), e com a implantação dos 5S e dos CCQs, o adestramento da classe operária e de seu sindicato aos novos métodos produtivos tornou-se uma necessidade absoluta, a fim de que o capital pudesse garantir um retorno nas taxas de lucro²⁵³. É bom que se diga, também, que estava se pavimentando o caminho para a privatização da empresa, um velho desejo do regime militar, que ocorreria em 1997²⁵⁴.

Todo o processo de privatização, como veremos adiante (3.5), deu-se a partir do saneamento e enxugamento das empresas estatais. Os capitalistas privados não poderiam arcar o custo social, perante a opinião pública, de serem os “demônios”, aqueles que fazem demissões em massa dos trabalhadores; por isso o Estado vai fazer esse movimento lentamente, como ocorreu em todas as empresas da CVRD, inclusive na Albrás.

O certo é que a “acumulação flexível”, com o TQC e todo o seu invólucro (Gerenciamento de Qualidade, qualidade total, 5S, CCQs, ISO 9000) se impôs na ALBRAS, e a partir de 1991, vai haver uma drástica redução no número de trabalhadores. O quadro abaixo é a síntese da política de reestruturação produtiva na empresa ao longo de quase duas décadas:

²⁵³ . Não podemos esquecer que o primeiro lucro líquido da Albrás vai acontecer no ano de 1994, no meio da turbulência da implantação do TQC na empresa, conforme já vimos em LOBO (1996).

²⁵⁴ . Os militares haviam deixado uma brecha no II PND para a privatização futura das empresas estatais, inclusive da CVRD. Eles diziam “...*Ainda mais, mesmo que tenham de assumir o comando de certos projetos, procurarão normalmente as empresas de Governo associar-se ao setor privado, utilizador do insumo de produzir, e, sempre que possível, em oportunidade futura, passar a iniciativa às mãos de empresários*”. Apud LOBO, Marco Aurélio Arbage. Op. Cit., pág. 75.



Tabela 13: Contingente de trabalhadores da ALBRÁS: 1989 a 2006

| Ano | ÁREAS | | Total |
|---------------|----------------|--------------|--------------|
| | Administrativo | Operacional | |
| 1989 | 200 | 1.800 | 2.000 |
| 1990 | 380 | 2.092 | 2.472 |
| 1991 | 300 | 1.650 | 1.950 |
| 1992 | 303 | 1.674 | 1.977 |
| 1993 | 303 | 1.674 | 1.977 |
| 1994 | 261 | 1.665 | 1.926 |
| 1995 | 265 | 1.475 | 1.740 |
| 1996 | 232 | 1.507 | 1.739 |
| 1997 | *** | *** | 1.535 |
| 1998 | *** | *** | 1.421 |
| 1999 | *** | *** | 1.339 |
| 2000** | *** | *** | 1.306 |
| 2006 | *** | *** | 1.367 |

Fonte: CARMO, Eunápio Dutra do, 2000; pág. 88 e 137.

ALBRAS. *Alumínio Brasileiro* S.A. BIF N° 682, 08/04/98; BIF N° 741, 26/05/99; Folheto 2001.

EXAME VOCÊ S/A. *Edição Especial. 150 melhores empresas para você trabalhar.* Nov. 2006.

** Há uma relativa estabilidade no quadro de empregados no período de 2000 a 2006.

Destacamos os dois extremos do quadro acima, onde percebemos o contraste extremo na redução dos efetivos de trabalhadores da Albrás no período de quinze anos. *Quase 50% dos trabalhadores efetivos foram demitidos de suas funções.* A maioria absoluta operários e técnicos administrativos que trabalhavam diretamente no chão da fábrica, nas diversas fases do processo de redução do alumínio, ou no processo de planejamento da empresa.

Entretanto, o grande paradoxo é que a produção de alumínio só fez aumentar no período de dez anos (1990-2000), segundo dados da própria Albrás:

Tabela 14: Série histórica da produção de alumínio primário: 1985/2000

| Ano | Toneladas | Ano | Toneladas |
|-------------------------|----------------|-------------|------------------|
| 1985 | 8.706 | 1993 | 345.017 |
| 1986 | 107.064 | 1994 | 347.000 |
| 1987 | 166.060 | 1995 | 341.000 |
| 1988 | 170.361 | 1996 | 339.660 |
| 1989 | 169.100 | 1997 | 336.000 |
| 1990** | 193.997 | 1998 | 342.000 |
| 1991 | 286.412 | 1999 | 357.861 |
| 1992 | 335.192 | 2000 | 366.316 |
| TOTAL: 1985-2000 | | | 4.211.836 |

Fonte: ALBRAS. *Alumínio Brasileiro* S.A. Folheto 2001.

** Ano em que começou o processo de reestruturação produtiva na empresa.



A ALBRAS conseguiu essa proeza, após demitir quase 50% do contingente efetivo de trabalhadores, aumentando os índices de produtividade e ascendendo como uma das 10 mais importantes empresas do país, segundo a revista Exame (2006). Quando observamos a vizinha ALUMAR, em São Luís do Maranhão, que, através do seu processo de expansão em março de 2005, passou de 370 mil/tpa para 433 mil/tpa²⁵⁵, com um total de 1.839 trabalhadores²⁵⁶, vemos o quanto a reestruturação produtiva na ALBRAS foi radicalizada ao extremo em relação à demissão de trabalhadores. Como é que a ALUMAR consegue produzir quase a mesma quantidade anual de alumínio que a ALBRAS com um contingente de 25,67% de trabalhadores a mais?

A resposta parece bem simples: lá o movimento operário lutou mais para garantir direitos²⁵⁷, além de que a ALUMAR é integrada pela ALCOA, ALCAN e BHP Billiton, multinacionais norte-americana, canadense e australiana, que têm um relativo atraso na implantação dos métodos toyotistas do trabalho; apenas agora, por exemplo, a indústria automobilística norte-americana está se adaptando à produção “flexível” do trabalho.

Todas as amargas, ilusões e desilusões, resistências, ocorridas no interior desse movimento de reestruturação já foram bem divulgadas ao longo do trabalho de Carmo (2000). Entretanto, queremos reproduzir o depoimento que acabou se tornando o símbolo de sua obra e que marca esse período (1990-1997) de reestruturação:

“Confidência do último dia de demitida.

²⁵⁵ . Cf. BRASIL MINERAL; nº 248, abril de 2006; pág. 21.

²⁵⁶ . Cf. www.alumar.com.br/perfil.

²⁵⁷ . Cf. Depoimento de José Maria Araújo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos Alumar. IN: SWITKES, Glenn Ross. **Impactos ambientais e sociais da cadeia produtiva de Alumínio na Amazônia: ferramentas para os trabalhadores, as comunidades e os ativistas**, 2005. E-mail do autor: glenns@superig.com.br.



Cheguei na fábrica às 11:30h. Arrumei o resto dos meus pertences. Parecia tudo normal, mas não era. Eu estava saindo de um compromisso de 11 anos. Eu estava leve. Almocei com ... (grande companheira), seu marido (...) O... (uma nova e forte amizade), a...e... (colegas de empresa) e a ... uma colega cheia de amarguras e muita luta. Esse momento foi muito legal, me entregaram um presente (esta agenda) e um cartão que eu não quis ler, pois tinha certeza que lágrimas iriam rolar. Às 17h saí com minha bagulhada, caixas, papéis, sacos. Sabe que nem pensei na sala, na mesa, onde ficava? Pois nunca achei que eram minhas. Não olhei para trás, não virei para o lado. Na frente estava o meu caminho(...) Foi tanto tempo dentro de uma empresa, trabalhando durante 11 anos, convivendo quase os mesmos dias com as mesmas pessoas, foi parte da minha vida e uma grande parte, muito mais do que com meu filho e meu marido. Poucos me conheceram, como também poucos eu conheci. Não sei se sou incapaz, improdutiva, me sinto tão impotente... Às 18:30h fui ler a carta que meus colegas escreveram na despedida do almoço. Só veio lágrimas e muitas, li duas vezes. Pensei... puxa como é bom a gente ser importante pra alguém, ser amigo, fazer amigos e rolar lágrimas...²⁵⁸.

Depoimentos como esses de tornaram comuns na fábrica da ALBRAS, no período que estamos estudando.

3.3 – A reestruturação produtiva na ALUNORTE: o TPM²⁵⁹

Como havíamos assinalado na introdução e no desenvolvimento deste trabalho, a ALUNORTE por conta do atraso em seu cronograma de inauguração, já vai herdar toda a experiência acumulada do ALBRAS. Quando é dada a partida da ALUNORTE em julho de 1995, havia já 10 anos de implantação da ALBRAS e há pelo menos cinco anos a reestruturação produtiva nesta fábrica vinha ocorrendo. Não foi à toa que a ALBRAS foi escolhida, por sua experiência com a produção de alumínio, para gerenciar a produção de alumina.

²⁵⁸ .Cf. CARMO, Eunápio Dutra do. Op. Cit., pp. 225-226.

²⁵⁹ . Queremos reiterar nesta parte nossos protestos a ALUNORTE por ter recusado nosso pedido de realização de Pesquisa no interior da fábrica e agradecer ao Sindicato dos Químicos que nos forneceu informações através das entrevistas e dos materiais da ALUNORTE presente em seus arquivos.



Faltando quinze meses para a inauguração da ALUNORTE, a CVRD toma a decisão de passar a operação da fábrica aos gerentes da ALBRAS. Esta decisão foi anunciada no BIF da fábrica da seguinte maneira:

“A operação da fábrica de alumina será feita pela ALBRAS, por meio da Gerência de Área de Alumina que está sendo criada. A equipe que vai produzir alumina em Barcarena é da ALBRAS, com os mesmos direitos, vantagens, plano de carreira, mesma política salarial, de segurança do Trabalho, e de Meio Ambiente, Qualidade Total, etc. Para a nova área poderão ser transferidos os empregados que, atendendo aos requisitos do Plano de Carreiras e Sucessões da ALBRAS preencham as exigências dos novos cargos e possam ser liberados de suas funções atuais...”²⁶⁰

A ALBRAS também alertava que nem todos os empregados poderiam ser recrutados para a ALUNORTE, por conta de determinados processos específicos da produção de alumina, sendo então realizada uma pesquisa para ver quem tinha o perfil para a fábrica de alumina. É nesse processo, como veremos no capítulo IV, que os atuais dirigentes do Sindicato dos Químicos se transladarão da ALBRAS para a ALUNORTE, iniciando logo em seguida a luta por um sindicalismo combativo.

Nesta mesma edição do BIF, a ALBRAS anunciava que iria produzir alumina de “primeira qualidade”. E um fato curioso é que a logomarca da Qualidade Total da ALBRAS fazia parte do anúncio.

*“A nossa alumina será do tipo **sandy**, produzida a partir da bauxita paraense fornecida pela Mineração Rio do Norte (de Porto Trombetas), que é uma das acionistas da ALUNORTE. Graças à qualidade da matéria-prima, do processo (Bayer) e da tecnologia (Alcan) iremos produzir alumina da mais alta qualidade”²⁶¹.*

²⁶⁰ . Cf. BIF N° 465, de 09/02/94.

²⁶¹ . Idem Ibidem, pág. 01.



Quando do *Start-Up* da ALUNORTE, em 15 de julho de 1995, a ALBRAS divulga nos BIFs a mensagem do Superintendente Geral de Operação da ALUNORTE, Galib Chaim, e da Diretoria, onde se ressalta a política da Qualidade Total:

“Iniciamos no dia 15 de julho, sábado, aproximadamente às 22h os procedimentos finais para a partida da refinaria. A primeira carga de bauxita no Moinho A, ocorreu próximo às 4 horas da manhã do dia 16 de julho, domingo e a alimentação dos digestores 3 horas e meia depois, ou seja, às 07:30h. Desta forma, com satisfação desejo boa sorte e informamos que a partir daquele momento a Refinaria da ALUNORTE estava oficialmente em produção. Nossa próxima meta é produzir alumina calcinada, no dia 12 de agosto”²⁶².

A diretoria da ALUNORTE, ao mesmo tempo em que desejava Boas-Vindas ao novo quadro de empregados, convocava a todos para “consolidar o programa de Qualidade Total”. Naquele momento, havia uma identidade comum entre as duas fábricas, pois ao usar o termo “consolidar” e não “iniciar”, a diretoria da ALUNORTE assumia para si a política da Qualidade Total da ALBRAS. Diziam: *“Agora é o momento de dobrar nossos esforços e consolidar nosso programa de Qualidade Total para fazer da ALUNORTE uma empresa cada vez mais eficiente e competitiva”²⁶³*. Ou seja, discursava-se para um quadro de funcionários oriundos em grande parte da própria ALBRAS.

Apesar dessa identidade inicial, a reestruturação produtiva e a Qualidade Total na ALUNORTE assumirão seus próprios caminhos. Pela própria diferença do processo produtivo, por ser tratar de uma indústria química de refinamento, a ALUNORTE já nasce com um quadro consolidado de operários e funcionários. Além do que, como afirma Moraes Neto (2003), a indústria química, pelo alto grau de periculosidade, adapta-se mais facilmente ao processo de automação. Isso significa

²⁶² . Cf. BIF N° 540, de 19/07/95.

²⁶³ . Cf. BIF N° 543, de 09/08/95.



que o setor químico já é “enxuto” por natureza, no atual processo de produção capitalista. Conforme Moraes Neto (2003)

“Outro ponto importante para ilustrar nosso ponto de vista é o setor químico. A indústria de fluxo contínuo ajusta-se perfeitamente ao princípio da maquinaria, posto que trata de processo de trabalho cientificizado, objetivado, em que o trabalho imediatamente ligado à produção perdeu radicalmente conteúdo e foi eliminado em grande medida. Qual a magnitude do impacto dessa mudança nos processos de controle? Muito pequena, pois a indústria química chegou a um grau de automação que não permite impactos grandiosos sobre o emprego da força de trabalho, já tão reduzido”²⁶⁴. Não reduzido” impactos grandiosos sobre o emprego da força de trabalho, jzado, objetivado, em que o trabalho imediatamente ligado z

Por conta dessa especificidade da indústria química a ALUNORTE acabará buscando os caminhos da Qualidade Total advindos, em grande parte, da própria indústria química. Sem perder de vista a questão estratégica já esboçada ao longo dos últimos cinco anos pela ALBRAS (1990-1995), a própria nomenclatura será tomada de empréstimo das grandes indústrias químicas e não da ALBRAS. Por exemplo, o TQC da ALBRAS será traduzido na ALUNORTE por TPM (sigla em inglês para *Total Productivity Maintenance - “Manutenção da Produtividade Total”*)²⁶⁵

O ano de 2000 para a ALUNORTE será o ano do TPM. Em um de seus *Alunews*²⁶⁶, a empresa vai começar a introduzir cientificamente a filosofia do TPM. Temos uma definição deste sistema, que também foi criado no Japão, pela própria empresa:

“O TPM é um sistema de gestão que busca maximizar os resultados de uma empresa com a eliminação rigorosa das perdas existentes. Estas perdas podem acontecer na produção, em equipamentos, na mão de obra, materiais e energia. Ao envolver todos os empregados

²⁶⁴ . Cf. MORAES NETO, Benedito. **Século XX e Trabalho Industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003; pág. 28.

²⁶⁵ . Cf. Jornal da ALUNORTE N° 77, de 16 de junho de 2000, pág. 1 e N° 79, de 14 de julho de 2000, pág. 3.

²⁶⁶ . *Alunews* foi o novo nome dado ao Jornal da Alunorte a partir de julho de 2000, por ocasião dos cinco anos de operação da fábrica. Antes, chamava-se simplesmente Jornal da Alunorte.



na eliminação das perdas se obtém a melhoria da performance das pessoas e dos equipamentos.

O TPM surgiu no Japão em 1971, na empresa Nippon Denso, Grupo Toyota, a partir da incorporação da estrutura de Manutenção Autônoma ao sistema de manutenção tradicional. Como a metodologia TPM busca resultados globais, ela se estruturou em pilares complementares que tratam de funções gerenciais específicas, abrangendo todos os sistemas de uma organização. Assim, o TPM está estruturado em 8 pilares intitulados: 1. Melhoria Específica; 2. Manutenção Autônoma; 3. Manutenção Planejada; 4. Educação e Treinamento; 5. Manutenção da Qualidade; 6. Controle Inicial; 7. Segurança, Saúde e Meio Ambiente e 8. TPM áreas administrativas ou TPM Office.

A implementação do TPM numa empresa é feita em 12 etapas de desenvolvimento, iniciando com a declaração formal da empresa...e culmina com o reconhecimento internacional dos resultados como empresa de excelência mundial Prêmio TPM, concedido pela JIPM (Japan Institute of Plant Maintenance) em Tóquio, Japão.²⁶⁷

Detivemo-nos em uma citação extensa porque é a única vez nos informativos da empresa, em que a metodologia do TPM aparece de forma completa, com todas as suas especificações. Como a própria empresa colocava em números anteriores de seu informativo, o TPM já existia no interior da fábrica, mas restrito apenas ao item “manutenção”, sem fazer disso uma filosofia global de gerenciamento.

A mudança de mentalidade acontecerá a partir do ano 2000, quando no mês de junho a empresa adotará oficialmente o TPM como uma filosofia gerencial, segundo ela “o TPM vai deixar de ter foco apenas na manutenção e funcionar como ferramenta gerencial”²⁶⁸. Através de um concurso entre os empregados, a empresa vai definir o slogan do TPM que vai nortear o novo sistema gerencial. O slogan escolhido vai ser: *Satisfação em fazer o melhor!*²⁶⁹

Da mesma forma que fizemos com o processo de implantação da Qualidade total na ALBRAS, queremos exemplificar com as manchetes e notícias do

²⁶⁷ . Cf. ALUNews Nº 03, de 1 de setembro de 2000, pág. 3.

²⁶⁸ . Cf. JORNAL DA ALUNORTE Nº 77, de 16 de junho de 2000, pág. 1.

²⁶⁹ . Cf. ALUNews Nº 10, de 29 de dezembro de 2000, pág. 1.



informativo da ALUNORTE, como esse clima pela busca da Qualidade vai tomar conta da empresa por uma iniciativa dos seus acionistas e não pela vontade dos trabalhadores. O lema da política da Qualidade ALUNORTE era “atender às expectativas dos clientes, assegurando a conformidade do produto e a melhoria contínua do processo”. Vamos aos exemplos:

- “Como anda a manutenção do programa 5S nas áreas?” (Jornal da ALUNORTE Nº 27, da 1ª quinzena de julho de 1998);

- “ISO 9002: Realizada a auditoria de implementação” – “5S: Um distintivo para quem é excelente” – “ALUNORTE receberá TPM de todo o Brasil” (Jornal da ALUNORTE N° quem de implementação de 1999;

9;

;

do produto e a melhoria contonta da empresa por uma iniciativa dos seusº 31, 1ª quinzena de setembro de 1998);

- “ALUNORTE cada vez mais 5S” – “ISO 9002: Pré-Certificação á vista”, (Jornal da ALUNORTE Nº 33, 1ª quinzena de outubro de 1998);

- “Estrela 5S é distribuída” (Jornal da ALUNORTE Nº 36, de 13 de novembro de 1998);

- “ISO 9002: tudo confirmado” (Jornal da ALUNORTE, Nº 37, de 27 de novembro de 1998);

- “A ISO 9002 é nossa! E com zero ‘não-conformidade” (Jornal da ALUNORTE Nº 38, de 11 de dezembro de 1998);

- “TPM ALUNORTE divulgado à Petrobrás” (Jornal da ALUNORTE Nº 40, de 15 de janeiro de 1999);



- “ISO 9002: Mantemos a Certificação” – “Novos passos rumo à ISO 14000”
(Jornal da ALUNORTE N° 53, de 09 de julho de 1999);
- “Nosso conceito é “ótimo!”, sobre a auditoria dos 5S (Jornal da ALUNORTE N° 52, de 15 de junho de 1999;
- “Excelência em 5S” (Jornal da ALUNORTE N° 63, de 26 de novembro de 1999);
- “Avaliação de 5S em fase de conclusão” – “TPM passa por ajustes” (Jornal da ALUNORTE N° 61, de 29 de outubro de 1999;
- “SHITSUKE e SEIKETSU completando nosso 5S” (Jornal da ALUNORTE N° 46, de 9 de abril de 1999;
- “ALUNORTE mantém ISO 9002 com zero de não conformidade” -
“Qualidade: os melhores caminhos do TPM” (Jornal da ALUNORTE N° 65, de 23 de dezembro de 1999);
- “Qualidade: Consolidação dos 5S, Padronização, Grupos Autônomos, TPM” (Jornal da ALUNORTE N° 66, de 07 de janeiro de 2000);
- “Prêmio para software de monitoramento da qualidade da alumina” (Jornal da ALUNORTE N° 68, de 04 de fevereiro de 2000);
- “Qualidade: Grupos Autônomos, Visita TPM, Gerentes na auditoria 5S”
(Jornal da ALUNORTE N° 70, de 03 de março de 2000);
- “Qualidade: QAL elogia TPM ALUNORTE” (Jornal da ALUNORTE N° 73, de 18 de abril de 2000);
- “TPM é filosofia gerencial da ALUNORTE” (Jornal da ALUNORTE N° 77, de 16 de junho de 2000);
- “Qualidade: A partida do TPM” (Jornal da ALUNORTE N° 78, de 30 de junho de 2000);



- “Qualidade: A ALUNORTE se prepara para TPM” (Jornal da ALUNORTE nº 79, de 14 de julho de 2000);
- “TPM é avaliado por consultor japonês” (Alunews Nº 81, de 18 de agosto de 2000);
- “Alunorte conhece TPM da Lever” (Alunews Nº 80, de 4 de agosto de 2000);
- “O Que é TPM” (Alunews Nº 03, 1 de setembro de 2000);
- “TPM: Implantando a Segunda Etapa” (Alunews Nº 04, de 18 de setembro de 2000);
- “O Que é TPM? 12 Etapas de Implantação” (Alunews Nº 05, de 29 de setembro de 2000);
- “Definida a política TPM da Alunorte” (Alunews Nº 07, de 30 de outubro de 2000);
- “TPM: Logomarca e Slogan TPM” (Alunews Nº 08, de 17 de novembro de 2000);
- “Pilares TPM: Manutenção Autônoma arrancando rumo ao Kick off” (Alunews Nº 11, de 12 de janeiro de 2001);
- “O Que é TPM? Pilar Educação e Treinamento” (Alunews Nº 12, de 26 de janeiro de 2001);
- “Kick – Off²⁷⁰ TPM” – “Partida dos equipamentos modelos antecedem Kick-Off” (Alunews Nº 15, de 16 de março de 2001);
- “Alunorte participa de Congresso TPM em São Paulo” – “Pilar Educação e Treinamento intensifica atividades” (Alunews Nº 22, de 29 de junho de 2001);

²⁷⁰ . *Kick-Off* no futebol significa “chute inicial”, “pontapé inicial”.



- “GMAs: Grupos Pilotos entram em ação” (Alunews N °26, de 14 de setembro de 2001);

- “II Workshop mobiliza pilares e Grupos” (Alunews N° 27, de 11 de outubro de 2001).

Como pudemos perceber, os anos 2000/2001 foram de intensos preparativos para a implantação do modelo de Qualidade Total próprio da ALUNORTE, o TPM. Foram deixadas de lado algumas nomenclaturas aplicadas no toyotismo em geral e na ALBRAS, como TQC, CCQs. O TQC foi traduzido por “TPM”; os CCQs foram chamados de GMAs (Grupos de Manutenção Autônoma). Mas, no geral, o TPM têm a mesma essência do sistema toyotista – basta ver que foi inventado no Japão – que é maximizar os lucros dos capitalistas da ALUNORTE.

Hoje, a ALUNORTE é formada por uma burguesia “nacional”, em torno da CVRD, que detém 57,03% do capital acionário e da CBA – Companhia Brasileira de Alumínio do Grupo Votorantim, além das burguesias dos países imperialistas, como a norueguesa Norsk Hydro ASA, com 34,03% do capital acionário, e as japonesas Mitsubishi Corporation – Mitsui & Co., com 0,23%, Nippon Amazon Aluminium Co. – NAAC, com 3,80% e Japan Alunorte Investment Co. do Japão – JAIC, com 1,19%²⁷¹.

É para garantir os lucros e mais-valia destas burguesias que os operários da ALUNORTE são enquadrados no sistema TPM, que como já vimos, tal qual o TQC, tenta se apropriar do “saber” e do “fazer” operário até os limites permitidos pela capacidade individual de cada trabalhador. Tal como os CCQs da ALBRAS, os GMAs (Grupos de Manutenção Autônoma) também são uma forma “refinada” de

²⁷¹ . Cf. ALUNORTE S/A (2006). Apud, SAMPAIO, Isabela Castelo Branco. **Reestruturação Produtiva e Flexibilização do Trabalho: um estudo sobre os processos de subcontratações e relações de Trabalho na ALUNORTE S/A**. Belém/Pa, 2006. Dissertação de Mestrado; pág. 105.



organizar a divisão social do trabalho no interior da fábrica. Marx (1996) já havia caracterizado a divisão do trabalho no modo de produção capitalista como

*“um método especial de produzir mais valia relativa ou de expandir o valor do capital, o que se chama de riqueza social...às custas do trabalhador. Ela [a divisão do trabalho] desenvolve a força produtiva do trabalho coletivo para o capitalista e não para o trabalhador e, além disso, deforma o trabalhador individual. Produz novas condições de domínio do capital sobre o trabalho. Revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade, e, do outro **meio civilizado e refinado de exploração** (grifo nosso)”²⁷².*

Essa análise feita por Marx (1996) é o cerne da discussão que estamos fazendo acerca da reestruturação produtiva na ALBRAS e na ALUNORTE.

No caso da ALUNORTE, o TPM, ao introduzir os Grupos de Manutenção Autônoma, tem um objetivo claro de reduzir custos com o processo produtivo, principalmente antecipando-se a futuros “custos” com as máquinas; seria, em uma linguagem da medicina, “saúde preventiva”, isto é, se o operador passar a cuidar da máquina como se cuidasse de sua própria vida, então, do ponto de vista prático, em uma produção capitalista anual, haveria um incremento maior de mais-valia.

Como nos diz Cipolla (2003),

*“Como cabe agora ao próprio trabalhador direto a manutenção do seu equipamento passa a ser de seu interesse um uso que minimize o seu trabalho de manutenção(...)Por isso também temos uma tendência do **teamwork** de melhorar a qualidade no uso dos meios de produção”²⁷³*

A título de exemplo do que estamos afirmando, deixemos que a própria ALUNORTE, através de seus representantes, falem:

“O Pilar de Manutenção Autônoma tem como objetivo principal manter o equipamento da fábrica em operação estável e eficiente,

²⁷² . Cf. MARX, Karl. **O Capital**; pp. 417-418.

²⁷³ . Cf. CIPOLLA, Francisco. *Taylorismo, Fordismo e Teamwork*. IN; **Revista de Economia Política**, Editora 34, ;Volume 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003; pág. 90.



incentivando os operadores a adotarem um novo perfil profissional. Rogério Esteves, Coordenador do Pilar, diz que a meta deste Subcomitê pode ser exemplificado em três etapas: a transformação da postura 'eu opero a máquina e a equipe de manutenção conserta' para uma intermediária, que seria 'do meu equipamento cuidado eu', indo em direção a um estágio ideal, o de 'juntos, operadores e equipes de manutenção cuidam do equipamento'²⁷⁴.

Concordamos com Marx (1996) que se trata de uma forma “*refinada de exploração*”, visto que o operário que antes cuidava de sua tarefa específica, agora é “treinado” (obrigado) para ser eficiente em mais de uma tarefa, inclusive de garantir a manutenção preventiva das máquinas e equipamentos que opera, sem receber por essas “novas tarefas” que executa; é lhe exigido mais do que o “tempo de trabalho necessário”, da jornada normal de trabalho, além de – como vimos com maiores detalhes nos CCQs da ALBRAS – ter que se transformar em um “pensador” para o capital dentro da empresa.

Alguns autores como Gounet (1999), Antunes (2000) e, mais recentemente Cipolla (2003), têm acordo de que o sistema japonês, seja o TQC ou a sua variante TPM, “*apóia-se nesse aumento da exploração, particularmente via intensificação do trabalho*”²⁷⁵. Para Antunes (2000) essa racionalização do processo produtivo, dotada de “*forte disciplinamento da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivo*”²⁷⁶, é o que tem caracterizado a via toyotista do capitalismo monopolista japonês. A análise feita por Cipolla (2003) sobre o “*teamwork*” (trabalho em equipe) é muito interessante por caracterizar essas inovações no processo de trabalho como um “aumento da mais valia absoluta”. Para ele,

²⁷⁴ . Cf. ALUNews N° 11, de 12 de janeiro de 2001, pág. 3.

²⁷⁵ . Cf. GOUNET, Thomas. Op. Cit., pág. 91.

²⁷⁶ . Cf. ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**; pág. 55.



*“De modo geral pode-se dizer que o **just-in-time** resolve simultaneamente os dois lados do problema do controle capitalista sobre o trabalho(...). No entanto, a efetivação desse aumento de lucratividade para a economia no seu conjunto, na medida em que diminui v , só pode se dar através de um aumento do trabalho excedente. Como na verdade não é a produtividade do trabalho mas sua intensidade que aumenta podemos concluir que o aumento da taxa de lucro agregada só pode advir de um aumento da mais valia absoluta”²⁷⁷.*

É um debate substantivo, de profundo conteúdo, pois o toyotismo trouxe uma mudança no sentido de conceber a “*mais valia absoluta*”. Para Marx (1996)²⁷⁸, a mais valia absoluta se dava com o aumento da jornada de trabalho ao extremo, a ponto de esgotar a capacidade física do trabalhador no processo produtivo. Como se poderia chamar, então, de “mais valia absoluta” um processo que não aumenta a jornada de trabalho, mas apenas a intensifica cada vez mais das formas mais refinadas? É um debate que não é consensual nas ciências sociais e não é nosso objetivo aprofundá-lo aqui. Entretanto, é sugestivo perceber que os trabalhadores submetidos ao regime toyotista produzem bem mais que os trabalhadores de outras indústrias que não adotaram tal modelo.

Como indicamos acima, há uma diferença de forma no processo de reestruturação produtiva da ALUNORTE para o da ALBRAS. Observamos que no caso da ALBRAS, esse processo se deu em todas as suas dimensões(TQC, 5S, algumas mudanças tecnológicas, CCQs, terceirização e, principalmente, demissão de operários), a ponto da ALBRAS reduzir em quase 50% o seu quadro de funcionários.

No caso da ALUNORTE, pelo seu relativo atraso para entrar em funcionamento, e por ser inaugurada quando o setor químico já estava “enxuto” do

²⁷⁷ . Cf. CIPOLLA, Francisco. *Taylorismo, Fordismo e Teamwork*. IN; **Revista de Economia Política**, Editora 34, ;Volume 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003; pág. 91.

²⁷⁸ . Ver neste trabalho o ponto 3.4, nota 287, sobre a definição de Marx , de mais-valia absoluta e relativa.



ponto de vista capitalista, a reestruturação produtiva vai se apoiar mais na intensificação do trabalho, com a introdução da Qualidade Total via TPM, aliada a um processo de terceirização. Fazendo-se uma ressalva que, apesar da tentativa da empresa de radicalizar este processo de reestruturação, o movimento operário, liderado pelo sindicato dos químicos vai relativizá-lo, e fazê-la retroceder em alguns aspectos, como na escala de turnos. O movimento operário, através de sua organização sindical, vai conquistar mais um turno de trabalho – como veremos melhor no capítulo IV – que vai refrear a aceleração do processo de reestruturação da empresa.

Ao invés de demitir, a empresa vai ser obrigada a contratar mais trabalhadores. Num primeiro momento, pela luta organizada do movimento operário por mais um turno de trabalho. Depois, pelo próprio processo de expansão da empresa, que na I Fase (até 2002) produzia 1.656,2 milhões/tpa de alumina, passando em 2003 para 2.323,4 milhões/tpa; já com a expansão da II Fase em março de 2006, a empresa passou a produzir 4,4 milhões de toneladas por ano, e está se preparando para a fase 3 de sua expansão (em 2008) quando alcançará a marca de 6,2 milhões de toneladas de alumina por ano²⁷⁹.

Isso fez com que o proletariado da ALUNORTE praticamente dobrasse no último período, passando de 680 trabalhadores em 2003 para 1.108 em 2006²⁸⁰. De fato, uma combinação de fatores internacionais, como vimos no ponto (3.1), principalmente a demanda chinesa por alumina e alumínio, tem feito com que a ALUNORTE aumente a sua produção e o seu proletariado. Quando chegar na fase 3

²⁷⁹ Cf. BRASIL MINERAL. **Bauxita/Alumínio: Setor investe US\$ 4,5 bilhões para aumentar a produção**. Nº 248, abril de 2006, pp. 20-22.

²⁸⁰ Cf. Relatórios dos Balanços Administrativos da ALUNORTE S/A de 2003, 2004 e 2005. Apud SAMPAIO, Isadora Castelo Branco. Op. Cit., pág. 11.



de sua expansão, esse proletariado será triplicado, chegando a quase 2000 trabalhadores.

Entretanto, uma das colunas vertebrais do toyotismo que é a terceirização de empresas, será aplicada pela ALUNORTE, como veremos no ponto 3.4 (tabela 16). Se fossem somados os atuais trabalhadores diretos da ALUNORTE com os 5.437²⁸¹ trabalhadores terceirizados computados por Coelho (2006), o movimento operário na região seria uma potência quase imbatível.

Com essa última observação, faremos uma discussão à parte da rede de subcontratação da ALBRAS e da ALUNORTE, por entendermos que a rede de subcontratadas, conforme vimos em Coriat (1994), é o pilar que sustenta esse modelo toyotista de reestruturação produtiva no capitalismo atual.

3.4– O outro lado do toyotismo: a subcontratação/terceirização

Para que este processo de demissões pudesse se concretizar fez-se necessário aplicar o modelo toyotista em todos os sentidos, inclusive apoiando-se em sua espinha dorsal, que é a rede de *subcontratação* de trabalhadores. Sem esses “lázarus da classe trabalhadora”, sem essa “superpopulação relativa” que recebe os piores salários, a lei geral da acumulação capitalista não seria possível²⁸².

São esses trabalhadores que, na visão de Harvey (2004), fazem parte de

“um segundo grupo que oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários,

²⁸¹ . Aqui queremos registrar uma divergência entre os dados de Sampaio (2006) que pegou seus dados sobre as terceirizadas diretamente da ALUNORTE, totalizando apenas 1.200 trabalhadores e Coelho (2006) que fez sua pesquisa de dados diretamente com as empresas terceirizadas. É provável que os dados de Coelho (2006) estejam mais próximos da realidade, devido ao fato de ter entrevistado as próprias empresas terceirizadas.

²⁸² . Cf. MARX, Karl. *O Capital*, Livro I, Vol. 2; pp. 743-747.



*subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico*²⁸³

Essa “rede de subcontratação” que sustenta o modelo toyotista tanto na ALBRAS como na ALUNORTE tem sido objeto de estudos recentes por parte de pesquisadores. Os trabalhos de Coelho²⁸⁴, Sampaio²⁸⁵ e Coroa Filho²⁸⁶ tratam, respectivamente, das redes de subcontratação na ALUNORTE e na ALBRAS. Mesmo que a abordagem geral dos autores seja na ótica do planejamento e desenvolvimento local – exceção para a dissertação de Sampaio (2006) que se inscreve no campo da Sociologia do Trabalho -, de ver como esse processo pode ter ajudado ou não o desenvolvimento local no nível de mercado interno, qualificação, empregos, etc., assim mesmo são válidos no sentido de desvendar o “subterrâneo” do modelo toyotista.

No caso da ALBRAS a redução do efetivo de trabalhadores encontrou sua compensação em uma rede de empresas contratadas, que no período de 2001 a 2004, segundo Coroa Filho (2005), somavam um total de 48, sendo que 39 foram contactadas à época de sua pesquisa. A maioria eram pequenas e micro empresas, mas as médias empregavam a maioria de trabalhadores. O quadro abaixo ajuda a visualizar o número de empresas e de empregados:

Tabela 15: Tipos de empresas e percentagem de trabalhadores que prestaram serviços para a ALBRAS no período de 2001-2004

²⁸³ . Cf. HARVEY, David. Op. Cit., pág. 143.

²⁸⁴ . Cf. COELHO, Edineide Santos. **Flexibilização Produtiva e Desenvolvimento Local: a rede de subcontratação da Alunorte**. Belém/PA: UFPA/NAEA, junho de 2006. Dissertação de Mestrado.

²⁸⁵ . Cf. SAMPAIO, Isadora Castelo Branco. **Reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho: um estudo sobre os processos de subcontratações e relações de trabalho na Alunorte S/A**. Belém/PA: PPGCS/CFCH/UFPA, 2006. Dissertação de Mestrado.

²⁸⁶ . Cf. COROA FILHO, Vicente Uparajara. **Redes de Subcontratação e desenvolvimento local: a atuação da Albrás no arranjo produtivo de Barcarena**. Belém/Pa: UFPA/NAEA, 2005. Dissertação de Mestrado.



| Tipo | Empresa % | Empregados % |
|--------------|----------------------|-------------------------|
| Micro | 22,2% | 9,0% |
| Pequena | 47,2% | 28,4% |
| Média | 30,6% | 62,6% |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% |

FONTE: **COROA FILHO**, Vicente Uparajara. Op. Cit., pág. 62

Infelizmente, o autor não nos forneceu números absolutos de trabalhadores, mas a julgar pelos números das contratadas da ALUNORTE (5.437 trabalhadores no período de 2001 a 2004), o contingente de trabalhadores terceirizados na Albrás deve estar no mesmo patamar. Um dado interessante da força de trabalho precarizada é que 92% estudaram até o ensino médio (completo e incompleto), sendo os com nível superior muito poucos e normalmente estes estão dirigindo as empresas ou em cargos importantes na sua estrutura.

A caracterização do autor é de que

*“o arranjo produtivo de Barcarena...está composto por um grupo de empresas que se mantém extremamente dependentes das grandes empresas produtoras e exportadoras de mineração instaladas no município. Como não é possível compartilhar o processo de produção do alumínio primário, que é o produto final da Albrás, esta última, a partir de estratégias de **flexibilização defensiva**²⁸⁷ adotadas com a finalidade de reduzir seus custos operacionais, condiciona a relação com as empresas locais, fazendo com que ocorra a imposição de uma dinâmica inovativa que, se por um lado beneficia as contratadas do ponto de vista da atualização tecnológica, por outro reduz sua margem de lucros e intensifica a utilização dos recursos produtivos”²⁸⁸*

No caso da ALUNORTE, a conclusão de Coelho (2006) é que se pratica o pior tipo de flexibilidade, a “*flexibilidade defensiva*” em contraposição à “*flexibilidade ofensiva*”. Aplicando as fórmulas da “escola da regulação” francesa a autora nos diz que, inclusive, a Q.I.V (Quase Integração Vertical) seria do tipo “pobre”, onde

²⁸⁷ . O autor tomou o termo emprestado da Escola de Regulação, tendo a frente Leborgne e Lipietz. Cf. **COROA FILHO**, Vicente Upararajara. Op. Cit., pág. 3.

²⁸⁸ . Cf. **COROA FILHO**, Vicente Uparajara. Op. Cit., pág. 121.



predomina a subordinação das empresas contratadas à empresa “mãe” (existe pouca iniciativa das contratadas, pouca pesquisa aplicada). Na “flexibilidade defensiva” (QIV “pobre”) as relações são oportunistas e de curto prazo; há uma perda considerável de conquistas sociais e trabalhistas. No caso da “flexibilidade ofensiva” (QIV “densa”), as firmas contratadas se especializam e dominam processos que exigem alto nível de conhecimento tecnológico e se fortalece os elos de parceria destas firmas com as empresas contratantes; sua visão é de médio e longo prazo.

Segundo Coelho (2006), na “flexibilidade defensiva”, a relação entre as grandes empresas contratantes e as empresas subcontratadas

“envolve apenas a terceirização de atividades de baixa complexidade técnica e tecnológica visando ao aproveitamento de vantagens locacionais – como baixos níveis de salário, e disponibilidade, baixos custos e proximidade geográfica de matérias-primas – e de outros elementos que representam largas margens de ganho às grandes empresas, as quais não se dispõem a compartilhar com as empresas locais seu conhecimento em termos de avanço tecnológico e organizacional”²⁸⁹.

Entre os anos de 2001 e 2004, a ALUNORTE mantinha em seu entorno de subcontratação cerca de 60 empresas, sendo a ampla maioria as micros e pequenas empresas, que empregavam 57,4% da força de trabalho. A Tabela abaixo pode nos ajudar na visualização melhor dos dados:

Tabela 16: Empresas Subcontratadas da Alunorte e empregos gerados (2001-2004)

| Tipo | Empresas Nº Absoluto | Empresas % | Empregados Nº Absoluto | Empregados % |
|--------------|---------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| Micro | 19 | 42,2% | 3.119 * | 20,3% |
| Pequena | 20 | 44,4% | | 37,1% |
| Média | 06 | 13,3% | 2.318 | 42,6% |
| TOTAL | 45** | 100,0% | 5.437 | 100,0% |

Fonte: COELHO, Edineide Santos. Op. Cit., pág. 60.

²⁸⁹ . Cf. COELHO, Edineide Santos. Op. Cit., pp. 24-25.



* A autora não forneceu os números separados de empregados nas micro e pequenas empresas.

** A autora conseguiu localizar 45 empresas da relação fornecida pela Alunorte e 11 não responderam ao contato.

Segundo a autora, há uma concentração nas atividades das subcontratadas nas áreas de manutenção e montagem eletromecânica e industrial e de construção civil, que somam 21 empresas (sendo 9 micro, 10 pequenas e 2 médias), representando 46,67% das 45 empresas entrevistadas. Aqui é importante relativizar o peso da construção civil na categoria “subcontratada”, pois não é uma atividade ligada diretamente ao ramo produtivo, ou seja, à redução do alumínio. É uma atividade de caráter bem abrangente, que pode estar em qualquer planta industrial (para reparos ou expansão, no caso) assim como em qualquer setor da sociedade. O mesmo já não se pode dizer das que atuam nas áreas de manutenção e montagem eletromecânica e industrial, que fazem parte da estrutura produtiva.

Segundo os dados coletados por Sampaio (2006), a maioria absoluta dos contratos dos trabalhadores terceirizados varia de 03 a 06 meses, cerca de 85%, de um total de 100 trabalhadores entrevistados, sendo que os 15% restantes duram 12 meses²⁹⁰. Os serviços executados variam desde a limpeza dos tanques de soda cáustica e desincrustação, passando pela fabricação e montagem dos tanques, estruturas metálicas e tubulações na área industrial, até manutenção industrial e serviços gerais.

Em relação ao nível de escolaridade dos subcontratados da ALUNORTE pesquisados pela autora a maioria (64%) tem apenas o Ensino Fundamental concluído²⁹¹, o que caracteriza o trabalhador com baixa especialização e qualificação, daí a fluidez dos contratos de trabalho que não passam de um ano; são postos de trabalho que podem ser repostos por qualquer um que tenha apenas o

²⁹⁰ . Cf. SAMPAIO, Isadora Castelo Branco; Op. Cit., pág. 117.

²⁹¹ . Idem Ibidem, pág. 120.



ensino fundamental. E como substrato do toyotismo, da precarização do trabalho, conforme Antunes (1995), a maioria dos salários se situam entre 1 e 2 salários-mínimos (66%).

Considerando o total de empregos gerados nas empresas contratadas – excetuando-se a construção civil – temos um contingente muito grande de terceirizados, o que só confirma o caráter da reestruturação produtiva atual²⁹² como sendo plenamente inspirada no modelo toyotista. Isso ratifica o que Coriat (1994) vinha afirmando acerca da “fábrica mínima”. Citando Asanuma (1985, 1988), que estudou a relação empresa principal/empresa subcontratada no Japão, Coriat (1994) nos diz:

*“1 – Primeiramente, podemos ler a confirmação de uma porcentagem extremamente alta de ‘subcontratação’: apenas 26,5% dos componentes fabricados internamente. Aqui temos um dos traços essenciais da fábrica ohnista: fábrica **delgada, mínima** – já o havíamos dito – que se alivia de tudo aquilo que não é considerado como estritamente indispensável.*

2 – Do total dos 73,5% dos produtos subcontratados, 30,5% são adquiridos ‘tais e quais’ e 43% são ‘encomendados’. Os números só assumem todo o seu sentido quando reportados aos da coluna da direita [referência ao quadro de Asanuma à pág. 129]; observa-se então que são os ‘fornecedores gerais’ – onde os produtos são adquiridos via catálogo – que fornecem a quase totalidade (26,5% sobre 30,5%) dos produtos comprados.

*3 – Enfim, a coluna da direita evidencia a ‘hierarquia’, de fato, das empresas subcontratadas. Das **ordinárias** às **excelentes** e às **empresas associadas**, as distinções e diferenças de **status** são marcadas nitidamente”²⁹³*

Eis aqui o verdadeiro objetivo das relações sociais de trabalho nos moldes toyotistas: *acumular capital*, esticando ao máximo a corda para os setores mais

²⁹² . A esse respeito Trindade (2001), ao estudar o processo de subcontratação na MRN, colocava na sua introdução que em 1992, num universo de 127 empresas pesquisadas pela “Coopers & Lybrand”, 76% terceirizaram algumas de suas atividades, sendo que 40% destas reduziram o seu quadro de pessoal.

²⁹³ . Cf. CORIAT, Benjamin. Op. Cit., pág. 123. Um dado surpreendente fornecido por Coriat (p. 120) é que, aparentemente, a Toyota só teria 171 empresas subcontratadas, mas se olharmos as subcontratadas de “segunda linha” (mais ou menos 4.000 e de “terceira linha” (31.600), o total vai para 36.000 empresas subcontratadas! É um número altíssimo comparado com a General Motors (1986) que tinha 12.500 empresas subcontratadas.



precarizados do proletariado. Se a redução de trabalhadores é o eixo do modelo toyotista, é interessante considerar o que nos diz Cipolla, para quem

“o just-in-time é, assim, uma forma de organizar o processo de produção de tal forma a reduzir tanto C (Capital Constante) quanto V (Capital Variável). O just-in-time implica, portanto, uma condensação de trabalho na medida em que o fluxo contínuo da produção depende tanto do desdobramento do trabalhador entre várias tarefas quanto da intensificação do uso do tempo”²⁹⁴.

Segundo Trindade (2001),

“essa cadeia de subcontratação estrutura-se com base na exploração da mais-valia absoluta²⁹⁵ da força de trabalho contratada temporariamente. Essa mais-valia provém não somente da intensificação da jornada de trabalho, mas sobretudo do diferencial dos salários diretos e indiretos (encargos sociais). A massa da mais-valia assim produzida será repartida de forma diferenciada entre a contratante (MRN), contratadas (CNO, TK/GR, SERTEP) e a agência de temporários (Executiva)²⁹⁶”.

De fato, o grande objetivo da empresa-mãe ao optar pela rede de terceirização/subcontratação é justamente livrar-se dos salários altos e dos encargos sociais. A diferença de salários feita pelo autor à época mostra muito bem o que vimos teorizando. No ano de 1987, enquanto o mecânico da MRN ganhava R\$

²⁹⁴ . Cf. CIPOLLA, Francisco Paulo. **Economia política do Taylorismo, Fordismo e Teamwork**. IN: Revista de Economia Política; volume 23, n° 3(91), julho/setembro de 2003; pág. 88.

²⁹⁵ . Para um início da discussão completa da essência do modo de produção capitalista (produzir mais-valia) os leitores podem ir no Livro I de O Capital, volumes I e II, especificamente Parte Terceira “A produção da mais valia absoluta”, Parte Quarta “A Produção da mais valia relativa” e Parte Quinta “Produção da mais valia absoluta e da mais valia relativa”. Apenas queremos lembrar o seguinte: “A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais”. Cf. MARX, Karl. **O Capital**; pág. 585.

²⁹⁶ . Cf. TRINDADE, José Raimundo Barreto; Op. Cit., pág. 134. Sobre as empresas prestadoras de serviço da MRN ver nota de rodapé n° 128.



850,00 o da empresa contratada Sertep ganhava R\$ 374,00; um ajudante da MRN recebia R\$ 350,00 enquanto o da Sertep R\$ 182,60²⁹⁷.

Na própria ALUNORTE, enquanto a faixa salarial da maioria dos trabalhadores subcontratados se situa entre 1 e 2 salários mínimos (uma média de R\$ 500,00), os operários efetivos da ALUNORTE – fruto de suas lutas – recebem além dos salários bases, os adicionais, participação nos resultados, e outros benefícios como assistência médica e odontológica, alimentação na fábrica, ticket alimentação, transporte, escola, creche, etc²⁹⁸.

Essa discussão sobre a precarização do trabalho e os encargos sociais, que se inicia com o toyotismo e ganha contornos no mundo ocidental capitalista, tem em Pochmann (1999) uma teorização mais acabada. Na contramão de todos os teóricos da “globalização” e do neoliberalismo, o autor diz que no Brasil

“Considerando-se o peso dos encargos sociais no custo da mão-de-obra não é alto e, principalmente, que o custo horário da mão-de-obra industrial no Brasil é baixo, chega-se à conclusão de que a parcela dos encargos sociais por hora trabalhada (em valores absolutos) é também relativamente pequena. Considerando-se também um custo horário da mão-de-obra para o conjunto da indústria brasileira de US\$ 3,08 em 1993, a parcela referente aos encargos sociais (20,06%) representa apenas US\$ 0,62 por hora, o que constitui um dos menores valores pagos em termos absolutos”²⁹⁹.

A investida dos capitalistas no atual estágio de acumulação de capital no Brasil e no mundo globalizado, dá-se essencialmente sobre as políticas de bem-estar social, como previdência pública, saúde e educação, mas também sobre os encargos sociais. É sobre a composição abaixo que o capitalismo investe para garantir sua acumulação de capital, sua mais-valia:

²⁹⁷ . Idem Ibidem, pág. 136.

²⁹⁸ . Cf. SAMPAIO, Isadora Castelo Branco. Op. Cit., págs. 115 e 122.

²⁹⁹ . Cf. POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999 (Coleção Economia); pág. 175.



Tabela 17: Encargos sociais no setor industrial (pessoal de produção)
Custo salarial*

(Itens do rendimento monetário do empregado incidentes sobre a folha de pagamento como proporção do salário contratual mensal)

| Discriminação | Valor Absoluto |
|--|-----------------------|
| Salário contratual | 100,00 |
| Décimo-terceiro | 8,33 |
| Adicional 1/3 de férias | 2,78 |
| FGTS | 8,00 |
| Incidência do FGTS sobre 13º e 1/3 de férias | 0,89 |
| Rescisão contratual | 3,04 |
| Custo Salarial total | 123,04 |

Fonte: Cesit, 1994. Citado por **POCHMANN**, Márcio. **O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999 (Coleção Economia), pág. 170.

* Incorpora o pagamento de tempo não-trabalhado (férias, feriados).

Em seu trabalho, Pochmann (1999) dá uma farta demonstração, através de tabelas e gráficos, do baixo custo da mão-de-obra no Brasil em comparação com outros países capitalistas avançados³⁰⁰, e conclui que

“a redução ou eliminação do que é aqui definido como encargos sociais, sem a sua imediata substituição por outra fonte de financiamento, poderiam prejudicar ainda mais as políticas públicas. Dessa forma se estaria contribuindo para a ampliação do quadro de precarização das condições e relações de trabalho, bem como para o aumento das desigualdades nos rendimentos assalariados, com implicações negativas para o emprego registrado e para o segmento organizado da economia”³⁰¹.

Por que as empresas continuam fazendo da precarização do trabalho seu objeto predileto, apesar das provas contrárias dadas por Pochmann (1999) de que a eliminação dos encargos sociais teriam efeito mínimo sobre o tão reduzido custo da mão-de-obra no Brasil? A explicação mais científica é que esse “mínimo” pode ser a própria salvação do capitalismo na etapa atual de crise crônica da economia.

³⁰⁰ . Seria recomendável que os que lutam contra a precarização do trabalho lessem todo o capítulo 10: “Encargos Sociais: uma nova metodologia e seus resultados no Brasil”, pp. 159-178. Há muitos elementos para se contrapor aos desmandos da “globalização”.

³⁰¹ . Idem Ibidem; pp. 177-178.



3.5 – O Neoliberalismo: as privatizações a serviço da reestruturação produtiva

Conforme já analisamos no capítulo I, a crise crônica do capitalismo, agravada pelo 1º choque do petróleo, vai impor novos métodos de organização do trabalho, cuja expressão mais fenomênica é o toyotismo, já analisado amplamente no capítulo II. A coluna vertebral que sustenta o toyotismo é a grande rede de subcontratação. Este método permite com que se trabalhe com uma planta industrial “enxuta”, livre de muitos encargos sociais e trabalhistas que ficarão por conta das empresas terceirizadas. Pois, como bem nos relatou Coriat, o “espírito Toyota” é o da “fábrica mínima”, da redução do “excesso de pessoal”.

Acontece que apenas essa nova organização do trabalho nos moldes toyotistas não resolveria o problema da crise crônica do capitalismo imperialista, da acumulação de capital em níveis satisfatórios. Era necessário, também, quebrar o poder do Estado na economia, romper com a lógica keynesiana do Estado do Bem-Estar instaurado na Europa e nos Estados Unidos no pós-guerra. A burguesia mundial precisava atacar o seu próprio “comitê” a fim de conter a queda nas taxas de lucro. É dessa necessidade material absoluta que vai surgir o neoliberalismo. A privatização das empresas estatais no Brasil e da CVRD em particular inscreveram-se dentro dessa lógica mundial, inaugurando a “era neoliberal”. Ao mesmo tempo, as privatizações aceleravam a reestruturação produtiva nas empresas.

Muitos têm teorizado acerca do que seja o neoliberalismo, do seu caráter político e ideológico. Ao analisar as principais características da “globalização”, Ianni elencou o *neoliberalismo*, que “*adquire predomínio mundial, como ideologia e*



*prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e do privado, ordenação da sociedade e visão do mundo*³⁰².

Mas foi Anderson (1995) quem melhor traçou um histórico sobre as origens do neoliberalismo. É interessante o relato que nos faz:

*“Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado [século XX]. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política...”*³⁰³.

Anderson (1995) vai nos dizer que a polêmica de Hayek e dos membros da Sociedade de Mont Pèlerin (Suíça) – uma espécie de “franco-maçonaria neoliberal” – contra a regulação do Estado vai permanecer como teoria por mais de vinte anos, até que a longa recessão iniciada em 1973 com o choque do petróleo vai trazê-la à tona. Baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação no mundo capitalista fizeram com que as idéias neoliberais passassem a ganhar terreno. O mais interessante é que, como nos relata Anderson, Hayek e seus companheiros localizam as raízes da crise

*“no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”*³⁰⁴.

³⁰² . Cf. IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. pp. 58-59.

³⁰³ . Cf. ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995; p. 9.

³⁰⁴ . Idem Ibidem, pág. 10.



Como podemos perceber, o neoliberalismo se volta contra o sindicalismo e contra o Estado que o ampara, principalmente por conta de sua intervenção na economia, onde se criaram verdadeiros nichos do sindicalismo. Mas para que possa sair do plano ideológico e vir para o terreno da prática ele precisa de governos que o aceitem e que o proclamem como a verdade e a “salvação” do país e da nação contra todos os males. É nesse sentido que Castells (1999) relata:

*“Os interesses dos Estados sempre são percebidos dentro de uma estrutura ideológica. E a estrutura da década de 1990 se constituiu ao redor do colapso do estatismo e a crise de legitimidade do previdencialismo e do controle governamental durante a década de 1980...Os ideólogos neoliberais (denominados “neoconservadores” nos EUA) saíram de seus armários no mundo inteiro, e receberam na cruzada a adesão dos recém-convertidos, que lutavam por negar seu passado marxista, de **nouveaux philosophes** francese a brilhantes romancistas latino-americanos. Quando o neoliberalismo tornou-se conhecido como nova ideologia, transbordou seu modelo Reagan/Thatcher de mentalidade estreita, para se moldar numa série de expressões adaptadas a culturas específicas; instituiu rapidamente uma nova hegemonia ideológica”³⁰⁵.*

Essa nova “ideologia” neoliberal vai chegar no Brasil com um relativo atraso³⁰⁶. O Chile começou sua experiência piloto na década de 70 com a ditadura de Pinochet. Na Inglaterra, Margareth Thatcher havia privatizado as minas estatais, o símbolo da tradicional classe operária inglesa, os mineiros. Igualmente a Bolívia a partir de 1985 e a Argentina com o primeiro governo Menem, em 1989.

Fizemos essa introdução para chegar ao ponto que realmente nos interessa, que é localizar o início do neoliberalismo no Brasil e as conseqüências que tiveram para o conjunto do movimento operário e sindical e para o movimento operário na

³⁰⁵ . Cf. CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**, vol. I. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (A Era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1), pp. 184-185.

³⁰⁶ . Cf. BOITO JÚNIOR, Armando. Op. Cit., pág. 11. O autor nos diz: “O neoliberalismo brasileiro é ‘tardio’ frente aos demais países da América Latina, e embora o primeiro governo FHC tenha acelerado sua implantação, essa política está longe de ter esgotado suas possibilidades no Brasil”. Não esqueçamos que o edição desta obra é de 1999, e que no segunda mandato de FHC as privatizações avançaram em grau considerável.



ALBRAS e na ALUNORTE, em particular. A privatização da CVRD foi o ponto máximo da “ideologia” neoliberal.

Como falamos acima, o neoliberalismo torna-se realidade quando governos de carne e osso lançam-se a implementá-lo. Mas sua implementação depende de condições políticas e de uma correlação de forças entre as classes sociais que o permitam. É justamente isso que vai acontecer em nosso país a partir de 1990. Isso só vai ser possível por conta da derrota do projeto da classe trabalhadora nas eleições de 1989, que tinha em Lula sua principal expressão.

A vitória de Collor de Melo nas eleições presidenciais vai iniciar a etapa neoliberal no Brasil. Antes de Collor, o governo Sarney havia tentado³⁰⁷, mas o ascenso da classe trabalhadora o fez retroceder, inclusive em plena campanha eleitoral de 1989, quando Lula foi publicamente à televisão se colocar contra a privatização da Mafersa. O governo teve que retroceder em seu intento.

Sob novas condições políticas o governo Collor vai colocar em prática, mesmo que timidamente, a ideologia neoliberal³⁰⁸. Seu primeiro ato vai ser aprovar a Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990, que institui o Programa Nacional de Desestatização, cujos objetivos são declarados logo no Art. 1º:

I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;

³⁰⁷ . O que ocorreu no final do governo Sarney na década de 80 foi o que o BNDES chamou de “reprivatização”. Foram “reprivatizadas” 38 empresas, sendo arrecadados US\$ 780 milhões. Eram empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado, na maioria dos casos, devido a dificuldades financeiras. Mas não havia ainda por parte do governo a intenção de implementar um programa em larga escala de privatização, pois, como já estudamos acima, não havia condições políticas devido ao ascenso do movimento operário e dos movimentos populares como um todo.

³⁰⁸ . Antunes chamaria a este período neoliberal iniciado por Collor de “aventureiro” em contraposição à “racionalidade” dos tucanos. Cf. ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados; pág. 1 (Apresentação). Entretanto, é bom que se diga que, por mais “aventureiro” que tenha sido, com seus traços “bonapartistas”, Collor conseguiu privatizar 18 empresas estatais, inclusive a Usiminas.



II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;

III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.³⁰⁹

Esta Lei vai começar a ganhar corpo com a edição do Decreto 99.464 de 16.08.90, que vai destacar as prioridades do governo no processo de privatização das empresas estatais. As prioridades do governo Collor, conforme este Decreto, concentram-se nos setores siderúrgicos, petroquímicos e de fertilizantes. O Artigo 2º do Decreto deixa mais claro que empresas serão privatizadas:

“Art. 2º Ficam incluídas no Programa Nacional de Desestatização, para os fins e efeitos da Lei nº 8.031, de 1990:

I – a Companhia Siderúrgica do Nordeste – COSINOR;

II – a Aços Finos Piratini S.A.;

III – a Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST;

IV – a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;

V – a Usiminas Mecânica S.A. – USIMEC;

VI – a Mafersa Sociedade Anônima;

³⁰⁹ . Cf. LEI Nº 8. 031. **DOU**, 13.04.1990.



VII – a Companhia Petroquímica do Sul – COPESUL;

(Fls. 2 do Decreto que dispõe sobre prioridades, inclusões no Programa Nacional de Desestatização e designação do Gestor do Fundo Nacional de Desestatização).

VIII – as participações acionárias da Petrobrás Química S.A. – PETROQUISA nas companhias de segunda geração que integram o Pólo Petroquímico de Triunfo;

IX – a participação acionária da Petrobrás Química S.A. – PETROQUISA na Companhia Petroquímica do Nordeste – COPENE;

X – as participações acionárias da Petrobrás Química S.A. – PETROQUISA nas companhias de segunda geração que integram o Pólo Petroquímico de Camaçari;

XI – a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. – ICC;

XII – a Goiás Fertilizantes S.A. – GOIASFÉRTIL; e

XIII – a Mineração Caraíba Ltda.³¹⁰.

Os decretos e leis do governo Collor que atacavam as empresas estatais, colocando-as sob a mira da privatização, encontravam resistência em várias categorias nacionais de trabalhadores. Nos meses de maio a novembro de 90 os jornais e revistas do país inteiro relatavam as greves que ocorriam em eletricitários, Furnas, petroleiros, bancários, CSN (greve esta que durou quase um mês e teve o apoio explícito de Lula), dentre outras. Todas estas greves reivindicavam a reposição das perdas salariais e a inflação do período, que estava em mais de 150% - lembremos que na greve da ALBRAS, ocorrida em agosto de 90, os metalúrgicos reivindicavam 166% de perdas salariais. Mas, estas greves também colocavam como centro de suas propostas a não privatização das empresas estatais.

O fato é que, nos quase três anos em que permaneceu no Governo, Collor de Melo havia seguido à risca a orientação dos organismos internacionais (FMI, OMC, Banco Mundial) de desregulamentação da economia, abertura do país para a concorrência internacional e principalmente, de privatizações de empresas estatais. Segundo o BNDES, durante o governo Collor 68 empresas foram incluídas no programa de desestatização, sendo que apenas 18 foram de fato privatizadas nos

³¹⁰ . Cf. DECRETO n° 99.464. **DOU** 17.08.90.



setores da siderurgia, fertilizantes e petroquímica. Entretanto, duas grandes empresas siderúrgicas, como a Usiminas, haviam sido entregues ao capital privado. O montante arrecadado no período com essas 18 privatizações foi de US\$ 4 bilhões³¹¹.

Mesmo com o impeachment de Collor em setembro de 92, onde o movimento de massas faria sua última e grande manifestação do período, o processo de privatização continuou com a posse do vice-presidente Itamar Franco. No período em que permaneceu na presidência da república o governo Itamar concluiu a privatização do setor siderúrgico e, ao todo, foram privatizadas 15 empresas do Estado (inclusive a CSN, símbolo do nacionalismo na II Guerra Mundial), gerando uma arrecadação de US\$ 4,5 bilhões.

Com a subida ao poder da Coligação PSDB/PFL (dois grandes partidos da burguesia brasileira) tendo Fernando Henrique Cardoso como candidato, o processo de privatização se acelera, desta vez atingindo o serviço público e suas concessões.

Há uma mudança de qualidade no processo, desde os quadros que são chamados para compor o governo e estruturar a Reforma do Estado – como Bresser Pereira – até o perfil do presidente, que como intelectual e sociólogo, assume inteiramente a opção neoliberal. A “Social-democracia”³¹² brasileira aceita o neoliberalismo como opção ideológica, bem diferente do que dizia Castells (1999), ao defender os “ex-esquerdistas”, de que

“a guinada irônica da história política é que os reformadores que implantaram a globalização, no mundo inteiro, provinham da esquerda na sua maioria, rompendo com o passado de defensores do controle governamental da economia. Seria um erro considerar

³¹¹ . Cf. WWW.bndes.gov.br/privatização/resultados.

³¹² . Não se deve confundir a “social-democracia” do PSDB, que é um partido ligado a setores da burguesia bancária, com a Social-Democracia que dominou o movimento operário por décadas e décadas na Europa.



*isso uma prova de oportunismo político. Pelo contrário, foi realismo acerca dos novos acontecimentos econômicos e tecnológicos, e a percepção da maneira mais rápida de tirar as economias de sua estagnação relativa*³¹³.

O Plano Diretor da Reforma do Estado³¹⁴, um documento com nove capítulos, fundamentando a necessidade dessas reformas, justificando as privatizações e controle mínimo do Estado sobre os serviços públicos, será primeiro ato do governo Fernando Henrique, com o apoio de Bresser Pereira. Os dois intelectuais estão afinados com as reformas neoliberais. No Plano Diretor da Reforma do Estado, as privatizações, assim como a reforma da previdência que foi efetivada pelo governo Lula em 2003, ganhavam um fundamento “teórico”. A burguesia parecia ter encontrado sua “racionalidade burguesa”, segundo Antunes³¹⁵.

Nem Weber foi considerado pelos neoliberais neste documento, pois segundo eles, o Estado burocrático racional-legal deveria dar lugar ao “Estado Gerencial”. A Forma de burocracia defendida por Weber (1994; 1999b) para o Estado Moderno já estaria envelhecida diante dos avanços da “globalização”; a burocracia enquanto processo precisava dar lugar a uma burocracia mais efetiva e ágil, o que se conseguiria plenamente com as reformas neoliberais do Estado Brasileiro. É o próprio Fernando Henrique Cardoso quem o diz na apresentação do documento:

“Este ‘Plano Diretor’ procura criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais. No passado, constituiu grande avanço a implementação de uma administração pública formal, baseada em princípios racional-burocráticos, os

³¹³ . Cf. CASTELLS, Manuel. Op. Cit., pág. 186.

³¹⁴ . Cf. www.planejamento.gov.br/Gestao/caonteudo/publicacoes, novembro de 1995.

³¹⁵ . Cf. ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal**; pág. 37. Para ser mais preciso ele nos diz: “O Programa Collor, eliminado seu traço aventureiro e bonapartista, foi reimplementado pelo outro Fernando, com a racionalidade burguesa de um país cuja burguesia foi sempre destituída de qualquer sentido progressista. O resultado foi um monumental processo de privatização, desindustrialização, ‘integração servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional”.



quais se contrapunham ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao nepotismo, vícios que ainda persistem e que precisam ser extirpados. Mas o sistema introduzido, ao limitar-se a padrões hierárquicos rígidos e ao concentrar-se no controle dos processos e não dos resultados, revelou-se lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o País passou a enfrentar diante da globalização econômica...³¹⁶

Outro ato do governo Fernando Henrique será a alteração da Lei nº 8.031 de 12.04.90, substituindo-a pela Lei 9.491 de 9 de setembro de 1997, onde, além de deixar mais claro o compromisso com a privatização nos serviços públicos, cria o Conselho Nacional de Desestatização, substituindo a antiga Comissão Diretora do Programa de Desestatização do governo Collor. Há também uma sutileza ideológica ao retirar da Lei a expressão “privatização”, como forma de amenizar o impacto sobre setores da classe média e do povo. Soa bem mais dócil aos ouvidos a palavra “desestatização” do que “privatização”. Na verdade, não houve mudanças significativas com a Lei anterior, e a revogação da Lei 8.031/90 serviu mais para afirmar o perfil próprio do novo governo e sua adequação aos organismos internacionais, pois haveria uma ofensiva também em relação aos bancos estaduais. A título de comparação citamos os dois primeiros artigos da Lei 9.491/97:

Art 1º O Programa Nacional de Desestatização - PND tem como objetivos fundamentais:

I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada **atividades indevidamente exploradas pelo setor público**(grifo nosso);

II - contribuir para a reestruturação econômica do setor público, especialmente através da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida;

III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV - contribuir para a reestruturação econômica do setor privado, especialmente para a modernização da infra-estrutura e do parque industrial do País, ampliando sua

³¹⁶ . Idem Ibidem.



competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, inclusive através da concessão de crédito;

V - permitir que a Administração Pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.

Art 2º Poderão ser objeto de Desestatização, nos termos desta Lei:

I - empresas, inclusive instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, instituídas por lei ou ato do Poder Executivo;

II - empresas criadas pelo setor privado e que, por qualquer motivo, passaram ao controle direto ou indireto da União;

III - serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização;

IV - instituições financeiras públicas estaduais que tenham tido as ações de seu capital social desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.

V - bens móveis e imóveis da União. **(Redação da MPV No 2.161-35, 23.08.2001)**

1º Considera-se desestatização:

a) a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade;

b) a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados pela União, diretamente ou através de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade.

c) a transferência ou outorga de direitos sobre bens móveis e imóveis da União, nos termos desta Lei. **(Redação da MPV No 2.161-35, 23.08.2001).**

A nova fase das privatizações inaugurada pelo governo Fernando Henrique vai atingir em cheio os serviços públicos, além de entregar uma das mais rentáveis companhias mineradoras do mundo, a CVRD. Segundo o BNDES entre os anos de 95 a 96 *“inicia-se uma nova fase do PND, em que serviços públicos são transferidos ao setor privado. A agenda inclui os setores de eletricidade e concessões na área de transporte e telecomunicações...Esta nova fase também é caracterizada pelo início do processo de*



*desestatização de empresas estaduais...*³¹⁷. Nesse período 19 empresas serão privatizadas, totalizando uma arrecadação de US\$ 5,1 bilhões.

Nos anos de 97 e 98, os dois últimos anos do primeiro governo FHC, o processo de privatização seguiria a passos largos, desta vez com a entrega da maior Estatal Mineradora da América Latina, a CVRD, e com o início da privatização das telecomunicações, além da entrega das empresas estaduais de energia elétrica e de bancos Estaduais como o Meridional do RS. Até 31.12.97 havia sido arrecadado com a privatização da CVRD e outras empresas menores US\$ 4,265 milhões; com a venda de empresas de energia elétrica e Telecomunicações Estaduais, a cifra atingira até 31.12.97 US\$ 14,9 bilhões.

Nas empresas de telecomunicações do governo federal tinha-se arrecadado o valor de US\$ 4 bilhões. Em 98 o governo federal vendeu as 12 *holdings*, criadas a partir da cisão do Sistema Telebrás, arrecadando cerca de R\$ 22.057 bilhões e o ágio médio foi de 53,74% sobre o preço mínimo. Outra importante empresa do setor elétrico estadual foi privatizada, as Centrais Elétricas Geradoras do Sul S/A – GERASUL, com uma arrecadação de US\$ 800,4 milhões; também privatizou-se a Malha Paulista e a última ferrovia federal, que rendeu US\$ 205,73 milhões. Encerrava-se assim a primeira onda do governo Fernando Henrique.

Com a reeleição de Fernando Henrique em outubro de 1998, o capital financeiro internacional tranqüilizou-se, pois estaria garantido a entrega de mais empresas estatais para o setor privado. Se no ano de 99 aconteceram privatizações, foi no ano 2000 que o governo obteve os melhores resultados arrecadando R\$ 19,9 bilhões (US\$ 10,7 bilhões), incluindo dívidas transferidas no

³¹⁷ Cf. www.bndes.gov.br/privatização/resultados, pág. 2.



valor de R\$ 517 milhões. Dessa vez atacou-se um símbolo nacional, a Petrobrás, ao se colocar à venda parte importante do controle acionário da empresa, tanto no Brasil como no exterior, perfazendo uma arrecadação de R\$ 7,2 bilhões (US\$ 4,0 bilhões).

No âmbito estadual continuaram as privatizações de empresa de energia elétrica, como a Celpa no Pará, a Celpe de Pernambuco, arrematada por R\$ 1,78 bilhão (US\$ 1,0 bilhão) e de saneamento, dos bancos estaduais, como o Banespa, comprado pelo espanhol Santander pelo valor de R\$ 7,0 bilhões. Nos anos de 2001 e 2002 havia poucas empresas para privatizar e conclusão de outras, como o Leilão de 78 milhões de ações ordinárias da CVRD, corresponde a um total de US\$ 1.896,6 milhões, tendo sido esta considerada a maior operação de venda de ações realizada no Brasil em número de compradores.

3.5.1 – A privatização da CVRD: um capítulo à parte

Por nosso objeto de estudo estar inserido no grupo Vale do Rio Doce, queremos aprofundar um pouco mais o processo de privatização da CVRD. Para nós é importante vislumbrar neste episódio as conseqüências diretas sobre as relações de trabalho que passarão a ser vivenciadas na ALBRAS e na ALUNORTE a partir de então.

A venda da CVRD foi uma das privatizações mais difíceis do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Estava em jogo um patrimônio nacional de bilhões de reais e bilhões de toneladas de minérios no subsolo brasileiro, principalmente o aço e a bauxita. O governo encontrou a oposição de amplos



setores da sociedade brasileira, desde o movimento sindical, ONG's, parlamentares, e inclusive intelectuais de renome. Foram mais de 100 ações populares de todo o Brasil, concentradas na 4ª Vara Federal em Belém do Pará.

Parlamentares, sindicalistas, personalidades, ninguém aceitava os argumentos de que a venda da CVRD era para desenvolver o país e melhorar os serviços públicos, através da diminuição da dívida pública.

A CVRD atua em 14 Estados da Federação, possui 9 mil quilômetros de estrada de ferro, é proprietária de 10 Portos e está presente nos cinco continentes. É detentora de importantes e estratégicas jazidas de minérios, como nióbio, urânio, ouro, manganês, sendo que alguns destes minerais possuem reservas somente em solo brasileiro. A CVRD é líder mundial no mercado de minério de ferro e a segunda maior produtora integrada de manganês e ferroliga.

Um dos principais argumentos que as entidades sindicais, ONG's, parlamentares e personalidades colocavam para impedir a venda da CVRD era que o preço da Estatal estava sub-avaliado. O preço pelo qual a ex-estatal foi arrematada em Leilão foi de R\$ 3,3 bilhões. No dia 6 de maio de 1997, na cidade do Rio de Janeiro, apesar dos protestos no país inteiro, a CVRD foi vendida.

As irregularidades se mostraram desde o início do processo, inclusive com manobras na avaliação do preço da companhia. Uma das mais visíveis foi a atuação da empresa Merrill Lynch, responsável pela sub-avaliação da Vale, como acionista, na época, do grupo Anglo American, concorrente direta da própria CVRD. A Merrill Lynch teria repassado informações estratégicas aos compradores antes da venda. Além disso, ela teria infringido a legislação pelo fato do grupo Anglo American ter participado do processo e venda através da empresa Projeta



Consultoria Financeira S/C LTDA, caracterizando vínculo ilegal entre a organização autora do projeto e um dos licitantes³¹⁸.

Na avaliação do preço feita pela empresa Merrill Lynch esta teria usado uma base de cálculo equivocada ao tomar o preço das ações da Vale na época, que estavam na casa dos R\$ 26 e multiplicaram pelo número de ações vendidas. A empresa foi avaliada em R\$ 10 bilhões e a transação, que envolveu 41% das ações foi efetuada pelo valor de R\$ 3,3 bilhões³¹⁹.

Outro fato foi a omissão pela Merrill Lynch do real volume das reservas lavráveis em poder da CVRD. Segundo informações da própria Vale à empresa norte-americana *Securities and Exchange Commission*, as reservas de minério de ferro de Minas Gerais e de Serra de Carajás eram em 1995 de 12.888 bilhões de toneladas. No Edital de privatização constou como reserva da CVRD em Minas Gerais apenas 1,4 bilhão de toneladas, quando o declarado em 1995 era de 7,198 bilhões. No Edital, o total anunciado foi de reservas de 3,2 bilhões de toneladas, muito abaixo da avaliação anterior³²⁰.

Todas essas irregularidades foram se avolumando em mais de 100 ações judiciais espalhadas pelo país inteiro, que, como já falamos, centravam-se basicamente em torno da avaliação do preço da estatal. Havia muitas especulações sobre o preço real da companhia. Uns falavam em R\$ 24 bilhões outros em R\$ 40 bilhões; o fato é que na avaliação dos movimentos sociais, dos parlamentares que formavam a Frente Parlamentar, intelectuais, a Vale foi entregue “a preço de banana”.

³¹⁸ . Cf. VALENTE, Jonas. **Parlamentares apóiam revisão do processo de privatização**. Disponível em: www.cartamaior.org.br. Acessado em: 01.01.2007.

³¹⁹ . Idem Ibidem.

³²⁰ . Cf. MOREIRA, Gilvander (frei). **Pela Reestatização da CVRD**. Disponível em: www.feab.org.br. Acesso em: 01.01.2007.



A indignação encontrou eco também na sociedade paraense, através do movimento sindical e de intelectuais comprometidos com a Amazônia. Lúcio Flávio Pinto chegou a escrever alguns anos depois que o Brasil fez “um péssimo negócio ao leiloar – e vender como vendeu – a CVRD”. Em seu artigo “Tem gato na sociedade”³²¹ denuncia de forma veemente as manobras, fraudes e negociatas que foram feitas na privatização da maior mineradora do país e da América Latina. E se perguntava, à época, quem é que de verdade tinha o controle acionário da CVRD, visto que muitos “laranjas” atuaram no processo. *“Tudo indica que fundos de ações foram apenas testas-de-ferro ou ‘laranjas’ para empresas estrangeiras, especificamente para mineradoras concorrentes diretas ou laterais da CVRD no cenário mundial...”*³²².

Também o argumento de que a venda da CVRD iria, segundo as Leis 8.031/90 e 9.491/97, “contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público”, não convenceu o movimento sindical e os que se opunham à privatização, visto que três anos após a privatização, a dívida pública atingia o patamar de R\$ 500 bilhões, chegando hoje a R\$ 1 trilhão, enquanto que o total arrecadado com as privatizações chegou a apenas R\$ 60 bilhões (vale lembrar que este era o valor da dívida pública brasileira no início do primeiro governo de Fernando Henrique).

A privatização da CVRD encerrava um dos mais importantes ciclos do neoliberalismo em nosso país, que foi a venda de empresas diretamente produtivas. A Petrobrás, por se o símbolo maior do nacionalismo brasileiro, ficaria para um segundo round, mas o governo neoliberal a havia enfraquecido, com a venda das

³²¹ Cf. PINTO, Lúcio Flávio. ***CVRD: A sigla do enclave na Amazônia – as mutações na Estatal e o Estado imutável no Pará***. Belém: Cejup, 2003 (Coleção Amazônia); pp. 15-17.

³²² . Idem Ibidem, pág. 17.



ações e com os leilões de áreas para serem exploradas, introduzidos pelo governo Fernando Henrique em 1997³²³.

Em termos marxistas, a privatização da CVRD mudaria radicalmente as relações sociais de produção na empresa. Mudaria também a forma como os trabalhadores e os sindicatos se enfrentariam com a empresa. Ou seja, mudaria a vida produtiva da empresa em termos de poder, aquilo que Marx chamaria de “despotismo da fábrica privada”³²⁴.

3.6 – Relações de Trabalho e processo produtivo após a privatização da CVRD

Como adiantamos acima, a privatização da CVRD trouxe conseqüências diretas na maneira como os homens e mulheres iriam se relacionar no espaço fabril. Houve uma mudança nas relações sociais de produção. As relações sociais de produção “*são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho*”³²⁵.

³²³ . O curioso é que este debate veio à tona no segundo turno das eleições de 2006 entre Lula e Alckmin. Mas, da parte do PT e de Lula era mais uma “saudação à bandeira” do que um compromisso perante o povo. A denúncia contra os tucanos de que privatizaram o país não se traduziu no governo Lula na reversão de nenhuma privatização; ao contrário, foi privatizada a Previdência dos Servidores Públicos, foram privatizados bancos estaduais, como do Maranhão e Ceará; continuaram os Leilões da Petrobrás para a entrega de Blocos inteiros ao capital privado nacional e multinacional; foram instituídas as PPP’s (Parcerias Público-Privada), tudo no melhor estilo neoliberal.

³²⁴ . Cf. MARX, Karl. **O Capital**; Livro I , Vol. I; pág. 408. Diz Marx: “*Na sociedade em que rege o modo capitalista de produção, condicionam-se reciprocamente a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho*”.

³²⁵ . Cf. BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1988; pág. 157.



A nível geral Marx já havia colocado essa questão no Prefácio de sua Contribuição à Crítica da Economia Política ao afirmar que

“na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais”³²⁶.

É verdade que a composição acionária da CVRD não era 100% estatal³²⁷, que grupos privados nacionais e internacionais intervinham diretamente nas resoluções produtivas da companhia, principalmente em se tratando de empresas de países imperialistas, como é o caso do Japão, no caso da Albrás e da Alunorte. Mas, era um fato de que a maioria do controle acionário da CVRD pertencia ao Estado brasileiro, e conseqüentemente, ao povo brasileiro que paga os impostos, independentemente das discussões que fazamos acerca do caráter de classe do Estado brasileiro, que, em última instância, serve aos interesses da burguesia enquanto classe social.

Mas, ao passar a ser dirigida cem por cento por grupos capitalistas privados nacionais e internacionais, há uma mudança de qualidade, que passará a interferir a partir de então nos destinos da empresa e das fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE, objeto de estudo do nosso trabalho.

De certa maneira a CVRD, mesmo sendo estatal, já se sobressaía em muito em relação aos empresários privados de nossa região por conta da aplicação de métodos modernos da gestão de trabalho, principalmente o Controle de Qualidade

³²⁶ . Cf. MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983 (Novas Direções); pág. 24.

³²⁷ . Mas é importante destacar que na primeira etapa de sua existência (1942 a 1990), antes da onda neoliberal invadir a empresa, 90,91% das ações da CVRD eram do governo federal. Cf. **MINAYO**, Maria Cecília de Souza. Op. Cit.,pág. 25-26.



Total, na versão toyotista. Desde 1990, a CVRD já vinha utilizando o método “flexível” no processo de trabalho, incidindo diretamente na redução do quadro de pessoal. Minayo (2004) já havia detectado isso no estudo que fez nas minas de Itabira – MG, onde dava conta de que em 1990 (ano do início do enxugamento programado da força de trabalho) existiam 4.189 postos de trabalho, passando para 2.112 em 1997 e, em 1999, dois anos após a privatização, os postos de trabalho se reduziam a 1.701, chegando finalmente a 1.638 e, 2004³²⁸. Ao mesmo tempo, a produção mineral aumentava de 31.623.063 milhões em 1990, para 36.636.586 toneladas de minério, em 1999.

Este processo já vinha se dando na ALBRAS, conforme o estudo de Carmo, e nossas pesquisas, com uma substancial redução do quadro de pessoal³²⁹. Ou seja, já se preparava o caminho para a privatização com um enxugamento considerável do número de trabalhadores. Isso significa que não só foram introduzidos novos métodos de trabalho, mas houve incremento de tecnologia e principalmente, aquilo que Marx (1996) chamava a intensificação do processo de trabalho ou mais-valia relativa.

A privatização da CVRD e, por conseguinte, de suas empresas como a ALBRAS e ALUNORTE intensificou o ritmo e a exploração do trabalho. Um dos dados que nos autoriza a concluirmos desta maneira está na própria tabela 13 (p.151), onde em 1996 havia um contingente de 1.739 trabalhadores na ALBRAS, sendo que em 2000 esse número havia sido reduzido para 1.306 trabalhadores. Ou seja, há, após a privatização da CVRD, a demissão de 433 operários, uma redução de 25% do quadro de trabalhadores da ALBRAS. Ao haver uma diminuição

³²⁸ . Cf. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Op. Cit., pág. 289.

³²⁹ . Cf. CARMO, Eunápio Dutra do. Op. Cit., pág. 137.



expressiva no número de trabalhadores e ao manter-se – e até aumentar – o ritmo de produtividade, conforme a tabela 14, só nos resta concluir que houve um aumento no nível de exploração dos operários, expresso na intensidade do ritmo de trabalho, na maior operacionalidade das máquinas, na intensificação dos CCQs e na mudança do trabalho dos turnos, que vai ser um retrocesso para os operários da ALBRAS.



4. MOVIMENTO OPERÁRIO E A LUTA CONTRA A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS FÁBRICAS DA ALBRÁS E DA ALUNORTE

4.1 – Retomada do Movimento Operário no Brasil: 1978-1989

O ano de inauguração da fábrica de alumínio da Albrás (1985), coincidentemente, é o ano em que o país entrava definitivamente em seu período democrático, depois de vinte longos anos de ditadura militar. Iniciava-se a transição para a democracia burguesa, depois que grandes manifestações de ruas pelas Diretas Já haviam mudado o plano dos militares de continuar no poder.

Na verdade, foi a culminação de um período que se iniciou com a “rebeldia do trabalho”³³⁰, no ABC Paulista, em maio de 1978, através da greve da Scania. Abria-se um período de ascenso do movimento operário metalúrgico que seria ininterrupto até 1980, quando Lula e vários dirigentes sindicais são presos pelo regime militar. Esse tempo foi suficiente para os trabalhadores construírem sua ferramenta política, o Partido dos Trabalhadores. O exemplo dos metalúrgicos foi tomado por outras categorias, inclusive servidores públicos federais, que eram proibidos de fazer graves.

Esse ascenso operário que tomou conta do país, destroçando os antigos pelegos sindicais, deu origem no dizer de Antunes (1995), ao “Novo Sindicalismo”. É o próprio Antunes quem descreve esse novo sindicalismo:

“Os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o

³³⁰ . Título dado por Ricardo Antunes ao seu livro no qual analisa as greves no ABC paulista, no período de 1978-80. O título completo é: ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. 2ª ed. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 1992.



*avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos dos índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988 etc., só para mencionarmos, no universo do mundo do trabalho e, em especial, no âmbito sindical, as diversas alterações vivenciadas*³³¹.

Quando ele fala do nascimento das centrais sindicais é preciso que se faça referência à principal central fundada pelos trabalhadores nesse período: a CUT – Central Única dos Trabalhadores. Foi através da CUT que o “novo sindicalismo” encontrou uma base sólida para suas aspirações. Em agosto de 1983, ano de fundação da CUT, o movimento sindical brasileiro dividia-se irremediavelmente entre sindicalismo combativo e os “pelegos”. A CUT nasceu tão à esquerda que no capítulo I de seu Estatuto, “Dos Objetivos Fundamentais”, o “socialismo” era uma meta a ser perseguida, conforme lemos:

*“A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”*³³².

Essa esquerdização da CUT e do movimento operário no início da década de 80 vai assustar inclusive as outras correntes sindicais identificadas com o PCB e com o PC do B, além dos pelegos clássicos como Joaquinção. Todos esses setores irão boicotar o Congresso de fundação da CUT, pois tinham clareza que seriam minoria na direção da Central. Eles organizarão um Congresso em Praia Grande –

³³¹ . Cf. ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2ª ed. Ver. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1995; pág. 11.

³³² . Cf. CUT. **Estatuto**. São Paulo, agosto de 1999; págs. 7-8.



SP, onde será fundada a CONCLAT, que depois se transformará em CGT³³³. Boito Júnior também vai dizer que “a CUT, durante a década de 80, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro”³³⁴.

Enquanto no plano exterior, inicia-se uma onda reacionária no capitalismo mundial, através da implantação de medidas neoliberais com Reagan nos Estados Unidos e Margareth Teatcher na Inglaterra, como frisou Antunes, o Brasil, por conta do que Trotsky chamou a “*lei do desenvolvimento desigual e combinado*”³³⁵, vive um momento de ouro do sindicalismo. Este período é ricamente narrado por Antunes (1995), Salvador Sandoval (1994) e Boito Júnior (1999).

É o período em que as greves crescem numa proporção nunca vista antes, a tal ponto que em 1987, ocorreram 2.259 paralisações, e em 1989, o recorde de todos os anos, antes da onda neoliberal, 3.164 greves³³⁶. Foi o período também em que a categoria “*greve geral*” se incorporou definitivamente na geração de operários e trabalhadores do período, ocorrendo em toda a década de 80 cerca de quatro greves gerais, todas elas dirigidas pela CUT³³⁷.

A história da instalação da fábrica da ALBRAS, no coração da Amazônia Oriental, se confunde com esse rico período da vida do sindicalismo brasileiro. Ainda mais porque o Estado do Pará vai estar na vanguarda de organização da CUT, tendo o primeiro vice-presidente saído dos meios rurais, o sindicalista Avelino Ganzer, refletindo também o ascenso que se passava no campo. A CUT vai nascer

³³³ . Cf. ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**; pág. 30.

³³⁴ . Cf. BOITO JÚNIOR, Armando. **A Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. SP: Xamã, 1999; pág. 132.

³³⁵ . Cf. TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Especificamente o capítulo I, “Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”; Cf. também NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e combinado da Sociedade**, 1988.

³³⁶ . Cf. SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil – 1945-1990**. São Paulo: Editora Ática, 1994; pp. 160-161.

³³⁷ . Cf. BOITO JÚNIOR, Armando. Op. cit., pág. 133.



com força no Estado e influenciará os destinos do sindicalismo paraense, inclusive a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, que se filiará desde o primeiro instante a Central Única dos Trabalhadores.

É nesse período que os operários da Albrás vivenciarão as lutas mais importantes da história do movimento sindical no Pará, principalmente a greve de agosto de 1990, onde conquistarão direitos econômicos e sociais importantíssimos.

4.2 – A Greve de 1990 na Albrás

Na única e histórica greve que os operários da Albrás realizaram, em agosto de 1990³³⁸, vimos na essência o que significa a categoria marxista de “luta de classes”. Piquetes de greve, assembléias democráticas, apoio dos familiares e solidariedade de sindicatos *versus* intransigência do Estado e dos patrões capitalistas (a fábrica é uma joint-venture, a maioria do capital, 51%, é da CVRD e 49% dos capitalistas japoneses) repressão policial e propaganda ideológica contra os grevistas.

Para entender por que os operários da ALBRAS recorreram ao método clássico de luta do movimento operário, a greve³³⁹, é preciso analisar alguns elementos da situação histórica do Brasil da época.

³³⁸ . Segundo pudemos constatar nas entrevistas realizadas com operários e dirigentes sindicais, o Simetal aderiu ao chamado da CUT da greve geral de março de 1989. Mas, segundo os entrevistados, a greve sequer chegou a nascer, visto que era uma coisa distante dos trabalhadores. No primeiro dia ainda houve manifestação do sindicato em frente à empresa, atraso de turno, etc. mas, no segundo dia a fábrica da Albrás funcionou normalmente. Por isso consideramos a greve de agosto de 90, como a única greve, de fato, realizada pela categoria metalúrgica.

³³⁹ . Segundo ANTUNES, Ricardo. **A Rebelião do Trabalho**; p. 190, “a palavra greve tem sua origem na expressão *Place de Greve*, local onde os parisienses sem trabalho costumavam se reunir, no século XIX, enquanto não obtinham as condições reivindicadas para que pudessem exercer suas atividades(...)Georg Lefranc acrescenta que a palavra greve apareceu no Dicionário da Academia Francesa pela primeira vez em 1877, depois do êxito de um “poema” de François Coppée, *La Greve des Frogerons*. Desde o início do século XIX o termo greve começou a designar o cessar voluntário e



Como já falamos anteriormente, o Brasil vinha de um ascenso operário generalizado que se iniciou com as greves dos operários do ABC-SP, trouxe em seu bojo o funcionalismo público e depois toda a sociedade brasileira, que culminou com a campanha das Diretas Já, onde a ditadura militar vivia sua última agonia. Removido o obstáculo maior, o regime militar, trabalhadores, camponeses e o povo sentiram-se mais livres para iniciar a construção de sindicatos, associações civis, movimentos sociais (como o MST), centrais sindicais e todos os organismos associativos possíveis. Surge na acepção de Antunes (1995a), o “*novo sindicalismo*” – termo buscado em Hobsbawm³⁴⁰ - que vai ter na CUT e no PT sua principal força.

As greves vão se tornar, a partir de então, um fenômeno “naturalizado” ou no melhor estilo durkheimiano, “um fato social”. A sociedade brasileira, os trabalhadores e o povo explorado em particular, inaugurarão uma situação que o marxismo e Lênin chamariam de “revolucionária”³⁴¹, onde uma das características dessa situação é um “*desenvolvimento acentuado da atividade das massas, que se deixam saquear tranquilamente nos períodos ‘pacíficos’, mas que, nos períodos agitados, são empurradas, tanto pela crise de conjunto como pela própria cúpula, para uma ação*

coletivo do trabalho visando melhorias materiais. Ainda que essa seja a explicação tradicionalmente aceita, Lefranc a problematiza, remetendo-a à forma **griès**, palavra que se encontra no livro de Ofícios de Etienne Boileau e que significa prejuízo. Ver Lefranc, G.. *La Huelga: História y Presente*, Laia Barcelona, 1975, pp. 7-9 e 227. Cf. também ABRAMOWICZ, Betty S. **O Que todo cidadão precisa saber sobre greves**. 2ª edição, São Paulo: global, 1986 (Cadernos de educação política. Série trabalho e capital; 1).

³⁴⁰ . Cf. HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Oficinas de história; v. 2). Especificamente o capítulo 9: O Novo Sindicalismo em perspectiva; pp. 221-227. A comparação que Antunes faz é sugestiva, pois quando Hobsbawm fala em “novo sindicalismo” se refere a um período extraordinário do movimento operário inglês, os anos de 1889-90, que iniciou com uma greve portuária e se espalhou para outros setores, chegando entre 1888 e 1890 ocorrerem 2.400 paralisações e 11 milhões de homens-dias perdidos de 1889-1890; sendo que das 1.051 greves ocorridas em 1889, somente 20% foram perdidas, 45% vitoriosas e o restante resolvidas por acordo. Nesse período, o número de associados da Confederação dos Sindicatos (TUC – Trade Union Congress) cresceu em 650 mil (80 por cento) entre 1888 e 1890.

³⁴¹ . Cf. LÊNIN, Vladimir I. **A Falência da II Internacional**. Ed. Kairós, parte II, pág. 27. Apud MORENO, nahuel. **As Revoluções do Século XX**. Câmara dos Deputados, Brasília, 1989



*histórica independente*³⁴². É exatamente isso o que vimos no Brasil no período de 1985 a 1990, com a derrubada da ditadura militar e a entrada em cena do movimento operário e sindical, com suas greves intermitentes³⁴³, que estouravam a todo momento, a qualquer hora.

Fato significativo desse período, também, é uma greve que acontece no coração da CVRD, em Minas Gerais, no ano de 1989, na mina de ferro de Itabira. A história desta greve é muito bem contada por Minayo (2004)³⁴⁴, onde a mesma centra seu estudo nas novas formas de trabalho flexíveis que começavam a ser implantadas e se cruzavam com as reivindicações operárias por melhores salários. O mais interessante, segundo a autora, é que os mineiros de Itabira não faziam uma greve desde os idos da fundação da companhia, em 1945.

Perguntamo-nos: o que levou esses trabalhadores, depois de quase meio século, a fazer a greve? Em primeiro lugar, por conta das condições objetivas da sociedade, que analisamos no parágrafo anterior, mas também por conta da defasagem salarial de 83% causada por uma inflação galopante do governo Sarney. A CVRD queria conceder apenas 16,92% e isso causou um clima de revolta nos trabalhadores, que começaram a fazer diversos movimentos que levariam à greve geral, como nos conta Minayo:

“A partir de então, os operários iniciam várias formas de protesto, dentre os quais, 10 dias seguidos de boicote aos restaurantes da CVRD e passeatas de advertência, que saem simultaneamente das minas do Cauê e da Conceição...Era noite do dia 2 de abril, um

³⁴² . Cf. também ARCARY, Valério. **As Esquinas Perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista**. São Paulo: Xamã, 2004. Particularmente o capítulo 3: O que são situações revolucionárias.

³⁴³ . No momento em que realizávamos nossa pesquisa bibliográfica, na Biblioteca do Centur, para descobrir o período da greve na Albrás, era comum nos meses de maio a setembro de 1990, em cada dia, em cada mês, em cada página, nos depararmos com uma greve nacional de categoria ou mesmo local, como por exemplo a greve da CSN, que durou quase um mês e agitou o país e os noticiários e o próprio Lula foi lá dar o apoio.

³⁴⁴ . Cf. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e Flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Especialmente a III Parte, capítulo VII: “Greve de 1989: a libertação da tutela”.



domingo, no estádio Valério Doce Esporte, lotado por cerca de 5 mil trabalhadores. Essa multidão, que constituía, à época, a quase totalidade da força de trabalho da Companhia, está em assembléia desde o início da noite. Às 00:30 horas, do dia 3, é votada por unanimidade a decretação de uma greve, num clima ao mesmo tempo de euforia e revolta”³⁴⁵.

Ainda considerando as condições objetivas da época não podemos esquecer que a greve de Itabira irrompeu logo após a Greve Geral de 48 horas de março de 1989, convocada pela CUT, onde pela primeira vez 22 milhões de trabalhadores cruzaram os braços contra o Plano Verão do governo Sarney ou cerca de 37% da força de trabalho, conforme Sandoval (1994)³⁴⁶.

Fizemos questão de citar a greve de Itabira porque ela vai repercutir de alguma maneira na consciência dos trabalhadores da CVRD em todo o Brasil e vai influenciar especificamente os operários da ALBRAS, em Barcarena. Ocorre uma “aproximação sucessiva”, assintótica, entre a consciência particular de cada trabalhador e a consciência histórica e universal do momento.

Na verdade, os operários da ALBRAS são empurrados pela situação histórica ao mesmo tempo em que contam com a consciência mais avançada perto de si, o sindicato, que vai estimular e dirigir o movimento operário para a greve. Discutiremos adiante como o elo dessa consciência se rompe por conta de uma mudança de orientação política e sindical que vem da principal direção do movimento sindical, originária do PT e que é majoritária na CUT, e que vai ter seus reflexos na direção do Simetal.

³⁴⁵ . Idem Ibidem; pág. 246.

³⁴⁶ . Cf. SANDOVAL, Salvador. Op. cit., pág. 193.



4.2.1 – A Greve: os sete dias que abalaram a Albrás

Pelo exposto, vimos que as condições objetivas da sociedade brasileira apontavam para a radicalização dos movimentos operários e de trabalhadores. A própria greve dos mineiros no coração da CVRD, em Itabira, no ano de 1989, havia influenciado positivamente no ânimo dos sindicatos da base da companhia. Havia o fator subjetivo, o Sindicato dos Metalúrgicos, fortemente influenciado pela CUT, a Central que dirigia os principais sindicatos combativos do país. Em uma curva histórica, os fatores objetivos e subjetivos encontravam-se e o resultado levaria à greve de 1990.

Para completar o desfecho que levaria à greve, bem perto dos operários da ALBRAS acontecia uma greve dos trabalhadores da construção civil, responsáveis pela ampliação das instalações do complexo Albrás-Alunorte³⁴⁷. Cerca de cinco mil operários entraram em greve no dia 14 de maio reivindicando 84,32% da inflação de março, 44% da inflação de abril e outras vantagens salariais, que somadas, chegavam a 160% de reajuste; além das outras cláusulas sociais, que no total, chegavam a 60³⁴⁸. Fato curioso é que as negociações entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a ALBRAS para o Acordo Coletivo iniciaram alguns dias depois da greve dos operários da construção civil, conforme o Jornal O Liberal³⁴⁹.

Nas negociações para o Acordo Coletivo 90/91 ia ficando claro para os representantes sindicais e para os operários que a ALBRAS não tinha nenhuma

³⁴⁷ . É importante ressaltar que os operários da construção civil têm uma tradição de greve desde a construção do complexo Albrás-Alunorte e da Vila dos Cabanos. Para uma leitura mais aprofundada ver FONTES, Edilza. **O peão de trecho e o peão de casa: a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRÁS/ALUNORTE**. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa, BRITTO, Rosyan Caldas, CASTRO, Edna (Orgs). *Energia na Amazônia*. Belém: MPEG/UFGPA/Associação de Universidades Amazônicas, 1996; 2v. pp. 335-348.

³⁴⁸ . Cf. **GREVE** na construção civil paralisa obras em Barcarena. **O Liberal**, Belém/PA, 17 de maio de 1990, Cidades, pág. 4.

³⁴⁹ . Cf. **METALÚRGICOS** e Albrás tentam obter acordo. **O Liberal**, Belém/PA, 23 de maio de 1990.



proposta econômica para oferecer. Depois de 15 dias de negociação e sem ter nenhuma proposta concreta, a empresa distribuía seu boletim na fábrica (O BIF) informando que o acordo coletivo de 89 terminaria no dia sete de junho, e que a partir daquela data todos os benefícios e vantagens sociais dos empregados seriam cortados. Diante da pressão da empresa, o sindicato denuncia o terrorismo e convoca à Assembléia Geral. Segundo Sullivan Ferreira Santa Brígida, diretor do sindicato dos metalúrgicos, *“essa proposta de adiamento das decisões e de suspender os benefícios sociais até quinta-feira significa também que a empresa quer partir para o confronto”*³⁵⁰.

A Greve não aconteceu naquele momento porque a Albrás apresentou uma contra-proposta pedindo o adiamento das negociações por 120 dias, onde se comprometia com o pagamento de 160% sobre o salário base de maio (pago em quatro parcelas, sendo 50% em 13 de junho, 30% em 2 de julho, 40% em 1º de agosto e 40% em 3 de setembro), um aumento salarial de 10% a partir de 1º de junho, além da estabilidade no emprego por 60 dias. A Assembléia dos operários, reunida no dia sete de junho, e que contou com a participação massiva de 700 trabalhadores (de um total de 2.600), decidiu aceitar a proposta e a greve não aconteceu³⁵¹.

Entretanto, como declarou Sullivan em entrevista concedida a nós, “ a greve aconteceu porque ninguém agüentava mais a situação de inflação que corroía os salários a cada mês”. De fato, em nossa pesquisa nos jornais de 1990, depois do

³⁵⁰ . Cf **ALBRÁS e metalúrgicos não chegam a acordo**. **O Liberal**, Belém/PA, 5 de junho de 1990, Cidades, pág. 2.

³⁵¹ . Cf. **ACORDO impede greve dos metalúrgicos na Albrás**. **O Liberal**, Belém/PA, sábado, 9 de junho de 1990, Cidades, pág. 5. É bom lembrar que 22 itens faziam parte da proposta do Sindicato dos Metalúrgicos. Além da reposição das perdas salariais de 166,89% e aumento real de 10%, os operários reivindicavam participação adicional nos lucros de 10%; gratificação de férias de 20% por cada ano trabalhado; revisão do plano de carreira; abono de 4,5 do salário base de junho; indenização de um salário por cada ano trabalhado em caso de demissão e a manutenção de todos os benefícios já existentes.



acordo feito, não havia nenhum sinal declarado de que a greve aconteceria; nenhuma manchete ou notícia na imprensa nos dois meses antes do movimento ser deflagrado.

Mas, havia um outro fator ressaltado por Sullivan, que se somou aos altos índices inflacionários: a nomeação de um novo presidente para a fábrica, o Guilherme Gazzola³⁵², que vai ter a tarefa do grupo Vale de começar a cortar benefícios dos trabalhadores.

Segundo Sullivan,

“na época em que nós estávamos na direção, lá, o acordo da ALBRAS chegou a ser o melhor acordo do Brasil; nós tínhamos uma série de benefícios que ainda tem, e foi exatamente o que provocou a greve de 90; nós tínhamos uma carteira de benefícios muito forte; nós tínhamos alimentação de graça, ônibus de graça, assistência médica de graça, remédio de graça, adicional noturno de 18%...Se tu pegares o acordo coletivo daquela época, melhor mesmo só o acordo coletivo da Petrobrás na época...E aí quando chegou um cidadão lá chamado (como era mesmo o nome do presidente?) Gazzola...Ele veio com a tarefa de acabar com esse negócio dessa farra; foi quando fizemos a greve e mantivemos esses benefícios; logo mais na frente nós fomos obrigados a negociar...”³⁵³

Segundo outros entrevistados, a ALBRAS, através de suas gerências e presidência, havia feito uma provocação aos trabalhadores, ao afirmar que se eles não estavam satisfeitos, se achassem que estavam de “pires na mão”, que brigassem pelos seus direitos, que fizessem greve. Foi isso que detectamos na entrevista com Gilvandro Santa Brígida, vice-presidente do sindicato dos químicos de Barcarena, na época, operário da ALBRAS:

“a gente percebe também que a greve que foi feita aqui na ALBRAS na época, foi na verdade um revide, vamos dizer assim, à arrogância da ALBRAS, dos diretores da ALBRAS, na época, que achavam que os paraenses não tinham coragem no sangue pra

³⁵² . Cf. BIF Nº 271, de 16/05/90; pág. 01. “Guilherme Gazzolla, novo presidente da ALBRAS”.

³⁵³ . Entrevista concedida na primeira semana de janeiro de 2007, em Belém do Pará.



*fazer uma greve, e naquele momento da discussão do acordo coletivo, eles humilharam os trabalhadores, mandavam os trabalhadores fazerem greve, que estavam de pires na mão...*³⁵⁴

Em outras entrevistas também percebemos a mesma resposta: de que a greve foi uma provocação dos diretores da empresa, que não acreditavam que os “paraenses” iriam fazer greve contra uma grande empresa do grupo Vale do Rio Doce em plena Amazônia Oriental. Enganaram-se. Mas, não havia sido por falta de aviso, pois a situação do país empurrava os trabalhadores para as greves, e em 1989, o próprio Sindicato dos Metalúrgicos havia conclamado a categoria a aderir à greve geral chamada pela CUT. Essa greve de fato, não aconteceu, pois as reivindicações eram genéricas, apesar de justas; mesmo assim, segundo os relatos dos operários e sindicalistas entrevistados, houve uma pequena paralisação na empresa, apenas no primeiro dia, com carro-som, falações, etc.

A própria empresa parece que esperava uma greve dos operários para não muito distante. Há uma semana da greve geral chamada pela CUT, em março de 1989, a empresa publicou um editorial no BIF intitulado “O Direito de cada um”, onde tentava golpear a adesão dos seus empregados à mesma:

“...O que se pretende com a greve geral anunciada para a próxima semana? Pelo que se divulga, entre outras, as razões são de protesto contra políticas do Governo. É portanto, uma greve de natureza política!

E as empresas onde entram nisso? E especificamente aquelas que, através do tempo, pautam seu comportamento na salutar convivência com seus empregados e que, permanentemente, demonstram sensibilidade aos seus problemas? Devem ser essas empresas “punidas” com uma greve dessa natureza? Estamos certos que não! E o que podem, então fazer? O que lhes é também assegurado na Constituição?

*Naturalmente, buscar garantia e segurança para seus empregados que querem trabalhar e, para os que não querem ou que tentam impedir os demais, aplicar as sanções que a lei assegura*³⁵⁵

³⁵⁴ . Entrevista concedida em 12.01.07, em Vila dos Cabanos, na sede do sindicato dos químicos.

³⁵⁵ . Cf. BIF Nº 211, de 08/03/89, quarta-feira.



Ou seja, antes mesmo que qualquer possibilidade de greve se avizinhasse na fábrica, a ALBRAS estava pronta para aplicar os rigores da Lei e punir os que tentam impedir aos que querem trabalhar, num claro sinal de quem esperava pelo pior.

Quase um ano e meio depois, os temores da ALBRAS se confirmaram: a classe operária da ALBRAS utiliza-se do método tradicional do movimento operário, a greve. As causas eficientes e necessárias, inscritas em causas mais gerais da sociedade brasileira, estavam dadas. Como já relatamos, aparentemente a greve pegou a todos de surpresa, pois os que não estavam de turno, ao virem trabalhar, também se surpreenderam com o movimento. Do ponto de vista da imprensa, também não havia nenhum sinal no horizonte de que haveria uma “greve” na ALBRAS.

A pressão inflacionária nos salários e as ameaças de retirada de direitos por parte do novo presidente precipitaram a greve, implodindo assim o acordo feito com a empresa de adiamento da negociação coletiva. Quando perguntamos a Sullivan se a greve havia ocorrido porque a empresa não vinha cumprindo o acordo, ele nos respondeu que “a empresa vinha cumprindo”, mas a situação falou mais alto.

Segundo Sullivan

“...nesse período a pressão salarial foi tamanha que nós fomos bater na porta da ALBRAS pedir pra retomar as negociações e ela recusou, quando ela recusou, aí fomos obrigados a chamar a greve...nós forçamos, chamamos uma assembléia, ela sentou, mas só que nessa sentada houve uma divergência tipo assim, nós queríamos 90% pra fechar, ela queria dar 60% e acabou dando escalonado...depois da greve ela acabou dando cento e lá vai poeira...isso que era perda do plano Collor de dois meses, que era março e abril, de dois meses, então; nessa sentada, a ALBRAS não topou e nós atropelamos tudo então...porque nós não demos aquele prazo tipo de 48 horas; fomos pra assembléia e da assembléia nós saímos direto pra greve, foi todo mundo deitar lá na entrada da



ALBRAS...não foi um negócio muito planejado não, foi um negócio assim meio de estouro. Ali a questão foi puramente salarial, e mais a história do Gazolla que queria cortar, era pra acabar com os benefícios...eles chamavam de penduricalhos...³⁵⁶.

Passado a surpresa, os diretores da ALBRAS tiveram que administrar pela primeira vez uma greve na empresa. Igualmente, os representantes dos operários se viam pela primeira vez tendo que organizar uma greve, que nasceu “espontânea”, no sentido de que não havia um plano pré-elaborado para se decretar a greve, e tendo como símbolo dessa espontaneidade o “deitar-se na entrada da ALBRAS”.

Era uma quarta-feira à noite, 22 de agosto de 1990, quando os metalúrgicos decidiram cruzar os braços. Dois dias depois, a greve já era divulgada na imprensa. *A Província do Pará* começou colocando notas curtas na seção “Primeira Coluna”; já o jornal *O Liberal* publicava matérias mais extensas, com a visão da empresa e do sindicato em todos os momentos. A primeira notícia da greve pela imprensa escrita foi dada pelo jornal *A Província do Pará* da seguinte maneira:

“Greve na Albrás: A greve dos empregados da Albrás, desde quarta-feira à noite, segundo fontes da empresa, não chega a mobilizar mais de 15% da categoria, pelo que as atividades da fábrica mantêm-se normais. A Albrás, a propósito, pediu ao Tribunal Regional do Trabalho que declare a greve abusiva, amparada no fato de que vigora um acordo preliminar de adiamento do Acordo Coletivo para 1º de outubro”³⁵⁷.

Já, o jornal *O Liberal* estampava a greve em suas páginas, pela primeira vez, a partir das negociações que se processavam no Tribunal Regional do Trabalho. A chamada indicava que não havia fechamento de acordo:

“Metalúrgicos em greve não fecham acordo com Albras: Representantes da empresa alumínio Brasileiro S/A (Albras) e do

³⁵⁶ . Entrevista concedida em janeiro de 2007.

³⁵⁷ . Cf. *A Província do Pará*. Greve na Albrás. Belém, sexta-feira, 24 de agosto de 1990; 1º caderno, Primeira Coluna, pág. 3.



Sindicato dos Metalúrgicos se reuniram ontem à tarde, no Tribunal Regional do Trabalho, para tentar chegar a um acordo e acabar com a greve deflagrada anteontem em Barcarena. No entanto, após três horas de reunião, sob a presidência da juíza Lígia Simão, presidente do TRT, as duas partes não chegaram a um entendimento. A paralisação vai continuar”³⁵⁸.

Como percebemos, a atitude da empresa desde o primeiro momento foi de radicalização para com o movimento operário. Primeiro, conforme a notícia de *A Província do Pará*, pede a abusividade da greve; depois, como na matéria de *O Liberal*, não recua da sua proposta econômica, por estar cumprindo ordem do governo federal, visto que a ALBRAS era ligada a uma estatal, a CVRD. O impasse estava em que a empresa queria oferecer 90% de reajuste em três parcelas, enquanto os metalúrgicos reivindicavam 150%.

Com a radicalização da empresa por um lado e da disposição dos operários e do sindicato, por outro, a greve expande os seus métodos. Com a política permanente da empresa em “furar a greve”, o movimento é obrigado a fazer piquetes de greve; piquetes esses que foram bem articulados nos diversos locais estratégicos, por onde os ônibus poderiam passar e furar o bloqueio dos grevistas.

Quando falaram da greve, quase todos os entrevistados lembraram de como os piquetes foram importantes naquele tempo, para a própria sobrevivência do movimento. Se não houvesse os piquetes, a tática de furar a greve da empresa poderia ter sido vitoriosa, visto que até “helicóptero”, segundo nos informaram os entrevistados, ajudou no transporte de “fura-greves”. O depoimento de Edil Pinheiro, atual diretor de cultura do Simetal de Barcarena, e recém-entrado na ALBRAS no período da greve, é um dos mais significativos sobre a organização dos piquetes:

“...mas também ninguém podia sair da fábrica; quem tava dentro não saía e quem tava fora não entrava; exceto o pessoal do

³⁵⁸ . Cf. *O Liberal*, sábado, 25 de agosto de 1990, pág. 24, Economia.



administrativo que eles saiam de tarde, entravam de manhã sem problema nenhum. Aí, a questão era lá pra dentro da fábrica, a produção, esse é que era o grande x da questão. E em 90, tava meia parte da fábrica, pro que é hoje, só produzindo, a redução III... e IV não tinha nem partida ainda; quer dizer estava só produzindo a redução I e redução II, e parte da redução III, ta; se tu vieres perguntar pra mim se houveram piquetes, houveram em vários locais. Tem um local aqui o Arienga aonde termina o município de Barcarena e começa o de Abaetetuba é uma ponte que tem um igarapézinho aqui já próximo a Abaetetuba que hoje tem esse pessoal que a gente já não lembra.. passou um tempão que ali era chamado de “riacho Doce”, e lá eu fique com uma turma lá, exatamente pra...(J= Tem portão ou...) Não, não tem! Lá nós fizemos piquete, lá, lá foi feito piquete no “Riacho Doce” que era exatamente no limite com Abaetetuba, só que depois a Albras mandou buscar de helicóptero...pro pessoal não vir de Abaetetuba...E na época tava passando essa minissérie “Riacho Doce”, e lá começou a se chamar de “Riacho Doce” lá, (J=Coincidiu...) Coincidiu, foi... (J= Tu lembra de mais algum?) Teve um piquete...teve um piquete aqui na porta da fábrica; ficou uma turma aqui na porta da fábrica que era com carro som direto passando as informações 24 horas pro pessoal que tava dentro da fábrica; depois na passagem de turno, às vezes, cinco horas, o pessoal vinha tudo pra cá pra frente...e chegava lá o pessoal mandava ver; e teve outro na entrada aqui no Trevo, que entra pra fazer a Transalumínio, pra ir pra fábrica, né, e entra aí, você sai daí e emenda pro Peteca e depois pra fábrica depois vai pro Peteca...Tinha piquete lá pra Vila do Conde, na Portobrás, porque tinha gente que tentava voltar por lá pra vir trabalhar; houve um número muito grande de pessoas que não estava na fábrica na hora em que foi deflagrada a greve e que queriam trabalhar, o pessoal que era de turno, e queriam vir trabalhar e, e aí, com os piquetes alguns não queriam passar por vergonha, de ver a companheirada lá, outros tinham medo talvez de ser espancado...coisa que não aconteceu; não houve nenhum incidente nesse sentido de que alguém tentou passar, foi impedido e o cara insistiu, tomou porrada, isso não aconteceu...E também aqui na porta da fábrica vieram, isso foi decisivo, isso é importante, vieram muitas esposas de companheiros, de alguns que estavam lá na greve e alguns que estavam dentro da fábrica; teve gente que tava dentro da fábrica, no segundo dia de greve, quando viam a esposa aqui fora eles saíam, vindo se juntar com a turma aí também...”³⁵⁹

Poderíamos arrolar trechos de outras entrevistas, mas achamos o depoimento de Edil Pinheiro mais completo sobre a organização dos piquetes em todas as áreas estratégicas de entrada para a fábrica. Essa organização foi tão

³⁵⁹ . Entrevista concedida a nós em Vila dos Cabanos, na sede do Simetal de Barcarena, em 18.01.07.



eficiente que, como dissemos anteriormente, nunca a luta de classes, em um espaço tão micro, no interior da Amazônia Oriental, foi vista em todo o seu esplendor. A empresa se viu obrigada a recorrer à principal instituição do Estado burguês, o aparato repressivo da Polícia Militar, que, segundo Lênin (1987) é o que garante a estabilidade do Estado burguês, para garantir a “normalidade” e o funcionamento da fábrica.

No quinto dia de greve, a Polícia Militar do Estado foi chamada para reprimir os piquetes dos grevistas. Lembremos que quem garantia a paralisação eram os operários, os operadores que estavam na área. A disputa dos grevistas com a empresa era para impedir a entrada do pessoal operacional; quem vencesse essa batalha ganharia a guerra, pois quanto mais operários entrassem para as reduções, mais a produção estaria garantida. Entretanto, o desespero da empresa era que os operários que permaneceram no interior da fábrica desde o início da greve precisavam ser “rendidos”, pois cedo ou tarde não conseguiriam, fisicamente falando, garantir o processo produtivo.

Daí, que na maioria dos depoimentos colhidos por nós, todos falam de como os que permaneceram no interior da fábrica eram “bem tratados” pela empresa, que lhes dava de tudo. Como disse Sullivan, “*eram tratados a pão e mel...tudo o que eles queriam, eles tinham; era carro, passava caminhão de cuecas*³⁶⁰...”.

Já prevendo que a empresa chamaria o aparato policial para acabar com a greve, os sindicalistas propuseram que as mulheres dos grevistas e seus filhos viessem para a frente da fábrica engrossar os piquetes e sensibilizar os maridos que estavam lá no interior da fábrica. Como vimos no relato de Edil Pinheiro, alguns

³⁶⁰ . Por conta disso, eles chamaram essa greve de “Greve das Cuecas”, o que gerou inclusive um processo da Empresa contra o Sindicato, pedindo indenização, que há dez anos atrás estava em 1 milhão de reais; eles, os sindicalistas fizeram chacota da ALBRAS e chamaram esta ação de “Ação da Cueca”.



maridos, quando viam suas esposas na frente da fábrica, sensibilizavam-se e acabavam deixando o posto de trabalho, reunindo-se aos grevistas.

Mas, no quinto dia de greve, os ânimos acirraram-se entre os grevistas e a Polícia Militar. Esse enfrentamento foi narrado pelo jornal *O Liberal* da seguinte maneira:

“Piquete na greve da Albras gera tumulto: A Polícia Militar, o Pelotão de Choque e Patrulhamento Tático e Metropolitano de Belém (Patam), agiram com violência, ontem, contra os funcionários em greve da Albras, segundo informações transmitidas por telefone pelo delegado sindical dos metalúrgicos de Barcarena, Elias Araújo. Segundo ele, os militares agrediram os grevistas que organizavam piquete às proximidades da fábrica de alumínio. O Comandante da PM de Barcarena, major Gatti, no entanto, negou as acusações e disse que os militares têm ordens para agir somente em caso de tumulto. Elias contou que desde a última quarta-feira, dia 22, os funcionários da Albras iniciaram a greve por melhoria salarial e, até anteontem, não havia sido registrado qualquer choque entre grevistas e a polícia. “A violência chegou com a mudança do capitão da PM, assumindo o capitão chamado Pantoja, que ordenou seus soldados a agirem com violência”, disse o representante dos trabalhadores. O delegado sindical relatou que, devido à redução do número de trabalhadores que vem ocorrendo diariamente, ontem a empresa mandou buscar funcionários de Abaetetuba, que chegaram em Barcarena num ônibus da empresa Transbrasileiro. Até anteontem, todos os ônibus estavam parando na principal via de acesso entre a Vila dos Cabanos e a fábrica de alumínio. Assim, os funcionários desciam e se dirigiam a pé até a fábrica. Elias disse que esse foi o acordo feito entre grevistas e a direção da Albras. Quando o ônibus da empresa Transbrasileiro chegou, segundo relato do sindicalista, o capitão Pantoja mandou que o motorista avançasse contra os grevistas, Nessa ocasião, os grevistas engrossaram os piquetes, enquanto o ônibus avançava, Nesse momento, ainda de acordo com Elias Araújo, o capitão ordenou que os soldados batessem de cassetetes em mulheres, crianças e homens, dando início ao tumulto...”³⁶¹

Esse fato, segundo os entrevistados, foi decisivo para que a greve começasse a entrar em seu desfecho. Operários começaram a deixar seus postos de trabalho espontaneamente depois da repercussão do fato no interior da fábrica; foi realizado um Ato Público na frente da fábrica, em repúdio à repressão policial, o

³⁶¹ . Cf. Piquete na greve da Albras gera tumulto. *O Liberal*, terça-feira, 28 de agosto de 1990; Economia, pág. 17.



que fez com que aumentasse a solidariedade entre os grevistas e os que estavam no interior da fábrica trabalhando.

Esse episódio e o cansaço dos operários que estavam há uma semana no interior da fábrica sem poderem ser substituídos, vão ser decisivos para uma mudança de postura da empresa; os operários já se recusavam a cumprir determinadas tarefas. Como nos disse Edil Pinheiro,

“Criamos um procedimento chamado LVO (Levantamento de Viva Voz)...que chegou o momento em que, olha, não dá mais, vamos desligar esses fornos aí que não tem mais condição...de certa forma contribui, o pessoal que tava dentro da fábrica, mesmo não participando da greve, mas o pessoal teve uma participação decisiva, que foi quando eles se recusaram a começar a executar determinadas tarefas, aí os caras disseram “aí não, agora não tem mais jeito”; resolveram aí, a empresa aceitou a proposta em quase sua totalidade; fizeram um acordo pelo fim da greve e foi o que aconteceu”

Assim, dois dias depois do enfrentamento com a Polícia Militar, a greve chega ao seu final com uma vitória dos operários, que marcará a existência dos trabalhadores, do sindicato e da própria empresa. Os operários haviam aprendido a recorrer ao seu próprio método de luta, a greve, para resolver os seus problemas.

O final da greve é descrito assim pelo jornal O Liberal:

“Acordo encerra greve dos metalúrgicos da Albras: A direção da Albras em Barcarena e o Sindicato dos Metalúrgicos chegaram, ontem à noite, a um acordo para pôr fim à greve que, durante uma semana, manteve paralisados cerca de 30 por cento dos 1.600 funcionários da área operacional em sua fábrica localizada em Vila do Conde, no município de Barcarena.

O acordo, que seria homologado em assembléia geral dos funcionários da Albras ainda ontem à noite, com início previsto para as 20 horas, prevê a concessão de reajuste de 90 por cento para os trabalhadores de menor nível de renda – abaixo da faixa 11, que representam cerca de 84% do efetivo de pessoal da Albras. O reajuste será calculado sobre os salários de maio, retroativo a junho e julho, com pagamento da diferença nos contracheques deste mês. Além desse reajuste, os operários situados nessa faixa de renda



terão ainda as promoções correspondentes a quatro níveis na tabela de ascensão funcional da empresa...³⁶².

Infelizmente, não tivemos acesso a nenhum jornal do Sindicato da época, para vermos a repercussão da vitória desse acordo sobre a consciência dos trabalhadores. O “Pikadinho”, que era o Jornal do Sindicato naquele período, não existia mais na sede da ABAN ou do próprio Simetal de Barcarena. Tivemos que nos contentar com a memória dos trabalhadores, que nos disseram que a Empresa passou a tratar a categoria com “mais respeito”, com “mais dignidade”, sem provocações, como a que levou à greve.

Do lado da empresa, observamos um silêncio “lacônico” em suas publicações. O principal instrumento de comunicação da empresa, o BIF, do dia 04/09/09, terça-feira, trouxe um editorial intitulado “Tempo de Maturidade”, onde louva os 12 anos de fundação da ALBRAS, mas apenas uma linha é dedicada à greve:

*“De setembro de 1989 a setembro de 1990 a empresa passou por um ano de muitas experiências e transformações, que serviram para ajudar na formação de uma cultura própria. Tivemos mudanças na estrutura organizacional, mudanças na diretoria, problemas na Redução I, **uma greve que acabamos de viver (a primeira da história da Empresa)**, (grifo nosso) enfim, um ano cheio de acontecimentos que são brilhantes experiências para aqueles que estão aqui, vivendo este dia-a-dia...³⁶³”*

De fato, como já assinalamos, a greve de agosto de 1990, vai servir para que a empresa reflita sobre o poder que os operários conquistaram com o movimento grevista, e acelerar o processo de reestruturação produtiva, que já era uma orientação de governo, como vimos nos itens 3.2, 3.3 e 3.5.

³⁶² . Cf. Acordo encerra greve dos metalúrgicos da Albras. **O Liberal**, quinta-feira, 30 de agosto de 1990; Economia, pág. 24.

³⁶³ . Cf. BIF Nº 286, de 04/09/90, pág. 01.



Essa ofensiva da empresa com a reestruturação produtiva, cuja essência é reduzir pessoal e cortar direitos dos trabalhadores, vai encontrar resistência por parte do movimento operário, que, enquanto tem uma direção sintonizada com os seus objetivos resiste, através das reivindicações presentes no acordo coletivo de trabalho. Assinalaremos, agora, alguns processos de luta que se deram, tanto na ALBRAS como na ALUNORTE, a partir das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho.

4.3 – A luta contra a reestruturação produtiva: os Acordos Coletivos de Trabalho

As Convenções Coletivas ou Acordos Coletivos de Trabalho foram uma conquista da classe trabalhadora ao longo da história. No Brasil, essa conquista foi expressa na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXVI e na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em seus artigos 611 a 625. Diz a CLT no artigo 611 o seguinte:

“Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho”³⁶⁴

e no parágrafo 1º completa:

“É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das empresas acordantes às respectivas relações de trabalho”³⁶⁵.

³⁶⁴ Cf. OLIVEIRA, Juarez (Org). **CLT – Consolidação das Leis do Trabalho**. 21ª ed. Atualizada e aumentada. São Paulo: Saraiva, 1996 (Série Legislação brasileira), pp. 166-167.

³⁶⁵ . Idem Ibidem, pág. 167.



Quem primeiro se interessou em estudar os impactos de uma grande fábrica como a ALBRAS nas relações de trabalho no Estado do Pará foi Alencar (1989). Seu trabalho³⁶⁶, apesar dos limites, já se preocupava em analisar os acordos coletivos na ALBRAS e a influência que poderiam ter para outras categorias de trabalhadores no Estado. Naquele momento, Alencar (1989) já elencava conquistas importantes do movimento operário na ALBRAS, tais como “ajuda de adaptação”, “gratificação de férias em 10% do salário base para cada ano de efetivo serviço na empresa”, “adicional de turno (18% do salário-base)”³⁶⁷.

No Acordo Coletivo de 1988, quando o SIMETAL expande sua base para o Estado, a “*salvaguardas de greve*”, que existiu até o acordo 86/87, “*onde se estabelecia o número mínimo de trabalhadores em cada setor da fábrica*”, foi retirada no acordo 87/88³⁶⁸.

Como vemos, a ALBRAS, mesmo antes da regulamentação Constituição de 1988 já colocava em prática o Acordo Coletivo com seus trabalhadores. Isso se deve ao fato, já observado por Alencar (1989), de que desde o início a Empresa adotou “*as mais modernas técnicas de gestão de recursos humanos, inclusive alguns do vasto arsenal japonês (os Diálogos de Segurança, por exemplo), algo que para ela ainda é mais fácil do que para outras empresas, face o estreito intercâmbio com o chamado sócio japonês*”³⁶⁹

³⁶⁶ . Cf. ALENCAR, José Maria Quadros de. **Os Impactos do Projeto ALBRAS nas relações de Trabalho no Estado do Pará**. Belém/PA, 1989. Monografia (NAEA), 92 pp. A dedicatória foi endereçada aos metalúrgicos. A Monografia tinha 89 folhas, sendo 59 com texto; o autor realizou três entrevistas, inclusive com o Presidente do Sindicato à época, Odileno Meireles.

³⁶⁷ . Idem Ibidem, págs. 15-16.

³⁶⁸ . Idem Ibidem, pág. 24.

³⁶⁹ . Idem Ibidem, pág. 7.



Quando perguntamos a Odileno Meirelles, em nossa entrevista³⁷⁰, se a estrutura dos Acordos Coletivos era uma construção do movimento operário da ALBRAS ou uma prática da empresa, por ser uma subsidiária da CVRD e esta já ter tradição na negociação de outras empresas como a MNR, sua resposta é que desconhecia isso, pois os trabalhadores já vinham formulando suas reivindicações desde o primeiro Acordo de 86. Provavelmente, a explicação dada por Alencar (1989) seja a mais plausível, visto que o modelo de “sindicato-empresa” adotado no Japão prevê essas negociações coletivas entre patrões e empregados.

De qualquer forma, Meirelles tem razão: os acordos coletivos refletem a luta da classe trabalhadora em determinado momento. Nos Acordos Coletivos o movimento operário tenta impor melhores condições de vida e de trabalho, contrapondo-se à lógica do capitalismo na sua fase de reestruturação produtiva. Como vimos acima (4.2), a greve surge como alternativa quando não existe possibilidade de se fazer o “acordo”.

Quando analisamos melhor o processo de trabalho na fábrica, vemos quão distante está o salário dos operários de sua verdadeira produção. Conforme já vimos em Marx (1996), há uma diferença categórica entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. A taxa de mais valia é justamente tirada dessa diferença entre o trabalho necessário e o trabalho excedente.

Para Marx, os elementos componentes do processo de trabalho são: “1. a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2. a matéria a que se aplica o

³⁷⁰ . A Entrevista foi realizada em Belém, no dia 02.02.07, na sede do SIMETAL, onde aproveitamos uma estada sua na capital, pois hoje, como Diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato, coordena a região de Parauapebas e Canaã dos Carajás, e sua presença em Belém é uma raridade.



trabalho, o objeto de trabalho [no caso da Albrás, o alumínio primário]; e 3. os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”³⁷¹.

Ainda segundo Marx,

*“O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe durante o dia.(...)O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, **o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção (grifo nosso)**. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem”³⁷².*

No processo total de produção, considerando o capital constante e o capital variável empregado, temos uma estimativa de custo por tonelada de alumínio primário na ALBRAS, feita por Monteiro (2001), no seguinte sentido:

Tabela 18: Estimativa de Custos de produção de uma tonelada de alumínio primário pela Albras

| ITEM | US\$/t | PERCENTUAL |
|---|--------------|-------------|
| Alumina | 387,00 | 28,73 |
| Energia Elétrica | 171,39 | 12,73 |
| Fluoreto de Alumínio, Coque, Piche e outros insumos | 192,7 | 14,31 |
| Serviços de Terceiros | 45,68 | 3,39 |

³⁷¹ . Cf. **MARX**, Karl, O Capital, Livro I, Vol. I; Capítulo V: Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais-Valia; pág. 202.

³⁷² . Idem Ibidem; pp. 209-210.



| | | |
|--------------------------|-------------------|---------------|
| Despesas Portuárias | 26,79 | 1,99 |
| Impostos | 35,59 | 2,64 |
| Força de Trabalho | 137,70 | 25,99 |
| Despesas Financeiras | 350,00 | 25,99 |
| TOTAL | 1.346,85 * | 100,00 |

Fonte: **MONTEIRO**, Maurílio de Abreu. *Mineração e Metalurgia na Amazônia: contribuição à crítica da Ecologia Política à valorização de recursos minerais da região*. Belém/PA: UFPA/NAEA, 2001. Tese de Doutorado; pág. 250.

* É preciso levar em conta que se trata de valores de 2001, e que, em função do preço da tonelada de alumínio no mercado internacional, o custo total pode estar bem diferente do estimado pelo autor.

Segundo a ALBRAS, a produção do alumínio é feita pela redução eletrolítica da alumina, dissolvida num banho de fluoretos fundidos, em fornos revestidos de carbono (processo Hall-Héroult). A passagem da corrente elétrica do anodo para o catodo decompõe a alumina em alumínio e oxigênio. O alumínio líquido é transferido em cadinhos para fornos de espera, e daí para o lingotamento. A ALBRAS adota tecnologia para fornos e anodos pré-cozidos, que são produzidos na própria planta industrial da empresa.

Os principais insumos e consumos para a produção de uma tonelada de alumínio primário são especificados abaixo:

Tabela 19: Principais insumos para a produção de 1 tonelada de alumínio

| Insumos | Quantidade |
|----------------------|---------------|
| Alumina | 1.920 kg |
| Coque | 400 kg |
| Piche | 95 kg |
| Fluoreto de Alumínio | 18 kg |
| Energia elétrica | 14.168 kWh CC |

Fonte: **ALBRÁS**. Folheto 2001.

O produto final da ALBRAS é o lingote de alumínio de aproximadamente 22,5 quilos, com pureza mínima de 99,7%. A fundição tem equipamentos que possibilitam a produção de ligas ou lingotes especiais (sows) de 500 quilos.



Jamais saberemos com exatidão o valor exato que os capitalistas gastam no processo de produção, seja com matérias-primas e capital constante, seja com o capital variável. Engels, certa vez, se ressentiu disso, quando atualizou uma edição de O Capital. O processo de trabalho, mesmo com todo o seu “invólucro” de “envolvimento”, “participação”, “CCQs”, guarda os segredos que pertencem apenas aos donos do capital, os capitalistas. Como Weber (1994;1999) já havia analisado, uma das principais armas da burocracia para se manter no poder é “o segredo”. E o segredo da contabilidade, do “caixa-dois” é impenetrável aos olhos de qualquer observador; isso só será possível em uma sociedade onde os operários e trabalhadores disponham de um controle total sobre a produção e sobre a técnica.

O que temos para basearmos nossos cálculos são estimativas fornecidas pelas Empresas e por órgãos intermediários dessas empresas. Mesmo assim, é impressionante, quando analisamos a tabela abaixo, ver o total que os operários da ALBRAS produzem anualmente, mensalmente e diariamente, e ver o pouco que recebem em troca da venda de sua “força de trabalho”. Considerando que as estimativas de custo de produção de uma tonelada de alumínio primário estejam certas, ainda assim ficaria caracterizado a superexploração dos operários da ALBRAS, conforme tabela abaixo:

Tabela 20: Valor produzido por cada operário da ALBRÁS (anualmente, mensalmente e diariamente) a partir do preço do alumínio (em US\$) em 2005*

| ITENS | VALORES |
|--|----------------|
| Nº Funcionários | 1.367 |
| Produção total da ALBRAS (mil/t) | 449.600 |
| Valor Total da Produção (US\$) | 1.213.920 |
| Preço da tonelada de alumínio na LME (US\$) | 2.700 |
| Produção de cada operário/func. ao ano (mil/t) | 328,89 |



| | |
|---|---------|
| Valor produzido por cada operário no ano (US\$) | 888.000 |
| Valor Produzido por mês por cada operário (US\$) | 74.000 |
| Valor Produzido por dia por cada operário em (US\$) | 2.466 |

Fonte: *BRASIL MINERAL*, nº 248, Abril de 2006; Revista Exame 2006.

* Elaboração feita pelo autor a partir dos dados apresentados em dezembro de 2005

No Acordo Coletivo assinado entre o Simetal de Barcarena e a ALBRAS em 23 de junho de 2006 (o primeiro termo aditivo)³⁷³, na atualização da Cláusula 8ª, item 8.1 (Creche e Amamentação), quando trata do subsídio por mês, são fornecidos três faixas salariais: Salários até R\$ 1.058,90 (teriam 100% de subsídio), Salário de R\$ 1.058,91 a R\$ 2.425,65 (60% de subsídio) e Salário acima de R\$ 2.425,65 (40% de subsídio).

Como não nos foram fornecidos pela ALBRAS dados referentes à tabela salarial devido ao novo Código de Postura, só podemos inferir o ganho dos trabalhadores a partir desses dados. A média entre os dois extremos dos pisos fornecidos é de R\$ 1.742,27; uma média, diga-se de passagem, bem arbitrária, visto que não conhecemos o real valor de cada cargo existente na ALBRAS.

Mas, para os objetivos que queremos demonstrar aqui serve-nos como parâmetro. Significa que mesmo essa média encontrada por nós não cobre a produção feita diariamente pelos trabalhadores, que é de US\$ 2.466³⁷⁴ (ou R\$ 4.932,00). Considerando as estimativas feitas por Monteiro (2001), de que se gasta com pessoal cerca de 25,99%, teríamos um valor aproximado de US\$ 315.497 milhões ao ano ou R\$ 630 milhões, que dividido por cada trabalhador daria US\$ 230.79 mil ou R\$ 461.590 mil! Considerando ainda a média salarial mensal extraída

³⁷³ . Foi acordado que as cláusulas sociais valeriam por dois anos e as cláusulas econômicas seriam aditivadas a cada ano, mudando-se apenas o valor do cálculo dos benefícios.

³⁷⁴ . Considerando o dólar a R\$ 2,10, em valores atuais.



arbitrariamente por nós, de R\$ 1.742,27 (Hum mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), teríamos ao ano R\$ 20.907,24. Ou seja, uma diferença espetacular ($R\$ 461.590 - 20.907,24 = 440.683$). A isso Marx (1996) chamaria *mais-valia*.

E observamos que os capitalistas da ALBRAS já haviam deduzido do valor total todos os custos com matéria-prima, serviços, encargos financeiros, etc. Mesmo que ainda deduzíssemos os custos com depreciação de máquinas anualmente, e deduzíssemos tudo o que os patrões pagam em vantagens (Escola, creche, vale-alimentação), adicionais, etc., mesmo assim, os superlucros em cima dos operários seriam muito avantajados.

Os acordos coletivos de trabalho tentam, de alguma maneira, arrancar dos capitalistas um pouco mais, além do mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho. Os operários da ALBRAS e da ALUNORTE são considerados de “elite” pelas demais categorias de trabalhadores e pela própria população local. Entretanto, nem todos percebem o quanto esses trabalhadores são explorados.

Basicamente, ao longo de duas décadas (1985-2005) os acordos coletivos da ALBRAS não tiveram grandes acréscimos. A cláusula de reajuste salarial sempre acompanhou a reposição da inflação; no único momento em que a empresa tentou descumprir com isso, os trabalhadores fizeram uma greve de uma semana, como vimos no ponto 4.2.1.

Houve perdas, como os entrevistados nos declararam. Cobrança gradativa nas mensalidades escolares; diminuição do número de medicamentos onde não haveria cobrança extra, e principalmente, a negociação dos turnos. Como veremos, comparado com a ALUNORTE, os trabalhadores da ALBRAS retrocederam no regime de turnos.



Mas, alguns retrocessos explicam-se pelo processo de reestruturação produtiva, consumada com a privatização da empresa e pela mudança política e ideológica no núcleo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, que advém de um processo maior que invadia o movimento operário e suas organizações, como analisamos no capítulo II. A tal ponto, que os dirigentes do Simetal que iniciaram sua trajetória no PT e na CUT vão mudar de partido e de central sindical, filiando-se a Força Sindical.

4.4 – O Sindicato dos Metalúrgicos – SIMETAL: da CUT a Força Sindical

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Belém (SIMETAL) foi fundado na década de 30, do século passado. Em sua obra “Memória da Indústria Paraense”, Mourão (1989), ao falar do operariado paraense, faz-nos conhecer que na década de 30, a organização dos operários emerge com um caráter tipicamente classista, e cita o Sindicato dos Metalúrgicos como um dos vários que haviam sido criados naquele período³⁷⁵; sua fundação data do ano de 1931, mas a carta sindical é de 1942, e, recentemente, o Simetal, em seu Boletim Informativo trouxe uma matéria “Simetal: 75 anos de lutas e conquistas”³⁷⁶, confirmando a data de sua fundação.

Não é nosso objetivo aqui traçar uma história detalhada do Sindicato dos Metalúrgicos, é um trabalho que precisa ser feito. Interessa-nos traçar um perfil histórico a partir da década de 80 do século passado, quando instalava-se em nossa região a maior fábrica metalúrgica que até então se tinha notícia.

³⁷⁵ . Cf. MOURÃO, Leila. Op. Cit., pág. 86.

³⁷⁶ . Cf. Jornal dos Metalúrgicos. Edição 93; dezembro de 2006.



A história do Simetal a partir de meados de 80 é a história de um sindicalismo combativo, em sintonia com o que há de mais avançado na política e no movimento sindical brasileiro, o PT e a CUT. O “novo sindicalismo”, conforme vimos em Antunes (1995a), passava necessariamente por estas duas instituições do movimento operário brasileiro.

O SIMETAL, segundo pudemos constatar em nossas entrevistas, foi dirigido no período de 1964 a 1986 por um homem de confiança do regime militar, Paulo Menezes. A oposição ao Sindicato começa em 1982. Nesse processo, Odileno Meireles é ganho para participar das atividades sindicais e políticas; o país passava por um processo de transição, de desgaste do regime militar, das manifestações de trabalhadores, principalmente no centro-sul. Segundo nos relatou Meireles, sua aproximação com o movimento se dá com o grupo de Humberto Cunha, Iza Cunha, que faziam parte do PRC (Partido Revolucionário Comunista)³⁷⁷ e dirigiam a Sociedade de Direitos Humanos, cuja voz era o jornal Resistência; também tinham grande influência no movimento estudantil da UFPA, através da Corrente Caminhando, que dirigia o DCE.

Na entrevista concedida, Odileno Meireles retrata da seguinte maneira sua aproximação com o grupo, que depois viria a dirigir o Sindicato dos Metalúrgicos:

“...eu não tinha essa consciência eu tinha vindo do Marajó onde o governo era da ARENA né, a minha mãe foi a vereadora mais votada no município de Santa Cruz por duas vezes como vereadora da ARENA e eu tinha o governo revolucionário como eles chamavam; aí eu me deparei com essa situação quando eu entrei aqui, pois eu ficava aqui nas reuniões que a gente fazia nós éramos vigiados, as vezes tinha cavalaria eu não entendia porque tinha

³⁷⁷ . O PRC foi uma divisão do PC do B na década de 70, por discordância da linha stalinista da direção do partido. Ficaram como um “partido” independente até 1985, quando o grupo comandado por Humberto Cunha resolve aderir ao PT. Antes, haviam ficado no interior do PMDB e apoiado o candidato Jader Barbalho ao governo do Estado, em 1982. Ao entrar no PT, Humberto Cunha já era vereador pelo PMDB. A partir da redemocratização do país, seus dirigentes vão se integrando ao regime democrático e às instâncias do PT, sendo que no início da década de 90 já haviam mudado o nome para “Nova Esquerda”, adaptando-se à “queda do muro” de Berlim e da ex-URSS.



aquela coisa da policia por perto, por que tinha o Humberto Cunha tinha a Iza, tinha o Alencar tinha aqueles outros companheiros que não estou lembrado agora, e no final de 82 nós fizemos uma avaliação que teria eleição no sindicato; em 83 nós estávamos nos preparando pra concorrer ao sindicato pra tomar do Paulo Menezes que nós chamávamos de pelego que era o dirigente que estava há 19 anos no poder indicado pela ditadura militar; segundo informações o sindicato tinha sofrido intervenção na ocasião do golpe e ele ficou presidente. A nossa avaliação foi que nós não tínhamos organização suficiente pra ganhar o sindicato, então nós tiramos o encaminhamento de ir lá pedir pra entrar na diretoria dele aí entrou eu, o João Gomes, e mais um outro companheiro que eu não estou me lembrando o nome. No dia da posse nós já nos manifestávamos né, e o delegado do trabalho falou assim que nós procurássemos seguir as orientações do presidente pra não entrar pela porta errada e a partir de que nós adquirimos estabilidade, porque também paralelamente a isso eu concorri a eleição da CIPA e fui vice-presidente ..adquiri uma estabilidade que me dava uma certa garantia no trabalho e começamos a fazer um trabalho, fazíamos aqueles panfletos clandestinos ia na diretoria do sindicato forçar pra que eles fizessem uma assembléia fazíamos panfletos clandestinos e soltávamos na base e eles não sabiam que era a gente de forma que quando chegava na assembléia e me manifestava eu era um certo referencial porque era o cara que tinha instabilidade e foi botando os tempos e fomos nos preparamos pra concorrer as eleições de 86 no sindicato³⁷⁸.

O grupo que estava ao redor de Odileno Meireles havia optado em fazer um “entrismo” na diretoria do pelego Paulo Menezes, para começar a ganhar espaço e se preparar para dirigir mais a frente o Sindicato. Foi uma tática que, a seu momento acabou dando certo, pois por dentro da diretoria era mais fácil de se fazer o contato com os trabalhadores, de se lançar material “clandestino”, de se tornar pouco a pouco uma referência para os trabalhadores.

A partir de então, Odileno e o núcleo do PRC que estava ao seu redor haviam tirado como tática aumentar o número de filiados, a fim de que chegassem com mais força nas próximas eleições que seriam em 1986. Com o aumento das

³⁷⁸ . Entrevista concedida especialmente no dia 02/02/07, na Sede do Simetal, em Belém, por ocasião de sua vinda à capital. Hoje Odileno Meireles é diretor na região de Parauapebas e Canaã do Carajás.



filiações eles tornavam-se referência para os trabalhadores e poderiam vir a dirigir o sindicato. Segundo Odileno Meireles,

“O sindicato tinha mais ou menos uns 200 associados era um sindicato de Belém somente ...de Belém e que pra convenção.. valer tinha que assinar .. a federação pro estado nós falamos assim não nós temos que dobrar o número de sócio pra poder ganhar então nós fizemos a campanha dos dois mil entre dezembro de 82 até junho de 83, nas eleições nós tiramos a campanha de dois mil associados, nós sindicalizamos 2.113 pessoas, aí nós quadruplicamos a quantidade de, sócio e tivemos o domínio e começamos a falar do grupo de dirigentes que era do sindicato que eram fantasma não atuavam, alguns renunciaram só o seu João que trabalhava na quinta ficou conosco que era o tesoureiro do sindicato então nós tiramos a estratégia interessante, colocar eu por exemplo era liberado da minha empresa 4 horas da tarde pra reunião do sindicato pra receber os trabalhadores até o final da tarde...”

De fato, a vitória vai acontecer em 1986, e começa um novo capítulo na história do movimento operário no Estado do Pará. Assumia o comando do SIMETAL uma diretoria comprometida com o que de mais avançado havia no sindicalismo brasileiro, a CUT e o PT. Imediatamente, com a mudança da linha política do sindicato, começa um movimento de expansão da base territorial, que estava restrita a Belém e Ananindeua, praticamente.

O objetivo imediato é chegar na ALBRAS, a maior fábrica metalúrgica da Amazônia Oriental. Era uma questão de concepção ideológica, como nos declarou Sullivan,

“...é isso que eu estou querendo te dizer, que quando nós assumimos o sindicato nós tínhamos um entendimento, certo, primeiro transformador; nós éramos do PRC, tínhamos aquela idéia de revolução, infiltrar operários, formar operários, aquela visão marxista, leninista, de partido; então, todas as nossas ações tinham a ver com isso, partido...operário...revolução...”

É esse perfil que vai primar no sindicato pelo menos até o início da década de 90, quando vai haver um processo de transformação da consciência dos dirigentes do PRC no plano nacional, que vai ter seus reflexos nos rumos do



sindicato dos metalúrgicos no Pará. Com essa consciência avançada à frente da direção do sindicato, a participação nas instâncias da CUT será uma coisa natural, como nos declarou Odileno Meireles,

“Em 86 nos assumimos o sindicato foi quando teve o primeiro congresso da CUT .. (J – 86 já foi em eleição) O – Já foi eleição (J – a de 83 tu foste suplente) O – Fui suplente mas tirado na diretoria ... foi uma primeira diretoria a 14 meses e assumimos, logo após a nossa eleição, ..acho que a eleição foi em março, em junho nós fomos pro primeiro congresso da CUT; o Simetal ainda não era Simetal era sindicato dos metalúrgicos nós criamos a sigla depois... foi um sindicato de operário referencial ... tinha referencias todas ... nós já éramos do PT, nós não tínhamos noção eu não queria ser presidente eu achava que pra ser presidente tinha que ser uma pessoa formada com nível superior uma série de coisas eu achava que não tinha capacidade, mas nós tivemos assim por parte dos institutos que nos apoiaram, assim muitos seminários muitos treinamentos, e a gente conseguiu. A partir daí nós começamos resgatar a história do passado a resgatar unidade a .. de muita coisa que o sindicato não fez e também um planejamento pra frente .. e aí nós em 87, estendemos a base territorial do sindicato pro estado nós tivemos que fazer um trabalho em 12 municípios que era o que a legislação exigia, no mínimo 12 municípios, com associados conseguimos averbação da carta sindical, o sindicato hoje é estadual...”

Em nossas perguntas aos dirigentes do Simetal, principalmente os que estavam à frente do período em que inicia o processo de reestruturação produtiva, quisemos saber, por exemplo, porque eles não chamaram os trabalhadores para reagir contra essa proposta que iria tirar-lhes o emprego. As respostas que ouvimos eram vagas demais; algumas eram fundamentadas, no sentido de que era correto colocar uma máquina para aliviar a situação do trabalhador que está na fundição do alumínio, ou de que a ALBRAS oferecia muitas vantagens para quem pedisse demissão, etc. Mas, no geral, não encontramos uma resposta à altura do sindicato. Na verdade, o sindicato já vinha passando por uma transformação; a linha aguerrida do primeiro momento vai ser substituída, pouco a pouco, pela linha da negociação



com a empresa, a tal ponto de se transformar em um “sindicalismo de resultados”, ao estilo da Força Sindical.

Como vimos no capítulo II, com a queda do “muro de Berlim”, da dissolução da URSS, com a propagação da ideologia do “fim do socialismo”, o capitalismo imperialista vai passar para uma contra-ofensiva em relação ao movimento operário. A reestruturação produtiva e o neoliberalismo vão encontrar um ambiente mais propício, com a confusão pela qual passava o movimento operário de conjunto.

No interior do PT e da CUT esse processo de adaptação às novas “circunstâncias” já vinha se dando. A última greve geral chamada pela CUT foi em março de 1989; todas as outras tentativas com o governo Collor e com FHC foram frustradas. Na Greve dos Petroleiros de 1995, a direção da CUT e o próprio Lula pediram aos trabalhadores que terminassem o movimento, contribuindo para o seu enfraquecimento. Depois veio a aceitação por parte de Vicentinho dos princípios da Reforma da Previdência, do governo FHC, onde se substituiu a idade para se aposentar pelo tempo de contribuição.

Antunes (1995b) já vinha analisando este processo no interior da CUT, como resultado de algumas tendências mundiais:

*“...Esta nova realidade arrefeceu e aciou o **novo sindicalismo** no Brasil, que se encontrava, de um lado, frente à emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da **nova direita**, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força sindical (central criada em 1991) é o melhor exemplo(...) Na Central única dos Trabalhadores o quadro também é de grande apreensão. Começa a ganhar cada vez mais força, em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma **acomodação dentro da Ordem**. O culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir **pelo capital** a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo ideário e pela prática social-democráticas...”³⁷⁹*

³⁷⁹ . Cf. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**, pp. 151-153.



As lideranças do SIMETAL, como parte desse processo, acompanhavam e se adaptavam também a essas mudanças. Como vimos, os principais dirigentes do sindicato eram ligados ao PRC, e o PRC já havia se dissolvido no interior do PT, aceitando as teses social-democratas do grupo dirigente, a Articulação.

Esse processo de adaptação da consciência à nova realidade vai se dar com toda a radicalidade entre o núcleo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, a tal ponto, que essa adaptação vai superar inclusive à dos próprios dirigentes da CUT no Estado do Pará. Haverá um rompimento inevitável entre este núcleo e os principais dirigentes da CUT no Pará. O motivo foi o apoio dado pelo Sindicato ao candidato a governador, Almir Gabriel do PSDB, nas eleições de 1994. O PT havia feito sua autocrítica do apoio dado a este em 1990³⁸⁰, e lançou o nome do deputado Valdir Ganzer para o governo. O apoio dos dirigentes sindicais, inclusive com aparição nos programas eleitorais do candidato do PSDB, estava embasado no retorno financeiro aos projetos do Sindicato, principalmente à co-gestão da fábrica da Copala, que se encontrava à época em regime de falência.

Quando perguntamos a Sullivan o por que da saída do sindicato da CUT e a entrada na Força Sindical, obtivemos seguinte resposta:

“...Nós acreditamos que o sindicato não deve ser uma correia de transmissão do partido. Então, por conta disso, há 12 anos atrás, nós tomamos a decisão de diretoria de apoiar o Almir Gabriel para o governo, e a CUT, logicamente na visão dela, tentou influenciar para que o sindicato apoiasse o candidato do PT na época. Nós acabamos ficando com essa postura independente, o que resultou numa divergência que na época acabou não sendo possível solucionar. E como houve uma posição política da CUT, de nos, tipo chamar a atenção, dizendo que estávamos sendo punidos por questões ideológicas mesmo – isso estava escrito no papel na época – e aí nós decidimos sair da CUT por espontânea vontade; nós decidimos, a diretoria decidiu, e ficamos por um longo período sem nos filiar a outra central porque nós tínhamos uma idéia a respeito da Força Sindical de que a Força era arqui-pelega(...)depois

³⁸⁰ . O único setor que não havia dado apoio a Almir Gabriel à época foi a Convergência Socialista, a principal corrente de esquerda no interior do PT, que tinha como liderança o deputado Estadual Babá.



de muito tempo, nós avaliamos o seguinte: nós não podemos ficar sem uma central. Por quê? Primeiro pela organização nacional dos trabalhadores, a forma como se organizam os sindicatos no Brasil, e como a parte política das ações são feitas pelas centrais, e então, às vezes nós precisávamos de alguma coisa de Brasília, e não tínhamos contato nenhum e nem relações políticas que nos permitissem resolver os problemas. Então, resolvemos conhecer a Força, e fomos descobrir que a Força não era aquilo que a gente pensava, tivemos contato com o Sindicato dos Metalúrgicos de SP, e fomos descobrir que o Sindicato dos Metalúrgicos de SP é muito mais aguerrido que muitos sindicatos da CUT e nessa aproximação acabamos por nos filiar na Central”³⁸¹

Assim, a nova história do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Pará, com sua guinada à “direita” inicia-se em 1994 e completa o seu ciclo com a filiação a uma Central de “direita”, como Antunes (1995b) havia caracterizado a Força Sindical. Também os quadros políticos que tinham vindo do PRC e do PT, quase todos eles haviam trocado de partido, uns integrando-se ao PSDB e outros, a maioria, fazendo parte do PV (Partido Verde), um partido que atua mais como satélite do PSDB no Estado; no PV, hoje, estão todos os ex-dirigentes sindicais e políticos que romperam com o PT no passado, como Zé Carlos, que chegou a ser deputado Estadual pelo PT no Pará, e no último mandato do governador Simão Jatene, ocupava um cargo de Chefe da Casa Civil.

Ao atrelar o seu destino a um “sindicalismo de resultados” presente na Força Sindical, o SIMETAL deixava para trás o seu passado mais conseqüente, mais aguerrido, de uma direção que foi capaz de fazer uma greve de uma semana contra a mais poderosa empresa metalúrgica de nossa região, a ALBRAS.

A Força Sindical, segundo Rodrigues e Cardoso (1993) surgiu propondo-se a “lutar pelo capitalismo”; pregava, como as outras centrais, uma mudança na sociedade, mas uma mudança conservadora. Segundo os autores,

³⁸¹ . Entrevista concedida no primeira semana de 2007, na Sede da Federação Norte dos Metalúrgicos, filiada à Força Sindical.



“A Força Sindical, ao contrário [do sindicalismo que defendia o socialismo], propõe-se a lutar pelo capitalismo. A mudança se referiria ao conteúdo do capitalismo que existiria entre nós. A nova sociedade desejada pela Força Sindical, como diz o seu programa, seria ‘uma sociedade moderna, com base na competição, prosperidade, democracia e participação’. A Força Sindical se apresenta como contrária ao ‘capitalismo selvagem’, que se basearia na prática dos cartéis e monopólios e na busca de favores e benesses do Estado. Seu ideal é uma economia de mercado mais aberta, nos quadros de uma ‘sociedade moderna, competitiva, democrática, competente e progressista...’³⁸²

É esse novo espírito ideológico que vai determinar, por exemplo, a posição dos dirigentes do SIMETAL em relação ao processo de privatização da CVRD. A Força Sindical defendeu todos os projetos de privatização do governo FHC, não se contrapondo a nenhum deles. Mesmo com o giro social-democrata da CUT, houve protestos por parte da mesma contra as privatizações do governo FHC, principalmente contra a privatização da CVRD em 1997.

Sullivan referiu-se assim, ao processo de privatização da CVRD:

“Na verdade nós não sentimos muito o impacto da privatização da CVRD. (J= Não houve mudanças?) Houve [mudanças] pra melhor, foi uma das melhores coisas que o governo brasileiro fez foi a privatização que melhorou muito...o trabalhador era tratado na porrada...depois que a Vale foi privatizada melhorou muito a relação com o sindicato...”

Quando perguntamos sobre uma possível reestatização, em função da revisão do processo por uma Juíza de Brasília, respondeu-nos o seguinte:

“Nós somos a favor da privatização. Mas a questão não é mais puramente ideológica, não trabalhamos mais assim...a reestatização da Vale é um peso pro Estado brasileiro...O Estado brasileiro tem que dar conta da população, saúde, educação...a empresa não pode pegar o lucro dela e aplicar no estado, não pode...O modelo que está propondo é o da União Soviética...aí vai quebrar como lá...”

É uma declaração bem diferente do ex-dirigente sindical que acreditava na mudança socialista da sociedade, há duas décadas atrás. Entretanto, essa postura

³⁸² . Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins, CARDOSO, Adalberto Moreira. **Força Sindical: uma análise sócio-política**. São Paulo: Paz e Terra, 1993; pp. 17-18.



está de acordo com o que defende a Força Sindical dentro do sindicalismo brasileiro, uma postura de conciliação permanente, de defesa do capitalismo e de suas relações sociais. O discurso de Sullivan reflete uma concepção ideológica que foi instaurada no Brasil a partir da ascensão de Fernando Henrique ao governo, como vimos no capítulo III.

Com a filiação do Sindicato à Força Sindical vai haver um movimento inverso na própria organização sindical do SIMETAL. A nova orientação é descentralizar o sindicato, criando sindicatos municipais, com o objetivo de filiá-los a Federação dos Metalúrgicos, e dar mais organicidade à estrutura nacional da Força Sindical. No caso de Barcarena, a municipalização vai se dar também por outros motivos, como o surgimento de uma oposição, que vai colocar como reivindicação central, um Simetal mais atuante na região, comprometido com os interesses dos trabalhadores da ALBRAS, que é a base majoritária do sindicato.

Não conseguimos entrevistar os membros da Oposição, mas pelos relatos dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos, a Oposição vai ser desmantelada pelos atuais dirigentes do SIMETAL, que os acusavam de fazer o “jogo dos patrões”, da “empresa”. De fato, no Boletim do SIMETAL, de julho de 2001, a OMEPA (Oposição Metalúrgica do Pará) é apelidada de “Oportunismo Metalúrgico de Pelegos”. Nessa época, antes de se filiar na Força Sindical, o Sindicato andou conversando com a Social-democracia Sindical, e foi com esse pessoal que os dirigentes do SIMETAL se aliaram para desmantelar a oposição. Contraditoriamente, os próprios dirigentes do SIMETAL tiveram que chamar a fundação do Sindicato Municipal de Barcarena, que era a principal reivindicação da Oposição.

A Nota da Diretoria, à época, foi um ataque desmesurado à Oposição, que contava com o apoio da CUT:



“Mostrando união, determinação e capacidade de mobilização o Sindicato dos trabalhadores Metalúrgicos do Pará (SIMETAL), com o apoio de vários sindicatos da Social-democracia Sindical, demonstrou no dia 16 de julho passado, a força de luta de centenas de metalúrgicos de Belém, Abaetetuba, Castanhal e Marabá. Todos esses companheiros da categoria participaram de uma assembléia golpista em Barcarena, organizada pela Oposição Metalúrgica do Pará – OMEPA, representada por pelegos perdedores da última eleição do sindicato.

Essa dita ‘oposição do quanto pior melhor’ pretendia fundar o Sindicato dos metalúrgicos de Barcarena. Mas, a maioria absoluta dos trabalhadores disseram NÃO AO GOLPE DE OPORTUNISTAS INCONFORMADOS, que além de serem poucos, mostraram que não têm representatividade junto à categoria. Tudo isso é feito porque a dita ‘oposição’ já sabe que sairá mais uma vez derrotada da eleição do SIMETAL, em 2002.

Antecipando-se a esta tentativa golpista e contando com o verdadeiro apoio da categoria, o SIMETAL no dia 14 de julho, promoveu uma assembléia geral e fundou o Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena, que tem diretoria própria e independente³⁸³

Na verdade, as versões que ouvimos de outros trabalhadores é que foram levadas várias pessoas na Assembléia que defendeu a fundação do Sindicato e da diretoria alinhada com os dirigentes do SIMETAL, que não eram da categoria. Assim, com esse clima polêmico, os trabalhadores da ALBRAS passariam a ser representados diretamente por um Sindicato Municipal de Barcarena, depois de mais de uma década sendo representados pelo Sindicato Estadual. Quando concluíamos nossa pesquisa de campo, os dirigentes do Simetal aguardavam a Carta sindical do Sindicato Municipal. Entretanto, haviam acabado de destituir o presidente do Sindicato Municipal, segundo eles porque “o cara tava usando o sindicato para proveito próprio”.

A imagem que temos hoje do Simetal é uma imagem apagada no meio dos trabalhadores da ALBRAS. Conversamos com dirigentes dos Simetal de Barcarena e dos Químicos e a opinião é essa. O próprio Edil Pinheiro falou-nos que o SIMETAL

³⁸³ . Cf. Boletim Informativo do Sindicato dos Metalúrgicos do Pará. Edição 61, julho de 2001, pág.03.



perdeu muito de sua representatividade entre os trabalhadores da ALBRAS; hoje, uma das únicas vantagens que o sindicato oferece é o “corte de cabelo” na sede de Vila dos Cabanos. Não há muitas iniciativas em relação a ALBRAS, tanto que a maioria dos filiados em Barcarena é da ALUBAR e de outras empresas, e não da grande empresa metalúrgica, que é a ALBRAS.

Contrastando com o SIMETAL, veremos que o Sindicato dos Químicos tem uma combatividade bem maior, pela postura dos dirigentes, pelos materiais contra a ALUNORTE e pela referência que é o espaço do Sindicato em Vila dos Cabanos.

4.5 – O Sindicato dos Químicos: da CUT à... ?

O Sindicato dos Químicos de Barcarena foi fundado no dia 26 de junho de 1998. É composto por 14 diretores, dentre os quais o Presidente e o vice e está dividido em cinco secretarias: 1ª Secretaria de Comunicação e Relações Externas – Titular e vice; 2ª Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer; 3ª Secretaria de Educação, Treinamento e Formação; 4ª Secretaria de Segurança, Saúde e Meio Ambiente; 5ª Secretaria de Negociação e Assuntos Jurídicos.

O Sindicato dos Químicos de Barcarena é um dos mais novos sindicatos do Estado do Pará. Sua fundação em 1998 foi uma iniciativa política de sindicalistas ligados a CUT e que teve o apoio de vários sindicatos Estaduais. Segundo Gilvandro Santa Brígida³⁸⁴, atual vice-presidente do sindicato, foi uma necessidade política, visto que o Sindicato Estadual dos Químicos era atrelado a Força Sindical e se manifestava apenas nos momentos de fechar o acordo coletivo dos operários químicos, sem participar das grandes discussões na base.

³⁸⁴ . Entrevista concedida a nós na Sede do Sindicato dos Químicos, em janeiro de 2007.



Ainda, segundo Santa Brígida, os trabalhadores se articulavam em forma de comissão de fábrica, mas esta não tinha o poder legal de fechar os acordos, visto que este poder estava com o Sindicato Estadual, e sempre havia o risco de demissões, por não haver a estabilidade sindical. Tanto que os três primeiros acordos coletivos na Alunorte (96/97, 97/98 e 98/99), a partir de sua entrada em operação em 1995, foram assinados pelos presidentes do Sindicato Estadual³⁸⁵, José de Jesus Castela (os dois primeiros) e Ailson Pantoja (o de 98/99). Entretanto, é bom que se diga que o Acordo Coletivo de 98/99 só foi assinado pelo Estadual porque ainda não havia sido liberada pelo Ministério do Trabalho a carta sindical ao Sindicato Municipal criado em junho de 98, mas já a influência dos novos sindicalistas era predominante no conteúdo do acordo.

Como já assinalamos na parte que trata da reestruturação produtiva na ALUNORTE, o núcleo fundador do Sindicato dos Químicos de Barcarena se estrutura em torno de Manoel Paiva, Sodré e o próprio Gilvandro Santa Brígida, irmão do ex-presidente do SIMETAL, Sullivan Santa Brígida. Eles haviam sido selecionados pela ALBRAS para – junto com outros operários – darem a partida na fábrica da ALUNORTE, em julho de 1995. Levaram com eles a experiência acumulada na ALBRAS, desde a greve de 1990 e outros momentos de luta contra a reestruturação do capital.

Diferentemente dos dirigentes do SIMETAL, que estavam dando um giro de 360 graus à “direita”, eles permaneceram com sua consciência sindical combativa,

³⁸⁵ . O nome completo do Sindicato é **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Petroquímicas, farmacêuticas, tintas, vernizes, plásticos, resinas sintéticas, explosivos, sabão, velas, óleos e similares dos municípios de Belém, Barcarena, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, Castanhal, Acará, Tomé-Açu, Capitão Poço, Santarém, Abaetetuba e Marabá.**



enfrentando uma também poderosa empresa de alumina, de composição majoritária da CVRD, mas que depois vai se associar a norueguesa Norsk Hydro.

Tivemos acesso a centenas de arquivos do Sindicato dos Químicos, e, para os objetivos deste trabalho, limitaremos-nos às principais lutas levadas pelo sindicato, principalmente as que dizem respeito ao Acordo Coletivo de Trabalho, por onde também acabavam se dando as lutas contra a reestruturação produtiva.

Consolidada a fundação do Sindicato dos Químicos de Barcarena, com a carta sindical, a diretoria eleita vai priorizar na luta do acordo coletivo uma das que vai vir a ser a principal conquista da categoria: a “semana francesa” ou a “quinta turma”, que possibilitará aos trabalhadores ter mais descanso em sua jornada de trabalho. O que a ALUNORTE tentava tirar com uma mão – a reestruturação produtiva – os trabalhadores conquistavam com a outra. Enquanto na ALBRAS houve um retrocesso com a retirada de um turno, logo após a privatização da empresa, na ALUNORTE essa é uma conquista que os trabalhadores mantêm até hoje.

Na opinião do Sindicato dos Químicos, após seis anos, essa continua sendo a principal conquista:

“Em reunião realizada no dia 18 de agosto de 2006, a ALUNORTE e o Sindicato renovaram o acordo para a manutenção do regime de turno atual, que foi referendada pelos trabalhadores em assembléia geral na sede do sindicato, no dia 14 de agosto.

Não temos como medir a importância desta conquista para os trabalhadores de turno na ALUNORTE. Manter a tabela de turno atual (francesa) é motivo de muito orgulho para a direção do Sindicato, pois foi uma conquista não apenas de uma tabela de turno mais humana e digna de se trabalhar, mas principalmente pela inclusão de centenas de trabalhadores no mercado de trabalho. Uma vitória que deixa todos os envolvidos no processo pela mudança de tabela de turno ocorrido em 1999, muito orgulhosos e mostra o quanto é importante um sindicato comprometido com os anseios de seus trabalhadores.

A conquista da quinta turma na ALUNORTE aconteceu em um momento importante na história do sindicato, onde os empregados



*depositaram total confiança na entidade, o que fortaleceu bastante seus diretores e foi crucial para a vitória dos trabalhadores...*³⁸⁶

De fato, como já assinalamos acima, foi um golpe concreto contra o processo de reestruturação produtiva que estava em voga na empresa. Os trabalhadores conquistaram um novo turno de trabalho, trouxeram mais operários para a empresa e ainda tiveram um aumento em seu descanso semanal. Como vimos, reestruturar uma empresa, na linguagem do capital, nada mais é do que “demitir” trabalhadores; e na ALUNORTE, deu-se um movimento contrário por força da luta operária.

Uma das questões que nos intrigou em nossa pesquisa em relação ao Sindicato dos Químicos foi: por que não houve nenhuma greve na ALUNORTE até o presente momento? Há uma explicação histórica: os quadros da ALBRAS foram deslocados para dirigir a ALUNORTE e levaram consigo a experiência de uma greve na empresa de origem. Foi um exemplo que ficou. E por isso, tentavam ceder às reivindicações dos trabalhadores antes que os embates desembocassem em uma greve.

Em vários momentos, a direção do Sindicato dos Químicos havia deixado nas mãos da categoria a solução da greve. Esgotados os recursos na mesa de negociação com a direção da ALUNORTE, só restaria este “último recurso”. No acordo coletivo de 2000, os trabalhadores estiveram à beira da greve. Todos os informativos do Sindicato da época³⁸⁷, colocavam como esgotadas as conversas com a direção da empresa.

O impasse começou quando a empresa trocou arbitrariamente o local das negociações. O Sindicato queria que as negociações fossem, como de costume, em

³⁸⁶ . Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. Informativo: **Tabela de Turno**. Arquivo CD-ROM, 23/08/06.

³⁸⁷ . Foram lançados cerca de 17 Informativos entre outubro de 2000 a fevereiro de 2001, colocando a intransigência da direção da ALUNORTE.



Barcarena, e a empresa jogou as reuniões para Belém. No Informativo nº 1 do Acordo Coletivo 2000, foi expressa a indignação da categoria:

“Nem bem iniciamos o acordo coletivo deste ano e a ALUNORTE já começa a mostrar sua costumeira má vontade com os trabalhadores: como local para a primeira reunião do acordo coletivo (terça-feira, 24/10), a empresa escolheu a Sede da FIEPA (Federação da Indústria do Estado do Pará) em Belém, com a clara intenção de afastar os trabalhadores do clima das negociações. Não há justificativa para levar a negociação para Belém, se aqui temos local que satisfaz os interesses tanto da empresa quanto dos trabalhadores. Agindo desta maneira, a ALUNORTE se distancia cada vez mais, e sempre, de seus empregados. O Sindicato está enviando documento para a empresa sugerindo local para a reunião aqui mesmo na Vila dos Cabanos e considera que não há motivos para que a empresa já inicie as negociações com a intransigência que lhe é peculiar”³⁸⁸.

O impasse do local foi resolvido com uma fórmula conciliatória, onde as reuniões se alternavam entre Belém e Barcarena; os trabalhadores tiveram que votar em assembléia, antes, que o local das reuniões deveriam ser em Barcarena e não em Belém, conforme Informativo nº 5 do Acordo Coletivo 2000. No Informativo nº 6, o Sindicato é obrigado a desmentir um Informativo da Empresa, onde a mesma dizia que havia um “acordo” para realizar as reuniões dos dias 09 e 10 de novembro em Belém. Nos informativos seguintes, o clima fica mais quente entre o Sindicato e a Empresa, que se recusa em conceder a proposta votada em Assembléia dos químicos. No Informativo nº 9, a palavra GREVE aparece pela primeira vez, e a partir de então, será uma constante nos boletins da entidade. No final do Boletim há

³⁸⁸ . Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. **Acordo Coletivo 2000**. Informativo nº 1. Arquivo CD-ROM, 05/01/01.



os seguintes dizeres: “A Empresa fez a Opção. Com esta decisão, a Greve será a solução”.

Para tentar mediar a proposta de greve, o Sindicato prepara um Ato Público em frente da fábrica para o dia 03 de janeiro de 2001, *“com a participação de lideranças sindicais nacionais e do Estado, CUT-PA, Parlamentares ligados às causas dos trabalhadores, líderes religiosos, todos unidos em solidariedade à causa dos trabalhadores da ALUNORTE”*. O Sindicato encarava esse momento como uma “prova”, onde se fosse preciso, se daria “o sangue” para ver atendidas as justas reivindicações.

Diante do impasse, devido á intransigência da ALUNORTE, que não aceitava nem uma proposta de mediação da DRT, o Sindicato se prepara para entrar com o dissídio no Tribunal do Trabalho, alertando a categoria:

*“O momento é de afunilamento no sentido de celebrar o acordo ou partir para ações mais decisivas e radicais. O Sindicato divulgou para a categoria a agenda de atividades que culminará com a assembléia para tirar **indicativo de greve** e considera que com o apoio da categoria poderemos encaminhar ações com o peso e a força necessária para a nossa vitória”³⁸⁹.*

Em seguida, a categoria tem um enfrentamento com a Polícia Militar, por conta da visita do Presidente da CVRD, no dia 12.01.01. Os trabalhadores haviam preparado faixas com as principais reivindicações e ficaram a postos na rodovia do Trevo do Murucupi, quando foram abordados por um pelotão da polícia militar armado com metralhadoras, que ali ficou para intimidar os dirigentes sindicais, até que a comitiva do presidente da Vale passasse. O fato foi denunciado no Boletim nº 13:

*“ALUNORTE MANDA POLÍCIA ARMADA CONTRA TRABALHADORES
...O Que a ALUNORTE quer produzir além de alumina? Mártires?*

³⁸⁹ .Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. Informativo nº 12, **Dissídio Coletivo**. Arquivo CD-ROM, 08/01/2001.



Mesmo diante destes atos que procuram minar e destruir a moral dos trabalhadores, nós não vamos desistir e admitimos mesmo que estas ações só estão acelerando o processo e nos fazendo pensar mais rapidamente no momento em que realmente, iremos nos confrontar com quem quer que seja: polícia, seguranças da ALUNORTE, assessores truculentos. O momento está próximo e nesta semana que entra, os trabalhadores devem estar preparados ao sinal do sindicato³⁹⁰.

O Sindicato estava convicto de que a greve era uma questão de dias. Um novo Ato Público começa a ser preparado, com o objetivo de forçar a ALUNORTE a ceder de uma vez por todas, e sair de sua proposta de “4%” de reajuste salarial. “A hora se aproxima”, dizia o Boletim nº 14 para a categoria. Depois do Ato não haveria mais mediações e o confronto direto, através da greve, seria o último recurso, pois a questão já estavam no plano do dissídio. No Informativo nº 16, ao mesmo tempo em que anuncia a primeira audiência de conciliação do Dissídio, o sindicato prepara a categoria para o confronto final:

“No próximo dia 13 (uma boa data!) enfrentaremos a primeira fase deste processo [de dissídio]: a Audiência de conciliação. Neste dia o juiz vai ouvir os argumentos de ambas as partes e se, naquele momento, perceber a perspectiva de um entendimento, fará esforços para a resolução do impasse, se necessário, fazendo uma proposta de conciliação.

(...)Durante esta semana e, especialmente no dia 13, a categoria deve estar mobilizada e atenta aos sinais do sindicato. Não podemos hoje, depois de ferrenhos embates e vitórias políticas expressivas, cair em armadilhas da empresa ou de quem vem em seu nome, pois estamos reiniciando um processo que poderá nos levar a um acordo coletivo que atenda nossos anseios ou que poderá nos levar a reações radicais como o fechamento da rodovia e a deflagração de um movimento grevista³⁹¹.

O resultado da audiência de conciliação foi uma “declaração de guerra” da empresa ao sindicato. No Informativo nº 17, o sindicato denuncia que a empresa foi

³⁹⁰ . Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. Informativo nº 13, **Sindicato entrega carta ao Presidente**. Arquivo CD-ROM, 30/01/2001.

³⁹¹ . Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. **Dissídio: Audiência de conciliação dia 13**. Arquivo CD-ROM, 6/2/2001.



para a audiência com a intenção de dificultar o entendimento e não quis nem saber da proposta da juíza que oferecia reajuste de 6,15% e um abono de 1000 reais em até três vezes. Diante disso, o sindicato mais uma vez conclama os trabalhadores para a possibilidade da greve: *“A empresa ALUNORTE está nos desafiando e a nós, trabalhadores honestos, dedicados e valorosos, resta-nos aceitar o desafio, e enfrentá-la”*³⁹².

Mas, não foi ainda dessa vez que aconteceu a greve na ALUNORTE. Finalmente, o Acordo Coletivo é fechado, antes que os trabalhadores recorram ao método que os operários da ALBRAS utilizaram em agosto de 1990.

A palavra “greve” vai voltar à tona no Acordo Coletivo 2003/2004, já em pleno governo Lula. Uma das principais reivindicações dos trabalhadores era o tíquete alimentação. Era um direito que existia há oito anos atrás e que foi tirado pela Empresa quando da passagem da ALBRAS para a ALUNORTE. Como não havia ainda um sindicato combativo da categoria, essa luta volta com força a partir da fundação do Sindicato dos Químicos de Barcarena.

Já no Acordo Coletivo 2002/2003 o Sindicato colocava o que significava em ganho para as diversas faixas salariais, a conquista do tíquete-alimentação:

*“Para a faixa salarial abaixo de 1.000 reais (44% dos trabalhadores) = acréscimo de 12,5%;
Para a faixa salarial até 1.400 reais (47% dos trabalhadores) = acréscimo de 8,9%. Neste campo, note-se que para 91% dos trabalhadores da ALUNORTE, os tíquetes representam, hoje, minimamente, um ganho médio de 10,64%.
Para a faixa salarial até 2.000 reais (7% dos trabalhadores) = acréscimo de 6,25%;
Para a faixa salarial acima de 2.000 reais (2% dos trabalhadores), o ganho médio é de 4,25%.”*³⁹³

³⁹² Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. **Empresa Declara Guerra**. Informativo nº 17. Arquivo CD-ROM, 13/02/01.

³⁹³ Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. **Dia 26, terça-feira, dia de boicote ao restaurante**. Informativo Acordo Coletivo 2002/2003. Arquivo CD-ROM, 25/11/2002.



Não foi ainda no Acordo Coletivo de 2002/2003 que os tíquetes foram conquistados, mas a luta estava posta e viria com mais força no ano seguinte, com a radicalização dos trabalhadores para se conseguir o mesmo.

De fato, em setembro de 2003, o Sindicato iniciava a campanha salarial, tendo como eixos a “reposição salarial, Tíquetes e Ganho Real”, além de assegurar avanços nas cláusulas sociais, como educação, assistência médica e moradia³⁹⁴.

Essa campanha salarial contou com o apoio decisivo das mulheres dos operários, que realizaram um “*panelaço*” na rua Gaspar Viana em frente a DRT. O informativo do Sindicato realça a atividade realizada pelas mulheres e denuncia a ALUNORTE que estaria provocando a categoria a sair à greve:

*“Panelaço fecha a Rua Gaspar Viana em Belém
A manifestação comandada pelo Sindicato dos Químicos em frente a DRT, em Belém, hoje, paralisou a rua Gaspar Viana por mais de 2 horas com o panelaço realizado pelas mulheres, companheiras e familiares dos trabalhadores da Alunorte. O panelaço, no limite de nossas possibilidades, congregou um número expressivo de manifestantes que por muito indignados e revoltados com a intransigência da Alunorte, suportou as horas de fome, sede e desconforto na cidade de Belém com o ímpeto e a decisão de buscar para todos nós, melhores dias...
Alunorte Provoca o Sindicato e sugere greve...”³⁹⁵*

Foi uma das últimas manifestações, antes da assinatura do Acordo Coletivo, que vai se dar no dia 04 de dezembro de 2003. Mesmo com a provocação da empresa, a greve não vai se dar, pois os trabalhadores, em Assembléia Geral, aceitam o acordo proposto pela mediação da DRT, que consistia na concessão do benefício do tíquete e um reajuste salarial de 12%. Por 142 votos favoráveis e 105 contra, a proposta de Acordo foi fechada com a ALUNORTE. Não fosse a mediação proposta pela DRT, o Sindicato estava decidido a levar a categoria á greve, pois

³⁹⁴ . Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. **Trabalhadores da ALUNORTE iniciam campanha salarial**. Arquivo CD-ROM, 30/09/2003.

³⁹⁵ . Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. **Panelaço fecha a Rua Gaspar Viana em Belém**. Arquivo CD-ROM, 17/11/2003.



diante da radicalização da empresa não havia outro caminho, conforme foi exposto no Informativo da Entidade:

“O Sindicato considera que a proposta aprovada em Assembléia para o Acordo 2003 foi o resultado dos esforços conjuntos realizados pela entidade e pelos trabalhadores e que veio como alternativa para evitar a greve, pois que, após a proposta colocada pela DRT, outro caminho não havia...

A decisão sobre a greve

Quem votou a favor da proposta, logicamente, não estava a vontade para fazer a greve, sentimento que se revelou claramente, no último movimento pela manhã, em frente à fábrica quando boa parte dos trabalhadores que vinha colaborando com os movimentos de pressão propostos pelo Sindicato, esvaziou a ação e passou pela catraca, apesar dos apelos dos sindicalistas e da argumentação de que agindo daquela maneira, eles justificariam a ação policial contra os dirigentes sindicais, que, por sinal, já haviam se confrontado com a polícia no dia anterior e haviam sido poupados, no confronto, exatamente por causa da presença solidária dos trabalhadores do ADM”³⁹⁶

O Sindicato percebeu que, naquele momento, havia perdido a batalha para garantir o movimento grevista na categoria. A proposta da DRT foi encampada pela Empresa, que começou a se articular junto a setores dos trabalhadores para que a Assembléia Geral desse o aval à mesma e esvaziasse o poder de fogo do sindicato.

Com esse Acordo Coletivo, a categoria dos químicos trazia de volta um de seus direitos que havia sido expropriado quando da passagem da ALBRAS para a ALUNORTE. Foi uma das últimas grandes conquistas do Sindicato dos Químicos de Barcarena. Nos Acordos Coletivos seguintes não houve muitas novidades; mantinham-se as cláusulas sociais e se lutava para a reposição da inflação.

Paralelamente à discussão do Acordo Coletivo, o Sindicato também se empenhava na luta pela Participação nos Resultados. Era uma forma de subtrair os lucros dos patrões nacionais e internacionais. Por falta de dados, que não nos foram fornecidos pela ALUNORTE, não conseguimos reproduzir o mesmo cálculo que

³⁹⁶ . Cf. SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. **Assinado Acordo Coletivo 2003/2004**. Arquivo em CD-ROM, 09/12/2003.



fizemos para os operários da ALBRAS sobre quanto produz anualmente, mensalmente e diariamente cada trabalhador na fábrica.

Independente de não termos os cálculos precisos do processo produtivo na ALUNORTE suspeitamos que a mesma exploração se dá em relação aos operários da empresa. No final das contas, todo o objetivo do processo de produção, como analisou Marx (1996), é “garantir a produção de um valor a mais, a mais valia”. Sem contar que, por conta da demanda do mercado mundial, principalmente da China, a ALUNORTE é uma empresa em expansão.

Até hoje o Sindicato dos Químicos de Barcarena ainda é filiado a CUT, mas já há um questionamento da postura da Central Única dos Trabalhadores de submissão ao governo Lula, de se discutir as alternativas que surgem, como a Conlutas e outros rearranjos sindicais que surgem no cenário nacional. Não sabemos se o sindicato vai estar filiado a CUT a médio prazo, mas independente disso, a postura da direção do sindicato tem sido independente e tem priorizado o caminho das lutas e não da conciliação com a empresa.



CONCLUSÃO

Com esta dissertação sobre o *movimento operário versus reestruturação produtiva no Complexo Albrás-Alunorte*, mostramos que, produto da crise econômica crônica do capitalismo imperialista que vem desde meados da década de 60 e agravada pelos dois choques do petróleo, foi possível se estabelecerem na Amazônia Oriental, duas plantas industriais modernas, que não existiam em nenhuma parte de nossa região.

Ao aprofundarmos nossos estudos sobre a crise do capitalismo verificamos que o que se convencionou chamar de “globalização” no mundo anglo-saxão, não significa uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo, e muito menos que o “globalismo” seria a “fase superior” do capitalismo, como Mello (1999) tentou argumentar. Ao contrário, como o próprio ideólogo do imperialismo norte-americano, John Galbraith declarou, o termo “*globalização*” foi inventado por eles para que os países dependentes, *semicoloniais*, abrissem suas economias para as empresas transnacionais, a maioria delas concentrada nos países capitalistas desenvolvidos, e, claro, nos Estados Unidos, e se adaptassem aos novos processos produtivos do capitalismo global.

Para nós, como vimos, trata-se na verdade de um novo nome para uma velha prática, o imperialismo, analisado e caracterizado por Lênin (1986) como a “fase superior do capitalismo”, onde há a fusão do capital bancário com o industrial; onde há “exportação de capitais” e maior concentração e centralização de empresas e capitais. Esse fenômeno não é sinal de vitalidade do capitalismo, mas de sua decadência. Por isso, achamos mais conveniente chamar a “globalização” como



uma fase superior do imperialismo, porque apenas aprofunda processos já presentes desde o início do século XX.

Independente das discussões teóricas que foram feitas, não se pode negar que esse processo de crise – agravada pelos dois choques do petróleo, onde o capitalismo não consegue acumular capital como fez com o *boom* do pós-guerra – trouxe problemas novos para os países e para o movimento operário. Desencadeou-se por todo o mundo capitalista o que Harvey (2004) chamou de “acumulação flexível”, tendo como alvo o regime fordista de acumulação, caracterizado por sua rigidez, e onde o movimento operário era mais concentrado e de massa.

Esse movimento, que se convencionou chamar de “reestruturação produtiva”, trouxe sérias conseqüências para a classe operária, seus sindicatos e suas formas de organização.

A expressão mais fenomênica dessa reestruturação produtiva, como vimos, é o modelo toyotista, que Coriat (1999) chamava de “ohnismo”, por conta do engenheiro da Toyota que sistematizou as descobertas dos novos métodos de produção. Vimos com Coriat, que o eixo do sistema toyotista é “reduzir pessoal”, a começar pelos estoques que não seriam mais necessários; como diria Ohno “por trás dos estoques está um excesso de pessoal”, mas também pelo sistema just-in-time, pelo Kanban, o sistema de placas, tudo com o objetivo de otimizar o processo produtivo e flexibilizá-lo, criando operários polivalentes, que aprendam a comandar computadores e máquinas inteligentes.

Por trás desse processo, criou-se uma verdadeira rede de subcontratação de empresas, a ‘terceirização’, que trouxe uma nova categoria de trabalhadores, a que



Antunes (1995; 2000) chamou de “precarizados”, altamente rotativos, sem direitos reconhecidos, mas que sustentam todo o modelo toyotista do trabalho.

Analisamos que, com a crise do capitalismo, a Amazônia Oriental foi sendo empurrada para os novos fenômenos da divisão do trabalho no plano internacional. Ao invés de simples exportadora de produtos extrativistas, a nova função seria exportar produtos minerais manufaturados, como o alumínio. O alumínio é o símbolo da crise do capitalismo, em se tratando da Amazônia Oriental, pois ele significa energia barata, um proletariado passivo e que vai se sujeitar aos processos produtivos mais modernos.

Assim, com as crises do petróleo, o regime militar vai intensificar os acordos bilaterais com o capitalismo japonês para a implantação de um complexo de alumínio-alumina na cidade de Barcarena/Pa. Com todos os desdobramentos da crise que vimos no capítulo I, a primeira fábrica, a ALBRAS vai ser inaugurada em 1985. Com ela veio um contingente de operários concentrados, que no início eram quase três mil trabalhadores, mas que vai decrescendo ao longo do tempo, por conta desse processo de reestruturação produtiva.

É na ALBRAS que o movimento operário vai realizar as primeiras lutas pelos acordos coletivos de trabalho e contra o início daquilo que viria a ser chamado Controle da Qualidade total, uma das táticas utilizadas pela reestruturação produtiva capitalista. Foi na ALBRAS, como vimos, que a moderna classe operária da Amazônia Oriental, realizou a primeira greve contra uma Empresa considerada de “primeiro mundo”. Contraditoriamente, é na ALBRAS, onde o movimento operário será mais atacado, aonde o processo de reestruturação produtiva vai se impor com mais violência. Independente de ser uma fábrica estatal naquele primeiro período,



mas os sócios capitalistas japoneses já traziam para a ALBRAS os métodos utilizados com sucesso no Japão.

É na ALBRAS que todos os experimentos de CCQs, 5S, vão se implantar com sucesso do ponto de vista capitalista. A tal ponto que até o ano de 2002, já existiam cerca de 150 círculos de controle de qualidade em toda a fábrica. Ao mesmo tempo em que essas experiências do TQC iam se aprimorando, e expropriando aquilo que Antunes (1995; 1999) chamou de “Saber” e “fazer” operário, o ciclo de demissões vai se aprofundando, caracterizando aquilo de Coriat (1994) chamava de “alma” do ohnismo/toyotismo, a “fábrica mínima”.

Em pouco mais de uma década (1990-2001), a ALBRAS vai reduzir o seu contingente direto de trabalhadores em quase 50%, tornando-se um exemplo, do ponto de vista capitalista, para as maiores empresas da indústria do alumínio no mundo. Por outro lado, como vimos, este movimento vai contar com aquilo que Castro (2004) chamou de “*passivização*” do movimento operário e sindical, onde o sindicato dos metalúrgicos não reagiu à altura dos desafios colocados para o momento.

Em relação à ALUNORTE, o Controle de qualidade Total se impôs desde o início, pois ela foi inaugurada com um atraso muito grande em relação ao cronograma previsto no projeto original. Inclusive, foi a ALBRAS a encarregada pelo grupo Vale de dar a partida na fábrica de alumina, transferindo para aquela, seus métodos e quadros operários já educados no “controle de qualidade total”. Quando de sua inauguração em 1995, os operários da ALBRAS faziam sua última resistência, seja individual, seja com o protesto do sindicato, e foi mais fácil para a gerência da Alunorte implantar o seu controle de qualidade total.



Mas, diga-se de passagem, são dois processos completamente diferentes, pois enquanto a ALBRAS demitia quase a metade dos seus operários e funcionários, a ALUNORTE por conta do *boom* da Bauxita – principalmente por conta do fator China – admitia mais trabalhadores e expandia sua planta. Sem contar que são duas indústrias totalmente diferentes do ponto de vista do processo produtivo. Os conhecimentos técnicos da fabricação de alumina requerem cuidados especiais que não são necessariamente os mesmos da produção de alumínio. Então, é mais fácil uma refinaria de alumina, manter um quadro estável de trabalhadores e expandi-lo quando for o caso, como fez a ALUNORTE em 2006.

O fato é que assistimos na Amazônia Oriental o surgimento de um movimento concentrado, em fábrica moderna, que aos poucos foi sendo flexibilizado, reestruturado, para atender às exigências do capitalismo mundial, que, em última instância, é garantir seus lucros, sua mais-valia.

Entretanto, como pudemos perceber, mesmo com toda a crise mundial pela qual atravessava o movimento operário, quando da instalação das fábricas da ALBRAS e da ALUNORTE, vimos que aqui na nossa região, o Sindicato dos Metalúrgicos, até o momento em que tinha uma consciência progressiva, resistiu e fez greve contra o processo de reestruturação mundial em curso. Depois, com as mudanças políticas e ideológicas advindas da “queda do Muro de Berlim” e da ex-URSS, ou seja, do stalinismo enquanto aparelho totalitário, o movimento operário dirigido pela CUT e pelo PT vai sofrer adaptações com a mudança de consciência dos dirigentes da maior central sindical do país.

Enquanto o SIMETAL, por conta da adaptação dos dirigentes ligados à “nova esquerda”, vai dar um giro e passar da CUT para a Força Sindical, na fábrica da ALUNORTE os novos dirigentes do Sindicato dos Químicos vão organizar um



sindicalismo combativo, que não se adaptava às “ideologias” dos velhos dirigentes da CUT e do PT. Desde o primeiro momento, os dirigentes do Sindicato dos Químicos de Barcarena vão se contrapor ao processo de reestruturação produtiva na empresa, inclusive conquistando a “semana francesa” de trabalho, com a introdução da ‘quinta turma’ de trabalhadores.

O fato é que com a indústria do alumínio/alumina em expansão, cada vez mais a classe operária que veio para a Amazônia Oriental, produto da crise do capitalismo mundial, se fortalece em número e em novas reivindicações por conta dos grandes problemas ambientais colocados por estas plantas industriais. Quando estiver em funcionamento a refinaria ABC, em Barcarena, teremos o maior proletariado industrial concentrado em uma região da Amazônia Oriental.

Esperamos com essa dissertação, ter ajudado para preencher as lacunas sobre o movimento operário na Amazônia Oriental e ter feito o movimento operário da ALBRAS e da ALUNORTE, enquanto estudamos seu passado recente, refletirem sobre o seu futuro e sobre o futuro do movimento operário e sindical na Amazônia.



Bibliografia Consultada

ABAL. *Fundamentos do Alumínio e sua aplicação*. São Paulo, Janeiro de 2004.

_____. *Relatório de Sustentabilidade da Indústria do Alumínio*, 2005.

ABRAMOWICZ, Betty S. *O que todo cidadão precisa saber sobre greves*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1986. (Cadernos de educação política. Série Trabalho e Capital; 1).

ALENCAR, José Maria Quadros de. *Os Impactos do Projeto ALBRAS nas relações de Trabalho no Estado do Pará*. Belém/PA, 1989. Monografia (NAEA), 92 pp.

ACORDO impede greve dos metalúrgicos na Albrás. *O Liberal*, Belém/PA, sábado, 9 de junho de 1990, Cidades.

ACORDO encerra greve dos metalúrgicos da Albras. *O Liberal*, Belém/PA, 30 de agosto de 1990, Economia.

ALBRÁS e metalúrgicos não chegam a acordo. *O Liberal*, Belém/PA, 5 de junho de 1990, Cidades.

ALBRAS mantém a competitividade. *O Liberal*, Belém/PA, 27 de novembro de 2005. Painel/Economia.

ALBRAS. *Blecaute: 12 horas sem energia elétrica na Albrás*. Belém, PA: Albrás, 1991.

_____. Alumínio Brasileiro S/A. *Folheto Explicativo*, 2001.

_____. *Acordo Coletivo 87*. Barcarena/PA, 11 de junho de 1987.

_____. *Acordo Coletivo 89*. Barcarena/PA, 01 de junho de 1989.

_____. *Acordo Coletivo 92*. Barcarena/PA, 01 de junho de 1992.

_____. *Acordo Coletivo 93*. Barcarena/PA, 01 de junho de 1993.

_____. *Acordo Coletivo 94*. Barcarena/PA, 01 de junho de 1994.

_____. *Plano de Carreiras e Sucessões: a receita para seu crescimento na Albrás*. Barcarena/PA, fevereiro de 1993.

_____. *Código de Ética*. Barcarena/PA, julho de 2002.

_____. *Círculos de Controle da Qualidade: soluções de uma equipe de talento*, 1996/2002. Barcarena/PA, janeiro de 2003.



_____. **Perfil Gerencial da Albras**. Barcarena/PA, julho de 2002.

_____. **Código de Ética e Norma de Conduta**. Barcarena/PA, janeiro de 2006.

ALCOA apresenta as múltiplas aplicações do alumínio na indústria. Disponível em: <http://www2.clubmotor.com.br/2003e>. Acessado em: 08 de maio de 2005.

ALMEIDA NETO, Jerônimo de. **Glossário da Reestruturação Produtiva: a linguagem do trabalho**. Santa Catarina: VisualBooks, 2003.

WWW.ALUMAR.COM.BR/PERFIL. Acesso: fevereiro de 2007.

ALUNEWS Nº 10, de 29 de dezembro de 2000.

_____. Nº 11, de 12 de janeiro de 2001.

ALUNORTE. **Convenção Coletiva de Trabalho: nov/96 a out/97**. Belém/PA, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Convenção Coletiva de Trabalho: nov/97 a out/98**. Belém/PA, 20 de novembro de 1997.

_____. **Convenção Coletiva de Trabalho: nov/98 a out/99**. Belém/PA, 04 de dezembro de 1998

_____. **Acordo Coletivo de Trabalho: novembro/1999 a outubro de 2000**. Belém/PA, 24 de novembro de 1999.

_____. **Acordo Coletivo de Trabalho: novembro/2001 a outubro de 2002**. Belém/PA, 07 de dezembro de 2001.

_____. **Acordo Coletivo de Trabalho: 2002/2003**. Barcarena/PA, 13 de dezembro de 2002.

_____. **Acordo Coletivo de Trabalho: 2003/2004**. Barcarena/PA, s/d.

_____. **Acordo Coletivo 2006**. Barcarena/PA, 09 de dezembro de 2005.

_____. **Código de Ética**. Barcarena/PA, novembro de 2005.

_____. **PCR – Plano de Cargos e Remunerações**. Barcarena/PA, 1997.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **SADER**, Emir (Org). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC Paulista – as greves de 1978/80**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.



_____. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1995(a).

_____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 3º ed. Cortez, 1995 (b).

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005 (Mundo do Trabalho)

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2ª ed. Campinas, SP: autores Associados, 2005.

_____. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006 (Mundo do Trabalho). 528 p.

ARCARY, Valério. **As Esquinas Perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista**. São Paulo: Xamã, 2004.

AZEVEDO, Carlos. **O Muro Americano**. In: **Manifesto**. Dezembro de 1997, número zero.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **A Economia como ela é...** 3ª edição, São Paulo: Boitempo, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOLETIM INFORMATIVO DE FÁBRICA. BIF Nº 211, de 08/03/89

_____. BIF Nº 271, de 16/05/90

_____. BIF Nº 286, de 04/09/90.

_____. BIF Nº 465, de 09/02/94.

_____. BIF Nº 540, de 19/07/95.

_____. BIF Nº 543, de 09/08/95.



_____. BIF Nº 565, DE 10/01/96.

_____. BIF. Nº 658, de 22/10/97.

_____. BIF. Edição Mensal, maio de 2004.

_____. BIF. Nº 1000, 19/05/2004.

Boletim Informativo do Sindicato dos Metalúrgicos do Pará. Edição 61, julho de 2001.

BIHR, Alain. ***Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise***. Tradução de Wanda Caldeira Brant. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BOITO JÚNIOR, Armando. ***Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil***. São Paulo: Xamã, 1999.

BOTTOMORE, Tom (Org.). ***Dicionário do Pensamento Marxista***. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1988

BRAGA, Ruy. ***A Nostalgia do Fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial***. São Paulo: Xamã, 2003.

BRASIL MINERAL. ***Bauxita/Alumínio: Setor investe US\$ 4,5 bilhões para aumentar a produção***. Nº 248, abril de 2006.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. ***A Economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico***. Tradução de Raul de Carvalho. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

CALLINICOS, Alex. ***A Vingança da História: o marxismo e as revoluções do leste Europeu***. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. ***Privatização da Vale: abrir a caixa preta***. Gabinete da Deputada Socorro Gomes. Brasília, 2006.

CARDOSO, Adalberto Moreira. ***A Década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil***. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003 (Coleção Mundo do Trabalho)

CARMO, Eunápio Dutra do. ***Gestão do Trabalho na Indústria de Alumínio Albrás: noção de qualidade e seus interlocutores***. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

CARVALHO, Pedro Carlos de. ***O Programa 5S e a Qualidade Total***. Campinas, SP: Editora Átomo, 2000.

CASTELLS, Manuel. ***A Sociedade em Rede***. Volume I. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 9ª edição revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2006 (A Era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).



CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poletti. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTRO, Edna, MOURA, Edila A. F., MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

CASTRO, Edna, GOMES, Vera Lúcia. **Trabalhadores da ALBRAS e sua Organização Política**. Belém/PA: NAEA – Novos Cadernos NAEA, v.7, Nº 1, 2004.

_____, Edna (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG/UFPA/Associação de Universidades Amazônicas, 1996; 2v.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____, François et ali. **Uma nova fase do capitalismo?** Tradução: Andréia Galvão e José Marcos Nayme Novelli. São Paulo: Xamã, 2003. (Seminário marxista: questões contemporâneas).

CIPOLLA, Francisco Paulo. **Economia política do Taylorismo, Fordismo e Teamwork**. IN: **Revista de Economia Política**; volume 23, nº 3(91), julho/setembro de 2003.

OLIVEIRA, Juarez (Org.). **CLT – Consolidação das Leis do Trabalho**. 21ª ed. Atualizada e aumentada. São Paulo: Saraiva, 1996 (Série Legislação brasileira)

COELHO, Edineide Santos. **Flexibilização Produtiva e Desenvolvimento Local: a rede de subcontratação da Alunorte**. Belém/PA, 2006 (Dissertação de Mestrado/NAEA).

COGGIOLA, Osvaldo. **O Capital contra a História: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994 (1ª edição em francês, 1991).

CUT. **Estatuto**. São Paulo: CUT, agosto de 1999.

CVRD/LMSA. **ALBRAS: Projeto Alumínio** – Relatório de viabilidade. 1976.

CVRD. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Refinaria de Alumina Brasil China (Refinaria ABC)**. Barcarena/PA/BR, março de 2006. ERM Brasil Ltda.

DEPOIS de sete dias terminou ontem a greve do pessoal da Albrás. **O Liberal**, Belém/PA, 30 de agosto de 1990, Repórter 70.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Lei Nº 8. 031** de 13.04.1990.



_____. **DECRETO n° 99.464** de 17.08.90.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cezar de Souza Cardoso. 20ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005 (Estudos; 85).

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985. (Coleção Bases; 47).

EXAME VOCÊ S/A. Edição Especial. **150 melhores empresas para você trabalhar**. Julho de 2006.

FERNANDES, Leonardo Lemes (mestrando em economia da UFU). **O mercado de alumínio de olho nos grandes**. Disponível em: sem local. Consultado em 05 de maio de 2005. E-mail do autor: lemesfernandes@yahoo.com.br .

FIEPA/CEAG-PA. **Cadastro Industrial do Estado do Pará: 78/79**. Belém/PA, dezembro de 1978.

FILHO, Vicente Ubirajara Coroa. **Redes de subcontratação e desenvolvimento local: a atuação da Albrás no arranjo produtivo de Barcarena**. Belém/PA, 2005 (Dissertação de mestrado/NAEA).

FINKELSTEIN, Norman G. **Imagem e Realidade do conflito Israel-Palestina**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FISHMAN, Ted C. **China S.A: como a ascensão da próxima superpotência desafia os Estados unidos e o mundo**. Tradução de C. E. de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FONTES, Edilza. **O peão de trecho e o peão de casa: a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRÁS/ALUNORTE**. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa, BRITTO, Rosyan Caldas,

_____. **O Pão Nosso de Cada Dia: trabalhadores e indústrias da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940-1954)**. Belém/PA: Editora Paka-Tatu, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo, POMAR, Valter. **O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Tradução Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: forense-Universitária, 1982.

_____. **Crítica da Divisão do Trabalho**. Tradução de Estela dos santos Abreu. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.



GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GREVE na construção civil paralisa obras em Barcarena. **O Liberal**, Belém/PA, 17 de maio de 1990, Cidades.

_____ na Albrás. **A Província do Pará**, Belém-PA, 24 de agosto de 1990, 1º caderno.

_____ continua na Albras apesar da nova proposta. **O Liberal**, Belém/PA, 27 de agosto de 1990.

_____ encerrada. **A província do Pará**, Belém/Pa, 30 de agosto de 1990, 1º caderno.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 13ª edição, São Paulo: Loyola, 2004

_____. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004(a).

HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Edufpa, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Oficinas de história; v. 2).

_____. **A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Panorama Internacional e Nacional do setor de Alumínio**. São Paulo: CUT/DIEESE, Novembro de 2006.

KATZ, Cláudio, BRAGA, Ruy, **COGGIOLA**, Osvaldo. **Novas Tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

JORNAL DA ALUNORTE Nº 77, de 16 de junho de 2000.

_____. Nº 79, de 14 de julho de 2000.

KRUGMAN, Paul. **Uma Nova Recessão? O que deu errado?** Editora Campus, 2ª ed., 1999.



KUHN, Thomas S. ***A Estrutura das Revoluções Científicas***. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Debates; 115).

LEHER, Roberto, SETÚBAL, Mariana (Orgs.). ***Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis***. São Paulo: Cortez, 2005.

LÊNIN, V.I. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. In: ***Obras Escolhidas***, tomo I. 3ª edição, Editora Alfa-Omega, 1986.

_____. ***O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução***. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Hucitec, 1987.

LEAL, Aluísio Lins. ***Amazônia: o aspecto político da Questão Mineral***. Belém/PA, 1988 (Dissertação de Mestrado/NAEA/UFPA).

LIMA, Eunice. Toyota: A inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. IN: ANTUNES, Ricardo (Org.). ***Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil***. São Paulo: Boitempo, 2006 (Mundo do Trabalho).

LOBO, Elizabeth Souza. ***A Classe Operária tem dois Sexos: trabalho, dominação e resistência***. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOBO, Marco Aurélio Arbage. ***Estado e Capital Transnacional na Amazônia: O caso da Albrás-Alunorte***, UFPA/NAEA, 1996.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. ***Amazônia: Estado, Homem, Natureza***. 2ª ed. Belém: Cejup, 2004 (Coleção amazoniana, 1).

LOSOVSKY, D. ***Marx e os Sindicatos: o marxismo revolucionário e o movimento sindical***. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

MARTINS, Maria Tereza de Lima et al. ***A Indústria do Alumínio: causas e conseqüências de sua implantação em São Luís do Maranhão***. São Luís/MA, 1982, Monografia.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. ***A Ideologia Alemã – Teses sobre Feuerbach***. São Paulo: Moraes, 1984.

_____, _____. ***Manifesto Comunista***. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. ***Contribuição à Crítica da Economia Política***. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983 (Novas Direções).

_____. ***O Capital: crítica da economia política***. Livro III, Vol. IV. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. ***O Capital: crítica da economia política***. Livro I, Vol. I e II. 15ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.



MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a Globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.

METALÚRGICOS em greve não fecham acordo com Albras. **O Liberal**, Belém/PA, 25 de agosto de 1990, Economia, p. 24.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração e Metalurgia na Amazônia: contribuição à crítica da Ecologia Política à valorização de recursos minerais da região**. Belém/PA: UFPA/NAEA, 2001. Tese de Doutorado.

MOREIRA, Gilvander (frei). **Pela Reestatização da CVRD**. Disponível em: www.feab.org.br. Acesso em: 01.01.2007.

MORENO, Nahuel. **Teses para Atualização do Programa de Transição**, CS Editora, 1992.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, Editora da Unicamp, 2002.

_____. **O Poder da Ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

METALÚRGICOS e Albrás tentam obter acordo. **O Liberal**, Belém/PA, 23 de maio de 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MORAES NETO, Benedito de. **Século XX e Trabalho Industrial: taylorismo/Fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003.

MOURÃO, Leila. **Memória da Indústria Paraense**. Belém/PA: FIEPA, maio de 1989.

NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade**. Tradução Valdemir Lisboa dos Santos. Brasil: Rabisco Criação e Propaganda, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1991. (Série Educando)

OLIVEN, Ruben. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.



PALESTINA: *história de uma colonização*. **Cuadernos Socialistas**, novembro de 2000.

PAULA, Germano Mendes de, OLIVEIRA, Thaís S. *Fusões e aquisições na mineração mundial*. **Valor Econômico**, 13/07/2004. Apud www.clipping.planejamento.gov.br. Acessado em 09/02/07.

PINTO, Lúcio Flávio. ***Carajás, o ataque ao coração da Amazônia***. 2ª edição ampliada. Rio de Janeiro: Marco Zero/Studio Alfa, 1982.

_____. ***Amazônia, o século perdido: a batalha do alumínio e outras derrotas da globalização***. Belém: Grafisa, 1999.

_____. ***CVRD, A Sigla do Enclave na Amazônia – As mutações da Estatal e o Estado imutável no Pará***. Belém: Cejup, 2003. (Coleção Amazônia.doc).

_____. *Minérios: O Pará é o maior do mundo*. Disponível em: www.adital.com.br. Acessado em: 06.10.2006.

PIQUETE na greve da Albras gera tumulto. ***O Liberal***, Belém/PA, 28 de agosto de 1990, Economia, p. 17.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. *Relação espaço-indústria: a localização de plantas de alumínio na Amazônia*. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa, BRITTO, Rosyan Caldas, CASTRO, Edna (Orgs). ***Energia na Amazônia***. Belém: MPEG/UFGPA/Associação de Universidades Amazônicas, 1996; 2v.

POCHMANN, Márcio. ***O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século***. São Paulo: Contexto, 1999 (Coleção Economia).

RAMOS, Carlos Romano. ***Perfil Analítico do Alumínio***. Brasília: DNPM, 1982. Boletim 55.

RAPOSO, José Cursino. ***A Implantação da ALCOA em São Luís: uma análise espacial de inserção do Maranhão no pólo Alumínio da Região Norte Brasil***. Belo Horizonte/MG, 1989. Dissertação de Mestrado. Cedeplar/UFMG.

RIAZANOV, D. ***Marx e Engels e a História do Movimento Operário: conferências feitas em um curso para operários na Academia Comunista, Moscou***. Tradução Jorge Santana e Antônio Roberto Bertelli. São Paulo: Global, 1984.

RODRIGUES, Auro de Jesus. ***Metodologia Científica***. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. ***CUT: os militantes e a ideologia***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. ***Destino do Sindicalismo***. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.



RODRIGUES, Leôncio Martins, CARDOSO, Adalberto Moreira. **Força Sindical: uma análise sócio-política**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

ROIO, José Luiz Del. **1º de Maio: cem anos de luta (1886-1986)**. São Paulo: Global, 1986.

ROSA, Maria Inês. **Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores: com estudo crítico da sociologia industrial e da Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Letras & Letras, 2004.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Ferramentas).

SAMPAIO, Isadora Castelo Branco. **Reestruturação Produtiva e a Flexibilização do Trabalho: um estudo de caso sobre os processos de subcontratações e relações de trabalho na Alunorte S/A**. PPGS/CFCH/UFPA. Belém/PA, 2006. Dissertação de Mestrado.

SANDOVAL, Salvador. **Os Trabalhadores Param: greves e mudança social no Brasil, 1945-1990**. São Paulo: Ática, 1994.

SCALABRIN, Rosemeri, SILVA, Ricardo Gilson da, LIMA, Antônio Almerico Biondi (Orgs.). **Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia: as experiências formativas da CUT**. São Paulo: CUT/EDUFRO, 2002.

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho: movimento de trabalhadores e globalização desde 1870**. Tradução; Fabrício Rigout. São Paulo: Boitempo, 2005 (Mundo do Trabalho).

SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. **Acordo Coletivo 2000**. Informativo nº 1. Arquivo CD-ROM, 05/01/01.

_____. Informativo nº 12, **Dissídio Coletivo**. Arquivo CD-ROM, 08/01/2001.

_____. Informativo nº 13, **Sindicato entrega carta ao Presidente**. Arquivo CD-ROM, 30/01/2001.

_____. **Dissídio: Audiência de conciliação dia 13**. Arquivo CD-ROM, 6/2/2001.

_____. **Empresa Declara Guerra**. Informativo nº 17. Arquivo CD-ROM, 13/02/01.

_____. **Dia 26, terça-feira, dia de boicote ao restaurante**. Informativo Acordo Coletivo 2002/2003. Arquivo CD-ROM, 25/11/2002.

_____. **Trabalhadores da ALUNORTE iniciam campanha salarial**. Arquivo CD-ROM, 30/09/2003.

_____. **Panелоço fecha a Rua Gaspar Viana em Belém**. Arquivo CD-ROM, 17/11/2003.



_____. **Assinado Acordo Coletivo 2003/2004**. Arquivo em CD-ROM, 09/12/2003.

SINDICATO DOS QUÍMICOS DE BARCARENA. Informativo: **Tabela de Turno**. Arquivo CD-ROM, 23/08/06.

STORY, Jonathan. **China, a corrida para o mercado: o que a transformação da China significa para os negócios, os mercados e nova ordem mundial**. Tradução: Bázan Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Editora Futura, 2004.

SWITKES, Glenn Ross. **Impactos ambientais e sociais da cadeia produtiva de Alumínio na Amazônia: ferramentas para os trabalhadores, as comunidades e os ativistas**, 2005. E-mail do autor: glenns@superig.com.br.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Tradução Elia Ferreira Edel. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002 (1ª ed. 1994).

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury (Org.). **Repercussões sócio-econômicas do Complexo Industrial Albrás/Alunorte em sua área de influencia imediata**. Belém: IDESP, 1991.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **A Metamorfose do Trabalho na Amazônia: Para além da Mineração Rio do Norte**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

TROTSKY, Leon. **Escritos sobre o Sindicato**. Tradução do Espanhol: Vera Correa de Sampaio. São Paulo: Kairós, 1978.

_____. **A História da Revolução Russa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Programa de Transição**.

VALENTE, Jonas. **Parlamentares apóiam revisão do processo de privatização**. Disponível em: www.cartamaior.org.br. Acessado em: 01.01.2007.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder**. Tradução Leila Marina Di Natale, Maria Cristina Guimarães, Maria Cristina L. de Góes. São Paulo: Scritta, 1992 (Ensaio). 932 pp.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª edição. Brasília, DF: Editora da UnB, 1994; Vol. I.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora da UnB, 1999; Vol. II.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 13ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.



WWW.BNDES.GOV.BR. Acesso em 31.12.06.

WWW.PLANEJAMENTO.GOV.BR/GESTÃO/CONTEÚDO/PUBLICAÇÕES.
Novembro de 1995. Acesso em: 07.01.07.

FONTES ORAIS

MEIRELLES, Odileno. Diretor de Assuntos Jurídicos do SIMETAL (Parauapebas e Canaã dos Carajás). Trabalhador da Tágide. Entrevista concedida em 02.02.07, em Belém.

M, G. Operário da ALBRAS (operador de carbono por 13 anos, está há 1 ano no administrativo), com 14 anos de fábrica. Entrevista concedida em Vila dos Cabanos, em 18.01.07.

NERI, Ronaldo Raimundo Macedo. Ex-operário da ALBRAS (Operador de Produção III); trabalhou de 1991 a 2003. Entrevista concedida em 19.01.07, em Vila dos Cabanos.

PAIVA, Manoel. Presidente do Sindicato dos Químicos de Barcarena. Trabalhou na ALBRAS por 10 anos; há 12 anos está na ALUNORTE. Entrevista concedida em 11.01.07, em Vila dos Cabanos.

SANTA BRÍGIDA, Gilvandro. Vice-Presidente do Sindicato dos Químicos de Barcarena. Trabalhou na ALBRAS de 1990-95; desde 1995 na ALUNORTE. Entrevista concedida em 12.01.07, em Vila dos Cabanos.

SANTA BRÍGIDA, Sullivan. Diretor de Formação Política e Social do SIMETAL. Trabalha na ALBRAS desde 1984; antes trabalhou na MRN (1982-83), Mineração Taboca (1983-84); licenciado para o Sindicato desde 1991. Entrevista concedida no início de janeiro, na Sede da Federação Norte dos Metalúrgicos, filiada a Força Sindical, Belém.

SANTOS, Rubens Moraes dos. Ex-operador, ex-gerente de produção. Entrevista concedida em 19.01.07, em Vila dos Cabanos.

SILVA, Edil Pinheiro da. Diretor Cultural do Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena. Trabalha na ALBRAS desde janeiro de 1990. Entrevista concedida em 18.01.07, em Vila dos Cabanos.



APÊNDICES



APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS

1. NOME (OPCIONAL)
2. IDADE..... SEXO.....
3. NATURALIDADE.....
4. ESCOLARIDADE
5. HÁ QUANTO TEMPO É DIRETOR DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS?
6. EM QUE EMPRESA TRABALHAVA OU TRABALHA?
7. VOCÊ É DIRETOR LIBERADO? () SIM () NÃO
8. O SINDICATO É FILIADO A ALGUMA CENTRAL SINDICAL? () SIM () NÃO
9. O SINDICATO ERA FILIADO A CUT. POR QUE HOJE ESTÁ DESFILIADO?
10. QUAL O CANAL (OU CANAIS) DE COMUNICAÇÃO DO SINDICATO COM SUA BASE?
11. HÁ ASSEMBLÉIAS CONVOCADAS REGULARMENTE COM OS TRABALHADORES DA ALBRÁS?
12. COMO É A DISCUSSÃO DO DISSÍDIO COLETIVO DOS TRABALHADORES DA ALBRÁS?
13. QUAIS AS CLÁUSULAS QUE O SINDICATO PRIORIZA NA NEGOCIAÇÃO?
14. POR QUE NÃO TEM OCORRIDO GREVES NA ALBRÁS NO ÚLTIMO PERÍODO?
15. O SINDICATO HOJE PROCURA MAIS A NEGOCIAÇÃO OU VAI PARA O CONFRONTO COM OS PATRÕES?
16. VOCÊ ACHA QUE O MODELO BI-PARTITE IMPLANTADO PELA ALBRÁS INIBE OS MOVIMENTOS GREVISTAS NA EMPRESA?
17. QUAIS AS ESTRATÉGIAS DO SINDICATO PARA CONSEGUIR AS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA?
18. A GREVE NÃO É MAIS UMA ESTRATÉGIA DA DIREÇÃO DO SINDICATO?
19. O QUE VOCÊ ACHA DO MODELO DO CONTROLE DE QUALIDADE TOTAL IMPLANTADO PELA ALBRÁS?
20. VOCÊ ERA DIRETOR DO SINDICATO NA ÉPOCA DA PRIVATIZAÇÃO DA CVRD? () SIM () NÃO
21. QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD?
22. O SINDICATO ORGANIZOU ALGUMA LUTA PARA IMPEDIR O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO?
23. O QUE MUDOU NA RELAÇÃO ENTRE O SINDICATO E A EMPRESA COM A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD?
24. QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS PARA OS OPERÁRIOS DA ALBRÁS COM A PRIVATIZAÇÃO?
25. VOCÊ ACHA QUE A CVRD DEVE SER REESTATIZADA?
26. VOCÊ ACHA QUE O SINDICALISMO ESTÁ EM CRISE NA ATUALIDADE?
27. O SINDICATO TEM RELAÇÃO COM ALGUM PARTIDO POLÍTICO?



APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS QUÍMICOS

1. NOME (OPCIONAL)
2. IDADE..... SEXO.....
3. NATURALIDADE.....
4. ESCOLARIDADE
5. HÁ QUANTO TEMPO É DIRETOR DO SINDICATO DOS QUÍMICOS?
6. EM QUE EMPRESA TRABALHAVA OU TRABALHA?
7. VOCÊ É DIRETOR LIBERADO? () SIM () NÃO
8. O SINDICATO É FILIADO A ALGUMA CENTRAL SINDICAL? () SIM () NÃO
9. O SINDICATO ERA FILIADO A FORÇA SINDICAL. POR QUE HOJE ESTÁ DESFILIADO?
10. QUAL O CANAL (OU CANAIS) DE COMUNICAÇÃO DO SINDICATO COM SUA BASE?
11. HÁ ASSEMBLÉIAS CONVOCADAS REGULARMENTE COM OS TRABALHADORES DA ALUNORTE?
12. COMO É A DISCUSSÃO DO DISSÍDIO COLETIVO DOS TRABALHADORES DA ALUNORTE?
13. QUAIS AS CLÁUSULAS QUE O SINDICATO PRIORIZA NA NEGOCIAÇÃO?
14. POR QUE NÃO TEM OCORRIDO GREVES NA ALUNORTE NO ÚLTIMO PERÍODO?
15. O SINDICATO HOJE PROCURA MAIS A NEGOCIAÇÃO OU VAI PARA O CONFRONTO COM OS PATRÕES?
16. VOCÊ ACHA QUE O MODELO BI-PARTITE IMPLANTADO PELA ALUNORTE INIBE OS MOVIMENTOS GREVISTAS NA EMPRESA?
17. QUAIS AS ESTRATÉGIAS DO SINDICATO PARA CONSEGUIR AS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA?
18. A GREVE NÃO É MAIS UMA ESTRATÉGIA DA DIREÇÃO DO SINDICATO?
19. O QUE VOCÊ ACHA DO MODELO DO CONTROLE DE QUALIDADE TOTAL IMPLANTADO PELA ALUNORTE?
20. VOCÊ ERA DIRETOR DO SINDICATO NA ÉPOCA DA PRIVATIZAÇÃO DA CVRD? () SIM () NÃO
21. QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD?
22. O SINDICATO ORGANIZOU ALGUMA LUTA PARA IMPEDIR O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO?
23. O QUE MUDOU NA RELAÇÃO ENTRE O SINDICATO E A EMPRESA COM A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD?
24. QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS OPERÁRIOS DA ALUNORTE COM A PRIVATIZAÇÃO?
25. VOCÊ ACHA QUE A CVRD DEVE SER REESTATIZADA?
26. VOCÊ ACHA QUE O SINDICALISMO ESTÁ EM CRISE NA ATUALIDADE? POR QUÊ?
27. O SINDICATO TEM RELAÇÃO COM ALGUM PARTIDO POLÍTICO?



ANEXOS



ANEXO 1

ACORDO COLETIVO 2006 (ALUNORTE)

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DE BARCARENA E, DE OUTRO LADO, A ALUNORTE – ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A, NESTE ATO ASSISTIDA PELO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FARMACÊUTICOS E DE PERFUMARIA E ARTIGOS DE TOUCADOR DO ESTADO DO PARÁ, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Cláusula 1ª : Abrangência / vigência/ data-base

O presente acordo coletivo abrangerá todos os empregados da empresa ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S/A, vigorando exclusivamente no período de 1º de novembro de 2005 a 31 de outubro de 2006. Mantém-se a data base da categoria em 1º de novembro.

Cláusula 2ª: Reajuste de salários

A ALUNORTE concederá a seus empregados reajuste de 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento), a partir de 1º de novembro de 2005, sobre os salários – base vigentes em 31 de outubro de 2006.

§ 1º - Os empregados admitidos após a data de 31 de outubro de 2005 não farão jus ao reajuste descrito nesta cláusula.

Cláusula 3ª: Prêmio Especial

A Alunorte pagará aos seus empregados com contrato de trabalho vigente na data da assinatura do presente acordo, por mera liberalidade, um Prêmio Especial, desvinculado do salário, no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

§1º - O pagamento do Prêmio Especial será efetuado no prazo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

§2º - O Prêmio Especial, excepcional e exclusivo para o presente exercício, não integra a remuneração para nenhum efeito e não constitui precedente para qualquer outra concessão da mesma natureza.

Cláusula 4ª: Horas Extras e Adicional Noturno

As horas extras eventualmente trabalhadas serão pagas da seguinte forma:

- a) 50% (cinquenta por cento) de segunda a sexta – feira;
- b) 70% (setenta por cento) aos sábados e às horas prestadas nas chamadas de emergência (chamada domiciliar)
- c)100% (cem por cento) aos domingos e feriados.



O trabalho em horário noturno, compreendido entre as 22 horas de um dia e às 05 horas do dia seguinte, será remunerado com adicional de 25% (vinte e cinco por cento), calculado sobre o valor da hora diurna.

Cláusula 5ª : Programa de Compensação de dias impresados

A ALUNORTE, desde que não haja qualquer prejuízo à sua rotina operacional , poderá estabelecer programa de compensação de dias impresados entre feriados e finais de semana , de tal forma que os empregados tenham final de semana prolongado , sendo que o calendário deste procedimento deve ser previamente encaminhado ao SINDICATO para conhecimento.

Cláusula 6ª: Participação nos Resultados

A ALUNORTE se compromete a dar continuidade ao Programa de Participação nos Resultados, através da constituição de uma Comissão de Empregados e 01(hum) representante do SINDICATO, na forma prevista pela legislação em vigor.

Cláusula 7ª: Refeições / Cesta Alimentação

A ALUNORTE concederá uma refeição diária para seus empregados lotados em Barcarena, de acordo com as suas normas internas e legislação pertinente ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

§ 1 – A ALUNORTE, a partir da vigência deste acordo, passará a fornecer mensalmente um crédito no valor de R\$ 128,00 (cento e vinte oito reais), em cartão eletrônico, a título de cesta alimentação.

§ 2 - A ALUNORTE concederá nos meses de outubro e dezembro, créditos extras nos mesmos valores praticados, por ocasião das comemorações das festividades do Círio de Nossa Senhora de Nazaré e Natal.

§ 3 – A cesta alimentação será fornecida exclusivamente aos empregados da ALUNORTE.

§ 4 - O benefício da cesta alimentação não possui natureza salarial, regendo-se pelas instruções do PAT, instituído pela Lei n. 6.321/76, sendo que a participação do empregado fica limitada a 5% do custo do benefício.

§ 5 – Os benefícios concedidos nesta cláusula não se integrarão ao salário para nenhum efeito legal.

Cláusula 8ª: Serviços de Assistência Médica, Odontológica e de Fonoaudióloga, Medicamentos, Auxílio doença e Complementação Salarial.

§ 1º - A ALUNORTE, segundo suas normas internas, proporcionará aos empregados um Plano de Assistência Médica, Odontológica e de Fonoaudióloga, assim como tratamentos psicoterápicos e o custeio de cirurgias oftalmológicas a laser, conforme critério de livre escolha em procedimentos de pequeno risco, na seguinte proporção: empregado (60%) e empresa (40%)

§ 2º - O Plano de Assistência Médica incluirá o reconhecimento da união estável nos mesmos moldes da AMS concedida ao empregado, desde que, seja reconhecida em juízo.



§ 3º - Auxílio Doença/ Complementação

Fica assegurado pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias o complemento, pela empresa, do Auxílio-Doença pago pela Previdência Social, até o limite da remuneração do empregado.

§ 4º - Medicamentos

A ALUNORTE fornecerá gratuitamente a seus empregados e dependentes legais medicamentos de uso contínuo, pós-operatórios e para doenças graves, bem como para os casos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, de acordo com o laudo médico analisado e aprovado por serviço médico próprio ou credenciado pela empresa.

Cláusula 9ª : Escola, Cursos Complementares e Abono de Faltas

A ALUNORTE concederá aos seus empregados e respectivos dependentes matriculados em escola particular conveniada, a partir do ano letivo de 2006, subsídios à educação no ensino de 1º e 2º graus, conforme suas normas internas e disposições a seguir:

§ 1º - Para os empregados com salários enquadrados entre as faixas A37 e A42, a empresa pagará as mensalidades escolares diretamente à escola, mediante comprovação da matrícula, descontando do salário do empregado a importância de R\$10,00 (dez reais), por aluno/mês, até o limite mensal de R\$20,00 (vinte reais).

§ 2º - Para os empregados com salários enquadrados a partir da faixa A43, a empresa pagará as mensalidades escolares diretamente à escola, mediante comprovação da matrícula, descontando do salário do empregado a importância de R\$20,00 (vinte reais), por aluno/mês, até o limite mensal de R\$40,00 (quarenta reais).

§ 3º - Para fazerem jus ao subsídio nas mensalidades escolares, os empregados beneficiados deverão assinar autorização de desconto em folha de pagamento do valor referente à indenização de despesas de que trata o Decreto n º 88.374/83.

§ 4º - Para empregados e respectivos dependentes, matriculados em cursos de ensino regular oficial até o 3º grau, ministrados em outros estabelecimentos de ensino, inclusive de outras localidades, a ALUNORTE manterá o sistema de reembolso parcial das mensalidades escolares - mediante apresentação do recibo escolar no prazo máximo de 60 (sessenta dias) - limitado ao valor da mensalidade cobrada no colégio Elite ou seu substituto, em Vila dos Cabanos, e de acordo com os parágrafos 1º e 2º desta cláusula.

§ 5º - Em caso de desligamento do empregado por iniciativa da empresa, sem justa causa, cujos dependentes legais estejam em período escolar nos colégios em Vila dos Cabanos, ficam mantidas as condições de matrícula do dependente, inclusive no que se refere à responsabilidade por mensalidades escolares, até o final do semestre letivo.

§ 6º - A ALUNORTE concorda em manter o subsídio à mensalidade escolar para dependentes maiores de 18 anos e menores de 24 anos, desde que estejam cursando o ensino regular até o 3º grau e que não tenham dupla repetência na mesma série no período subsidiado pela empresa. Excepcionalmente, também concederá subsídios à mensalidade escolar para as esposas dos empregados que estejam cursando o ensino regular oficial até o 2º grau, observada a limitação do parágrafo 4º.



§ 7º - A ALUNORTE concederá aos empregados com dependentes legais matriculados em curso de ensino regular oficial até o 2º grau em escolas conveniadas ou em outros estabelecimentos de ensino, de acordo com norma interna da empresa, subsídio anual para compra de material escolar no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), por dependente.

§ 8º - Os subsídios à educação regulamentados nesta cláusula não se integrarão aos salários para nenhum efeito legal.

§ 9 - Abono de Faltas aos Empregados:

O empregado estudante e vestibulando terá direito ao abono de faltas no horário de provas, desde que esteja matriculado em estabelecimento oficial de ensino ou reconhecido e desde que pré-avisado o empregador, por escrito, com antecedência mínima de 48 horas, devendo no mesmo prazo comprovar, mediante documento da escola/estabelecimento de ensino, a realização das provas.

§ 10 - Para evitar atrasos com deslocamento, será facultado ao empregado se ausentar da empresa até duas horas antes do horário de realização de provas/inscrições em vestibulares

Cláusula 10ª - Moradia

A ALUNORTE se compromete a manter o subsídio a moradia exclusivamente para os empregados que na data da assinatura deste instrumento ocupam casas de propriedade da ALBRAS, conforme as condições e critérios estabelecidos em suas normas internas.

§ 1 - Os empregados demitidos por iniciativa da empresa, sem justa causa, e que tenham dependentes legais que estudem em colégios na Vila dos Cabanos, excepcionalmente e a critério da ALUNORTE, poderão permanecer no imóvel, até o final do semestre letivo.

§ 2 - Para aquisição das casas disponibilizadas pela ALBRAS, a ALUNORTE, desde que requerido a sua área de Administração e Recursos Humanos, poderá após análise prévia de cada requerimento, arcar com as despesas havidas por seus empregados para a legalização da compra do referido imóvel. O valor financiado, acaso concedido, será devolvido a empresa pelo empregado beneficiário do financiamento em até 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas, que serão descontadas de seus respectivos salários mensais, obedecidos os parâmetros da lei.

§3 - Os índices utilizados para reajustamento dos aluguéis terão o mesmo percentual do que for praticado para reajuste dos salários na ultima data-base.

§4 - Para os empregados beneficiados com o Programa Imóvel na Planta, as partes se comprometem a dar continuidade às discussões, bem como a implementação dos procedimentos que já vem sendo adotados.

Cláusula 11ª: Estabilidade/ contribuição previdenciária

Será garantido o emprego à empregada gestante desde a confirmação à empresa de sua gravidez até 90 (noventa) dias após o término do licenciamento compulsório, exceto nos casos de justa causa.

§ 1 - Após 7 (sete) anos de serviços efetivamente prestados a ALUNORTE, será assegurada ao empregado garantia no emprego a partir dos 12 (doze) meses anteriores à



data em que comprovadamente passe a fazer jus à aposentadoria integral da Previdência Social.

§ 2 – Ao empregado, com tempo de serviço inferior a 7 (sete) anos, que for dispensado sem justa causa e que esteja, no máximo, há 12 (doze) meses da concessão de sua aposentadoria, a empresa recolherá as 12 contribuições faltantes para o INSS.

§ 3 - Para fazer jus aos benefícios acima, o empregado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de início da vigência deste instrumento , deverá comunicar oficialmente à Empresa a concessão do benefício da aposentadoria, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios expedidos pela Previdência Social.

Cláusula 12ª: Férias Antecipadas/ Parcelamento de Férias

Durante a vigência do presente Acordo , em circunstâncias especiais (redução de produção , excesso de estoque , quebra de máquina , falta de materiais , manutenção preventiva, etc.) a empresa poderá programar férias antecipadas para seus empregados com períodos de férias incompletas.

§ 1º - A Alunorte, por opção do empregado, promoverá o desconto da importância recebida como “adiantamento de férias” em até 3 (três) parcelas mensais, sendo a 1ª parcela descontada no mês subsequente ao do adiantamento.

Cláusula 13ª: Despesas com Retorno

Fica assegurado ao empregado demitido por iniciativa da ALUNORTE , sem justa causa, o pagamento das despesas com retorno ao local de recrutamento, desde que a empresa tenha arcado com tais despesas quando da admissão do empregado e desde que o aludido benefício seja requerido pelo empregado no prazo máximo de 30 (trinta)dias após o seu desligamento.

§ 1º - O prazo acima estabelecido poderá ser excepcionalmente prorrogado até o final do semestre letivo, para os empregados que possuírem dependentes legais em período escolar na Vila dos Cabanos.

§ 2º - É facultado ao empregado requerer, nesse mesmo prazo, a conversão em pecúnia das passagens e transporte de mudança oferecidos pela empresa, limitados aos valores por esta praticados. Na hipótese de ocupação de imóvel locado pela empresa, o empregado, para fazer jus ao presente benefício, deverá devolvê-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o seu desligamento.

Cláusula 14ª: Auxílio Funeral

No caso de falecimento do empregado ou dependentes legais devidamente cadastrados, a ALUNORTE assumirá as despesas com o funeral, tais como: passagem para um acompanhante no percurso de ida-e-volta; traslados até o local de origem; preparação; taxas e emolumentos, tudo nos padrões estabelecidos por norma interna da empresa.

§ 1º - Para atender as necessidades decorrentes do falecimento do empregado ou de dependentes legais regularmente cadastrados na empresa, será concedido através da Seguradora uma antecipação de 20% (vinte por cento) do valor do seguro de vida a que o empregado tenha direito, para atender a despesas imediatas decorrentes do falecimento.



§ 2º - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, desde que comprovado por documento legal, sem prejuízo do salário, o prazo legal de cinco dias consecutivos, a contar da data de falecimento fora do Estado, de cônjuge, ascendente, descendente, sogro (a) , irmão (ã) ou pessoa declarada como dependente legal perante a ALUNORTE

Cláusula 15ª: Transportes

A ALUNORTE compromete-se a conceder aos seus empregados, residentes em Belém ou Abaetetuba, o benefício do vale – transporte ou passagens equivalentes, sendo o percentual de desconto de 4% (quatro por cento).

§ Único – A ALUNORTE poderá proporcionar, em caráter eventual ou permanente, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento total ou parcial, residência-trabalho ou vice-versa de seus empregados, tendo em vista que as partes reconhecem tratar-se de benefício concedido espontaneamente, por mera liberalidade, visando unicamente melhores condições de conforto em relação às oferecidas pelo transporte regular público, no interesse de seus empregados.

Cláusula 16ª: Creche

A ALUNORTE concederá reembolso-creche às suas empregadas, bem como aos empregados viúvos, separados ou divorciados que detenham a guarda e posse legal dos filhos menores, mediante comprovação do pagamento das mensalidades no prazo de 30 (trinta) dias, limitado o benefício ao valor da mensalidade cobrada no Colégio Elite ou seu substituto, em Vila dos Cabanos. Tal reembolso será concedido até que os filhos dos empregados (as) contemplados com o presente benefício completem 36 (trinta e seis) meses de vida.

§ Único – Tal benefício será estendido também, às esposas de empregados enquadrados até a faixa A42 que, comprovadamente, estejam trabalhando, desde que a empresa onde trabalham não ofereça o benefício creche.

Cláusula 17ª: Do Substituto

Quando a substituição não for meramente eventual e no mínimo por trinta dias, o empregado substituto terá o mesmo padrão salarial do menor salário da função do substituído, enquanto perdurar tal situação, desde que sejam assumidos pelo substituto todos os deveres, obrigações, responsabilidades e atribuições do substituído que haja sido dispensado, transferido, ou em gozo de férias por trinta dias. Excluem-se as vantagens pessoais do substituído.

Cláusula 18ª: Chamada de emergência

Ao empregado chamado a atuar em seu horário de descanso será concedido o pagamento mínimo de 3 (três) horas de trabalho, com o percentual de horas extras vigentes, de acordo com a cláusula terceira.

Cláusula 19ª: Direito de defesa

A ALUNORTE, através da sua área de Administração e Recursos Humanos, assegurará a seus empregados o direito de defesa em caso de punições, podendo estes serem assistidos



por 01 (um) representante do SINDICATO, que participará, como observador, dos processos de punição disciplinar porventura instaurados.

§ Único - O direito de defesa será exercido até 5 (cinco) dias após a consumação da pena, através de requerimento endereçado pelo empregado punido à Área de Administração e Recursos Humanos da empresa que, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de protocolo do referido requerimento, deverá expedir notificação ao próprio empregado e à entidade sindical, informando data, local e hora para observação conjunta (empresa e empregado) da penalidade imposta.

Cláusula 20ª: Sindicato

A ALUNORTE concederá licença, durante a vigência deste acordo, a 02 (dois) empregados eleitos diretores do SINDICATO, sendo um deles necessariamente o diretor-presidente (titular do cargo, desconsideradas as interinidades) dessa entidade, na forma de seus estatutos. A designação do outro diretor deverá ser procedida pelo SINDICATO e formalmente comunicada à empresa. Para todos os efeitos, a concessão da licença aqui contemplada somente iniciará 30 (trinta) dias após a comunicação formal, feita pelo SINDICATO, acerca dos nomes dos dirigentes beneficiários desta liberação.

§ 1º - Durante o período de licença, aos 02 (dois) diretores referidos acima será assegurada a percepção dos respectivos salários, inclusive o 13º salário e férias, excluídas as concessões que dependam da frequência ao trabalho, tais como o adicional de periculosidade e outros.

§ 2º - O SINDICATO poderá solicitar à empresa a liberação remunerada dos dirigentes sindicais não licenciados, para o desenvolvimento de atividades sindicais específicas. Contudo, tal solicitação somente será deferida após entendimento entre as partes envolvidas e análise de cada caso individual pela empresa.

§ 3º - Mensalidade Sindical:

A ALUNORTE se compromete a efetuar o desconto das mensalidades sindicais dos associados do sindicato signatário em percentual correspondente a 1,5% (um e meio por cento) ao mês sobre o salário base. O desconto que trata a presente cláusula será procedido em folha de pagamento desde que a empresa receba a devida autorização do empregado e seja notificada pelo SINDICATO em até o dia 10 (dez) do mês correspondente ao desconto. A empresa remeterá ao SINDICATO a relação dos empregados e os valores descontados, depositando o montante na conta bancária a ser indicada pelo SINDICATO, tudo nos exatos termos prescritos pelo o art. 545 da CLT.

§ 4º - O SINDICATO, declara para todos os fins de direito que a referida contribuição foi aprovada em Assembléia Geral.

Cláusula 21ª: Contribuição Assistencial

A Empresa descontará dos empregados associados ao SINDICATO signatário, a título de Contribuição Assistencial, em favor do Sindicato, o valor de 3%(três por cento) de seus salários-base, limitando o desconto ao valor de R\$ 60,00 (sessenta reais). Aos empregados não associados e que aderirem ao desconto, conforme disposto no § 1º desta cláusula, o mesmo será devido no mês de janeiro de 2006, desconto equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário-base, mantida a limitação deste desconto ao valor de R\$ 90,00 (noventa reais)



§ 1º - Os empregados não associados ao SINDICATO que concordarem com o desconto de que trata o caput desta cláusula, poderão opor-se de forma pessoal e individual, diretamente na sede do sindicato, no período de 12 a 23 de dezembro de 2005.

§ 2º - O Sindicato, declara para todos os fins de direito que a referida contribuição foi aprovada em Assembléia Geral.

§ 3º - O Sindicato profissional, durante o período concedido para manifestação da discordância, deverá manter em sua sede social, no horário normal de expediente (de 09 às 12 e de 15 às 19h), pessoas habilitadas para receberem os pedidos de exclusão da contribuição assistencial. Uma via da manifestação de oposição, devidamente protocolada pelo sindicato, deverá ser entregue à empresa pelo empregado opositor.

§ 4º - O Sindicato se compromete a enviar à empresa, até o último dia útil de dezembro de 2005, expediente formal ratificando as oposições promovidas.

§ 5º - Os empregados que por qualquer motivo não se encontrarem trabalhando no período previsto no parágrafo 1º, acima, terão o prazo de cinco dias úteis, a partir de seus respectivos retornos, para exercerem o direito de anuência ao desconto referido nesta cláusula.

Cláusula 22ª: Disposições Finais

Na hipótese de descumprimento de qualquer cláusula do presente Acordo Coletivo, a parte inocente notificará a parte infratora para que corrija a situação, no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 1º - A ALUNORTE e o SINDICATO reconhecem como sendo de interesse comum, no âmbito da empresa, a troca e divulgação de informações fidedignas, corretas e imprescindíveis para o estabelecimento e manutenção de um clima de mútuo respeito, lealdade e de boa fé, favoráveis tanto para a eficiência da EMPRESA quanto para as aspirações dos trabalhadores.

§ 2º - Para conciliar as divergências resultantes da aplicação da presente norma coletiva e da legislação vigente, as partes poderão recorrer à Mediação, à Arbitragem ou à Justiça do trabalho.

§ 3º - A ALUNORTE e o SINDICATO comprometem-se a discutir e analisar os procedimentos necessários para a manutenção da fábrica em caso de emergências ou de greves.

§ 4º - O SINDICATO compromete-se a não exercer o direito de greve durante as negociações coletivas de trabalho.

§ 5º - Frustradas, suspensas ou interrompidas as negociações, em caso de decretação de greve, serão mantidas as linhas vitais da empresa, cujo processo produtivo não poderá sofrer solução de continuidade, mediante negociações e entendimentos entre SINDICATO e EMPRESA.



§ 6º - Fica estabelecida multa de 15% sobre o valor do menor salário da categoria profissional da Alunorte, por empregado e por infração, a qualquer cláusula do presente instrumento, a ser aplicada à parte infratora e a reverter à parte prejudicada, seja ela Sindicato ou Empresa.

§ 7º - O disposto no item anterior atende às exigências do inciso VIII do artigo 613 da CLT e quando de sua aplicação deverá ser respeitado o limite previsto no Parágrafo Único do art.622 da norma consolidada.

§ 8º - Os direitos e deveres dos empregados e da empresa são aqueles previstos em lei, no presente Acordo Coletivo e nos Contratos Individuais de Trabalho.

Estando as partes certas e ajustadas, resolvem firmar o presente instrumento na melhor forma de direito, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Barcarena (Pa), 09 de dezembro de 2005

Manoel Maria de Moraes Paiva

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DE BARCARENA

RICARDO BRITTO – GERENTE DE ÁREA

ALUNORTE – ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A

Nilson Monteiro de Azevedo

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS, FARMACÊUTICOS E DE PERFUMARIA E ARTIGOS DE TOUCADOR DO ESTADO DO PARÁ



ANEXO 2 - INFORMATIVO



Informativo Acordo Coletivo 2002/03

Dia 26, terça-feira, dia de boicote ao restaurante

Nesta terça-feira a categoria estará demonstrando para a Alunorte que está decidida a lutar. A reivindicação dos tíquetes é uma questão fundamental para a reestruturação financeira dos trabalhadores da Alunorte. Veja o que representa este benefício, segundo distribuição por faixa salarial (dados do Sindicato).

*Mesmo que o trabalhador use o restaurante (garantindo assim a tal excelência na alimentação pregada pela Alunorte), 250 Reais em tíquetes integrariam o salário dos trabalhadores nos seguintes moldes:

- **Para faixa salarial abaixo de 1.000 Reais (44% dos trabalhadores) = acréscimo de 12,5%**
- **Para faixa salarial até 1.400 Reais (47% dos trabalhadores) = acréscimo de 8,9%**
Neste campo, note-se que para 91% dos trabalhadores da Alunorte, os tíquetes representam, hoje, minimamente, um ganho médio de 10,64%
- **Para faixa salarial até 2.000 Reais (7% dos trabalhadores) = acréscimo de 6,25%**
- **Para a faixa acima de 2.000 Reais (2% dos trabalhadores), o ganho médio é de 4,5%.**

É incontestável, o valor deste benefício, para o trabalhador da Alunorte, do ponto de vista social (há a possibilidade de a família do trabalhador ter garantida a cesta básica no final do mês); do ponto de vista financeiro (representa uma resistência, somente neste ano, num valor próximo aos 10%, sobre a corrosão salarial gerada pela inflação); do ponto de vista moral significa dizer, exatamente, o reconhecimento que o trabalhador quer ter, pela Alunorte, a segunda a maior empresa do Estado do Pará.

Protesto Contra a Insensibilidade da Alunorte



A Alunorte, no entanto, faz questão de negar este benefício aos seus trabalhadores. Só podemos interpretar esta posição da Alunorte como desprezo, como um ato de sadismo contra seus operários, já que a concessão dos tíquetes, de forma alguma, vai empobrecer a Empresa. Para rebater a intransigência da Alunorte, a categoria se manifesta nesta terça-feira, numa primeira ação prática em favor dos tíquetes, fazendo um boicote ao restaurante da fábrica, durante o almoço e o jantar. Ao mesmo tempo, a direção do Sindicato estará fazendo um ato público em Belém, com a presença de parlamentares e membros de organizações civis, protestando contra a arrogância da Alunorte e denunciando à sociedade paraense, através da distribuição de 5 mil manifestos, a insensibilidade, a mão de ferro com que a Alunorte trata as causas mais urgentes de seus trabalhadores.

Unidos na luta

Neste dia 26, em Belém, no ato público; na fábrica, com o boicote ao restaurante; com a leitura de nosso manifesto nas tribunas estaduais e federais, e nos fóruns sindicais europeus e com determinação e decisão na conquista de nossos direitos, vamos provar para a Alunorte que estamos dispostos à luta.

A Diretoria



ANEXO 3 – LOCALIZAÇÃO DAS FÁBRICAS DA ALBRAS E DA ALUNORTE

